

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

**ORGANIZAÇÕES E A “LEI DE FERRO DAS OLIGARQUIAS”:  
UM ESTUDO SOBRE OS ASSENTAMENTOS RURAIS DE  
REFORMA AGRÁRIA**

**Cleci Behling da Silveira**

**Porto Alegre  
2003**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

**ORGANIZAÇÕES E A “LEI DE FERRO DAS OLIGARQUIAS”:  
UM ESTUDO SOBRE OS ASSENTAMENTOS RURAIS DE  
REFORMA AGRÁRIA**

**Cleci Behling da Silveira**

**Orientador: Prof. Dr. Zander Soares de Navarro**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Rural – Área de Concentração em Agricultura, Meio Ambiente e Sociedade.

Série PGDR - Dissertação nº 031  
Porto Alegre  
2003

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**  
**FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

A Banca Examinadora abaixo relacionada aprovou, no dia *27 de agosto de 2003*, a Dissertação de *Cleci Behling da Silveira* com o título, “*Organizações e a ‘Lei de Ferro das Oligarquias’*: um estudo sobre os assentamentos rurais de reforma agrária”, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Rural – Área de Concentração em Agricultura, Meio Ambiente e Sociedade.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Zander Soares de Navarro (Orientador-Presidente, PGDR/Departamento de Sociologia/UFRGS)

Prof. Dr. César Marcello Baquero Jacome (Departamento de Ciências Políticas/UFRGS)

Prof. Dr. Jalcione Pereira de Almeida (PGDR/Departamento Horticultura e Silvicultura/UFRGS)

Prof. Dr. Sergio Schneider (PGDR/Departamento de Sociologia/UFRGS)

## **DEDICATÓRIA**

Dedico esta dissertação aos meus pais, Armêndia e Abílio, e também à minha prima Lúcia (*in memoriam*). Minha mãe deixou-me como legado a determinação e a alegria de ver o mundo, e meu pai a enxergar este mundo com mais simplicidade. Ambos ensinaram-me que o respeito aos demais é o valor mais fundamental.

Minha querida Lúcia por ter sido uma amiga-cúmplice, sempre presente em todos os momentos importantes de minha vida. Juntas tivemos uma infância feliz e repleta de sonhos.

Guardo em meu coração suas lembranças e muita saudade.

## AGRADECIMENTOS

À minha filha Simone por seu amor e por ter sempre compreendido minhas ausências.

Ao Cleiner, por seu apoio e companheirismo.

Ao professor Zander Navarro por sua orientação como professor e amigo.

A todos os professores e funcionários da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que fazem desta, uma instituição pública de qualidade.

Ao CNPq, pela bolsa recebida, fundamental para que fosse possível realizar este curso.

À Laura por seu incentivo e amparo, essenciais para a realização desta dissertação.

À Cristina e à Juçara, que sempre ofereceram sua amizade, tão fundamental para superar as dificuldades encontradas no decorrer deste processo de aprendizagem.

À minha irmã Glaci e meus familiares que sempre me incentivaram em meus projetos e acreditaram em minhas escolhas.

Aos colegas de turma (2001), da qual tenho muito orgulho de ter feito parte. Sentirei muita saudade.

Aos amigos que fiz durante estes últimos anos e aqueles que me acompanham há muito tempo, pelo apoio.

Ao Lucas, à Mariana e à Paulinha pelos sorrisos.

Durante o curso de mestrado não fui a mãe, nem a filha, nem a companheira, nem a irmã, nem a amiga, nem a colega, nem a aluna, nem a orientanda que gostaria de ter sido. Busquei ser um pouco de tudo, certamente insuficiente. Por isso agradeço imensamente a compreensão e o carinho de todos.

## **RESUMO**

O propósito principal desta dissertação foi analisar as formas de organização implantadas em vários assentamentos rurais constituídos a partir do programa brasileiro de reforma agrária. Nesses assentamentos, a influência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é relativamente forte e o seu significativo controle produz diversos impactos em termos da organização dos assentados, expressa nos discursos prevaletentes, nas práticas sociais e, em especial, numa ênfase nas formas coletivas de organização social. O estudo utiliza, como arcabouço teórico, a clássica teoria proposta por Robert Michels e os seus argumentos estruturais acerca da formação de oligarquias resultantes de processos sociais típicos do desenvolvimento de organizações sociais. O método de análise centrou-se em estudos de casos e pesquisas anteriores realizadas em diferentes estados brasileiros por vários pesquisadores, as quais investigaram a dinâmica interna e as formas de organização em assentamentos rurais. O estudo foi capaz de estabelecer a existência de um processo de diferenciação devido à criação de uma estrutura de poder, bem como as resultantes práticas oligárquicas dentro dos assentamentos. Como uma de suas principais conclusões, esta dissertação aponta que o processo de formação da representação social é um dos desafios principais, seja para o Movimento dos Sem Terra, seja para os assentados.

Palavras-chave: assentamentos rurais, formas de organização social, formas de representação, oligarquias.

## **ABSTRACT**

The main purpose of this dissertation was to analyse the forms of organization implemented in various rural settlements formed under the Brazilian land reform program. In these settlements the influence of the Movement of Landless Rural Workers (MST) is rather strong and its commanding control produces various impacts in terms of settlers' organization, existing discourses, social practices and, in particular, an emphasis on collective forms of social organization. This study uses, as a theoretical framework, the classical theory proposed by Robert Michels and its structural arguments about the formation of oligarchies derived from social processes embodied in social organizations.

The method of analysis centered on former case studies and research carried out in different Brazilian states by various authors, which had investigated internal dynamics and organizations in rural settlements. This study was able to establish a social differentiation due to the creation of a power structure and ensuing oligarchical practices inside the settlements. As one of its main conclusions, this dissertation found that a process of materializing social representation is one of the greatest challenges either to the Landless Movement or to the settlers themselves.

Key words: land settlements, forms of organization, oligarchy, forms of representation.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	08
<b>1 ROBERT MICHELS E OS PROCESSOS SOCIAIS RELACIONADOS ÀS ORGANIZAÇÕES</b> .....	21
1.1 O CONTEXTO HISTÓRICO E A OBRA DE ROBERT MICHELS .....	22
1.2 OS DOIS PÓLOS DO DEBATE: OS AUTORES ELITISTAS E KARL MARX ..	26
1.3 A "LEI DE FERRO DAS OLIGARQUIAS" .....	32
<b>2 APRESENTAÇÃO DE QUATRO ESTUDOS SOBRE A ORGANIZAÇÃO SOCIAL E PRODUTIVA EM ASSENTAMENTOS RURAIS</b> .....	50
2.1 RESUMO DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE NEUSA DE CASTRO ZIMMERMANN .....	50
2.2 RESUMO DA TESE DE DOUTORAMENTO DE MARIA ANTÔNIA DE SOUZA .....	64
2.2.1 A Problemática, Metodologia e Categorias Analíticas Utilizadas .....	65
2.2.2 Caracterização do MST .....	69
2.2.3 Os Setores do MST e o Lugar da Cooperação Agrícola .....	73
2.2.4 A Cooperação Agrícola e as Práticas Educativas .....	77
2.2.5 Os Assentamentos Analisados .....	83
2.2.6 A Avaliação da Cooperação Agrícola .....	87
2.3 RESUMO DA TESE DE DOUTORAMENTO DE JOSÉ ROBERTO PEREIRA ..	90
2.3.1 A Problemática e Justificativa da Elaboração da Tese de Doutorado .....	90
2.3.2 Construção do Referencial Teórico - "Matriz de Valores" .....	93
2.3.3 Os Mediadores da Reforma Agrária e os Valores Culturais Brasileiros .....	97
2.3.4 Interpretação do Comportamento dos Assentados .....	101
2.3.5 O "Ethos Valorativo" dos Assentados.....	113
2.4 RESUMO DA TESE DE DOUTORAMENTO DE ELIANE BRENNEISEN .....	114
2.4.1 Problemática, Metodologia e Referencial Teórico .....	114
2.4.2 O MST e a Luta pela Terra .....	116
2.4.3 O Cooperativismo no MST .....	120
2.4.4 Os Assentamentos e Projetos de Assentamentos Pesquisados .....	127
2.4.5 Análise sobre as Relações de Poder, Dominação e Resistência .....	144
<b>3 ANÁLISE DOS PROCESSOS ORGANIZACIONAIS</b> .....	152
3.1 A PROPOSTA TEÓRICA: UMA SÍNTESE .....	152
3.2 EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS SOBRE O MST E SUAS ORGANIZAÇÕES .....	158
3.2.1 A Evolução das Formas de Organização .....	158
3.2.2 As Cooperativas nos Assentamentos sob Influência do MST .....	163
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	182
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	185

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

**ASTROAGRI** - Associação dos Trabalhadores Organizados na Agricultura  
**CCA** - Cooperativa Central dos Assentados  
**CCA/PR** - Central Cooperativista dos Assentados do Paraná  
**CCPS** - Cooperativas de Comercialização e Prestação de Serviços  
**COANOL** – Cooperativa Agrícola Nova Sarandi  
**COARA** - Cooperativa de Comercialização e Reforma Agrária do Oeste do Paraná  
**CONCRAB** - Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil  
**COOPROSERP** - Cooperativa de Produção e Serviços de Pitinga  
**COOPTAR** – Cooperativa de Produção Agropecuária Cascata  
**COPAVI** - Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória  
**COPRAC** - Cooperativa de Produção Agropecuária Camponesa  
**COTRAMIC** - Cooperativa de Trabalhadores Rurais e Reforma Agrária de Castro  
**CPS** - Cooperativa de Prestação de Serviços  
**CPT** - Comissão Pastoral da Terra  
**EMATER** - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural  
**EMBRAPA** - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
**EMBRATER** - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural  
**FIP** - (curso) Formação Integrado à Produção  
**INCRA** - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
**LOC** - Laboratórios Organizacionais de Campo  
**MIRAD** - Ministério de Reforma e Desenvolvimento Agrário  
**MST** - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
**ONG's** - Organizações Não-Governamentais  
**SCA** - Sistema Cooperativista dos Assentados  
**TAC** - (curso) Técnico em Administração de Cooperativas



## INTRODUÇÃO

O meio rural brasileiro, especialmente durante as últimas três décadas, observou um notável processo de mudanças em todos os âmbitos imagináveis. É que o que tem sido demonstrado pela cada vez mais ampla diversidade da literatura especializada, resultado das temáticas novas e desafios interpretativos submetidos às Ciências Sociais. Dentre tais mudanças, destaca-se uma crescente variabilidade de organizações rurais. Surgiram novas formas de representação social, ajustadas às emergentes demandas sociais e aos novos interesses formados pela transformação econômica e produtiva do período citado. Assim, vem sendo observada no campo uma diversidade associacional cada vez mais significativa, bem como ampliada sofisticação nas formas de ação e estruturação internas das associações, que são implementadas no universo socioeconômico dos ambientes rurais, com graus igualmente variados de inserção e significação.

Em face de tal quadro de organizações diferenciadas - muitas delas são puramente econômicas (a maioria), mas outras são demarcadas por uma natureza essencialmente política, incorporando demandas sociais latentes e/ou históricas - várias indagações passaram a interessar os pesquisadores dos processos sociais agrários. As novas organizações expressariam um correspondente esforço de aprofundamento das práticas democráticas, em suas configurações internas e formas de ação e procedimento, paralelamente ao processo de democratização observado no País? Seriam formatos organizativos inovadores, quando estruturados, buscando consolidar sua legitimação interna, formas duradouras de adesão de seus membros e participantes, escolhas de dirigentes e formas decisórias que fossem representativas? Seriam organizações bem sucedidas, ao contrário de trajetórias usuais verificadas ao longo da História, no sentido de evitar os fracionamentos internos e o acirramento de subgrupos? Conseguiriam, por fim, impedir que se formassem facções, suficientemente consolidadas para se constituírem em agrupamentos quase independentes no interior de cada organização, como se oligarquias fossem? Essas e outras indagações similares passaram, gradualmente, a povoar a agenda de pesquisa e as preocupações sobre o mundo rural brasileiro, pois o conhecimento de tais organizações cada vez mais vem se tornando

necessário e relevante para entender as diferentes dinâmicas sociopolíticas das diferentes regiões agrárias, em particular se observada a diversidade econômica e produtiva existente no Brasil, quando comparadas às suas diversas partes constitutivas.

Nos últimos vinte anos uma das organizações de maior pujança e visibilidade em áreas rurais brasileiras é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), formalmente constituído em 1984, embora de nascimento anterior, usualmente relacionado aos eventos e conflitos pela terra ocorridos no Alto Uruguai do Rio Grande do Sul<sup>1</sup>. Este Movimento, originalmente assumindo a feição típica de um movimento social em sua configuração, consagrada na Sociologia como um “novo movimento social”<sup>2</sup>, tal como apontado na literatura da década de 1980, rapidamente se estruturou, com o passar dos anos e sua crescente presença pública, na forma de uma organização. Gradualmente foram se tornando mais complexas suas características internas, divisões decisórias, recrutamento de militantes-funcionários, enfim, tornando-se, com o tempo, uma organização formal, neste caso dedicada em especial a atuar no campo político e, portanto, se configurando sob a forma de uma “organização política” participante do sistema de atores e organizações políticas existentes no Brasil<sup>3</sup>

Embora a distinção entre movimento social e organização política seja ainda pouco discutida na literatura, e sem dúvida apontaria um grande desafio analítico, assumir-se-á, para os propósitos deste estudo, que o MST é uma organização e não propriamente um movimento social típico, conforme descrito pela Sociologia dos movimentos sociais. Segundo indicam todas as evidências, em face do crescimento e expansão de sua atuação, esta afirmação encontraria eco nas evidências empíricas e na leitura de alguns estudiosos do MST, ainda que

---

<sup>1</sup> Sobre a retomada das lutas sociais no campo no Rio Grande do Sul, consulte-se GEHLEN, 1983.

<sup>2</sup> Segundo Gohn (1997 p. 378 - 333), existe um número considerável de interpretações e enfoques sobre o que são os movimentos sociais, porém não é possível afirmar que exista uma teoria suficientemente elaborada que permita uma definição ou conceituação geral e universal. A temática dos movimentos sociais surge simultaneamente com o nascimento da própria Sociologia. Em relação à produção de estudos específicos sobre o tema, grande parte dos trabalhos até os anos de 1960 centram-se no movimento operário. O surgimento de novas modalidades de movimentos sociais, como os dos direitos civis nos Estados Unidos (anos de 1950), os dos estudantes em vários países europeus (anos de 1960), etc., contribuiu para que novas perspectivas fossem desenvolvidas sobre o tema, e assim, as definições de movimento social foram historicamente sofrendo modificações. Nos anos de 1980 a temática dos movimentos sociais terá um grande destaque, além dos numerosos trabalhos desenvolvidos estabeleceu-se um debate entre o paradigma norte-americano e as correntes européias – a dos Novos Movimentos Sociais. Ainda segundo Gohn (1997, p. 126 - 127), os autores Johnston, Laraña e Gusfield, apresentaram oito características para compor a teoria da Mobilização de Recursos (MP), estas representariam uma fusão dos argumentos europeus e americanos sobre a temática dos movimentos sociais. Entre as características apresentadas destacamos as organizativas, em que a forma difusa, descentralizada, dos Novos Movimentos Sociais se contrapõe aos partidos de massa tradicionais, centralizados e burocratizados.

<sup>3</sup> Cf. NAVARRO, 2002.

este último mantenha, para efeitos públicos, a sua denominação original (isto é, “Movimento”) por razões de adequação estratégica de sua ação e consecução de seus objetivos, levando-se em consideração o imenso capital político acumulado ao longo de quase duas décadas de presença na vida política nacional sob a sigla original.

Segundo Brenneisen, o MST passou a organizar uma estrutura própria, com uma coordenação nacional, coordenações estaduais e regionais. Organizou-se também em setores encarregados de atividades específicas e passou a delimitar os campos de atuação dos mediadores envolvidos na luta pela terra. Durante os anos iniciais havia uma rede de relações entre os diversos agentes. Posteriormente, este relacionamento se institucionaliza e passa a ser determinado por regras políticas, cabendo ao MST definir seus objetivos e estratégias, independentemente de outros mediadores. A direção do Movimento passou a priorizar a formação de quadros para constituir uma vanguarda dirigente afinada com sua leitura sobre o ideário leninista. A opção pelo centralismo democrático acabou modificando a estrutura do MST, que deixou de possuir características basistas. Passou a configurar-se mais numa organização política do que num movimento social (BRENNEISEN, 2000, p. 49).

Não é igualmente propósito deste estudo analisar as diversas fases e períodos experimentados pelo MST, ao longo do tempo, enquanto organização, mas tão somente ressaltar que, a partir dos anos oitenta, gradualmente suas formas de luta social começaram a traduzir-se em “vitórias”. Qual seja, concretizar o acesso à terra para os agricultores sem-terra recrutados pela organização, formando um número crescente de assentamentos que, em muitos estados, passaram a assumir proporções significativas, particularmente, nos primeiros anos, no sul do Brasil, onde o MST atuou privilegiadamente na primeira parte de sua existência. Desta forma, sendo constituídos os assentamentos, imediatamente instalou-se um outro desafio para a organização dos sem-terra, isto é, a tarefa de “organizar a produção”, oferecendo aos novos ocupantes da terra, os assentados, a viabilidade de técnicas de produção e escolhas produtivas que fossem apropriadas ao conjunto de famílias rurais pobres que se instalavam nessas áreas reformadas, na expectativa de poderem se afirmar econômica e socialmente como agricultores viáveis, capazes de instituírem formas promissoras de produção de renda e de ocupação dignas para estes novos produtores familiares.

O chamado “problema da produção nos assentamentos”, embora já visível ainda durante os anos de formação do Movimento (SOUZA, 1999, p.107), tornou-se mais agudo nos anos finais da década de 1980 e, cada vez mais, com o crescimento e a expansão dos

assentamentos (por exemplo, durante a segunda metade da década seguinte), foi se transformando no problema e desafio principais do MST - da mesma forma, os governos estaduais e o federal, também passaram a se preocupar com o destino produtivo dos assentamentos rurais. Conforme indicado por uma pesquisadora destacada do tema, se percebia cada vez mais que a “luta pela terra não se encerra com o atendimento de uma reivindicação imediata, ou seja, era preciso buscar alternativas de viabilização da produção no interior dos assentamentos” (BRENNEISEN, 2000, p. 9).

Para tentar resolver tal desafio, a organização dos sem-terra optou, durante o período, pela ênfase na incorporação de famílias rurais sem-terra em formatos associativos, que pudessem, assim se esperava, confrontar-se com os duros desafios exigidos pelo sucesso e a eficácia produtiva e, talvez, servir igualmente de exemplo para os demais agricultores familiares. Para tanto, foram discutidas diversas experiências associativas e formas de cooperação entre famílias rurais pobres, conhecidas na literatura, seja aquela que estudou a história agrária brasileira ou, então, situações de outros países que pudessem servir de referência para a organização dos novos assentamentos que fossem formados nos diferentes estados. Além disto, foi igualmente considerado que em muitas regiões existiam tradições de cooperação e solidariedade entre as famílias rurais mais pobres, desde os mutirões ocasionais para a abertura de áreas de plantio (ou destinados a compartilhar exigências de trabalho na colheita) até as inúmeras formas de associações informais (que agregavam pequeno número de famílias e eram voltadas à comercialização de produtos, à manutenção e uso de máquinas, e ao desenvolvimento de experiências de pequeno processamento agroindustrial). Ou seja, cooperar e associar-se em pequenos coletivos, no meio rural, não representavam exatamente uma novidade e, desta forma, este conjunto de tradições poderia ser, talvez, aproveitado para incentivar formas mais “elevadas” de cooperação agrícola nos novos assentamentos rurais.

A história organizativa do MST, ao longo desses quase vinte anos de sua existência e enraizamento em praticamente todas as regiões agrárias brasileiras, ainda está para ser escrita, representando um estudo de ambições extraordinárias. Contudo, a partir de numerosos estudos parciais, notadamente aqueles que foram realizados em assentamentos rurais específicos, ao longo dos anos e em diversos estados, é possível perceber que houve, como seria esperado, uma evolução nas formas de organização dos assentamentos, em termos de complexidade interna, âmbitos de atuação e magnitude, seja quanto à adesão, seja quanto ao porte econômico. Esta evolução se estende desde o início, na qual prevaleceram as formas mais simples e informais, até as formas de organização posteriores, usualmente centradas em

cooperativas que assumiram, nos casos de maior sucesso, tamanho e porte econômico e administrativo consideráveis. Neste sentido, seria relevante analisar, como primeira meta deste estudo, a evolução das formas de organização propostas pelo MST ao longo do tempo e em diferentes regiões agrárias, tentando perceber os desafios que foram sendo encontrados e as soluções (quando implantadas) que o Movimento conseguiu construir em distintas regiões. Para tanto, em meio à miríade de estudos sobre assentamentos, foram escolhidos quatro estudos que representam e analisam o tema, provavelmente de forma destacada, quando comparado ao conjunto de estudos (pesquisas, dissertações e teses) existente.

Os critérios para a seleção deste quatro trabalhos se referem a sua abordagem sobre as práticas sociais que se estabeleciam a partir da implementação de propostas organizativas oferecidas aos assentamentos rurais, o papel dos mediadores e a participação do integrantes (direção, militantes e base) neste processo. Além destes aspectos, buscou-se nos trabalhos um reconhecimento científico, pois estes formam a “base empírica” desta dissertação, oferecendo elementos para uma análise comparativa sobre os processos organizacionais. Para tanto, cabe ressaltar que estes trabalhos passaram por um processo acadêmico de titularização, em que normalmente é oportunizado um estudo mais detido e orientado e segundo critérios aceitos como científicos<sup>4</sup>. Ou seja, o conjunto de estudos investigados é representado por uma dissertação e três teses, defendidas e aprovadas em respeitadas instituições acadêmicas, em diferentes estados e, em particular, representativas de “momentos” diferenciados das estratégias organizativas do MST e em regiões agrárias distintas, assim permitindo uma comparação apropriada aos objetivos do presente estudo. O primeiro estudo, de autoria de Neusa Zimmermann (1989), é uma dissertação aprovada na Universidade de Brasília, que analisa as formas de estruturação de coletivos sociais em um assentamento rural formado nas imediações da cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Foi um estudo que evidenciou, em especial, as primeiras tentativas e dificuldades de constituição de formatos organizativos, quase sempre caracterizados como associações informais para compartilhamento do uso de alguns recursos produtivos. A autora investigou a formação e as modificações dos grupos organizados no assentamento, concluindo que as famílias procuravam uma forma mais funcional para a sua reprodução social, que estivesse relacionada às características estruturais das famílias e também aos elementos conjunturais. A pesquisa revelou um conflito de

---

<sup>4</sup> Nosso propósito não foi questionar os demais trabalhos que abordam a temática dos assentamentos rurais. Nossa escolha orientou-se pelo critério de reconhecimento acadêmico e também, pela possibilidade dos estudos nos oferecerem algumas evidências sobre a organização social e produtiva em assentamentos rurais, no que se refere às relações internas e aos conflitos desencadeados por estes processos.

interesses que se estabelecia no assentamento, a influência de mediadores políticos em tais espaços, bem como o estabelecimento de uma diferenciação social decorrente das escolhas organizacionais.

Os outros três estudos que formam a “base empírica” desta dissertação, por sua vez, são mais recentes e representam esforços mais ambiciosos de seus autores, pois são teses de doutoramento. Primeiramente, a pesquisa de Maria Antônia de Souza (1999), apresentada à Universidade de Campinas, e cujo objetivo foi estudar, em especial, as formas organizacionais da produção em assentamentos rurais localizados no estado do Paraná, destacando as experiências educativas dos projetos coletivos, suas rupturas e reelaborações. A autora buscou compreender quais eram os fatores que influenciavam na criação e recriação de formas alternativas de produção, assim como qual o papel dos mediadores no processo de socialização política dos assentados.

Posteriormente, a tese de doutoramento de José Roberto Pereira (2000), aprovada também na Universidade de Brasília, a qual comparou dois assentamentos rurais localizados, um deles no Paraná, e o outro em Goiás, buscando evidenciar quais seriam os valores que estavam orientando estas famílias em suas escolhas organizativas, além de também analisar o papel dos mediadores neste processo. Finalmente, como último estudo que investigou as decisões organizativas de assentamentos rurais associados aos processos sociais em tais áreas, destaca-se a tese de Eliane Cardoso Brenneisen (2000), aprovada na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Este último estudo é o que mais se aproxima da investigação acerca dos processos decisórios e das características das organizações formadas no interior dos assentamentos rurais, já que este era o objeto de estudo daquela autora. Também, no período em que foi realizada a pesquisa, já existia uma “diretriz organizativa” defendida pelo MST para ser implementada em assentamentos sob sua influência e controle, animando a constituição de formas de organização mais complexas (no jargão do Movimento), as conhecidas “Cooperativas de Produção Agropecuárias” (CPAs). A autora enfatizou as relações que se estabeleciam no interior dos assentamentos em função do desenvolvimento de projetos cooperativistas e associativistas, fundamentados ideologicamente na organização coletiva da produção. Através das experiências organizacionais abordadas, investigou a reprodução das relações de dominação no interior dos assentamentos e a contraface representada pela “resistência camponesa”, conforme intitulou. Desta forma, pode analisar mais profundamente as contradições inerentes entre os modelos organizacionais defendidos

pela direção do MST e os limites que estes imporiam à democratização das relações sociais no campo.

As cooperativas, configurando o formato de “organização” defendido pelo Movimento nos anos mais recentes, apresentam uma estrutura interna bem mais complexa, do ponto de vista administrativo e gerencial, inspirando-se em um modelo empresarial. Através da “coletivização da terra e dos meios de produção”, busca-se alcançar uma escala produtiva mais competitiva. Portanto, as cooperativas poderiam, em tese, oferecer aos assentados melhores resultados econômicos e sociais, sendo esta a expectativa dos dirigentes do Movimento, quando passaram a defender esta forma organizativa. Haveria melhores condições de captação de recursos para seus projetos, em virtude de ser este um modelo reconhecido socialmente e com amparo legal. Por outro lado, para os assentados que abraçassem a proposta, haveria também, assim se afirmava, a possibilidade de criar espaços de influência para aqueles que estivessem à frente de tais empreendimentos. Ou seja, ao propor o modelo cooperativista para os assentamentos (oferecendo a idéia de cooperativas), o MST ressaltava as possibilidades de mobilidade social que tais empreendimentos poderiam oportunizar para os assentados. Em muitos assentamentos, é importante notar, não apenas a promessa de “dinamização produtiva” (e suas potencialidades em termos de produção de renda), mas igualmente a promessa de diferenciação social e mobilidade para os “mais ativos” e militantes serviu como atrativo para a adesão de muitas famílias, particularmente entre os assentados mais jovens.

Contudo, a implementação de um projeto cooperativista, baseado na diferenciação de funções, leva a uma distribuição desigual de poder e influência, sendo esta a “outra face” deste estudo. Procura-se questionar as conseqüências desta estrutura organizativa para os envolvidos em tais projetos, analisando o processo de diferenciação interna derivada de oportunidades diversas para os assentados que comandam as novas organizações cooperativas formadas e aqueles que apenas são seus integrantes-associados, sem assumir posições na estrutura diretora da organização. Observou-se, a partir dos conflitos desencadeados com a constituição das formas de cooperação e associação e, posteriormente, as cooperativas, nos assentamento rurais, que as disputas internas por posições de influência e poder se ampliaram e se acirraram, assim indicando tendências sobre o desenvolvimento de processos de oligarquização social ou, pelo menos, a formação de facções e subgrupos que passavam a disputar entre si o controle da nova organização. É esta a problemática social e política sobre a qual se desenvolveu essa dissertação.

Para alcançar tal análise, este estudo terá como referência o estudo de Robert Michels. Este autor, ao analisar os sindicatos e partidos políticos europeus, principalmente o Partido Socialista Alemão, estudado a partir do final do Século XIX, procurou testar sua tese principal, a chamada “lei de ferro das oligarquias”. Sua abordagem é apresentada detalhadamente na primeira parte deste estudo. Ressalte-se, contudo, preliminarmente, que para salientar a relevância da abordagem de Michels na análise de outras organizações, parece necessário considerar alguns aspectos singulares em sua obra, tais como o contexto histórico e os limites de seu enfoque analítico, discutidos nesta dissertação. Michels observou e analisou certos comportamentos sociais, indicativos de alguns aspectos importantes em relação à estrutura organizativa, os quais consideramos adequados para uma reflexão sobre os processos sociais desencadeados a partir da implementação de projetos coletivos oferecidos pelo MST aos assentados rurais. Como fundamento teórico do estudo, procurou-se recuperar, portanto, este estudo demarcante no pensamento sócio-político, centrado na obra de Michels, fundador, entre outros, de parte significativa do pensamento da Ciência Política contemporânea.

## PROBLEMA DE PESQUISA

O MST, através de sua destacada atuação, ganhou visibilidade e reconhecimento político, constituindo-se no principal mediador da luta pela terra no País. Como resultado de seus esforços reivindicativos, a partir dos anos oitenta, ampliou significativamente o número de assentamentos instalados sob sua influência. Conseqüentemente, tornou-se absolutamente necessário propor formas de organização social e produtiva que possibilitassem aos assentados enfrentar os desafios exigidos para seu desenvolvimento produtivo e social. Além da viabilidade social e econômica dos novos assentamentos, a direção do MST, ao propor modelos organizacionais, buscava também assegurar sua presença e influência nestes espaços.

A implementação de modelos organizacionais provocou uma série de conflitos, indicativos do grande desafio a ser enfrentado na construção de formas de representação nos assentamentos rurais. As questões levantadas sobre esta problemática foram: Quais eram as características dos modelos organizativos propostos para os assentamentos, como se estruturavam e como evoluíram ao longo do tempo? Quais foram as conseqüências da estrutura organizativa para os indivíduos envolvidos nos projetos propostos? Quais as práticas sociais desencadeadas a partir da constituição destes modelos? Busca-se, portanto, indagar



sobre a estrutura interna das organizações implementadas e as possibilidades de desenvolverem, em seu interior, formas de controle social, dominação e/ ou formas oligárquicas.

## HIPÓTESES DO ESTUDO

Duas hipóteses nortearam o estudo. A primeira refere-se à aplicação do paradigma de Michels em organizações desenvolvidas em outro contexto histórico, diferenciado daquele observado pelo autor. Considera-se nesta dissertação que a abordagem estrutural de Michels pode ser aplicada a qualquer organização, assim como propõe seu autor. Muitos anos após sua elaboração, a problemática organizativa proposta não parece ter sido superada, o que confere à sua obra um caráter atual. Basta observarmos a produção acadêmica em torno desta temática e as questões levantadas quanto à apatia das massas, os problemas decorrentes da representação política, da participação e da estrutura e seus reflexos no contexto interno e externo das organizações são questões muito presentes. Neste sentido, Michels apresenta uma análise explicativa do processo organizativo, dando ênfase à dinâmica das relações de poder que se estabelecem no interior das organizações, sendo este um aspecto relevante para refletirmos sobre a estrutura organizativa desenvolvidas no interior dos assentamentos rurais sob influência do MST. O paradigma de Michels aplicado em organizações específicas não significa necessariamente que encontraremos os mesmos resultados. Nos parece mais produtivo e possível, investigar a problemática organizacional abordada por Michels, observando a existência ou não de processos oligarquizantes em organizações desenvolvidas em assentamentos rurais.

Uma segunda hipótese se refere aos aspectos relevantes apresentados por Michels em seu estudo sobre as organizações políticas européias e sua aplicabilidade à problemática organizativa encontrada nos assentamentos rurais sob influencia do MST. Neste caso específico, é possível perceber que a estrutura organizativa, principalmente no modelo de cooperativas de produção agropecuárias, pressupõe uma divisão de funções e especialização das atividades que oportuniza uma diferenciação social entre seus integrantes e a criação de uma estrutura de poder, tendo como potencial consequência conflitos internos e disputas por posições hierárquicas de maior prestígio e possibilidades sociais. As cooperativas ofereciam ainda as condições para desenvolverem em seu interior relações entre uma minoria ativa que ocupava cargos de direção e uma maioria silenciosa que acabava por acatar a dominação de

seus dirigentes e o desenvolvimento de práticas sociais oligárquicas, ou seja, práticas com o objetivo de assegurar aos detentores do poder suas posições.

A organização dos assentados coloca-se como um requisito para enfrentar sua nova condição, porém os problemas referentes à coordenação, autoridade, bem como à divisão de funções e participação dificultam a construção de uma unidade na busca de interesses comuns.

## OBJETIVOS DO ESTUDO

O primeiro objetivo desta dissertação é analisar, a partir dos quatro trabalhos citadas anteriormente, o desenvolvimento das propostas organizativas oferecidas pelo MST, ao longo do tempo, buscando perceber os problemas enfrentados pelo Movimento em sua implementação nos assentamentos rurais sob sua influência. Ou seja, analisar a evolução do cooperativismo no MST.

O segundo objetivo refere-se ao modelo mais recente, defendido pelo MST para a organização dos assentados: as cooperativas. Busca-se investigar a partir da abordagem estrutural de Michels suas características e as conseqüências de sua estrutura interna para os envolvidos nestes projetos.

Um dado objetivo é que determinadas estruturas organizacionais possibilitam, na prática, oportunidades diferenciadas e que podem levar a defesa de interesses pessoais em detrimento do interesse coletivo. Ou seja, podem transformar-se em estruturas de dominação e de disputas internas, que objetivam a manutenção ou a ocupação de espaços de influência na organização.

Portanto, o objetivo central deste estudo é analisar as relações que se estabelecem entre os envolvidos nos projetos cooperativistas implementados em assentamentos rurais e suas implicações na distribuição do poder neste espaço.

## UM BREVE COMENTÁRIO METODOLÓGICO

A técnica utilizada é a pesquisa bibliográfica, constituída principalmente de quatro estudos, três teses de doutoramento e uma dissertação de mestrado, todos de reconhecimento

científico, que apresentam processos organizacionais em assentamentos rurais de reforma agrária.

A produção acadêmica em torno da temática dos assentamentos rurais é bastante vasta, porém nesse conjunto de pesquisas, não são muitos os estudos que tratam da questão organizativa, abordando as dificuldades de relacionamento social e político no interior deste espaço. Os quatro trabalhos selecionados apresentam estes conflitos, o que possibilita uma reflexão sobre as relações de poder no interior dos assentamentos, a partir da implementação de modelos orientados pelo MST, principalmente no que se refere às cooperativas de produção agropecuária.

Buscamos nesta “base empírica” as experiências organizacionais apresentadas pelos autores, analisando sob o ponto de vista da abordagem estrutural de Michels, ou seja observando as estruturas organizativas, os conflitos desencadeados no interior dos assentamentos, as práticas sociais, as posições dos assentados em relação a essas formas de organização social e produtiva, bem como seus depoimentos quando apresentados nos trabalhos. Desta forma, foi possível, mesmo que com pequenas evidências, observar o processo de construção e desenvolvimento de uma estrutura organizativa, os comportamentos sociais, as relações de poder que se estabeleciam e as conseqüências para os envolvidos neste processo. Dentro de uma perspectiva estrutural buscamos observar as disputas internas que objetivavam a manutenção ou a ocupação de espaços de influência na organização, considerando que determinadas estruturas organizacionais poderiam oferecer oportunidades diferenciadas e o estabelecimento de hierarquias internas de cargos e competências, possibilitando mobilidade social para aqueles que estivessem à frente, na administração e direção destas organizações. Os trabalhos também ofereciam suas análises e descrições, que abordavam, sob perspectivas diferenciadas, a problemática organizativa, o que também contribuiu para a elaboração deste estudo. Além destes trabalhos, outros estudos também colaboraram para uma reflexão sobre os processos organizativos em assentamentos rurais de reforma agrária.

Portanto, na elaboração desta dissertação, não foram coletadas evidências diretas, tendo sido reunidas pequenas evidências em trabalhos realizados por outros pesquisadores. Se por um lado, este procedimento pode limitar o trabalho, no que se refere às possíveis evidências, pois estas foram extraídas de pesquisas que tinham objetivos diferenciados desta dissertação, por outro lado, os vários processos organizacionais abordados nos estudos

possibilitaram uma maior abrangência em relação à interpretação dos processos organizativos localizados na região Sul do País, onde a presença do MST sempre foi muito marcante. Tais elementos possibilitam observar as possíveis regularidades destes processos.

O estudo bibliográfico realizado nesta dissertação busca, através de dados coletados em pesquisas em assentamento rurais, responder ao problema anteriormente formulado, ou seja, redefinir a problemática organizativa em assentamentos rurais, dando ênfase para a dinâmica das relações de poder em projetos cooperativistas e suas potencialidades para o desenvolvimento de processos de oligarquização social.

Os procedimentos de pesquisa iniciaram-se com uma primeira leitura dos trabalhos acima mencionados, bem como do livro de Michels: *Sociologia dos partidos políticos*. Nesta primeira leitura foi possível observar que os conflitos abordados nos assentamentos rurais ofereciam alguns indicativos para uma reflexão sobre as práticas sociais, podendo estas serem analisadas a partir da perspectiva de Michels.

Após estas leituras, passamos para a abordagem de Michels (apresentada na primeira parte desta dissertação), como se trata de um estudo realizado no início do século XX, nos interroga-se sobre sua atualidade, bem como as possibilidades de aplicar sua tese geral. Genericamente, observa-se que Michels, ao analisar uma realidade concreta, oferece-nos uma interpretação destes processos sociais que pareceram relevantes para analisar outras organizações. Apesar do tempo e do espaço em que estas organizações foram desenvolvidas, a problemática apresentada por Michels nos pareceu ainda atual, o que nos possibilitava uma reflexão sobre os processos organizativos em assentamentos rurais de reforma agrária.

Para examinar a problemática organizativa e os possíveis processos de oligarquização social, na segunda parte desta dissertação, foram apresentados os estudos sobre os processos organizativos em assentamentos rurais, de forma resumida. Procura-se manter, na medida do possível, a construção discursiva destes estudos, apresentando seus referenciais teóricos, as experiências organizativas abordadas, bem como a análise destes autores. Não é propósito deste estudo discutir suas concepções teóricas, nem tão pouco questionar as experiências analisadas, uma vez que estes estudos já foram discutidos no processo acadêmico de titularização de seus autores. Portanto, a base empírica desta dissertação (quatro estudos), tal como as descrições apresentadas por Michels em seus estudos sobre os sindicatos e partidos políticos europeus, serão consideradas como a realidade observada por estes autores.

Para que fosse possível alcançar nossos objetivos de pesquisa, na última parte deste estudo foi realizada a análise, tendo como referência a tendência oligárquica em organizações, a partir dos comportamentos observados por Michels,. Em nossa investigação não foi utilizado nenhum programa especial de computação, mas leituras que buscaram identificar as evidências oferecidas pelos quatro estudos estabelecendo relações com o nosso problema de pesquisa e com as hipóteses que nortearam este trabalho.

Essa dissertação está dividida, portanto, em três partes: a primeira apresenta o contexto histórico onde foi desenvolvida a “lei de ferro das oligarquias” de Robert Michels, bem como seus referenciais teóricos e o debate desencadeado pelo autor. Na segunda parte, apresentamos os quatro trabalhos que serviram como fonte de dados, que se reportam a processos organizativos em assentamentos rurais. Na terceira e última parte, apresentamos a análise sobre os processo organizacionais e as práticas sociais desenvolvidas em assentamentos rurais.

# 1 ROBERT MICHELS E OS PROCESSOS SOCIAIS RELACIONADOS ÀS ORGANIZAÇÕES

Robert Michels nasceu na cidade alemã de Colônia, em 1876. Estudou nas universidades de Halle (Alemanha) e de Turim (Itália). Foi professor em diversas universidades européias, como em Bruxelas (Bélgica), Paris (França), Basiléia (Suíça) e nas italianas Turim, Perugia e Florença. Morreu na Itália, no ano de 1936.

O clássico estudo de Michels sobre os partidos políticos europeus, em particular o Partido Socialista Alemão<sup>5</sup>, e a suas reflexões sobre comportamentos políticos<sup>6</sup> representam o eixo teórico para a análise sobre a organização social em assentamentos rurais, à qual se propõe esta dissertação.

A obra principal de Michels, *Sociologia dos Partidos Políticos*,<sup>7</sup> reflete o ambiente da época vivida pelo autor, bem como a influência que este sofreu de outros pensadores do final do Século XIX e início do Século seguinte. Segundo Baquero (2000, p. 82) “a análise sistemática das elites<sup>8</sup> coincidiu com a era da política moderna, na medida em que oferecia um aspecto que todos consideravam vital - a relação entre os líderes políticos e as massas”.

---

<sup>5</sup> Ferdinand Lassalle (1825-65), que se via como um seguidor de Karl Marx, fundou na Alemanha a Associação Geral dos Trabalhadores Alemães, em 1863, e esta se organizou de fato como um partido de massas moderno e era oficialmente radical-democrata, tendo como lema o sufrágio universal. A organização rival, sob a liderança de Wilhelm Liebknecht e August Bebel, era oficialmente socialista e organizada, em 1866, como o Partido Socialista Alemão. Ambos estavam de alguma forma ligados a Marx e se fundiram definitivamente em 1875, formando o poderoso Partido Social Democrata da Alemanha (SPD). As divergências sobre os aspectos de natureza programática e organizativa, desde cedo insanáveis, conduziram a sucessivas recomposições na fisionomia ideológica e no próprio corpo dirigente. Sobre a origem do Partido Socialista Alemão, ver HOBSBAWM, 2000, p. 164 -165.

<sup>6</sup> Michels estudou as organizações que buscavam adotar a igualdade e a democracia em sua estrutura interna para testar sua hipótese principal: a “lei de ferro das oligarquias”. A partir do teste de hipóteses, buscava explicar o que acreditava ser o fracasso das idéias democráticas de sua época.

<sup>7</sup> Este livro foi publicado em 1910, na Alemanha, e em 1912 na Itália (BOBBIO *et alii*, 1992, p. 386).

<sup>8</sup> A palavra “elite” data do Século XVII, quando foi empregada para designar grupos sociais que possuíam alguma característica considerada como sendo superior à de outros grupos. O estudo das elites foi estabelecido como parte da ciência política somente no fim do Século XIX e início do Século XX, em parte como resultado dos estudos de alguns cientistas sociais, entre os quais, Vilfredo Pareto (1848-1923) e Gaetano Mosca (1858-1941), consulte-se, a respeito, BAQUERO, 2000, p.81.

## 1.1 O CONTEXTO HISTÓRICO E A OBRA DE ROBERT MICHELS

O Século XIX foi um século de grande desenvolvimento do sistema capitalista e de rápidas mudanças no mundo, especialmente a partir de 1870. A primeira metade caracterizou-se pela expansão industrial nos novos países industrializados e pelo impulso inicial nos países “não desenvolvidos”. Cresceu também a classe trabalhadora, em número e em consciência política. Tanto os trabalhadores como a burguesia exigiam mudanças, mesmo que seus projetos fossem incompatíveis entre si. Estas mudanças foram buscadas sob formas diversas, como por exemplo, em 1848 quando explodiu um período revolucionário por toda a Europa<sup>9</sup> (ANDERY e outros, 1996, p.395).

Na segunda metade daquele século, o sistema capitalista observou um novo impulso e se desenvolveu em escala mundial. O triunfo global do capitalismo significava a constituição de crescentes segmentos sociais, os quais acreditavam que o crescimento econômico repousava na competição, na livre iniciativa e na busca incessante do lucro. Do ponto de vista político, o período foi marcado por propostas e governos de cunho nacionalista e liberal. Foi nesse período histórico que a Alemanha e a Itália<sup>10</sup> completaram a sua unificação econômica e política, entrando no quadro dos países capitalistas “avançados”.

A população mundial, mesmo na Europa, em meados do Século XIX, ainda consistia sobretudo de famílias rurais. No final da década de 1870, esta distribuição espacial começaria a se modificar, mas, com algumas poucas exceções, a população rural ainda prevaleceria em grande número sobre a urbana por um longo período naquele continente.

---

<sup>9</sup> Sobre o momento revolucionário de 1848, ver HOBSBAWM, 2000 e MOORE, 1987.

<sup>10</sup> A Alemanha era uma nação relativamente atrasada, se comparada à maioria dos países da Europa Ocidental, com uma forte herança medieval. Até meados do Século XIX, era basicamente agrária, e permaneciam instituições feudais. Os centros urbanos eram habitados fundamentalmente por pequenos comerciantes e por uma pequena burguesia industrial, as indústrias de menor porte empregavam poucos trabalhadores. A unificação política da Alemanha deu-se somente em 1871, sob a direção de Otto von Bismarck, porta-voz dos interesses da nobreza rural da Prússia, da Igreja e do exército (ANDERY *et alii*, 1996, p.279-280). Segundo Hobsbawm (2000), Bismarck não era um liberal e estava longe de ser um nacionalista, no sentido político. Era apenas suficientemente inteligente para perceber que o mundo dos *junkers* prussianos (a aristocracia rural alemã) já não poderia ser preservado apenas com a manutenção do conflito contra o liberalismo e o nacionalismo, mas pensava trazê-los para o seu lado. Em 1971, Guilherme I foi proclamado imperador da Alemanha e Bismarck tornou-se o primeiro chanceler do Império (HOBSBAWM, 2000, p.109-112). Na Itália, por sua vez, o rei Vitor Emanuel II assumiu o trono de Piemonte-Sardenha e teve em Camilo Benso de Cavour (chefe de gabinete) a grande figura para a execução da unificação italiana. A unificação foi concretizada com auxílio externo, quando Cavour já havia falecido. Em 1861, Emanuel II foi proclamado rei da Itália, mas ainda permaneciam sem solução os domínios dos territórios da Venécia, em poder da Áustria, e Roma, em poder do Papa. A Venécia foi conquistada com o auxílio da Prússia e a questão romana só foi resolvida em 1929, com a criação do Estado do Vaticano.

As cidades eram um importante símbolo do mundo industrial, bem como a urbanização cresceu rapidamente após 1850. A cidade industrial típica na Europa era a cidade de tamanho médio, visto que nas cidades maiores a indústria ainda era pouco significativa. Na Alemanha, com a fundação do Império em 1871, a industrialização alcançou seu pleno impulso. Moore (1987), analisando as estatísticas alemãs relativas a 1907, observou que a indústria daquele país era um fato provinciano e típico das pequenas cidades. O mundo do artesão ainda sobrevivia em muitas regiões, ao lado ou no interior das fábricas (MOORE, 1987, p.260).

Segundo Hobsbawm, a economia mundial no final do Século XIX e início do Século XX espalhava-se sobre uma base geográfica mais ampla do que antes. Sua parcela industrializada aumentara. Apesar de a economia britânica ter deixado de ser a única totalmente industrializada, continuava tendo a posição dominante no mercado internacional de capitais, bem como sua posição central estava sendo reforçada pelo próprio desenvolvimento do pluralismo mundial. O mercado de massa, até então restrito a gêneros de primeira necessidade, como alimentação e vestuário, começava a incorporar outros bens de consumo (HOBSBAWN, 2001, p. 79-85). Este fato foi corroborado por Moore (1987), que investigando as condições de vida dos trabalhadores alemães<sup>11</sup>, observou a existência de alguns indícios do mundo do consumo de massas. Constatou, no período anterior à Primeira Grande Guerra, entre alguns trabalhadores alemães, o desejo por uma bicicleta, por roupas decentes e mesmo por um banheiro. Porém, o mundo do consumo de massa ainda repousava no futuro, alimentar e vestir a família de forma decente ainda eram as prioridades (MOORE, 1987, p. 296-297).

O número de pessoas que ganhava a vida por meio do trabalho manual, em troca de um salário, aumentara sensivelmente no mundo capitalista ocidental. Especialmente nos países em que a industrialização havia sido desencadeada há longa data, como na Inglaterra, mas também naqueles países que então entravam em um período mais intenso de industrialização (entre 1870 e 1914). A classe trabalhadora não era uma classe homogênea, mesmo dentro de uma só nação. O clássico proletariado da moderna fábrica ou estabelecimento industrial, ainda uma minoria (embora em rápido crescimento), estava longe de ser idêntico ao grosso dos trabalhadores manuais que trabalhavam em oficina, na produção

---

<sup>11</sup> As fontes utilizadas por Moore para investigar a vida e os sentimentos dos trabalhadores alemães desse período foram principalmente autobiografias de “gente pobre”, além de um levantamento feito por iniciativa própria de um trabalhador alemão, chamado Adolf Levenstein, publicado em 1912.



domiciliar da zona rural e nos fundos das casas da cidade. Existiam também divisões entre os próprios operários, divisões entre setores industriais, e mesmo entre os operários de um mesmo setor industrial. Além dessas diferenças, havia outras de origem social e geográfica, de nacionalidade, de língua, de cultura e de religião. Não era fácil, portanto, unir a classe trabalhadora em uma organização, buscando concretizar melhores condições de vida. Os socialistas e os anarquistas difundiam suas doutrinas às massas, até então desprezadas por quase todas as instituições e demais agremiações políticas.

Segundo Hobsbawm (2001), tornou-se cada vez mais claro que a democratização da política nas novas nações era inevitável. As massas marchariam para o “palco da política”, quer isso agradasse ou não aos governantes ou às elites nacionais. Sistemas eleitorais baseados em amplo direito ao voto masculino já existiam na França e na Alemanha em 1870 (pelo menos para o parlamento nacional alemão), bem como na Suíça e Dinamarca<sup>12</sup>. O mundo ocidental se encaminhava para um sistema político baseado num eleitorado sempre mais amplo, dominado pelo “povo comum”. A consequência lógica era a mobilização política das massas para as eleições, que pressionava os governos nacionais. Isso envolveria a organização de movimentos e partidos, a política de propaganda e o desenvolvimento da mídia eleitoral. As discussões políticas paroquiais foram sendo substituídas pelos grandes discursos, enquanto as discussões políticas mais sérias se voltaram para o mundo dos intelectuais e para um reduzido público (HOBBSAWM, 2001, p. 127-130).

A era da democratização foi igualmente a época de uma nova Sociologia Política. Ainda de acordo com Hobsbawm (2001), essa nova Sociologia buscava compreender as transformações históricas do período. Os problemas fundamentais que preocupavam seus expoentes eram essencialmente políticos: como a sociedade mantinha sua coesão fora dos costumes e da aceitação tradicional da ordem? Como funcionariam as sociedades enquanto sistemas políticos sob tais condições? Este conjunto de problemas é o que distingue autores, hoje considerados como os fundadores da Sociologia, da legião de evolucionistas positivistas inspirados em Comte e Spencer. Boa parte do que hoje é classificado como Sociologia, foi inicialmente o resultado do trabalho de estudiosos que se consideravam originários de outras áreas<sup>13</sup>. O que deu unidade ao nascente campo da Sociologia, de fato, foi a tentativa de

---

<sup>12</sup> Durante o Século XIX, os estados europeus desenvolveram um processo de democratização, evidenciado na ampliação do direito ao voto, a formação dos partidos políticos de massa e o reconhecimento de sua função pública.

<sup>13</sup> Como, por exemplo, Vilfredo Pareto, um economista, e Gaetano Mosca, cientista político, mas também Weber, originário do campo do Direito.

entender a “sociedade”, o que as teorias do liberalismo político e econômico não podiam abranger adequadamente. Contudo, a preocupação maior deste conjunto de autores nesse período foi sobretudo refrear a mudança drástica da sociedade, antes do que propriamente transformá-la. Daí a relação ambivalente com Karl Marx e o marxismo (HOBSBAWM, 2001, p. 378-379).

A chamada “teoria das elites” surgiu com uma forte carga antidemocrática e anti-socialista, refletindo o “grande medo” das classes dirigentes e seus intelectuais, nos países onde os conflitos sociais eram ou estavam para se tornar mais intensos. A teoria das minorias governantes apresentava uma crítica radical ao socialismo, como potencial criador de uma nova civilização, e evidenciava aberta desconfiança acerca das massas portadoras de novos valores e direitos (BOBBIO e outros, 1992, p. 386-387).

A controvérsia entre o Estado, de um lado, e a sociedade de outro, que dividiu os intelectuais do Século XIX, foi então superada. A influência de Marx, no que se refere à interpretação do conflito político, como a manifestação dos conflitos de classes sociais, e as relações entre ideologia e estrutura social e seus impactos nas mudanças tecnológicas e políticas, foi decisiva naquele momento (SOUZA, 1966, p. 8).

No debate político posterior (no início de Século XX), segundo Avritzer (1999), a concepção predominante de democracia era derivada diretamente do republicanismo. Este se fundava em dois elementos centrais: a idéia de que a política constitui a forma de vida da comunidade e a idéia de que a liberdade e, portanto, a democracia constituem formas de autogoverno da comunidade. Essas concepções carregam duas contradições que foram exploradas por diversos autores. A primeira refere-se à relação entre participação e o aumento da complexidade administrativa, e a segunda, entre participação pública e representação. Na medida em que o republicanismo não aceitava repensar a idéia de que o processo de crescente complexificação social implicava repensar o problema da participação, ele acabou tornando-se vulnerável à crítica de que a sua concepção de democracia era mais adequada ao mundo antigo. Assim, no início do Século XX, a teoria democrática de corte republicano era vulnerável a um crescente conjunto de ataques (AVRITZER, 1999, p. 20-21).

Hobsbawm destaca a existência, no período, de uma série de publicações versando sobre o que hoje seria chamado de Sociologia Política<sup>14</sup>, baseadas, em grande medida, na experiência da nova política democrática-eleitoral e no surgimento dos movimentos de massa. Entre estas publicações, surgiram os trabalhos de Gaetano Mosca, Vilfredo Pareto e Robert Michels (HOBSBAWM, 2001, p. 129 e p. 378).

## 1.2 OS DOIS PÓLOS DO DEBATE: OS AUTORES ELITISTAS E KARL MARX

Mosca e Pareto, formularam seus estudos como uma refutação das teorias democráticas e coletivistas, em particular o marxismo. Essas teorias, cujos fundamentos podem ser buscados na Grécia antiga, receberam uma formulação mais explícita dos representantes do Iluminismo, nos séculos XVIII e XIX. Marx, por seu turno, apresentou-as sob um modelo mais consistente, dando-lhes um caráter científico.

A análise de Mosca que discute a classe dominante, pretendeu contestar as formulações de Marx. Para isso apresentou um conjunto de argumentos, apoiados na tese de que sempre existiu e sempre existirá uma classe dominante<sup>15</sup>:

Em todas as sociedades – desde as parcamente desenvolvidas, que mal atingiram os primórdios da civilização, até as mais avançadas e poderosas – aparecem duas classes de pessoas: uma classe que dirige e outra que é dirigida. A primeira sempre menos numerosa, exerce todas as funções políticas, monopoliza o poder e goza das vantagens que o poder traz consigo, enquanto que a segunda, mais numerosa, é dirigida e controlada pela primeira, de maneira ora mais ou menos legal, ora mais ou menos arbitrária e violenta e supre aquela pelo menos aparentemente, com meios materiais de subsistência e com o instrumental necessário à vitalidade do organismo político (MOSCA, 1966, p. 51).

---

<sup>14</sup> A Sociologia Política não se apresenta como substituta da Ciência Política. Esta se preocupa, predominantemente, com as funções positivas e manifestas das instituições políticas, enquanto que a Sociologia Política está interessada nas condições sociais subjacentes que afetam o Estado e a Política. A abordagem da Sociologia Política dá ênfase ao fato de que, por um lado, os processos políticos são observáveis em todos os tipos de grupos organizados, e não unicamente naqueles formalmente denominados “políticos”. Por outro lado, eles são analisados em termos de seus contextos sociais, e não como atividades autônomas (SOUZA, 1966, p. 9).

<sup>15</sup> A observação de que sempre existiu a classe dominante ao longo da história não é original de Mosca, ele próprio reconheceu. Pensadores como Platão e Maquiavel fizeram alusões a este fenômeno. Segundo Mosca, era possível observar uma antecipação de sua teoria na obra de Saint-Simon, afirmando a necessidade de uma classe especial, ou seja, uma minoria organizada (ZEITLIN, 1986, p.223).

Mosca baseou-se na suposição de tendências psicológicas constantes que determinam a conduta dos seres humanos,

[...] as tendências psicológicas do ser humano são sempre as mesmas, aqueles que pertencem à classe dirigente começarão a adquirir um espírito de grupo. Ficarão mais e mais exclusivos e aprenderão cada vez melhor a arte de monopolizar a seu favor as qualidades e capacidades essenciais para a aquisição e manutenção do poder (MOSCA, 1966, p. 69).

Marx, porém, sustentava que as classes (inclusive a dominante) e os conflitos entre classes baseavam-se em condições socioeconômicas definidas e que a eliminação destas condições poderia conduzir a uma sociedade na qual seria desnecessária uma classe dominante.

Mosca argumenta, segundo Baquero (2000), que a afirmativa marxista de que com a implantação do coletivismo socialista se alcançaria uma sociedade sem classes, onde o Estado seria o órgão de uma só classe, portanto, sem explorados e exploradores, era uma proposição audaciosa. Pois, considerava Mosca, que em um regime comunista, os governantes não somente disporiam dos poderes soberanos e da força pública, mas também seriam os administradores da única empresa que o Estado controlaria. Assim, continuaria existindo uma minoria dirigente (BAQUERO, 2000, p. 83). Além disso, Mosca acreditava que a mudança histórica, conforme propunha Marx, não teria base realista, e não eram as condições sociais, de fato, que determinariam essencialmente a natureza do homem.

Nesta mesma direção, Robert Michels afirmou que a destruição da sociedade capitalista, chamada por Marx de transição revolucionária, em que o Estado representaria a ditadura do proletariado, seria de fato a “ditadura dos chefes”, aqueles que tivessem a astúcia e a força capaz de arrancar das mãos da sociedade burguesa, em nome do socialismo, o centro da dominação (MICHELS, 1982, p. 237). Tanto Mosca como Michels, ao afirmarem suas teorias, buscavam demonstrar a impossibilidade prática das concepções socialistas, mais especificamente da teoria marxista, baseada no potencial “revolucionário” das massas. Ao mesmo tempo, contestavam os efeitos democráticos da socialização dos meios de produção, o que deveria conduzir a uma nova ordem social, considerada pelos autores elitistas como sendo utópica. Porém, Michels considerava o materialismo histórico de Marx, desde que desprovido da inevitabilidade do socialismo, como uma importante e original contribuição científica. O princípio, segundo o qual uma classe dominante é substituída por outra, e a “lei de ferro das

oligarquias”, por ele proposta, não estavam em contradição com a concepção materialista da história, ao contrário, se completavam, advertia o autor (MICHELS, 1982, p. 229 - 230).

Segundo Zeitlin (1996), Mosca e Pareto basearam seus sistemas de interpretação social em uma concepção de “homem natural”, que seria oposta à concepção de Rousseau e de Marx. Este último, por exemplo, sustentava uma concepção do ser humano individual, com necessidades e potencialidades para o seu desenvolvimento, em que a condição de privação seria imposta por outros homens, e não por condições naturais. As raízes desta concepção acerca da predominância das condições sociais podem ser buscadas em Rousseau. Para este pensador, havia duas condições, a natural e a social, e entre elas um abismo que não poderia ser reconciliado, ou seja, a ordem natural estava em imediato conflito com a ordem social. Se fosse possível determinar como os homens se separavam de sua condição natural, seria possível mudar esta ordem para melhor, insistia Rousseau. Para isso, elaborou um esquema teórico hipotético que deveria servir como padrão para medir o grau de representação imposto por uma sociedade específica. O estado de natureza era um conceito imaginário, uma vez que se baseava em uma experiência que nunca existiu (pois nunca teria ocorrido um “estado pré-social”), uma idéia de como seria o homem vivendo em isolamento, situação sob a qual, para Rousseau, significava um estado de equilíbrio entre o homem e o meio físico. A sociabilidade das famílias que se uniam em sociedades, o aprendizado da linguagem e a capacidade de acumular conhecimentos e transmiti-los foi o nascimento da cultura e, ainda neste período, não teria havido a desigualdade. Com o cultivo de plantas e a domesticação de animais, a divisão do trabalho abriu caminho para todo o gênero de desigualdades. Alguns homens prosperaram mais, acumularam riquezas, surgiram estratos e classes e experimentou-se a insegurança e a violência. Uma parte dos pobres se resignou à condição servil. As instituições e leis surgiram para proteger os ricos e a propriedade privada<sup>16</sup>, sendo, portanto, as circunstâncias sociais que criaram as desigualdades.

Por outro lado, a natureza humana, tal como Pareto e Mosca a concebiam, era perversa e egoísta. Se a injustiça, a desigualdade e a ausência de liberdade foram e continuam sendo as principais características da condição humana, então elas deveriam corresponder à natureza do comportamento político dos seres humanos (ZEITLIN, 1986, p.243).

---

<sup>16</sup> Posição contrária, certamente, ao clássico argumento de Hobbes, segundo a qual o homem cria a sociedade e se submete a um poder central para escapar da guerra vigente no estado de natureza, a luta de todos contra todos.

Mosca (1966) parte da idéia de que em todas as sociedades aparecem, sempre, duas classes de pessoas, uma classe que dirige e outra que é dirigida. A grande vantagem das minorias é que elas são organizadas, e justamente por serem minorias a sua organização mostra-se facilitada. As minorias dirigentes são usualmente constituídas por indivíduos que se distinguem das massas dos governados por qualidades que lhes conferem certa “superioridade natural”, ou seja, atributos, reais ou aparentes, que são altamente valorizados pela sociedade (MOSCA 1966, p. 51-54). Assim, a formação de uma classe dirigente estaria relacionada ao fato de ser um grupo pequeno com melhores condições de se organizar para impor sua vontade às massas desorganizadas. Por sua vez, este grupo legitima sua dominação baseado na presença de atributos singulares ou na capacidade de fazer com que certos atributos fossem identificados como pertencentes apenas à elite dirigente.

Zeitlin (1986, p. 226) observa que na interpretação de Mosca as instituições existentes, em particular a classe dominante, devem sua existência, em parte, às razões socioculturais, mas em última instância, são o resultado da natureza psicológica básica e imutável dos humanos. Esta suposição sustenta a teoria elitista: os indivíduos lutam em todas as situações para a sua preeminência, e disto resulta a dicotomia básica entre dominantes e dominados (ZEITLIN, 1986, p. 226).

Para Bobbio e outros (1992), a divisão da sociedade em governantes e governados foi apresentada por Mosca como um princípio que pretendia ser científico, ou seja, fundado na paciente e imparcial observação regular dos fatos. Além disso, Mosca não se limitou a enunciar o princípio segundo o qual esta divisão existe em todas as sociedades, mas também apresentava uma explicação do fenômeno. A explicação deste fato estava relacionada à capacidade da classe dirigente de se unir, constituindo um grupo homogêneo e solidário (BOBBIO e outros, 1991, p.386).

Mosca (1966) admitia que as massas, por sua vez, podem exercer pressões e influência sobre as classes dominantes e a classe política em geral. O descontentamento popular pode provocar a derrubada de uma classe dominante. Argumentava, porém, que outra classe política surgiria e desempenharia as funções de classe dominante. Caso isto não ocorresse, segundo o autor, toda organização e estrutura social seriam destruídas (MOSCA, 1966, p. 52).

Os argumentos utilizados por Mosca, de acordo com Baquero (2000), têm poucas variações substantivas em relação aos argumentos utilizados por Pareto. Este último tentou

mostrar que a classe governante é composta por uma minoria que monopoliza o poder, as funções políticas e, conseqüentemente, usufrui as vantagens que o poder traz consigo. A classe governada, por sua vez, é composta pela maioria, controlada pela primeira através de instrumentos legais ou repressivos. E é o Estado que se configura como o instrumento de dominação dos governantes sobre os governados (BAQUERO, 2000, p. 83)

Michels, por sua vez, observou que a “teoria da circulação das elites”, formulada por Pareto, só poderia ser aceita com reservas, no sentido de que não se tratava de uma substituição pura e simples da elite, mas de uma constante simbiose, com os antigos elementos da elite atraindo, absorvendo e assimilando os novos continuamente (MICHELS, 1982, p. 226).

Para Michels, suas formulações a respeito dos processos de oligarquização social<sup>17</sup>, ou melhor, a chamada “lei de ferro da oligarquia”, são científicas, da mesma forma que Mosca apresentava suas concepções, pois também estariam fundamentadas pela experiência. Segundo o autor,

a lei da necessidade histórica da oligarquia funda-se em primeiro lugar numa série de fatos fornecidos pela experiência. Como todas as outras leis científicas, as da sociologia decorrem da observação empírica. Mas para tirar do nosso axioma o caráter puramente descritivo e dar-lhe essa virtude de explicação analítica que por si transforma uma fórmula em lei, não basta reestabelecer sob um ponto de vista unitário os fenômenos que podem ser constatados empiricamente: é preciso ainda investigar as causas determinantes. Esse é precisamente o objetivo de nossa pesquisa. [...] a principal causa dos fenômenos oligárquicos que se manifestam no seio dos partidos democráticos consiste no fato de que os chefes são tecnicamente indispensáveis (MICHELS, 1982, p. 237).

O caráter científico defendido por Michels parte da concepção de que seria possível formular “leis sociológicas” nos mesmos moldes das leis da natureza, isto é, fundando-se na observação imparcial dos fatos, para qualquer sociedade e em qualquer época, assim refletindo os cânones positivistas imperantes no pensamento social do Século XIX<sup>18</sup>.

<sup>17</sup> Oligarquia significa que o poder de tomar decisões está nas mãos de um grupo restrito de pessoas. Para Michels, é um mau governo porque é um governo de poucos, isto é, um governo sem base popular ativa, sustentado pela submissão ou apatia das massas.

<sup>18</sup> Conforme Santos (2000), as leis da natureza baseiam-se no pressuposto de que o resultado será produzido independente do lugar e do tempo em que se realizem as condições iniciais. As leis, enquanto categorias de inteligibilidade, repousam em um conceito de casualidade escolhido, não arbitrariamente, entre os oferecidos pela física aristotélica. Aristóteles distingue quatro tipos de causas: causa material, causa formal, causa eficiente e causa final. As leis da ciência moderna são do tipo de causa formal, que privilegia a maneira como funcionam as coisas em detrimento de qual o agente ou qual o fim das coisas, ou seja, a causa formal obtém-se ignorando a intenção (SANTOS, 2000, p. 63-65).

Laurin-Frenette (1976, p. 1-2), ao proceder a um exame crítico da teoria funcionalista das classes sociais (entre os autores analisados, inclui os elitistas, Pareto, Mosca e Michels), busca demonstrar como a Sociologia funcionalista é uma formulação dos postulados e princípios de uma afirmação ideológica do modo de produção capitalista. A autora observa, neste estudo, que desde a sua origem esta vertente sociológica possui pretensões científicas que se baseiam nos critérios de objetividade e o caráter no empírico, ou seja, a ciência apenas observaria e transcreveria os fatos sociais encontrados na realidade, baseando-se na objetividade do investigador, o que garantiria a sua validade. A validade da teoria sociológica, neste sentido, está relacionada ao procedimento do investigador, de não “falar mais do que aquilo que vê na realidade”. Segundo a autora, é sobre este controvertido argumento que se baseiam os sociólogos funcionalistas para elevar suas teorias ao nível de “científicas”. Esta fragilidade epistemológica mostra que esta teoria recebe sua autoridade de uma adequação de suas noções e suas afirmações às idéias correntes admitidas e que alimentam a ideologia dominante. Ao realizar uma análise crítica, segundo a mesma autora, é possível verificar um conjunto de condições que a teoria funcionalista oculta e racionaliza, como resposta às exigências ideológicas da reprodução do sistema.

A teoria funcionalista do fato social, segundo Laurin-Frenette (1976, p. 5-8), baseia-se na idéia de ação social, concebida como resultado da ação individual, em que o modo de agir das pessoas orienta-se para a realização de fins ditados por sua própria natureza. O indivíduo está dotado de aptidões, características, disposições ou instintos que estão relacionados à noção de qualidades individuais e fundamentais da natureza humana, as quais ele tem a necessidade de satisfazer-las. Os atos individuais consistem de eleições (conscientes ou inconscientes), por meio das quais as pessoas contemplam socialmente suas qualidades e suas necessidades naturais. Assim, o fato social é o resultado da ação individual orientada para um determinado fim. Sendo o indivíduo o único que determina a realidade, esta corresponde a sua natureza de ser. Esse raciocínio serve para facultar o estatuto de propriedades universais da natureza humana às diversas condições de existência dos agentes sociais, da representação destes e das práticas impostas por aquelas condições. Porém, na busca da realização de seus interesses, continua a autora, os indivíduos encontram certas dificuldades, entre estes está os demais indivíduos que também buscam satisfazer suas necessidades e alcançar seus objetivos. Desta forma, as relações sociais são relações de competição entre indivíduos que lutam por interesses próprios. O resultado desta disputa é o “triunfo dos melhores”, dos mais fortes, que são os beneficiários supostamente legítimos dos privilégios associados ao mérito. Ao



conceber tal luta como o triunfo dos melhores, pode-se justificar as desigualdades, a dominação, a exploração e a opressão dentro da sociedade, ou entre várias sociedades.

Laurin-Frenette (1976) observa que o modelo do indivíduo singular, livre, autônomo, voluntário, que responde por seus atos, que busca unicamente a realização de seus interesses e vontades, é a base da teoria liberal. Segundo os seus princípios, os homens são desiguais por natureza, porém têm oportunidades iguais de superar sua natureza desigual. A igualdade de oportunidades representaria a garantia de que os vencedores sejam os melhores. A manutenção das relações sociais, segundo a autora, exige que os homens acreditem que existam oportunidades iguais de eles beneficiarem-se e se conceberem como responsáveis únicos por sua própria sorte, de estarem convencidos de que sua posição social corresponde às suas aptidões, escolhas, capacidades e disposição. Neste sentido, a ideologia burguesa apresenta-se como uma demonstração lógica da racionalidade universal das relações sociais capitalistas. O capitalismo aparece como o “melhor sistema”, supostamente o mais racional, para assegurar o progresso da humanidade, porque possui as condições mais apropriadas para permitir que as “leis naturais” atuem (LAURIN-FRENETTE, 1976, p. 8 - 18).

Segundo a mesma autora, nas análises políticas de Robert Michels, podemos encontrar todos os princípios de uma “psicologia do poder”, assim como também nos estudos de Pareto e Mosca. A “lei de ferro das oligarquias”, formulada por Michels, resulta de fatores técnicos e psicológicos e, além disso, a oligarquia se explica pela ambição de poder e de privilégios dos líderes, que chegam ao ponto de dirigir suas organizações com fins pessoais (LAURIN-FRENETTE, 1976, p. 31-55).

### 1.3 A “LEI DE FERRO DAS OLIGARQUIAS”

Michels procura provar sua tese acerca da “lei de ferro das oligarquias” através da descrição e análise das estruturas e das tendências de sindicatos e partidos socialistas europeus – principalmente o Partido Social Democrata Alemão. Para o autor, o caráter aristocrático e oligárquico dos diferentes partidos conservadores de então era indiscutível e, para esses, a lei não provava nada, pois não estavam comprometidos com a democracia. Já os partidos revolucionários e socialistas pretendiam negar o fenômeno oligárquico ou trabalhar para eliminá-lo. Neste sentido, sua análise, comprovando a persistência de tal processo nesses

últimos, seria a prova das tendências oligárquicas inevitáveis em todo tipo de organização humana. Afirmava ainda que:

Nós vimos, é verdade, no seio do partido democrático operário nascer as tendências oligárquicas que ele era chamado a combater. Nós vimos também, graças à diversidade e ao inigualável valor dos elementos que compõem esse partido, as tendências em questão resultarem, com freqüência, em manifestações evidentes de tirania (MICHELS, 1982, p. 241).

Partindo da idéia da impossibilidade de um governo exercido pelas massas<sup>19</sup>, Michels argumenta que a única forma, através da qual as classes sociais podem reivindicar e aspirar realizar um conjunto de objetivos, é a organização<sup>20</sup>. Apesar de a organização ser a condição absoluta da luta política conduzida pelas massas, ela embute seus perigos, pois é “a fonte que as correntes conservadoras lançam na planície da democracia, e ocasionalmente, as inundações que tornam esta planície irreconhecível” (MICHELS, 1982, p. 16).

Segundo o raciocínio de Michels, nos partidos democráticos modernos, a coletividade não tem condição de resolver diretamente as controvérsias surgidas no cotidiano. Neste sentido, surge a necessidade de constituir delegados capazes de representar as massas e assegurar a sua vontade. Em princípio, o chefe<sup>21</sup> é um servidor das massas. Com o tempo, sua tarefa se complica, exigindo certas habilidades individuais e conhecimentos específicos. A especialização técnica, consequência inevitável de toda organização, concentra as decisões, as quais, por sua vez, se tornam independentes da vontade das massas (MICHELS, 1982, p. 7-15).

---

<sup>19</sup> Segundo Michels, o ideal político da democracia é a soberania das massas, mas obedecer às decisões das assembleias populares é de difícil concretização, devido às restrições, que vão desde a facilidade com que as massas se deixam suggestionar, passando pela impossibilidade técnica e administrativa, onde as coletividades não têm condições de resolver diretamente as controvérsias, até a impossibilidade mecânica de sua realização, tempo e espaço para reunir as pessoas em assembleias deliberativas. Neste sentido, o governo direto torna-se irrealizável (MICHELS, 1982, p. 17-18).

<sup>20</sup> A organização surge como o único meio de criar a vontade coletiva. Uma luta política e social não poderá ter êxito a não ser que se desenvolva em um terreno de solidariedade entre indivíduos que têm interesses idênticos (MICHELS, 1982, p.15-16). Portanto, a organização pode ser entendida como um conjunto de instrumentos coordenados por um indivíduo ou grupo com um objetivo comum de buscar determinados fins.

<sup>21</sup> Michels identifica dois tipos de chefes, ou líderes, no movimento operário: o primeiro são os ex-operários que se transformaram em dirigentes das massas, e é nesta categoria que se encontra o maior número de chefes caprichosos e despóticos, de uma vaidade extraordinária e desprovidos de cultura geral ou concepção filosófica. A crítica é encarada por estes indivíduos como uma alusão a seu passado, uma tentativa de humilhá-lo. O segundo tipo são os chefes operários de origem burguesa que se envolvem na causa proletária impelidos por um sentimento moral, pelo entusiasmo ou por convicção científica. Esses elementos, que se deslocam do bloco burguês para aderirem ao proletariado, não são muito numerosos, mas são guiados pela aptidão moral de se indignar contra as iniquidades sociais, e por um conhecimento teórico das formas históricas que os qualifica (MICHELS, 1982, p. 118 - 119 e p.176).

O mecanismo da organização, ao mesmo tempo que lhe dá uma estrutura sólida, provoca na massa organizada graves modificações. Ela altera completamente as respectivas composições de chefes e massas. A organização tem o efeito dividir todo o partido ou o sindicato profissional em uma minoria dirigente e uma maioria dirigida (MICHELS, 1982, p. 21).

Observa-se nesta passagem a aplicação que Michels faz, para as organizações políticas, da concepção de Mosca da “lei social inevitável”, segundo a qual os representantes do povo, eleitos por este, se transformam de servidores a amos do povo. Designados para representar, acabam desenvolvendo outro tipo de interesse que produz uma minoria poderosa e dominante. A teoria elitista de Michels parte do pressuposto de que qualquer organização, para preservar sua existência e sucesso, requer uma hierarquia especializada. Através da especialização, ocorreria um tipo de transferência do poder de decisão, das bases para a cúpula das organizações.

Em suma, toda organização solidamente constituída, seja um Estado democrático, um partido ou uma liga de trabalhadores, apresenta um terreno fértil para a diferenciação de funções e de poderes internos. Quanto mais o aparelho da organização cresce e se desenvolve, mais o poder exercido pelas massas se retrair-se-á, criando uma classe técnica e política com efetivo poder. O princípio da divisão do trabalho se impõe, a organização torna-se uma burocracia hierarquizada, condição essencial para o funcionamento da máquina do partido. Para Michels, uma organização forte exige, por razões técnicas e táticas, uma direção igualmente forte (MICHELS, 1982, p. 21-23).

A formação de um aparelho partidário<sup>22</sup>, ainda segundo o autor, é conseqüência da profissionalização da atividade política. A burocracia profissional, selecionada através do cotidiano ou formada em escolas criadas pelas organizações políticas, contribui para criar artificialmente uma elite de aspirantes ao comando de suas organizações, ampliando o abismo que separa os dirigentes e a massa (MICHELS, 1982, p. 19-21). O aparelho é o instrumento de dominação ou de oligarquização das organizações. A concepção de que os assuntos e decisões, para serem encaminhados de forma rápida e precisa, necessitam de um sistema centralizado, justifica a burocracia. Assim, a centralização garante eficiência ao aparelho da organização, pois “somente um certo grau de cesarismo assegura a rápida transmissão e a precisa execução de ordens na luta de todos os dias” (MICHELS, 1982, p. 27).

---

<sup>22</sup> O aparelho partidário ou a máquina do partido é formado por um conjunto de pessoas, distribuídas por funções diretivas e executivas, e que nele desenvolve uma atividade profissional e lhe garante o funcionamento.

Para Santos Filho (1998), o “argumento da eficiência”, através do qual a participação das massas numa organização entra em conflito com os princípios de administração profissional e técnica (destacados por Michels), subscreve uma noção de eficiência centrada em uma única racionalidade prática possível, que é a racionalidade de correlacionar eficiência e efetivos meios e fins, em que os fatos e o julgamento de valores são distintos. Portanto, o argumento de que as decisões, para serem tomadas de forma eficiente, necessitam de um grupo de pessoas qualificadas, com habilidades e conhecimentos, parte da suposição de que a tomada de decisão é um ato singular, estando, portanto, baseado em um conceito equivocado de tomada de decisões. Santos Filho (1998) apresenta um outro significado para o processo de formação de decisões, através do qual afirma que a tomada de decisão é, geralmente, um processo que passa previamente por uma série de etapas, e a decisão final pode ser vista como o resultado de um processo cumulativo de decisões menores, no qual muitas pessoas tomaram parte. Este resultado final, que encerra e delibera sobre o problema, pode ter sido gerado por um grupo de poucas pessoas, porém reflete a acumulação de passos que podem ter envolvido um conjunto de modificações na proposta original. Assim, o entendimento da tomada de decisão como um processo dinâmico e historicamente informado permite reconhecer que existe um espaço lógico para a participação de uma série de pessoas no processo de decisão e não necessariamente uma minoria centralizadora (SANTOS FILHO, 1998).

Santos Filho (1998) também faz referência a alguns estudos<sup>23</sup>, onde os pesquisadores coletaram evidências empíricas que se contrapõem à tese de Michels, no que se refere ao argumento da eficiência como sendo a satisfação de interesses de longo prazo, e não os objetivos técnicos de curto prazo. Os pesquisadores avaliam que a participação é uma condição necessária para conseguir maior eficiência, aumentar a produtividade e alcançar os objetivos da organização, porque poderá despertar o compromisso com a comunidade e com o *ethos* organizacional (SANTOS FILHO, 1998 ).

Ademais, o fenômeno oligárquico é o resultado da necessidade da organização, mas também é reforçado, segundo Michels, por razões psicológicas. Argumentou que o significado entre o bem individual e o bem coletivo é muito pouco desenvolvida na maioria das pessoas. Na vida dos partidos democráticos pode-se observar indícios de uma indiferença política semelhante, pois apenas uma minoria toma parte nas decisões do partido. As

---

<sup>23</sup> Entre os estudos citados por Santos Filho estão: FISHER, F. and SERIAANI, C. (eds.). **Critical Studies in Organization and Bureaucracy**. Philadelphia, Temple University Press, 1984; CROUCH, C. and HELLER, F. (eds.). **International Yearbook of Organizational Democracy**. Chichester, John Wiley and Sons, 1983.

resoluções de maior importância, tomadas em nome do partido, o são, quase sempre, tomadas por um grupo pequeno de seus membros. A renúncia dos direitos democráticos é voluntária. Salvo nos casos de impedimentos por razões geográficas, que dificultam a participação ativa nas atividades do partido, geralmente é a organização urbana que decide sozinha. Por sua vez, nas cidades, um certo número de indivíduos comparece mais assiduamente às reuniões da organização. Existem aqueles que são animados pelo sentimento de dever e aqueles que só vão a uma reunião por hábito. A maioria das pessoas evita ocupar-se ativamente das questões administrativas e táticas e se submete voluntariamente às decisões que são tomadas. Para demonstrar que, na maioria dos países, existiria um elevado desinteresse dos cidadãos pelos assuntos públicos, Michels apresenta o fato de que nas reuniões em que eram discutidas questões políticas do momento, a audiência era muito menor, quando comparadas às reuniões onde eram tratados assuntos de interesse geral, tais como higiene física, espiritismo etc., mesmo quando reservadas apenas para os membros do partido. Este fato, segundo Michels, foi evidenciando em três grandes centros – Paris, Frankfurt e Milão –, cidades onde existiria uma indiferença com relação aos assuntos do partido e mesmo falta de assiduidade às reuniões ordinárias. As grandes massas não respondiam ao chamado da organização, a não ser quando havia a presença de um destacado orador ou uma palavra de ordem que consideravam relevante, como, por exemplo, na França, o *slogan* “abaixo à carestia!”. Assim, a massa era mais atraída pelo espetáculo, e o que agravava muito mais a situação era o fato de que o público habitual das reuniões e dos comícios nem sempre era constituído por proletários. À noite, terminado o trabalho, o operário queria apenas descanso. O vazio resultante de sua ausência nos eventos era preenchido por indivíduos de situação média, pequenos burgueses, vendedores de jornais, jovens intelectuais, todos “felizes” por serem chamados de proletários e glorificados como a “classe do futuro” (MICHELS, 1982, p. 33-35).

Este desinteresse pode ser verificado, segundo Michels (1982), tanto com relação à vida dos partidos políticos como ao funcionamento cotidiano do Estado. Embora reclamando esporadicamente, a maioria parecia satisfeita por encontrar indivíduos dispostos a se ocupar de seus problemas, ressalta o autor. A necessidade de serem dirigidas e guiadas era muito acentuada entre as massas, mesmo entre as massas organizadas do partido operário. Segundo o autor, a necessidade, por parte das massas, de serem dirigidas, estava acompanhada por um verdadeiro culto aos chefes, considerados “heróis”. Isto se explica pela maior divisão do trabalho nas sociedades modernas, o que resulta na dificuldade de apreender o conjunto da organização política e do Estado, e seu mecanismo complexo de funcionamento. Neste sentido,

diante da complexidade social, as massas colocam nas mãos dos líderes o direito de indicar o caminho e reforçariam assim o seu poder. Soma-se a este aspecto as diferenças de cultura e de educação que existem entre os membros da organização e que imprimem a necessidade de direção sentida pelas massas. Esta tendência se manifestava nos partidos políticos de todos os países, com intensidades diferentes decorrentes de determinadas contingências históricas, ou por razões da psicologia étnica. Para Michels, o povo alemão experimentava com maior intensidade a necessidade de ter alguém que lhe “indicasse o caminho”. Essa qualidade, comum a todas as classes, constituiria o terreno psicológico mais favorável para a hegemonia dirigente. Seriam encontradas no povo alemão todas as condições necessárias a esse resultado: predisposição psíquica à subordinação, profundo senso de disciplina (herança do militarismo prussiano) e uma confiança na autoridade que beirava à ausência de senso crítico. Apenas os originários das províncias renanas, dotados de individualidade mais pronunciada, até certo ponto, constituíam uma exceção (MICHELS, 1982. p. 35-36).

Outro aspecto, segundo Michels (1982, p. 37), que comprova a incapacidade das massas para agir de outra forma, que não pela iniciativa vinda de cima ou externa, são os encargos impostos aos chefes. As atividades realizadas pelos chefes dos partidos profissionais nas organizações democráticas são de crescente complexidade. Os chefes sacrificam continuamente a sua própria vida pessoal, pois as massas desejam a presença de seus oradores nos eventos – os “grandes nomes”. O acúmulo de funções é uma característica dos partidos modernos, e tudo isto traz para o chefe honra e glória, poder de influência sobre a massa, mas também significa excesso de trabalho e constantes preocupações.

A análise realizada por Michels conduz à idéia de que a indiferença política das massas e a necessidade de serem dirigidas asseguram a supremacia dos chefes. Além disso, a especialização na política, bem como em toda a sociedade, leva à necessidade de especialistas. A especialização representa autoridade, reforçando a idéia de que somente os líderes do partido têm a competência necessária para determinados assuntos, justificando sua supremacia. Neste sentido, seria difícil para o cidadão comum se contrapor a um técnico e a toda autoridade que lhe é atribuída, aumentando ainda mais a distância entre os líderes e suas bases. A democracia acaba por se transformar em uma “forma de governo dos melhores”, uma aristocracia. Os chefes seriam considerados, do ponto de vista objetivo e moral, os mais capazes e somente eles poderiam se colocar à frente das massas (MICHELS, 1982, p. 57). Muitos são os dirigentes de organizações que se encontram, tanto na condução política como na teórica, em oposição às massas, o que não os impede de agir em nome delas. As massas

são obrigadas a revestir os chefes de autoridade, o que, em última análise, destrói o princípio básico da democracia. Desta forma, segundo o autor, a incompetência das massas manifesta-se em todos os domínios da vida política e constitui o mais sólido fundamento do poder dos chefes.

Segundo Santos Filho (1998), não há dúvida que na sociedade contemporânea existe uma certa apatia geral da maioria das pessoas em relação ao seu envolvimento nas organizações existentes e nas atividades dos partidos políticos. Mas isto não significa, necessariamente, que este estado de ânimo das pessoas seja inerente ao ser humano. A apatia política pode ser o resultado de um processo histórico de exclusão social da maioria e das formas de organização e burocratização da sociedade moderna. O autor observa que Pateman<sup>24</sup>, por exemplo, considera que a conduta humana não é fixa, mas está dinamicamente ligada aos processos sociais e culturais mais amplos. Do mesmo modo que uma determinada estrutura social pode criar um grupo de pessoas ativas e um outro segmento inativo, outro tipo de estrutura social também poderia estimular a participação de todos e tornar esta tão “natural” quanto a apatia defendida como inevitável por Michels.

Walker (1966), por seu turno, observa que a apatia dos cidadãos é considerada pelos autores elitistas como contribuindo para a estabilidade do sistema político, pois se as massas desinformadas participassem em grande número, os sistemas democráticos entrariam em colapso e a competição política tornar-se-ia impossível. E acrescenta que a apatia dos cidadãos tem muitas origens. Pode originar-se de sentimentos pessoais ou desinteresse pelos assuntos públicos, mas também pode ter sua verdadeira origem na estrutura institucional da sociedade, na debilidade ou ausência de grupos de apoio e estímulo, e até mesmo na oposição de membros do sistema político à participação mais ampla (WALKER, 1966, p. 289-290).

O caráter dominador dos chefes foi apresentado por Michels (1982), como forma de reforçar as explicações sobre o fenômeno oligárquico. Segundo argumentou, um dos fatos mais surpreendentes quando se estuda a história do movimento operário na Alemanha era a estabilidade dos quadros dirigentes. Liebknecht e Bebel destacaram-se no início do movimento operário (1870-71), e trinta anos depois ainda estavam investidos da mesma confiança e das mesmas funções. Tão grande estabilidade não se observava em outros partidos operários na Europa, talvez com a exceção dos partidos italianos. Para compreender

---

<sup>24</sup> Obra de referência: PATEMAN, Carole. Elitism, equality and democracy. In: M. Sawyer (Ed.). **Australia and The New Right**. Sydney: George Allen and Unwin, 1982.

este fenômeno, Michels apresentou alguns fatores, entre os quais a tradição, que exerceria grande influência nas massas revolucionárias, e o sentimento de gratidão ao “camarada” que se dedicou e sofreu pela causa. Ao fim e ao cabo, não é tanto a capacidade, mas a experiência que a coletividade aprecia e não quer renunciar (MICHELS, 1982, p. 61-65).

Segundo Michels, os dirigentes das organizações, para garantir a sua posição política e o seu domínio sobre as massas, utilizam diversos mecanismos, como o monopólio da imprensa que, mantida nas mãos dos chefes, falam em nome da organização, restringindo a liberdade da palavra dos que não concordam com suas posições. A maneira pela qual os chefes utilizam-se da imprensa visando à dominação variava de um país para outro, de acordo com os costumes nacionais.

No caso analisado, Michels julgava que o jornalista alemão identificava-se com toda a redação, ou seja, com a totalidade do partido. O “nós” pronunciado em nome do partido pesava infinitamente mais do que o nome ilustre e, assim, a imprensa anônima oferecia um aspecto cômodo, garantindo impunidade tanto moral como legal. A grande massa considerava o ataque publicado como algo feito em nome de um princípio ou de uma classe, proveniente de uma esfera superior e impessoal.

Já na França, Inglaterra e Itália, o chefe democrático considerava-se responsável pelo artigo publicado e, ao associar seu nome, fazia pesar a sua influência sobre a massa de modo direto. Esta forma é considerada superior por Michel, do ponto de vista moral, uma vez que o leitor tem o direito de conhecer a procedência do que lê, aplicando o princípio de que cada um é responsável por sua conduta (MICHELS, 1982, p. 83-85).

A massa é incapaz, continua o autor, de se governar por si mesma, mas também é verdade que cada um de seus membros, sejam quais forem as suas qualidades, pode conquistar o lugar de chefe e assumir a direção. A ascensão de novos chefes implica sempre, para aqueles que se encontram já instalados, o perigo de perderem seus lugares. A disputa que surge entre os chefes, muitas vezes, impede-os de exercerem suas atividades de forma apropriada. Por tal razão, acreditam que o meio mais eficaz para manter a atenção das massas é provocando incidentes pessoais e se utilizando da capacidade oratória para assegurar a manutenção de seu prestígio (MICHELS, 1982, p.93-95).

Além disso, tem sido uma prática comum, argumentava Michels, desacreditar as eventuais correntes de oposição que surgem internamente, classificando-as de demagógicas,



incompetentes ou corruptoras, no processo de disputa pela direção da organização. Toda oligarquia suspeita de seus aspirantes, vendo-os como inimigos prontos para tomar o poder. Esta é a razão porque os detentores do poder são sempre os mais zelosos partidários da disciplina e da subordinação, que consideram essenciais para a existência da organização. Em nome do interesse coletivo são justificados inúmeros abusos, pois “a palavra mágica com ajuda da qual os chefes conseguiram o tempo todo abafar os germes de uma oposição incômoda, chama-se: interesse coletivo” (MICHELS, 1982, p. 128). Somam-se a estes aspectos as formas de cooptação, através da criação de cargos para aqueles que concordem com suas posições, formando uma espécie de “muro” que não pode ser transposto por aqueles que discordam deles e, desta forma, se distanciando ainda mais de suas bases.

A apatia das massas e a necessidade correspondente de serem guiadas exercem nos chefes uma ilimitada sede de poder. Desta forma, o desenvolvimento da oligarquia é favorecido, acelerado pelas características gerais da natureza humana ( MICHELS, 1982, p. 117-118). Para Michels, todos que se tornam dirigentes das massas não o pretenderam desde o início, porém todos que experimentaram uma ascensão não retornam voluntariamente à posição anterior. A consciência do poder provoca sempre, naquele que o detém, a vaidade de se julgar um “grande homem”, nele(a) imprimindo uma profunda modificação comportamental. O desejo de dominar está adormecido no fundo de toda alma humana, assegura o autor. O autoritarismo dos representantes oficiais do Partido Socialista Alemão foi comparado por Michels ao autoritarismo dos representantes oficiais do Império Alemão. De um lado estava Guilherme II, que aconselhava os “descontentes” a irem embora, e de outro lado, estava Bebel declarando que, se a oposição não aprovasse sua maneira de agir na direção, deveria ser eliminada do partido (MICHELS, 1982, p. 129).

O despotismo dos chefes pode derivar de um fanatismo dogmático ou de uma profunda e cega convicção. Os chefes podem agir desta forma por amor egoísta ao poder, mas também podem acreditar no seu próprio valor e nos serviços que prestam à causa comum. Segundo Michels, em toda burocracia de Estado, decorrente do grande amor ao ofício que anima os funcionários, a mesma identificação ocorreria, porque

[...] o burocrata acredita, fácil e sinceramente que conhece muito bem as necessidades que nem a própria massa conhece, opinião essa que não está, talvez, completamente errada, em certos casos, mas que constitui na maioria das vezes uma mistura de tola pretensão e presunçoso exagero (MICHELS, 1982, p.131).

Do ponto de vista de sua origem social, os chefes socialistas poderiam ser divididos em duas categorias: os pertencentes ao proletariado e os que pertenciam à burguesia. As camadas médias forneciam um contingente insignificante de dirigentes socialistas. O proletário, trabalhador assalariado e o membro do partido eram socialistas convictos, pois este era o seu interesse mais imediato. No caso do pequeno burguês (classes médias), a evolução para o socialismo podia também se realizar de forma pacífica, e suas condições intelectuais e sociais se aproximavam às do operariado. Mas para o socialista de origem burguesa, a situação era bem diferente. O ambiente em que nascia e suas condições econômicas o predispunham a sentir aversão pelas lutas da classe operária com aspirações socialistas. Sua educação baseada na ciência oficial reforçava este sentimento.

Quanto mais rica a família à qual pertencia o burguês, quanto mais apegado fosse às tradições de casta, mais dolorosa e difícil era a sua ruptura. Este burguês que rompia com sua classe de origem e adería à causa operária era classificado, por Michels, como um “homem da ciência”, levado por aquilo que considerava a verdade; ou então era um indivíduo de profundos sentimentos, inspirados no “amor ao semelhante” e se sentia alegre por se sacrificar pelos humildes e oprimidos.

Na avaliação de Michels, os chefes de origem burguesa, apesar de o socialismo ser um movimento contrário aos seus interesses de classe, de modo geral, eram portadores de um idealismo mais fervoroso do que os de origem proletária. Para este autor, era necessário aceitar que o “aburguesamento” do partido socialista estava relacionado à metamorfose provocada em seus chefes de origem operária e na própria atividade política do partido. A luta de classe provocaria, pela ação das organizações, modificações sociais no próprio partido, pois certos grupos seriam elevados à condição burguesa (MICHELS, 1982, p. 135-144).

O chamado aburguesamento do partido operário, continua o autor, seria portanto o processo em que novas camadas imprimiam ao conjunto do movimento operário certas modificações, sendo o resultado de três fatores: adesão de pequeno-burgueses aos partidos proletários; a decorrente organização operária como criadora de novas camadas pequeno-burguesas e, finalmente, a defesa patronal como criadora de novas camadas pequeno-burguesas ( MICHELS, 1982, p. 155).

O primeiro fenômeno - que se refere à adesão de indivíduos pequeno-burgueses ao partido - quase sempre teria razões eleitorais. O apelo do partido passava a não se dirigir, unicamente, aos operários, mas a todos que trabalhavam.

O segundo fenômeno se justifica pela necessidade que tinha uma organização de grandes proporções, como o era o Partido Socialista Alemão, para seu funcionamento e manutenção, de um quadro funcional igualmente grandioso (de secretários, redatores, contadores, etc.). Encontrava-se no partido uma elite que, tendo abandonado o trabalho manual, trocado pelo trabalho intelectual, desempenhava uma série de funções dentro da organização. Segundo Michels, ao abandonarem suas antigas funções (operárias) experimentavam uma transformação que afetaria toda a sua existência: afastavam-se pouco a pouco do proletariado para se elevar à condição de pequeno burguês. Quanto mais crescia o partido, mais complexo tornava-se seu mecanismo burocrático e, desta forma, mais operários tinham oportunidades de ocupar cargos em sua estrutura, melhorando sua condição de vida. A remuneração paga pelo partido, apesar de modesta, era sempre superior ao salário médio que o operário ganharia antes de ingressar na máquina partidária e correspondia a um nível de vida pequeno burguês, o que elevaria este operário acima de sua classe de origem. Assim, este ex-operário experimentava transformações psicológicas, ao ocupar um nível social mais elevado, e nem sempre tinha condições de resistir à sedução do novo ambiente. A transformação social e econômica acarretava aos poucos a transformação ideológica. O aburguesamento, em muitos casos, ocorria com ex-operários que alcançavam uma situação econômica mais elevada, mas há outros que permaneciam ligados às causas operárias, enquanto que no caso dos chamados “ideológicos”, a sua mentalidade não tinha relação com o lugar que ocupavam na sociedade.

O terceiro fenômeno decorria da “defesa patronal” como criadora de novas camadas pequeno-burguesas, as quais, segundo Michels, correspondiam àqueles operários que eram demitidos por estarem ligados à causa socialista. As vítimas de represália precisavam sobreviver e abriam pequenos negócios e, na maior parte dos casos, contavam com a solidariedade de seus camaradas. Além dessas vítimas de represálias patronais, outros operários abandonavam sua classe tentando melhorar sua situação de vida. Formava-se, como resultado, um exército de ex-operários que eram donos de estalagens, vendedores ambulantes e donos de pequenos comércios e que, apesar de suas condições de vida não serem muito superiores às dos operários, lutavam por seus interesses e imprimiam ao movimento operário um grande obstáculo e profundas mudanças de concepções (MICHELS, 1982, p. 155-165 ).

Os partidos operários, na perspectiva de Michels, em vez de se transformarem em instrumentos de uma mudança global na sociedade, acabam sendo absorvidos pelos interesses e desígnios de suas direções, não mais necessariamente coincidindo os interesses dos chefes com os das coletividades. Forma-se uma aristocracia detentora do poder no interior da organização.

Para impedir a formação de uma direção autoritária nos partidos democráticos, segundo Michels (1982, p. 201-204) imaginou-se na época uma série de medidas materiais e ideais, entre elas o postulado do sacrifício pessoal, em que o austero estilo de vida adquiria um valor moral, destinado a impedir ou pelo menos conter, o desenvolvimento de formas oligárquicas nos partidos operários. Isto significaria a absoluta homogeneidade social de todos os dirigentes, através da renúncia pessoal, o sacrifício e o repúdio a todas as formas de existência burguesa. Na avaliação do autor, essas tentativas eram pouco eficazes e tinham como resultado a criação de um fanatismo partidário. Seriam impotentes para estabelecer uma igualdade perfeita, do ponto de vista da mentalidade e da ação, entre os chefes e as massas proletárias.

Outra forma de impedir o desenvolvimento de uma oligarquia no interior da organização foi buscada através das idéias políticas dos sindicalistas, e estes pregavam a necessidade de deslocar o centro de ação revolucionária para os sindicatos. Sua posição era justificada por considerarem o sindicato profissional como um organismo politicamente neutro, onde era possível representar o movimento operário por possuírem a função econômica e política em um único organismo, ou seja, a substituição do partido, que tem a função político-eleitoral, e as associações profissionais, estritamente econômicas, por uma organização completa – o sindicato. Neste caso, afirma Michels, o problema estaria antes em encontrar um meio de reduzir ao mínimo o principal defeito inerente à organização: o domínio da minoria pela maioria. Acrescentava também que o caráter oligárquico do movimento sindicalista manifestava-se no fato de que ele também exigia das massas a obediência absoluta às ordens da elite organizada, já que “conservar o poder torna-se, mesmo para os chefes sindicalistas, a lei suprema” (MICHELS, 1982, p. 205-211).

Os primeiros a insistirem nas conseqüências hierárquicas e oligárquicas das organizações partidárias foram os anarquistas. Mais do que os sindicalistas e do que os socialistas, os anarquistas tinham uma visão nítida dos defeitos da organização. Eles combatiam a autoridade como sendo a fonte de toda a servidão e de toda a escravidão do

mundo e sabiam, até certo ponto, que o individualismo dos chefes manteria em xeque e paralisaria o socialismo. A fim de fugir deste perigo, renunciavam à constituição de um partido no sentido estrito do termo, e seus adeptos não estavam organizados sob uma forma estável. Segundo Michels, a ambição dos chefes anarquistas encontrava um campo menos vasto para desenvolver-se, e como consequência lógica deveria-se esperar que o idealismo fosse mais acentuado, de modo geral, no chefe anarquista, se comparado ao chefe socialista. Mas o fato de serem os chefes anarquistas, de modo geral, moralmente superiores, não impediria que existissem entre eles algumas pessoas com qualidades e pretensões peculiares aos chefes. A luta teórica contra toda a autoridade não era capaz de sufocar a “natural ambição do poder”. Os instrumentos de dominação de que se serviria o chefe anarquista eram similares aos do apóstolo ou do convincente orador: o poder do pensamento, a grandiosidade dos sacrifícios, a profundidade das convicções, e seu domínio era exercido não sobre a organização, mas sobre os espíritos.

Os anarquistas acreditavam na “ação direta”, à qual atribuíam o valor de um “princípio moral”, contrariando a tática de negociações, e da via hierárquica do sistema de representação. A ação direta permitiria alcançar a melhoria de vida dos trabalhadores e, conseqüentemente, emancipar o proletariado do capitalismo e da centralização política, como obra pessoal e imediata dos próprios operários. Apesar disto, o anarquismo, segundo Michels, sucumbiu, no mesmo grau do que o partido socialista, à lei do autoritarismo, quando abandonou a esfera do pensamento puro e seus adeptos se uniram em associações com o objetivo de exercer uma atividade política qualquer. Concluiu que o anarquismo, que constituiu a visão mais abstrata e mais idealista do futuro, prometeu ao mundo uma ordem, em que estava excluída a concentração do poder, mas não soube dar, em sua teoria, os elementos lógicos dessa ordem (MICHELS, 1982, p. 213-216).

A oligarquização das organizações é algo, assim, inevitável e apesar das diversas tentativas de buscar alternativas a esta situação, segundo a avaliação de Michels, não se resolveu o problema, o que apenas colaborou para confirmar a sua tese da “lei de ferro das oligarquias”. O fenômeno oligárquico, portanto, é explicado por Michels por dois conjuntos de fatores: os fatores psicológicos e os fatores decorrentes da necessidade de ordem tática ou técnica da própria organização. Este segundo fator organizacional pode ser considerado o mais importante:

Reduzida à sua mais breve expressão, a lei sociológica fundamental que rege inelutavelmente os partidos políticos [...] pode ser formulada assim: a organização é a fonte de onde nasce o domínio dos eleitos sobre os seus eleitores, dos mandatários sobre os mandantes, dos delegados sobre os que delegam. Quem diz organização, diz oligarquia (MICHELS, 1982, p.238).

Segundo Michels, o processo que começa com a diferenciação das funções era concluído com a ajuda de um conjunto de qualidades que os líderes adquiriam pelo fato de terem se separado das massas. Os líderes que surgiam espontaneamente, tornam-se líderes profissionais e não tardavam em transformarem-se em dirigentes estáveis. O fenômeno oligárquico tem uma sua explicação em parte pela transformação psíquicas que os indivíduos sofrem ao longo da vida.

Mas ele se explica também, e até mesmo em primeiro lugar, pelo que poderíamos chamar de a psicologia da própria organização, isto é, pelas necessidades de ordem tática e técnica que decorrem da consolidação de qualquer agregado político disciplinado (MICHELS, 1982, p.238).

Michels concluiu o seu trabalho afirmando que a imaturidade objetiva das massas não era um fenômeno transitório, pois estaria na natureza das massas, as quais, mesmo organizadas, são incompetentes para resolver a multiplicidade de problemas que lhes são apresentados. Porém, não se deve renunciar à busca de uma ordem social que torne possível a completa realização do conceito de soberania popular. A democracia<sup>25</sup> é um “tesouro que ninguém encontrará”, mas pesquisando para encontrar o que não pode ser encontrado, se estará fazendo um trabalho não menos útil e proveitoso pela democracia. Diante da conclusão da impossibilidade democrática, a saída seria a educação das massas, o que daria a elas maior capacidade de se opor, no limite do possível, às tendências oligárquicas que as ameaçavam (MICHELS, 1982, p. 240-243).

A “lei de ferro das oligarquias” gerou polêmica e muitas críticas. Segundo Baquero (2000, p. 98), a inevitabilidade da oligarquia tem encontrado críticas acirradas, mas, na sua maior parte, os críticos de Michels concordam que os partidos tendem a ser oligárquicos.

Gramsci observou que a obra de Michels sobre os partidos políticos podia ser interessante, como coleta de material bruto e de observações empíricas. Mas, em algumas

---

<sup>25</sup> A democracia, para Michels (1982) significa o autogoverno das massas, conforme decisões das assembléias populares. Neste sentido, o problema da democracia é identificado com o termo autogoverno, e seu progresso com a aplicação de formas de autogoverno.

citações, o juízo sectário de um polemista era apresentado como “fato histórico”. Além disso, enfatizava [...] “a descritividade e a classificação externa da velha Sociologia Positivista são outro caráter essencial destes textos de Michels” (GRAMSCI 1978, p.110).

Por outro lado, May (1965, p.417) apresenta Michels não como um democrata, mas como um revolucionário romântico, que deplorava os efeitos conservadores da organização. Além disto, possuiria um profundo pessimismo sobre o destino da humanidade, o que aparece na sua análise sobre as conseqüências da organização.

Já Sartori (1994, p. 203) destaca não ser possível desconsiderar a importância da mensagem de Michels de que a organização destrói a democracia e a transforma em oligarquia, sendo este processo inevitável. Mas também argumenta que muitas críticas podem ser feitas ao diagnóstico deste autor, entre as quais: primeiramente, porque existem muitas formas de organização e não se pode concluir, sem justificativa, que todas seriam necessariamente oligárquicas, incompatíveis com a democracia. Em segundo lugar, o campo de observação empírica de Michels seria muito restrito, limitando-se basicamente ao Partido Socialista Alemão do seu tempo, e em terceiro, não existiriam motivos para passar da premissa “os partidos não são democráticos” para a conclusão “a democracia não é democracia”, pois a prova que apresenta é limitada demais para a amplitude de sua conclusão. Apesar disto, Sartori acredita que as observações de Michels acerca do Partido Socialista Alemão seriam relevantes para os partidos de massa europeus e, assim, a lei de Michels poderia ser aplicada, mas como uma “lei de bronze”, pois o argumento básico sobre a organização é uma generalização que, vaga como é, detecta apenas uma tendência.

Além disto, não importa quão oligárquica é a organização da minoria quando examinada de dentro, desde que o resultado da competição entre elas seja democrático (SARTORI, 1994, p. 207). Este argumento pode ser encontrado em Schumpeter<sup>26</sup> que reduz a democracia à materialização de um conjunto de procedimentos.

---

<sup>26</sup> O questionamento da soberania popular parte dos problemas já levantados por Weber e que Schumpeter transformaria em uma pergunta: como é possível que o povo governe? A conclusão a que chega é que no sentido mais amplo do conceito de soberania o governo do povo é impossível, e para manter os fundamentos do conceito de soberania popular é necessário retirar do seu conteúdo a idéia de busca de um bem comum substantivo, transformando, portanto, a soberania em um método de escolha de governantes. A solução é a transformação do conceito de soberania de um processo de formação da vontade geral e um processo de autorização de governantes. Está idéia integra no interior da teoria democrática duas preocupações – teoria das elites e teoria da sociedade de massas – restabelecendo a compatibilidade entre democracia e elites. A redução do conceito de soberania implica limitar o papel do povo a selecionar no interior das elites aqueles que pareçam mais capacitados a governar (AVRITZER, 1999, p. 25-26).

A posição de Michels busca justificar a inevitabilidade da presença de estruturas organizacionais hierárquicas em qualquer organização. Santos Filho (1998) contra-argumenta que, se existem práticas hierárquicas e elitistas, é porque houve certas condições históricas na sociedade para elas vicejarem. Mas a “lei de ferro das oligarquias” ou a lógica interna das organizações burocráticas não precisam ser consideradas como inevitáveis. As instituições e organizações sempre estarão abertas a possibilidades diferentes de funcionar. No que se refere ao processo de tomada de decisão educacional, o autor apresenta argumentos ético-políticos, psicológicos, sociológicos e pedagógicos para justificar o aprofundamento da participação na escola, como forma de se evitar a oligarquização das estruturas escolares (SANTOS FILHO, 1998).

A crítica formulada por Zeitlin (1986) ao trabalho de Michels sobre a tendência oligárquica baseia-se nos pressupostos desse autor (mesmos pressupostos de Pareto e Mosca), onde a inevitabilidade da oligarquia está assentada em uma concepção da natureza humana, segundo a qual é inerente à natureza dos seres humanos buscar o poder e, uma vez obtido, tratar de lhe perpetuar. Para Zeitlin (1986), é um erro tratar esta como uma “lei social”, como se fosse universalmente válida, no sentido de ser independente da vontade dos homens e em qualquer situação. Argumenta que algo que pode ser considerado como uma lei somente em uma determinada circunstância, e não deve ser considerado como tal em todas as circunstâncias. Afirma que as condições sociais provocam, de modo típico, uma resposta subjetiva dos seres humanos, e a maneira como definem essas condições, julgando-as boas ou más, pode ocasionar diferenças. Em certos períodos, as condições sociais podem impor limites insuperáveis à ação dos homens, porém em outros períodos podem ocorrer oportunidades de mudança. Michels, ao admitir que a democracia ideal é impossível nas condições econômicas e sociais existentes, se seguisse esta mesma lógica, não poderia admitir nenhuma “lei de ferro”, já que as tendências oligárquicas e outras tendências sociais dependeriam do sistema social existente, porém acaba dando grande ênfase às chamadas leis psicológicas inatas. Para Zeitlin, não resta dúvida de que os fatos que Michels descreve, como tais, sejam verdadeiros, mas isto não quer dizer que as conclusões que extrai de sua análise também o sejam. Neste sentido, sua lei da oligarquia só poderia ser aceita caso se aceitasse a sua concepção de natureza humana (ZEITLIN, 1986, p. 249-250).

Michels, em seu estudo, apresentou o processo em que as direções das organizações políticas passam a ser dominadas por uma classe de políticos, de técnicos da política, restringindo a atuação de suas bases sociais. Os dirigentes acabam por desenvolver



determinadas estratégias para manterem-se no poder. Este fenômeno, chamado de oligárquico, é explicado, segundo o autor, pelo próprio processo organizativo, sendo reforçado por fatores da psicologia coletiva: as massas não estariam preparadas e também não estariam interessadas em exercer seu papel, necessitando de lideranças.

Segundo Michels a organização que surge com o objetivo de representar os interesses de suas coletividades, acaba produzindo, a partir da divisão de funções e especialização das atividades derivadas do processo organizativo, uma direção técnica e política com efetivo poder. A organização passa a operar na defesa de sua própria manutenção, e conseqüentemente da posição ocupada por suas direções, ficando em segundo plano o interesse coletivo.

Para explicar este processo, Michels, em alguns momentos, recorre a julgamentos da natureza humana, o que poderia ser compreendido dentro do contexto histórico em que desenvolveu seu trabalho. Seus referenciais teóricos refletem o pensamento de uma época e um determinado momento do desenvolvimento da Ciência Social. Contudo esta não é a ênfase central em seu estudo, já que considera que a principal causa do fenômeno oligárquico estaria nas relações estabelecidas entre os grupos sociais, na sociologia das organizações.

Em uma leitura atenta da obra de Michel, por vezes, sentimos falta de maiores informações sobre os objetos investigados, o que poderia garantir maior veracidade em suas afirmações. Podemos ainda acrescentar, com relação ao contexto histórico e seu reflexo na obra de Michels, que este autor apresenta como base empírica em seu estudo os grandes partidos de esquerda, todos localizados em um espaço determinado, basicamente na Alemanha, Países Baixos, Itália e Grã-Bretanha, salienta-se que o Partido Socialista Alemão é o principal objeto de seu estudo. Esta limitação pode suscitar um questionamento: seu campo de observação seria suficiente para garantir a veracidade científica de suas conclusões?

Vários questionamentos podem ser levantados sobre a obra de Michels, principalmente no que se refere à sua metodologia de trabalho, porém as questões apresentadas em seu estudo, no que se refere à problemática da representação, da participação, da criação de estruturas de poder, ou seja, a problemática organizacional, ainda permanece muito atual.

Os estudos sobre os assentamentos rurais que tratam da problemática organizacional apresentam-nos as dificuldades encontradas pelos assentados na construção de uma

representação nos assentamentos. A busca de formas organizativas surge com um requisito para tornar viável sua situação enquanto novos produtores. Acreditamos que a estrutura organizativa desenvolvida a partir de modelos de organização social e produtiva, oferecidos pelo MST, tem um peso considerável nos conflitos evidenciados nos assentamentos. Criam uma divisão de funções que oferecem oportunidades diferenciadas e que restringem a participação ampla no processo de condução destas organizações. É possível observar, a partir destes trabalhos e tendo como referência a obra de Michels, a criação de uma estrutura de poder e a presença de certos comportamentos sociais passíveis de serem analisados.

Portanto, nesta dissertação resgatamos na obra de Michels os aspectos relevantes para uma reflexão sobre as organizações desenvolvidas em assentamentos rurais, em um contexto totalmente diferenciado daquele observado pelo autor, abordando a questão do poder e suas implicações.

No que se refere às conclusões de Michels sobre a inevitabilidade do processo oligárquico, parecem-nos que estas refletem muito mais as idéias, os temores e a maneira de fazer ciência de uma determinada época. Não é o propósito desta dissertação aprofundar esta problemática, mas sim considerar o fenômeno oligárquico como uma tendência, verificando sua existência ou não em nosso objeto de estudo. Ou seja, Michels nos propõe um modelo explicativo sobre o funcionamento das organizações, buscamos examinar o MST e suas organizações a partir dele.

## **2 APRESENTAÇÃO DE QUATRO ESTUDOS SOBRE A ORGANIZAÇÃO SOCIAL E PRODUTIVA EM ASSENTAMENTOS RURAIS**

Conforme referido na introdução, foram quatro os trabalhos selecionados para a análise sobre as práticas organizacionais em assentamentos rurais, nos quais é influente a presença do MST. Estes trabalhos apresentam algumas experiências organizativas em assentamentos rurais, que foram implementadas aos longo da trajetória do MST. Apesar das especificidades de cada estudo, genericamente, estes abordam as dificuldades, as práticas sociais, a diversidade de valores e os interesses entre os assentados, como também as relações que se estabeleciam a partir da organização dos assentados nos espaços investigados. Portanto, a “base empírica” desta dissertação é composta por estes estudos que analisam as situações encontradas pelos pesquisadores nos assentamentos. Não é nosso propósito questionar suas abordagens, mas considerar seus aspectos relevantes, tendo como referência a análise explicativa de Michels sobre o desenvolvimento do fenômeno oligárquico. A seguir cada um dos trabalhos é apresentado de forma resumida.

### **2.1 RESUMO DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE NEUSA DE CASTRO ZIMMERMANN**

Neusa de Castro Zimmermann (1989), em sua dissertação de mestrado, *Depois da Terra, a Conquista da Cooperação: um estudo do processo organizativo em um assentamento de Reforma Agrária no Rio Grande do Sul*, teve como objetivo evidenciar os principais mecanismos sociais internos que atuavam naquele microcosmo, inibindo ou estimulando a adoção de “formas grupais” de trabalho. Esse estudo de caso, por seu pioneirismo, tornou-se referencial para os pesquisadores, que posteriormente buscaram analisar as relações internas em assentamentos rurais e o papel de militantes do MST e outros grupos de mediadores.

Como é usual em tais estudos, a autora fez inicialmente um relato das condições enfrentadas pelos trabalhadores rurais, antes e após o assentamento, revelando as dificuldades

vividas pelas famílias. Segundo Zimmermann, antes da formação do acampamento da Fazenda Anoni (outubro de 1985), de onde os assentados são oriundos, as famílias viviam em municípios do Alto Uruguai. Esta região caracterizava-se pela presença predominante de estabelecimentos rurais com áreas menores de cinquenta hectares. Os avanços da exploração capitalista na região, o regime de repartição de terra para os filhos e a migração interna de antigos núcleos coloniais em direção ao Alto Uruguai, entre outros fatores, vinham acarretando a crescente pauperização das famílias rurais, aprofundando a “minifundialização” e a expropriação, acabando por gerar o chamado colono sem-terra.

Segundo dados coletados pela autora, os dirigentes do MST do acampamento da Fazenda Anoni, tendo conhecimento da área da Fazenda Etel, organizaram uma ação de ocupação, mobilizando 61 famílias. A ação foi dirigida pelo MST, mas também contou com a participação de entidades componentes do “Comitê de Apoio à Reforma Agrária do Rio Grande do Sul”, que então existia. Houve forte reação da Brigada Militar, Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (FARSUL), prefeitura de Eldorado do Sul e outras entidades contrárias à ocupação.

As famílias ficaram em barracas de lona e plástico por três meses, onde conviveram com situações extremamente difíceis: um despejo, coordenado pela Brigada Militar; pressões de capangas do ex-proprietário; fortes chuvas acompanhadas de vento e frio, algumas vezes determinando a perda dos poucos pertences das famílias; além de uma retirada voluntária da área, para atender às condições impostas pelo proprietário ao obter a reintegração de posse na Justiça Federal.

Após o exame da utilização da terra e dos níveis de produtividade apresentados na fazenda ocupada, o então Ministério de Reforma e Desenvolvimento Agrário (MIRAD) concluiu por sua classificação como “empresa rural”, não sendo passível de desapropriação por interesse social. Frente à decidida posição das famílias em voltarem a ocupar a área, foi firmado um acordo entre o MIRAD e o proprietário, visando à aquisição da área pelo Estado. Em 1987, foi criado oficialmente o projeto de assentamento da Fazenda Etel, onde 24 famílias foram assentadas.

Segundo Zimmermann, na fase anterior ao acampamento da Fazenda Anoni, quando as famílias ainda estavam na região do Alto Uruguai, foi comum que os assentados praticassem relações de parceria, com a participação de 50% dos ganhos sobre a produção

obtida. Além disso, a dinâmica de produção que se estabelecia na ocasião nos municípios do Norte do Estado e regiões próximas, caracteristicamente especializadas e em bases empresariais, explica também o fato de vários assentados estarem habilitados como operadores de máquinas, já tendo sido empregados em tais funções. A modernização também influenciou os cultivos desenvolvidos no assentamento, como a soja associada ao milho, entre outros culturas.

Os assentados da Fazenda Etel compreendiam especialmente dois grupos étnicos distintos. De um lado, os descendentes de terceira e quarta geração de imigrantes alemães e italianos - “os de origem” - e, de outro lado, aqueles de ascendência lusa, espanhola e/ ou indígena - os “caboclos” e “brasileiros”, ou “bugres”, estes últimos quando predominavam os caracteres índios.

A estrutura agrária e a tônica de desenvolvimento da região da qual os assentados são originários determinaram trajetórias e experiências múltiplas de trabalho, como atuar como parceiros dos pais ou de terceiros, operadores de máquinas, trabalhadores sazonais nas “granjas”, arrendatários, etc. As famílias diferiam com relação ao tamanho e composição, determinando grande variabilidade quanto à disponibilidade de trabalho e tamanho da unidade doméstica de consumo. A polarização étnica estabelecida pela presença de “caboclos” e os de “origem” foi outro fator de diferenciação. Com base em estudos de Lando e Barros (1981)<sup>27</sup> sobre a colonização alemã no Rio Grande do Sul, Zimmermann (1989) explicitou a denominação de “colonos” atribuída aos agricultores imigrantes europeus e seus descendentes, determinado pelo sistema de colonização instaurado no Rio Grande do Sul. Segundo a autora<sup>28</sup>, os colonos provêm de famílias de reconhecida vocação agrícola e vínculos fortes com a propriedade da terra e com a religião. O acesso obtido via sistemas educacionais do Estado e congregações religiosas, ao longo das décadas, permitiu aos imigrantes europeus e seus descendentes o desenvolvimento de níveis mais altos de escolaridade e outras habilidades profissionais. Já os caboclos foram quase sempre excluídos, tendo ficado à margem da maioria dos projetos do governo e igualmente marginalizados pela ação das pastorais rurais da Igreja Católica. Profissionalmente, o senso comum considerava o caboclo como um “desqualificado”, além de politicamente subjugado. A compreensão

---

<sup>27</sup> A autora tem como referência a obra de LANDO, M. e BARROS, E. C. **A colonização alemã no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora Movimento, 1981.

<sup>28</sup> Tendo como referência BENINCÁ, E. **Conflito religioso e práxis: a ação política dos acampamentos de Encruzilhada Natalino e Fazenda Anoni e o conflito religioso**. São Paulo: 1987. (Dissertação de Mestrado). Pontifícia Universidade Católica, PUC.

dominante era que fossem “fatalistas” e “conformistas”, estando sempre a serviço de outros ou necessitando de proteção de quem lhe pudesse ser superior.

Zimmermann ressaltou ainda que nos estados do Sul são chamados de colonos todos os pequenos produtores rurais (proprietários, parceiros, arrendatários e posseiros), os quais, juntamente com suas famílias, organizam e participam diretamente da produção.

As condições de vida anteriores à fase de acampamento na Anoni eram muito precárias, pois mais da metade das famílias viviam em áreas rurais, em habitações rústicas, sem acesso à luz elétrica ou água tratada, e afetadas por deficientes serviços de transporte, saúde e educação. Vinte e cinco por cento já viviam em áreas urbanizadas, a maioria na residência dos pais.

A decisão de ocupar a Etel surgiu em face do agravamento da situação vivida pelos colonos sem-terra, mas também em função da mobilização resultante do contexto favorável criado pelo início do “I Plano Nacional de Reforma Agrária” (I PNRA), assinado em 1985, e o exemplo vitorioso do acampamento de Encruzilhada Natalino e de Nova Ronda Alta, ambos na região do Alto Uruguai. A relação estabelecida entre as famílias, ao longo do processo de discussão, a vivência dos conflitos e a ajuda mútua animada por um objetivo comum (a luta pela terra) foram modelando idéias, comportamentos e expectativas. As diferenças tornaram-se pouco nítidas no tempo do acampamento. O que “homogeneizava” os colonos sem-terra era a compreensão das dificuldades cada vez maiores de obterem a sua base real de existência, e o reconhecimento de que existia uma estrutura econômica e política dominante que os subordinava, proletarizava e expropriava. Não acreditando mais nos mecanismos de migração, resistiram às novas frentes de colonização, espontaneamente ou por estímulo oficial. Segundo a autora, as diferentes categorias sociais que compunham o MST lutavam contra a exploração e a dominação resultante da lógica da acumulação capitalista vigente. Transformados em sujeitos coletivos, os colonos sem-terra logo se perceberem como uma totalidade indiferenciada.

Ao passarem para uma fase de redimensionamento de sua experiência social, com a efetivação do assentamento pretendido, ocorreu uma desmobilização, como resultado de um longo e tenso processo de enfrentamentos que os sem-terra haviam empreendido. O MST definia o assentamento como uma importante vitória, porém era necessário dar continuidade à luta por uma política agrícola condizente com as realidades vividas pelos assentados e

pequenos produtores, bem como a conquista da “reforma agrária real”, só seria possível, defendia o Movimento, com a mudança estrutural da sociedade. Sob esta perspectiva, o MST orientava e estimulava as famílias à adoção de formas entendidas como modelares de organização da produção, que deveriam constituir-se em “ferramentas pedagógicas” para o crescimento de uma “consciência crítica”, que tinha sido desenvolvida nas etapas anteriores. Neste contexto, em que as especificidades familiares, trajetórias de vida e de trabalho ressurgiam, também se explicitaram as contradições do modelo de organização social e produtiva proposto para as famílias no assentamento.

Desta forma, relata o estudo da pesquisadora, esperava-se que se concretizasse o interesse na adoção de novas formas de apropriação da terra, compra e utilização de equipamentos e máquinas em conjunto; assimilação de práticas agrícolas e de critérios diferenciados na distribuição do trabalho, enfim, uma proposta organizativa ampla, denominada “Cooperação Agrícola”, desenvolvida pelas instâncias dirigentes do MST e pelas lideranças do assentamento. A CPT, agente de mediação, também influenciou na escolha desta proposta, no sentido “comunitário” do trabalho coletivo e de “ajuda mútua”, propondo a formação de “lavourões”, que poderiam se constituir em instrumentos de reordenação das relações sociais e uma nova forma de tornar a força de trabalho mais produtiva, otimizar o uso de meios de produção e formar uma identidade política mobilizadora<sup>29</sup>.

Segundo a investigação de Zimmermann, a cooperação agrícola era explicada pelo MST como forma de agregar vários dias de serviço dos agricultores, acumulando dias de trabalho para aplicar em capital. Os fundamentos econômicos desta proposta referiam-se ao aumento da produtividade, reduzindo-se a força de trabalho e os insumos, tornar-se-ia viável o investimento em capital constante (máquinas e equipamento, etc.) e levando à otimização da produção agrícola (racionalização, especialização e aumento dos rendimentos físicos). Os fundamentos políticos referiam-se à participação em formas associativistas de produção, constituindo-se em mecanismos para a compreensão dos desequilíbrios sociais e políticos, uma resposta dos camponeses à exploração da qual sofriam. Assim, o MST via a cooperação

---

<sup>29</sup> O “sentido comunitário” foi contextualizado pela autora da seguinte forma: a partir das conclusões do Concílio Vaticano II e da II Conferência Geral do Episcopado Latino-americano de Medellín (1968), há o surgimento da “nova igreja no campo”, e tem lugar, entre setores de hierarquia do clero, uma tentativa de “conversão” da instituição, buscando realizar uma nova teologia de Igreja e uma opção pelos pobres e oprimidos. Nesta concepção teológica, a conversão entre a “fé e vida” pressupõe união, solidariedade e igualdade. Trata-se de promover a “libertação” da comunidade cristã. A “nova igreja do campo” propõe a formação de “roçados comunitários” ou dos “lavourões”, como era chamado no Rio Grande do Sul, entendendo que poderiam constituir-se em sistemas de reordenação das relações sociais (ZIMMERMANN, 1989, p. 95).

agrícola como um mecanismo de “resistência ao avanço do capitalismo no campo”, e como meio de avançar politicamente, organizar, conscientizar, transformar e “conquistar o poder”. A cooperação agrícola tinha como unidades básicas as associações simples ou complexas, formais ou informais, as quais atenderiam também aos aspectos agrônômicos e sociais, como práticas de melhoramento e conservação dos solos, manejo adequado dos recursos hídricos e florestais, e o emprego de tecnologia e culturas apropriadas. Além disso, a cooperação agrícola fortaleceria os laços de solidariedade, amizade e coesão do grupo, facilitando a alocação de recursos e equipamentos comunitários (água, luz elétrica, etc.), além de manter a constante discussão sobre a importância de participar em outros movimentos populares e sindicais.

Segundo Zimmermann, a primeira forma organizativa da Etel surgiu ainda no acampamento da Anoni, como resultado de três preocupações convergentes: a das próprias famílias acampadas, visando atender aos critérios do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para a seleção; a do MST, que buscava consolidar um trabalho comunitário de cunho econômico e político, através de experiências grupais; e a do Estado, que buscava a participação dos “parceiros”, desde as primeiras ações no assentamento, de forma organizada. A inscrição na Anoni, em grupos, traduziu a rede de relações estabelecidas no acampamento, e mesmo a anterior, nos municípios de origem. Já no acampamento instalado na Etel, uma nova configuração de grupos se estabeleceu. Após verificação do INCRA, somente 24 famílias poderiam ser contempladas com a terra. Isto se deu em face da disponibilidade de terras agricultáveis e da redução de 25% da área total do assentamento, parcela que continuaria com o ex-proprietário. A formação dos grupos também refletia o momento político então vivido no Rio Grande do Sul, pois a coordenação estadual do INCRA estava nas mãos de um antigo assessor da CPT, e assim o modelo coletivo foi reforçado na prática. O critério de pontuação individual para a seleção valorizava basicamente a força de trabalho disponível associada à forma organizativa que pretendiam assumir. Essas formas, concebidas pelo MST e adotadas pelo INCRA, refletiam situações distintas de cooperação, que eram as seguintes:

- a) coletiva: caracterizada pelo espaço físico produtivo e doméstico de domínio e responsabilidade do grupo integrante;
- b) semicoletiva: organizava coletivamente as relações econômicas, sendo individualizado o espaço doméstico e parte do produtivo;



- c) associação de máquinas: reunia interessados em se associar para a aquisição de máquinas e equipamentos;
- d) associação de vizinhança: os assentados reuniam-se apenas para o trabalho em mutirões.

No assentamento ocorreram diferentes tentativas de organização grupal para a produção, segundo as formas modelares estimuladas pelo MST e INCRA. Bem como surgiram outras modalidades como resultado da dinâmica das relações do conhecimento mútuo, ou através da orientação da CPT (“lavourões”).

As primeiras modificações nos grupos ocorreram por ocasião da liberação do crédito especial (PROCERA), em 1987. Este financiamento especial para os assentados de reforma agrária serviu igualmente para induzir a formação de novos grupos. O plano inicial de liberação destinava um volume maior de recursos para aquelas famílias que fizessem a aplicação em grupo. As 24 famílias assentadas, segundo a investigação da autora, dividiram-se em cinco grupos.

O grupo coletivo englobava sete famílias, em 126 hectares, onde não existiam linhas divisórias, e a aquisição de recursos para a produção e plantio era realizada conjuntamente, sendo esta a forma mais valorizada pelo MST. A relação de parentesco e afinidade era o traço predominante no grupo, o que conferia uma relação peculiar de ajuda mútua e de reconhecimento de autoridade entre seus membros. Todos os integrantes deste grupo tinham origem em um mesmo município na região do Alto Uruguai, além de relações de trabalho e experiências profissionais semelhantes. Os filhos dos casais que compunham o grupo eram então menores de dez anos, o que fazia que somente os titulares de cada família dispusessem da força de trabalho. A origem étnica também conferia homogeneidade ao grupo, pois eram todos “de origem” (descendentes de alemães e italianos), existindo uma identificação cultural, observada pelos hábitos alimentares, formas de exploração da terra e concepção de trabalho.

O grupo de cooperação simples I era formado por cinco famílias que ocupavam lotes individuais na área total de 90 hectares. Todos casados e com número variado de filhos na faixa de dois a oito anos de idade. Desse modo, tanto no sentido da disponibilidade de membros para o trabalho como na composição na unidade de consumo, as famílias se diferenciavam. Não existiam relações de parentesco entre eles e suas origens étnicas eram mescladas (“caboclos” e “de origem”), além de trajetórias de vida e trabalho muito distintas.

A aproximação entre eles, para a formação do grupo, deu-se principalmente pela identificação da procedência (município de origem), além da época e local de entrada no acampamento, bem como pela convivência estabelecida neste local. Estabeleceram práticas de plantio integradas em lotes separados, dispostas em áreas contínuas, e cada família só contribuiu com uma pessoa nos trabalhos agrícolas, e, assim, os ganhos eram divididos em partes iguais. As situações de divergências somente se estabeleceram quando houve a aquisição conjunta de máquinas e equipamentos (através de recursos do PROCERA, em 1987) e por ocasião da colheita, devido às diferenças entre a relação do tempo efetivo de trabalho e os ganhos distribuídos a cada um dos participantes.

O grupo semicoletivo, por sua vez, era formado por quatro famílias descendentes de alemães, e a aproximação entre eles deu-se pela origem étnica. No assentamento, localizaram-se em áreas contínuas, no total de 92 hectares, desenvolvendo ações coletivas, desde a aquisição de meios de produção até a comercialização. Possuíam trajetórias de vida muito similares. Para três das quatro famílias, a situação quanto à disponibilidade de pessoas para o trabalho na lavoura era homogênea. Não havendo relações de parentesco, e sem acordo no tocante à percentagem maior devido à participação de seus membros nos serviços grupais, uma família acabou se desligando.

O grupo de cooperação simples II era formado por cinco famílias, tendo suas terras (75 hectares) marcadas pelas características restritivas à agricultura, com solos pouco profundos e relevo fortemente ondulado. Organizaram seus plantios de forma individual e com a saída de uma família, o grupo passou a ser integrado por quatro famílias “caboclas”, que tinham semelhantes experiências profissionais e composição familiar. Iniciaram suas atividades associativistas pela compra de insumos e o plantio feito coletivamente, estabelecendo uma oferta igual de homens para trabalho econômico e divisão equitativa dos ganhos.

O grupo de cooperação simples III, constituído por três famílias “caboclas”, também se localizou nas terras (75 hectares) mais restritivas para a agricultura, chegando a apresentar faixas agricultáveis de somente cinco hectares, em lotes de 25 hectares. É neste grupo que residiu maior descontentamento com a organização espacial. O grupo apresentava homogeneidade em vários aspectos: foram “companheiros de luta pela terra” em período anterior à Fazenda Anoni e na fase do acampamento; mantinham relações de parentesco, afinidade e compadrio; possuíam oferta de pessoas para o trabalho na lavoura e número de

componentes de unidades de consumo semelhantes. A proposta de fazer o “lavourão” foi iniciada, mas não teve continuidade devido à distância entre os lotes, em área acidentada, e também pela divergência quanto à definição dos cultivos e no tocante à intensidade no uso de insumos, equipamentos e máquinas.

Foram realizados vários rearranjos grupais após a constituição do assentamento, e seriam essas trocas de grupos, bem como as razões de manutenção de alguns outros arranjos que, segundo a autora, permitiram compreender os mecanismos associativistas, bem como as fragmentações entre os grupos ocorridos no assentamento. O recebimento da primeira parcela do PROCERA, em 1987, para investimento em grupo, marcou o início dos rearranjos. Houve alterações em todos os grupos, seja por razões ligadas à distribuição e hierarquização do trabalho, seja por disputa de lideranças, ou pela disponibilidade diferenciada na composição da força de trabalho.

Para compreender as razões dos rearranjos, a autora analisou a dinâmica de funcionamento e as relações que se estabeleceram no interior das formas associativistas adotadas. O grupo coletivo e o semicoletivo permaneceram organizados, tendo ocorrido apenas uma redução do número de participantes e a aproximação de famílias para finalidades específicas. Surgiu o grupo de investimentos denominado associação de máquinas, formado por famílias que se desligaram de outros grupos. A movimentação expressiva de famílias, antes organizadas em “lavourões”, buscava num rearranjo de parceiros, a situação grupal que lhes parecia mais favorável.

A manifestação de buscar uma forma mais funcional e harmônica para a produção e reprodução da família, fora do modelo proposto pelo MST, traduziu-se para os dirigentes do Movimento em uma ruptura do comportamento desejado para a continuidade da luta, caracterizando-se, gradualmente, a existência de duas novas categorias de assentados: os “organizados”, aqueles que se encontravam conformados aos modelos propostos (grupo coletivo, grupos semicoletivo e associação de máquinas), e os “individuais”, aquelas famílias que buscaram a efetivação de uma relação mais homogênea e doméstica em termos de trabalho e ganhos. Nestes últimos se concentrou a preocupação do MST, do Estado (INCRA) e das entidades não-governamentais, que atuavam na área. Sobre este contingente recaiu, de certa forma, a hostilidade política da organização que os abrigava, na medida em que foram excluídos dos projetos econômicos, não tinham assistência técnica e eram tidos como de difícil “crescimento político”. Apesar desta situação, as famílias “individuais” cumpriram os

compromissos estabelecidos para todos, como o pagamento ao MST da taxa de 1% da parcela do PROCERA, contribuições para auxiliar nos deslocamentos de seus representantes, além de participação e apoio material em outras ações do Movimento.

Nesta situação, outro componente importante entra em cena, qual seja, os diferentes arranjos da estrutura organizativa acabaram por determinar uma separação étnica. As famílias “de origem” encontravam-se organizadas nos grupos modelares, e os “caboclos” situando-se sob condições de “individuais”.

Segundo a investigação realizada, a intenção de se organizar em grupos esteve sempre presente entre as famílias, desde a fase do acampamento, quando as práticas coletivas se iniciaram. A orientação recebida pelo MST, somada ao incentivo de instituições públicas e privadas para a adoção do trabalho conjunto, resultou em diferentes tentativas de formação de grupos. As dificuldades para definir uma equivalência entre força de trabalho empregada e a remuneração recebida nos grupos foram o principal motivo dos rearranjos, o que explica a saída de uma família “de origem” do grupo semicoletivo, como também a maioria dos deslocamentos das famílias “caboclas”. As famílias descapitalizadas, ou sem aporte dos recursos mínimos necessários, buscavam melhor viabilização de sua capacidade produtiva, preferindo utilizar todos os membros da família somente na sua parcela específica. A impossibilidade de aplicação, com retorno, de sua força de trabalho disponível, nas atividades de geração de renda em grupo, foi a principal razão do estabelecimento entre as famílias de relações para a aquisição de insumos, implementos e maquinário necessário ao processo produtivo, uma associação isenta de formalidades e não envolvendo o fator trabalho. O trabalho conjunto somente ocorria, de forma espontânea, quando havia a necessidade de mutirões entre as famílias. Assim estavam organizadas as famílias “caboclas”, com pouca disponibilidade de recursos anteriores e de composição diferenciada de seus membros para a atividade econômica.

O grupo coletivo, o grupo semicoletivo e a associação de máquinas, atendendo às características propostas pelo MST (e aceitas pelo INCRA), se constituíam no centro das atenções das agências do Estado, da direção e assessoria do Movimento. Neles estavam reunidas as famílias “de origem”. Para direção do MST esses grupos eram considerados as “ferramentas pedagógicas” da organização produtiva e do desenvolvimento político do assentamento, e foram alvos de diferentes propostas e projetos. As famílias “individuais”,

pelo contrário, acabavam por ser penalizadas por não terem acesso aos recursos canalizados para a implantação de projetos.

Excetuando-se o grupo coletivo e o semicoletivo, ainda de acordo com Zimmermann, as demais famílias se aproximavam, independentemente da origem étnica. São os elementos estruturais das famílias (capacidade produtiva, parentesco) e conjunturais (trajetória de vida, trabalho e condições naturais do lote recebido no assentamento) que explicam a efetivação e a viabilidade dos arranjos grupais. A causa básica da aproximação e/ ou fragmentação era a relação entre a disponibilidade de força de trabalho para as atividades produtivas e os ganhos proporcionais, fato comum tanto às famílias “caboclas” como às “de origem”. A autora verificou que aquelas famílias que assumiram as formas grupais codificadas no sistema de classificação do MST conseguiram permanecer sob um padrão de desenvolvimento satisfatório, em muito possibilitado pelo apoio que a organização lhes concedia e também por terem procurado características similares que lhes permitiram tal condição.

Tendo como base as contribuições de Bourdieu (1983)<sup>30</sup>, Zimmermann argumenta que a polarização existente, que antagonizava as famílias “caboclas” contra as famílias “de origem”, apesar de ser decorrente de código cultural dominante, revelava muito mais um conflito de interesses que se estabeleceu no assentamento. Era fruto de interesses específicos que estavam em jogo no cotidiano de assentamento. Portanto, o assentamento se configurava como um espaço social onde as posições dos atores eram definidas pelo capital específico que os movimentava, determinando disputas e hierarquias internas. Os agentes sociais travavam uma luta concorrencial decorrente de relações de poder existentes em seu interior. Essas relações assimétricas eram o resultado de uma distribuição desigual do capital específico do campo, que passava a hierarquizar a sua estrutura em pólos distintos de poder. Desta forma, aquelas famílias que possuíam maior volume de capital específico, e que conseguiam atender aos princípios organizativos e ao sistema de classificação do MST, alcançavam maior legitimidade.

As famílias “de origem” obtiveram vantagens comparativas, pois eram culturalmente reconhecidas como “verdadeiros colonos”, com conhecimento agrícola e perspectivas de crescimento. Sobre os “caboclos”, indicavam-se características de itinerante, conhecimento

---

<sup>30</sup> Argumento baseado na obra de: BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero, 1983.

agrícola tradicional e baixo nível tecnológico, além da resistência às mudanças em face da “acomodação” em que viviam.

Segundo a autora, ser colono para as famílias assentadas significava a faculdade de prover a sobrevivência da família, de plantar o alimento. Os “de origem” evidenciavam estar nesta condição desde o nascimento. Ser colono significava para os filhos dos imigrantes uma condição que lhes era inerente, já que se sentiam herdeiros da tradição agrícola e de forte sentimento de vinculação à terra. A nova situação de ser colono assentado evidenciava outras condições e expectativas decorrentes da trajetória de vida e trabalho percorridos, com histórias de expropriação e pauperização crescentes. A partir dos depoimentos obtidos, a autora avaliou que o motivo principal da luta pela terra empreendida foi a busca da efetivação do projeto de ser colono, ou seja, de viabilizar uma forma de apropriação da terra e de ter sob seu controle a organização e os resultados da produção. O ideal de autonomia e a auto-suficiência que definiam o cálculo econômico individual “camponês” eram elementos centrais das famílias assentadas.

Durante o acampamento ocorreram reuniões freqüentes, em que o MST e a CPT procuraram preparar as famílias para o trabalho conjunto no assentamento, através dos modelos propostos. As famílias deveriam organizar a produção, viabilizando o aspecto econômico e social, bem como o político, com a liberação de alguns de seus membros para o trabalho de representação política e militância social. Esta preocupação do MST estava relacionada à necessidade de “preparar quadros”, através de formação específica, para servir de mediadores nos assentamentos e demais ações desenvolvidas pelo MST, e resultou numa condução mais centralizada de suas resoluções e de suas ações.

O reconhecimento dado às formas organizacionais modelares, fez com que se configurassem dois pólos em disputa. As famílias que empreenderam rupturas no sistema de classificação receberam o descrédito do MST e passaram a buscar uma base nova de legitimidade junto a outros mediadores e, desta forma, a CPT constituiu-se numa referência, pois o “ser comunitário” representava o reconhecimento da capacidade de se tornar colono e participante de um processo de aprendizado político, em que a confiança e a igualdade de direitos e oportunidades eram imprescindíveis.

As referências positivas feitas aos “coletivos”, continua a autora, dizem sempre respeito à possibilidade de produzir mais, num nível tecnológico maior. Outro elemento em

destaque nos depoimentos das famílias individuais e também de alguns “coletivos” era a questão da subordinação *versus* autonomia, e a hierarquização das atividades produtivas e de representação. No projeto de reconstrução do “ser colono”, a expectativa de autonomia e auto-suficiência se deparava com normas do grupo e a divisão do trabalho. A especialização estabelecida pelo trabalho em grupo levava ao sentimento de desvalorização do trabalho e do “ser colono”. As constantes reuniões que o trabalho de grupo exigia dificultavam a agilização das decisões e reforçavam a percepção de estarem subordinados, e quase sempre o sentimento se ligava à pessoa que havia sido liberada para o trabalho político.

O direcionamento político que o MST imprimia tornou a liberação de pessoas um tema de destaque, no que se refere à importância do trabalho conjunto. A condução política do processo centrado nas lideranças deixava para a base somente as atividades práticas. O aparecimento da experiência associativista e da luta política, com a formação e/ou reciclagem de conhecimentos teóricos, acabou por determinar a especialização de lideranças e, ao longo do processo, um acúmulo de cargos, conferindo *status* e poder. Alguns assentados entrevistados pela pesquisadora ressaltavam que o poder de decisão no assentamento estava concentrado em determinadas pessoas a quem chamavam de cúpula. Todos estes aspectos acabaram por acirrar o antagonismo interno entre “coletivos” e “individuais”.

O problema de relacionamento no assentamento foi identificado, pela autora, como o resultado da insistência de homogeneização através de formas organizativas, sem considerar a diversidade de situações e especificidade das famílias. O comportamento heterodoxo das famílias “individuais” era uma resposta ao “desprezo político” vivenciado, que lhes atribuía um estatuto de “não colono”, pelo estigma de “tradicional” e “individualista”, e por isso sem igualdade de oportunidades.

A partir de documentos do MST, Zimmermann observou que a cooperação agrícola não era um fim em si mesma, e sim um meio para alcançar objetivos econômicos e políticos. Porém, para buscar estes objetivos, impunha-se o respeito ao ritmo de aprendizado diário, o que não se obtinha apenas com o trabalho político-ideológico, sendo necessário que os assentados se reconhecessem enquanto identidades coletivas.

O não entendimento dessas questões levou a um embate de forças entre os assentados, os quais, reconhecendo a dificuldade de solucionar as contradições internas, buscavam um novo caminho, por intermédio, por exemplo, da comercialização direta. As famílias tentaram

viabilizar a renda comercializando seus produtos diretamente com os consumidores, passando a buscar a maximização dos resultados de seu trabalho. Por isso, rejeitavam as formas organizacionais que não permitiam o ganho proporcional ao efetivo de força de trabalho disponível em cada unidade doméstica para as atividades econômicas e, ao mesmo tempo, negavam o contrato com agroindústrias, o que representaria o controle indireto de seu processo de trabalho e a apropriação de parte de seus ganhos. O enfrentamento conjunto dos agentes do capital comercial auxiliava no resgate da identidade coletiva, perdida em meio às contradições geradas no processo organizativo do assentamento.

Em suas considerações finais, a autora observa que os elementos de diferenciação das famílias estudadas referiam-se às trajetórias de vida e trabalho e às características étnicas que atuavam como dispositivos classificatórios decorrentes da cultura gaúcha. Os denominados “de origem” vivenciaram relações de trabalho que estimulavam a obtenção de melhor qualificação profissional e familiarização com os cultivos e insumos modernos. Os “caboclos”, em sua maioria, permaneceram como meeiros em propriedades que não adotavam com expressão os insumos da “modernização” da agricultura, sofrendo seus efeitos de forma passiva. Este fato, aliado à condição de existência ou não de recursos ou bens anteriores, constituiu-se em outro elemento de diferenciação.

A homogeneização obtida no processo de luta, durante o acampamento, aumentou a percepção crítica e entusiasmou as famílias na adoção de formas coletivas de trabalho, fato que, segundo a investigação da autora, o MST pretendia transformar em força econômica e política.

Durante o assentamento ocorreram diferentes arranjos e rearranjos grupais e as diferenças das famílias reapareceram, porém em bases novas. O fato observado pela autora é que todos os grupos buscaram elementos e condições que pudessem facilitar a harmonização de interesses para o cumprimento das formas almejadas pelo MST. Um aspecto de harmonização que se mostrou essencial a todos os grupos foi a equivalência de força de trabalho para atividade produtiva, já que a remuneração, por orientação do MST, teria que se dar pelo número de famílias representadas no grupo. A ausência desse elemento foi o principal motivo dos rearranjos grupais. O outro elemento era a questão da subordinação-autonomia e a hierarquização das atividades grupais. A divisão do trabalho e as normas estabelecidas nesses grupos não estavam harmonizadas com o projeto de resgate ou construção do “ser colono”, evidenciado no desejo de produzir e administrar diretamente



todas as fases do processo produtivo, sem subordinação. Sem levar em consideração os mecanismos sociais que facilitavam ou inibiam a integração das famílias, o MST e os agentes do Estado atuantes no assentamento somente valorizavam os grupos modelares. Considerados como as “ferramentas pedagógicas” da organização produtiva e do desenvolvimento político, estes grupos foram privilegiados e beneficiados com projetos econômicos elaborados pelo MST e pelo Estado. Desse modo, a cooperação agrícola acabou por dividir as famílias em um processo que enfraqueceu a identidade social do grupo.

A autora conclui seu trabalho afirmando que a adoção de formas coletivas teria que surgir no âmbito da prática democrática, ou seja,

[...]do autofazer-se na diversidade de formas associativistas que as especificidades das famílias determinem. [...] O ideal de autosuficiência e autonomia dos colonos assentados pode ser alcançado enquanto ser coletivo, mas assim precisam se entender para terem espaço no contexto geral gaúcho e brasileiro (ZIMMERMANN, 1989, p. 197, grifo da autora).

## 2.2 RESUMO DA TESE DE DOUTORAMENTO DE MARIA ANTÔNIA DE SOUZA

Maria Antônia de Souza (1999), em sua tese de doutoramento, *As Formas Organizacionais de Produção em Assentamentos Rurais do Movimento Sem Terra – MST*, examinou o processo de organização das formas de produção em alguns assentamentos rurais localizados no Estado do Paraná, com ênfase nos projetos cooperativistas e associativistas. A autora selecionou assentamentos consolidados nas décadas de 1980 e 1990: uma experiência “totalmente coletiva”, denominada pelo MST de Cooperativa de Produção Agropecuária (CPA), localizada no assentamento Santa Maria; uma cooperativa coletiva e uma associação coletiva, ambas localizadas no assentamento Novo Paraíso; um assentamento em que os lotes eram individuais e os assentados formavam uma “associação de produção”, com o objetivo de comprarem e venderem produtos em conjunto, localizada no assentamento chamado ABAPAN. Segundo a autora, a análise das formas de organização da produção implicava entender as mudanças, tanto na base produtiva quanto no âmbito das opiniões dos assentados, justificando sua preocupação analítica, visando compreender os processos de construção de um “novo modo de fazer e pensar” a produção e sua organização.

### 2.2.1 A Problemática, Metodologia e Categorias Analíticas Utilizadas

Após ter acompanhado, ao longo dos anos 1990, várias experiências em assentamentos rurais paranaenses, Souza (1999) constatou que um dos grandes desafios do MST era a organização interna dos assentamentos rurais, em especial a produção. A conjuntura político-econômica, naqueles anos, dificultava a organização da produção, impondo limites à viabilidade das propostas de reforma agrária. O MST, por sua vez, reagia a tais contextos conjunturais construindo “espaços de resistência”, tais como a organização de associações, cooperativas coletivas de produção e grupos coletivos de trabalho. Havia também dificuldades de relacionamento e de convivência no interior dos assentamentos, geralmente caracterizadas pelo confronto de opiniões entre os membros da direção do Movimento e os assentados não vinculados à direção e apenas marginalmente próximos ao Movimento. A autora supôs que tais conflitos pudessem ser o resultado da heterogeneidade cultural, entre as famílias assentadas, caracterizada por diferentes experiências e formações técnicas e ideológicas sobre o trabalho na terra, tais tensões ainda advindas do nível de organização política existente nos assentamentos.

A autora trabalhou com a hipótese de que os elementos conjunturais influenciavam decisivamente na criação e recriação de formas alternativas de produção, mas não eram centrais na reconstrução do “novo modo de vida”, já que seria necessário analisar a atuação do próprio movimento social, enquanto articulador de propostas, bem como considerar as experiências anteriores dos assentados e as idéias que possuíam sobre o trabalho na terra. Além disto, seria necessário não esquecer a influência exercida pelos acontecimentos políticos e econômicos mais gerais, que suscitavam o desenvolvimento de uma práxis coletiva por parte do Movimento. Segundo propôs no estudo, o fator predominante na organização da produção era a práxis<sup>31</sup> do assentado.

Foram utilizadas entrevistas com um roteiro previamente elaborado, que tentaram resgatar a trajetória de vida da família, além de entrevistas coletivas, para registrar a história do assentamento e a origem de suas formas de produção. Na elaboração de seu esquema analítico, Souza partiu da discussão sobre o campo teórico que analisa os “Movimentos

---

<sup>31</sup> A práxis foi um dos eixos principais da análise de Souza (1999), constituída a partir de experiências práticas e de conhecimentos gerais que culminam num conjunto de saberes.

Sociais”. Autores como Gohn (1997), Scherer-Warren (1987) e Touraine (1996)<sup>32</sup> contribuíram para sua reflexão, oferecendo elementos interpretativos para pensar o MST e sua atuação e influência nas áreas de assentamentos rurais. Conforme destacou,

Uma primeira questão refere-se aos atores sociais e coletivos, articulados num determinado cenário econômico, político e social, ou seja, como o MST, enquanto sujeito coletivo, organiza-se e como dá continuidade à luta. Uma segunda questão diz respeito à práxis, projeto e ideologia do Movimento, enfim, buscamos saber quais são os princípios norteadores da organização do referido Movimento. Ou ainda se o Movimento possui um cunho revolucionário e como este se manifesta entre os componentes do mesmo. Ou também em que tais questões podem influenciar na organização da produção nos assentamentos rurais (SOUZA, 1999, p. 20).

Os principais eixos temáticos e conceitos que permearam sua pesquisa foram: práxis, participação, cultura popular, cultura política, resistência e solidariedade. A práxis do MST foi entendida como constituída de experiência prática e de conhecimentos gerais, que culminavam num conjunto de “saberes sociais”, que podiam ser diferenciados conforme a atuação e o papel desempenhado pelo sujeito específico no interior do Movimento. A experiência não era meramente uma atividade concreta cotidiana e aparente, mas sim um conjunto de conhecimentos que pressupunham relações sociais e formas de sociabilidade que operavam no mundo da vida<sup>33</sup>, as quais eram essenciais na reelaboração da estratégia para a sobrevivência na terra. Esta reconstrução de novas situações estaria relacionada aos saberes sociais construídos ao longo da participação no Movimento e no interior do assentamento. Tanto a experiência como os saberes sociais eram compreendidos como dimensões do processo de resistência na terra, e se manifestavam nas diferentes formas de produção que eram organizadas nos assentamentos. Assim, no âmbito do mundo da vida, enquanto espaço de experiências e construção de conhecimentos, é que as decisões sobre a organização da produção ganharam formas diferentes e objetivos distintos e que os novos conhecimentos, práticas, símbolos e palavras de ordem foram construídos e consolidados, resgatando tanto a dimensão cultural dos sujeitos quanto a dimensão ideológica do Movimento. Portanto, a

<sup>32</sup> GOHN, Maria da Graça. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 1997; SCHERER-WARREN, Ilse. O caráter dos novos movimentos sociais. In: SCHERER-WARREN, Ilse e KRISCKE, Paulo. (Org.) **Uma revolução no cotidiano: os novos movimentos sociais na América Latina**. São Paulo: Brasiliense, 1987; TOURAINE, Alain. **O que é a democracia?** Petrópolis: Vozes, 1996.

<sup>33</sup> “Mundo da vida”, segundo Souza (1999), é uma concepção elaborada por Habermas (1989) e se refere ao contexto da situação da ação, ou seja, o pano de fundo, o cenário onde acontecem as relações interativas entre os sem-terra, as negociações políticas, o desenvolvimento das formas de luta e os sentimentos com relação à derrota ou à conquista de um determinado objetivo. Segundo a autora, a obra utilizada para elaborar este conceito foi: HABERMAS, Jürgen. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro. 1989.

práxis tinha como referência as dimensões interna e externa do Movimento social, referindo-se à ação e reflexão e, novamente, à ação sobre o cotidiano do assentamento ou do próprio movimento. Segundo a autora, no contexto do MST, existiam três tipos distintos de práxis oriundas dos saberes sociais diferenciados entre os sem-terra: a práxis da liderança, resultado de longos cursos de formação, vivenciada em espaços de agir comunicativo, onde eram estabelecidos consensos sobre objetivos, atuação e produção de materiais divulgadores para as propostas do MST; a práxis do “assentado não-liderança”, resultado de sua experiência no cotidiano - saber empírico, intuitivo - relacionado a objetivos selecionados (a família em primeiro lugar); a práxis presente no movimento social, resultante das experiências dos dirigentes, das atitudes estratégicas e da relação com a base do Movimento, manifestada nos grandes atos, caminhadas e ocupações, entre outras ações.

A categoria participação, segundo Souza, era fundamental para entender a práxis do Movimento, bem como dos indivíduos que o constituíam. A dimensão política podia ser entendida tanto no plano “micro” das relações, como no plano “macro”, onde o Movimento se fortalecia para participar da correlação de forças do sistema político. Porém, a participação social dependia tanto de fatores externos, quanto de fatores internos, como o nível de informação que as pessoas possuíam sobre seus direitos e a importância da participação. Esta última, significava o envolvimento dos assentados nas atividades relacionadas à elaboração e à gestão das formas de produção. A autora considerou em seu estudo que a maioria dos assentados havia vivenciado o processo de participação na luta pela terra (experiência nos acampamentos, caminhadas e manifestações diversas), mas questionava até que ponto a experiência de participação no processo de luta pela terra influenciava a participação – enquanto organização e decisão – sobre as formas de produção.

Segundo Souza, a participação dos indivíduos no processo de luta política e nos espaços comunicativos do MST propiciava um aprendizado prático de como conquistar seus objetivos; adensava a consciência de que a participação em grupos estimularia o acesso a conhecimentos fundamentais para a reelaboração de práticas cotidianas, bem como para o redimensionamento dos costumes e das relações familiares. Significava, portanto, que a condição de participante de um movimento social poderia contribuir para a construção de uma nova “cultura política”, a partir do momento em que cada sujeito repensava sua prática e exercitava o questionamento constante das decisões tomadas.

As diferentes categorias de trabalhadores que se denominavam sem-terra vivenciaram situações concretas semelhantes (expropriação e violência). Eram, acima de tudo, trabalhadores sem-terra, sem-acesso ou com dificuldades de acesso às instituições de ensino ou aos espaços destinados à divulgação e socialização da cultura dominante. As atividades culturais desenvolvidas pelos sem-terra, em sua maioria, se constituíram em protestos, denúncias acerca da realidade rural e suas privações. Eram também resgates históricos sobre a vivência na terra, resgatando especialmente valores religiosos do povo. A cultura popular, neste sentido, era reconstruída através da práxis e das relações sociais mantidas dentro do movimento social, e deste com a sociedade como um todo.

Já as formas de solidariedade manifestavam-se nas ocupações (mutirões, ajuda dos assentados para com os acampados, através de doação de alimentos, divisão de tarefas ou distribuição da alimentação), nas manifestações (unidade do grupo em relação aos objetivos das manifestações), nas caminhadas e na concretização dos “espaço de mística” (os símbolos e palavras de ordem).

A autora destacou a dimensão da cultura popular e da solidariedade com o intuito de também caracterizá-las como espaços de resistência construídos ao longo do processo de luta. Ao mesmo tempo, utilizou o conceito de Bobbio, Matteucci e Pasquina (1991)<sup>34</sup>, para se referir à cultura política como um conjunto de conhecimentos, valores, normas, crenças e atitudes sobre fenômenos políticos, compartilhados pelos componentes do MST.

Segundo a pesquisadora, no Brasil existe o predomínio de uma cultura política discriminatória, excludente e centralizadora, seja no interior da família ou da escola, seja vinculada aos meios de comunicação, cultura derivada de séculos de subordinação do trabalhador ao empregador, do aluno ao professor, dos meios de comunicação a serviço de uma classe social. Neste contexto, o movimento social popular tem-se caracterizado especialmente pela reivindicação de direitos sociais de cidadania, contra a exclusão social. Entretanto, nos anos 1990, o MST conquistou grande destaque e centralizou as decisões e propostas entre as lideranças consideradas nacionais ou estaduais, num processo de desenvolvimento de ações estratégicas, com o objetivo de criar fatos políticos, e não ações

---

<sup>34</sup> BOBBIO, Norberto *et alii*. **Dicionário de política**. Brasília: Ed. UNB, 1991.

comunicativas,<sup>35</sup> pois estas buscariam a emancipação político-cultural tanto dos sem-terra quanto dos assentados.

A autora partiu da suposição de existir uma cultura política influenciada pelas práticas do MST (ocupação, manifestações e coletivos de discussões), mas, ao mesmo tempo, permeada por elementos da experiência anterior das famílias rurais, as quais foram formadas no contexto de uma cultura política “centralizadora”, onde um pequeno grupo decide o que é melhor para a sociedade, em termos culturais, sociais, econômicos e políticos. A forma de trabalho coletiva, considerada superior segundo a visão dos dirigentes, estaria inserida na idéia de uma cultura política “centralizadora”, porém contra-hegemônica no tocante aos seus valores principais.

### **2.2.2 Caracterização do MST**

Segundo ainda a argumentação da autora, nos anos seguintes à modernização, o setor agropecuário estava sofrendo transformações decorrentes da atuação do Estado no espaço agrário e no setor agropecuário, através da implantação de políticas agrícolas e agropecuárias. Nas políticas agrícolas, o Estado se destacara a partir do final da década de 1960 e no decorrer da década seguinte, quando foi estabelecida a política de crédito rural e foi, também, institucionalizada a pesquisa agropecuária, através da criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Da mesma forma, implementava-se a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), esta última responsável pelas atividades de assistência técnica e extensão rural. O Estado forneceu estímulos financeiros à produção agrícola e fortaleceu os canais de comercialização, via políticas de preços mínimos, do seguro agrícola e estímulo ao cooperativismo.

Não tendo ocorrido uma política relevante de redistribuição de terras naqueles anos, a modernização da agricultura contribuiu para o aumento de desempregados, trabalhadores temporários, enfim, para a organização de um movimento social que, acelerou as discussões acerca da reforma agrária, intensificando o debate sobre o tema. A partir dos anos 1980, multiplicam-se as lutas sociais, principalmente a partir da abertura política, que marcou o

---

<sup>35</sup> Ações estratégicas, termo habermasiano para designar as ações orientadas para o êxito, para atingir objetivos coletivos, independente da vontade individual, ou seja, pouco importando a heterogeneidade. Ações comunicativas, termo habermasiano que se refere à construção de espaço dialógico, onde possa haver reconhecimento intersubjetivo dos objetivos e das ações a serem empreendidas. Estas ações buscam a emancipação dos indivíduos envolvidos (SOUZA, 1999, p. 22-24).

último governo militar. O MST surgiu nessa época, realizando as primeiras ocupações de terra, principalmente na região Sul. Tais ações foram mediadas por religiosos envolvidos com a Teologia da Libertação, desenvolvendo processos participativos entre os trabalhadores. Em 1984, o MST foi formalmente constituído, definindo suas instâncias nacional, estadual e regional de participação. Além disto, estruturou-se em setores de educação, produção, formação, frente de massas, comunicação, saúde, finanças e relações internacionais.

Souza destacou ainda, que o MST teve sua origem ligada a um elemento central, a luta pela terra, seja pelos sujeitos expropriados, desempregados, pequenos proprietários, enfim, o conjunto de trabalhadores que compõem a categoria sem-terra. Este objetivo concreto foi o motivo do engajamento dos trabalhadores aos processos de luta. Na relação com os mediadores, o Movimento ampliou seus objetivos, principalmente entre as lideranças do movimento, passando a ser enfatizada a necessidade de transformação da sociedade e a “busca do socialismo”. A práxis do MST, oriunda em grande parte dos espaços comunitários da Igreja Católica, nos quais a interação e a dimensão dialógica estavam presentes através da participação ativa da base, ativou a realização de grandes encontros e assembléias nacionais, à medida que o Movimento ampliava sua atuação e irradiação social.

Com relação aos princípios organizativos, a direção do MST enfatizava: a idéia de envolvimento constante das bases no processo de luta social e política; a disciplina, relacionada à pontualidade e assiduidade nas reuniões; o respeito às decisões coletivas e o controle dos “vícios”; a formação de quadros como garantia da reprodução das idéias e da ideologia do Movimento; e a “questão mística”, momento de reflexão fundado em símbolos, palavras de ordem e o uso de bandeiras, sendo um mecanismo para disseminar entre a base as palavras de ordem, a mobilização para a construção de uma “nova sociedade”, enfim, a construção de laços de solidariedade que dariam sustentação à luta.

No que se refere às características revolucionárias atribuídas ao MST, segundo Souza, com base em estudos de Navarro (1997)<sup>36</sup>, tais atributos são ilusórios, pois tais potencialidades políticas transformadoras inexistem no imaginário social do sem-terra.

A partir de sua investigação, a autora inferiu ainda sobre a composição social do Movimento, formada por: dirigentes defensores de idéias socialistas; um segmento de

---

<sup>36</sup> Obra de referência: NAVARRO, Zander. Sete teses equivocadas sobre as lutas sociais no campo: o MST e a reforma agrária. In: STÉDILE, João Pedro *et alii*. (Orgs). **O MST e a luta pela reforma agrária**. Petrópolis: Vozes, 1997.

liderança, no âmbito intermediário, com destaque para os quadros mais jovens que recebiam formação para ampliar/reproduzir idéias socialistas; e pela base, que possuía conhecimentos e práticas que não condiziam com o ideário revolucionário, devendo, na ótica da direção do MST, ser submetida a um conjunto de cursos, experiências, seminários e núcleos de discussão, com objetivo de ser “conscientizada” da situação em que vivem e do caminho a ser adotado para a transformação sociopolítica e econômica do País.

Tais características, prossegue Souza, influenciaram na organização das formas de produção nos assentamentos, que poderiam ser explicitadas na inexpressiva adesão dos assentados às formas coletivas de produção e nas constantes desistências a estas formas. A autora acrescenta que a adesão às formas associativistas e cooperativistas de comercialização, que resguardavam o poder de decisão da família, demonstra também a resistência do grupo contra um novo processo de expropriação.

A investigação distingue ainda dois momentos da organização dos trabalhadores rurais sem-terra: o momento anterior à conquista da terra e o posterior. O primeiro momento, que tinha como objetivo ter a terra, conduzia à socialização política e à coletivização das atividades. O segundo momento, contudo, revelava a retomada de valores relacionados à liberdade e à autonomia. Assim, os sem-terra assentados construía uma análise diferenciada da realidade, questionando as atitudes das lideranças do MST e as propostas e experiências da coletivização, bem como o papel dos técnicos, dos órgãos e dos agentes intermediários na comercialização dos produtos agrícolas.

Autores como Grzybowski (1991) e Gohn (1997)<sup>37</sup> destacam que os movimentos sociais possuem um caráter educativo, oriundo da participação política, dos processos de interação das negociações com representantes políticos e das relações com mediadores, assegurando aos movimentos um espaço de socialização política. A autora evidenciou, nos relatos dos assentados, a dimensão do aprendizado prático sobre como fazer para conquistar a terra em primeiro lugar. A elaboração da identidade social transparecia nas frases, músicas e nos desenhos das crianças na escola. Com relação à apreensão crítica da realidade, manifestou-se tanto na continuidade da luta no assentamento, quanto no reforço das diferenças entre sem-terra e lideranças, destacadas em muitos assentamentos. Neste sentido, o

---

<sup>37</sup> Obras que serviram como referência para a autora: GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. Petrópolis: Vozes, 1991; GOHN (1997), *op. cit.*



Movimento possuía uma dimensão educativa que não se resumia à mera reprodução de conhecimentos e de procedimentos.

Um dos desafios para a organização do MST, que a autora constata, refere-se à concepção político-partidária que perpassava o relacionamento entre dirigentes, lideranças e a base do Movimento. De um lado, estavam os organizadores de propostas educacionais e para a cooperação agrícola; de outro lado, estava a “massa”, que pouco conhecia o lugar onde passaria a viver (nos assentamentos formados), mas possuía experiências e saberes que poderiam constituir o ponto de partida para uma atuação realmente democrática e facilitadora no processo de emancipação cultural, política e social. Entre ambos estavam as lideranças locais e regionais, as quais, com muita dificuldade, tentavam repassar as propostas decididas em âmbito estadual ou nacional. Tais lideranças viviam um duplo conflito: organizar as massas e repassar as informações obtidas nos cursos de formação.

Outro ponto que foi destacado pela autora refere-se às normas e à organização do grupo, o que caracterizou, de certa forma, a espacialização do MST pelo Brasil. As normas foram aprovadas ao longo dos espaços de acampamentos, assentamentos, caminhadas, encontros, etc. Estes momentos eram acompanhados de rígidos horários, tarefas definidas coletivamente, comissões que se responsabilizam pela alimentação, limpeza, música, entre outros aspectos, e que gradualmente vieram a constituir o padrão orientador do funcionamento do MST.

Os sem-terra fortaleciam sua organização elaborando propostas para as áreas de assentamentos. No entanto, apesar de no início o Movimento estar vinculado à CPT e aos sindicatos, na atualidade tem feito prevalecer sua autonomia em relação a tais “mediadores”. De um lado, os próprios mediadores se afastaram da organização, uma vez que suas vozes ou não eram mais ouvidas ou, pelo contrário, os dirigentes do MST tentavam impor suas idéias; de outro lado, os dirigentes desenvolveram uma organização praticamente autônoma do ponto de vista político-ideológico, ainda que se associassem a setores da Igreja Católica e a alguns sindicatos e ONGs quanto à organização de encontros e eventos diversos.

Na luta pela reforma agrária, o MST de então, vinha conquistando a adesão de um grande contingente dos sem-terra, porém no momento da conquista da terra, esses trabalhadores se distanciam da ideologia de “massa” defendida pelo Movimento. Um dos grandes desafios do MST está em aprender a organizar internamente o assentamento, não

através de uma pedagogia autoritária de reprodução das idéias, manifesta no enfoque de idéias coletivistas por parte das lideranças, a qual freqüentemente entra em conflito com o contexto cultural da base, mas através de um processo de troca de experiências. A autora enfatiza que o sem-terra era um sujeito que carregava saberes empíricos, e que necessitava ser valorizado, através do resgate de sua trajetória social e de sua cultura popular.

A atuação do MST, especialmente nos assentamentos, demonstrou a relação de forças presente na sociedade brasileira, o que evidencia a ausência de um processo democrático no interior do sistema político, pois se trabalhava com os interesses de uma minoria detentora do poder político e econômico. Neste contexto, o movimento social tornou-se o ator essencial na reivindicação de direitos, de justiça e de maior igualdade social.

Quanto à organização do MST no estado do Paraná, continua Souza, ela estava vinculada a fatores políticos e econômicos que foram desencadeados pela modernização no campo, reconcentrando a terra, entre outros impactos. Além disto, houve também a construção de hidrelétricas, o que expulsou milhares de trabalhadores da terra. As tensões e lutas no campo sempre estiveram presentes na história do Paraná. Os motivos desses conflitos estão relacionados à transferência de terras devolutas para a competência do Estado e a multiplicação de iniciativas governamentais de colonização, direta ou indiretamente, através da concessão de terras a companhias particulares, além de intensificação da ocupação legalizada da terra por trabalhadores advindos de outros estados.

### **2.2.3 Os Setores do MST e o Lugar da Cooperação Agrícola**

Souza buscou também localizar o papel da cooperação agrícola nos setores que compõem a estrutura organizacional do MST, entendendo que os setores ligados à educação, formação e cooperação eram fundamentais no processo de socialização política e, conseqüentemente, eram lugares de redimensionamento da práxis sociopolítica do MST. A autora analisou documentos do MST, além de seus próprios registros coletados no interior de cada setor.

Segundo observou, embora a preocupação com a educação sempre estivesse presente, desde as primeiras ocupações o setor de educação do MST foi criado em 1987, quando um grupo de pessoas envolvidas de em alguns estados, reuniu-se para discutir a situação das

escolas dos assentamentos. As concepções que orientaram as práticas desenvolvidas no referido espaço estão fundamentadas nas idéias de Paulo Freire, principalmente, entre outros educadores. Na prática, as escolas de assentamento distanciavam-se da escola idealizada, uma vez que a infra-estrutura era escassa e os professores, em sua maioria, desconheciam tanto as propostas do MST quanto outras propostas que poderiam ser consideradas inovadoras.

Os responsáveis pelo setor organizavam eventos em que discutiam a situação educacional do país, experiências desenvolvidas por educadores e elaboravam propostas para as escolas de assentamento. A autora considerou que tais práticas têm sido inovadoras e que este setor tem sido um espaço de construção de uma nova cultura política, reforçando a importância da educação e desenvolvendo a atitude crítica por parte da comunidade. A nova cultura política que foi desenvolvida em tais espaços era permeada por facetas democráticas, sendo caracterizada por processos participativos e deliberativos acerca dos documentos produzidos pelo setor. Apesar disso, possibilitava, quando muito, pseudoparticipações, pois prevalecia sempre a posição do grupo dirigente, que acreditava possuir as idéias político-ideológicas que seriam as melhores para o desenvolvimento de uma sociedade menos desigual ou “socialista”.

Souza enfatiza, com base em Paulo Freire<sup>38</sup>, que um processo educativo emancipador deve reconhecer as identidades culturais, propiciando um diálogo de construção de conhecimentos e desenvolvendo o exercício de ouvir os envolvidos no processo. O setor de educação, no caso em estudo, desenvolvia, primordialmente, uma nova cultura política, quando considerava a luta pela escola de qualidade no assentamento rural, gerando a preocupação com o profissional que trabalha, com o conteúdo e as metodologias propostas. Instalava-se, assim, a necessidade da participação constante da comunidade com as questões da escola e se desenvolvia a idéia de que “a educação é uma conquista”.

Com relação à cooperação agrícola, os documentos do setor de educação enfatizavam a necessidade de uma educação que contribuísse para a formação geral, técnica, que pudesse oferecer elementos para a participação dos assentados nas práticas produtivas e organizativas do assentamento. A escola deveria auxiliar no desafio de fazer o assentamento “dar certo”, criando condições para que as crianças participassem e desejassem permanecer no campo. A condição era a capacitação técnica e científica para enfrentar as exigências de um modelo de

---

<sup>38</sup> FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

produção mais empresarial e competitivo. O trabalho coletivo era considerado o grande desafio, sendo necessário reeducar, aprender a “viver no coletivo” para a cooperação, tendo a escola um grande papel, no sentido de ajudar no processo. Ou seja, criando as condições objetivas para que as crianças capacitassem-se para a organização coletiva, para a cooperação. A educação tornou-se um dos caminhos para reforçar o trabalho coletivo nos assentamentos e para as demais formas de cooperação. A preocupação central era a “transformação da sociedade”.

Outro setor que foi analisado pela autora era o chamado Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), que surgiu como resultado de necessidades práticas desenvolvidas nas áreas de assentamento. A primeira discussão sobre a organização dos assentamentos e da produção ocorreu durante o I Encontro Nacional dos Assentados, no ano de 1989, paralelamente ao V Encontro Nacional do MST, durante o qual se adotou o lema “Ocupar, Resistir e Produzir”, demonstrando a preocupação com a organização da produção. Iniciou-se então a implementação dos Laboratórios Organizacionais de Campo (LOC), experiência que deveria propiciar o desenvolvimento da cooperação agrícola. A partir de 1989 e 1990, ocorreram discussões sobre a necessidade de se avançar nas formas cooperativas existentes nos assentamentos, criando-se o SCA, ao mesmo tempo em que as cooperativas de produção agropecuária (CPAs) passaram a ser consideradas como “formas superiores de cooperação”.

A Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB) foi criada em 1992, segundo esclarece Souza, com os objetivos: de articular e coordenar as políticas gerais e do planejamento de médio e longo prazo do desenvolvimento agropecuário das cooperativas estaduais e dos assentamentos; de organizar uma escola técnica para as cooperativas na área administrativa, financeira e agrônômica; de viabilizar atividades de exportação e importação e de representar os interesses das cooperativas frente aos organismos públicos e, também, internacionais; e de articulação com outras confederações de cooperativas agrícolas.

Os documentos CONCRAB/MST analisados, apresentam como objetivos do SCA os seguintes pontos: a dimensão orgânica, através da formação de quadros para a atuação nas frentes de massas e nos assentamentos rurais; a dimensão sociopolítica, que destacava a viabilidade da reforma agrária, através de formas alternativas de produção; e a dimensão econômica, com ênfase nas cooperativas como empresa econômica, assim como o desenvolvimento de agroindústria nos assentamentos, aumentando a renda individual de cada

assentado. Este setor seria o responsável pela capacitação e massificação das formas de cooperação, objetivando a conscientização dos assentados, para superarem as “formas artesanais” de trabalho na terra. O material produzido pelo MST, em específico pelo Setor de Produção, demonstrava a necessidade da continuidade de um processo que possibilitasse a construção de um “novo modo de produção” no interior dos assentamentos, assim como uma “nova forma de pensar entre os envolvidos”.

A práticas educativas, continua a autora, consistia em realizar reuniões, cursos de formação, laboratórios de campo e o curso Técnico em Administração Cooperativista (TAC). Estes métodos ainda carregam uma concepção de educação reprodutora, no entanto, a práxis dos assentados demonstrava que um processo de rupturas não ocorreria a partir de mera transmissão de conteúdos, pois a grande maioria dos trabalhadores tinha dificuldades em romper com heranças culturais já consolidadas. Estas heranças culturais, consideradas como “vícios”, dificultavam o processo de emancipação, porque não rompiam com o paradigma de que há “uma única verdade” – que era a cooperação e não o trabalho individual; o socialismo e não o capitalismo. A concepção reprodutora de educação era caracterizada pela centralização do saber em um grupo de pessoas ou num único profissional, sendo que o mesmo procurava inculcar nos participantes do processo educativo os conhecimentos que possuía e julgava serem verdadeiros.

O setor de formação era o responsável pela formação político-ideológica dos participantes do MST, dentre eles os coordenadores locais, lideranças e dirigentes nacionais. As linhas políticas e orientações do setor foram descritas no “Documento Básico do MST”, produzido em 1991. Segundo Souza, neste documento estava explícito que a formação era um processo permanente, em que o ponto de partida deveria ser a prática de cada um. O objetivo central era a garantia da unidade política-ideológica da organização, sendo necessário moldar os quadros militantes à imagem e semelhança da organização. Os cursos deveriam garantir o domínio do conhecimento científico. Os militantes e dirigentes deveriam ser os exemplos para as bases, e as metodologias de formação deveriam incluir o trabalho prático e contribuir para combater os “vícios de origem artesanal da base” e desenvolver processos massivos de formação.

Na avaliação da pesquisadora, o setor de formação constituía-se num espaço de socialização política, caracterizado pela análise de elementos conjunturais e internacionais que fundamentavam a atuação dos militantes e lideranças em suas regiões. Uma situação que

chamou sua atenção foi a rapidez na geração de novos quadros, que davam continuidade à luta e às propostas político-ideológicas do MST. No entanto, os novos quadros, eram em geral jovens que poucas oportunidades haviam tido de acesso anterior ao conhecimento científico e ao estudo de sistemas políticos, e que se sentiam valorizados no interior da organização do MST e desenvolviam atitudes reprodutoras e repassadoras de informações.

Articulados em rede no conjunto que é o MST, os três setores desenvolviam atitudes questionadoras sobre o sistema político e propostas alternativas, baseadas na idealização de uma sociedade socialista. O MST objetivava a construção de uma “nova sociedade e de um novo sistema econômico”. O exemplo mais próximo seria o das cooperativas de produção agropecuárias, que se caracterizavam pela não divisão da terra e pelo trabalho coletivo, organizadas em setores de produção.

Um elemento destacado pela autora se referia à “mística”, enquanto momento de representação de uma realidade vivenciada e estímulo à motivação para a continuidade da luta, que perpassava todos os setores do MST, tornando-se um momento das emoções e liberação de sentimentos, sendo também uma estratégia de luta que objetivava o desenvolvimento da solidariedade, reforçando a dimensão da resistência entre os sem-terra. Nos encontros do MST, a mística manifestava-se em momentos de reflexão sobre as questões conjunturais. Na dimensão local, os temas solidariedade, participação, cooperação, amizade, dedicação, entre outros, tomaram lugar nos desenhos e representações realizadas pelos participantes das reuniões, encontros ou cursos. A cooperação agrícola comparecia nos momentos de mística com o intuito de referir-se à produção, como resgate histórico de situações comunitárias e de solidariedade. Sendo uma matriz cultural dos sem-terra, a cooperação era enfatizada tanto na dimensão do cotidiano das relações familiares quanto na dimensão da produção agrícola com fins econômicos, tornando-se parte da práxis e da representação social dos assentados. Assim, através da cooperação, configurava-se um cenário de motivação para o aprendizado, participação e viabilidade de um novo modo de vida.

#### **2.2.4 A cooperação Agrícola e as Práticas Educativas**

A cooperação agrícola era entendida pelo MST, segundo documentos analisados pela autora, como a forma de associar os esforços de cada assentado para fazer as coisas em conjunto, até chegar a conquistar a terra, o capital e o trabalho coletivizados. Ou seja, os

principais objetivos da cooperação agrícola para o MST eram alcançar condições objetivas e materiais de organização do trabalho e da exploração dos recursos naturais, supostamente mais favoráveis, e por consequência a melhoria das condições de vida dos assentados, contribuindo para a organização da classe e para a conquista da reforma agrária.

Segundo Souza, quando o MST surgiu, ainda informalmente, em fins da década de 1970, a principal preocupação era com a “conquista” da terra. Os trabalhadores adotaram as roças comunitárias como a primeira estratégia de reprodução. O trabalho coletivo era ainda apenas uma proposta, concretizada em algumas associações formadas por um número pequeno de famílias. A partir de meados dos anos de 1980, quando o Movimento começa a se expandir nacionalmente, aumentou o número de assentamentos, e iniciou a preocupação com a “viabilidade” da reforma agrária perante a sociedade e, conseqüentemente, com as novas formas de organizações socioeconômicas dos assentamentos. Em 1990, foi realizado o I Seminário sobre Experiências de Cooperação Agrícola, o que originou o SCA, que passou a ser um dos setores do MST. Durante o ano de 1993, em meio a crises no interior daquele sistema, o MST criou o curso de técnico em Administração de Cooperativas, cujo objetivo era formar jovens assentados para a atividade de técnico agrícola nos assentamentos. No ano de 1994 realizou-se o Seminário Nacional sobre a Perspectiva da Cooperação Agrícola, que discutiu a crise nas CPAs e nos grupos coletivos, bem como discutiu as perspectivas para a cooperação nos assentamentos.

A cooperação agrícola nos assentamentos organizados pelo MST poderia ser realizada sob várias formas, a saber: grupos de famílias, associações ou grupo de máquinas, grupos de produção semicoletivizada, grupos de produção coletivizada, cooperativas de comercialização, cooperativas de produção, condomínios e as cooperativas de crédito rural<sup>39</sup>.

Desenvolver a cooperação agrícola nos assentamentos passou a ser um desafio para as lideranças do MST, que procuravam discutir e mostrar experiências positivas para os assentados, já que estes possuíam uma visão individual e familiar do trabalho na terra. A polêmica, por parte dos sem-terra, estava relacionada com a forma de divisão dos frutos

---

<sup>39</sup> A associação é uma entidade civil sem fins lucrativos que presta serviços aos associados. O dinheiro que sobra, ao final do ano, deve ser reinvestido. Não paga impostos para o Estado. Possui estatuto e regimento interno, em caso de associação com muitos sócios, mas não tem capital, tem bens. A cooperativa tem fins lucrativos e cada sócio poderá receber os dividendos, sempre que ocorrer sobras. Paga impostos ao Estado. O estatuto deve seguir um modelo padrão, definido pelo INCRA. Tem capital e para ser sócio o trabalhador precisa entrar com uma quota (estipulada em assembléia). A cooperativa está vinculada ao INCRA e pode exercer atividades comerciais, conforme suas condições. Já o grupo coletivo é uma forma de cooperação mais simples, não precisa de estatuto e organiza-se em comissões (SOUZA, 1999, p. 108).

obtidos do trabalho coletivo e com a identificação sobre quem decide. A maioria das famílias não queria mais receber ordens, havendo a necessidade de que fosse desenvolvido um processo participativo de gestão nos assentamentos, no qual os assentados se vissem como protagonistas do seu futuro.

O MST organizou experiência “educativas”, tais como TAC, o curso de Formação Integrado à Produção (FIP), e o laboratório organizacional, que objetivavam a disseminação de formas de cooperação nos assentamentos. O LOC desenvolveu-se até a primeira metade da década de 1990, tendo sido caracterizado como uma experiência que não havia dado frutos, pelo menos no estado do Paraná. Do ponto de vista educacional, tratava-se de uma técnica reprodutora de conteúdos. Uma concepção de educação que entendia os alunos como passivos e aptos a receber conteúdos transmitidos pelos instrutores, considerados o centro do processo de aprendizagem. Este experimento fazia parte da “Teoria Organizacional de Campo”, difundida pelo MST e fundamentada nas idéias e propostas de Clodomir Morais, o idealizador do referido Laboratório.

Morais (1986), segundo Souza, organizou um caderno de formação do MST intitulado “Elementos sobre a teoria da organização de campo”, no qual discutia as seguintes temáticas: origens da organização do trabalho; comportamento ideológico de estratos emergentes; vícios determinados pelas formas artesanais de trabalho; mecanismo e instrumentos para combater os vícios das formas artesanais de trabalho; e o laboratório experimental. Sendo destacados por Morais os vícios (individualismo, comodismo, entre outros) existentes entre os assentados, e o modo como combatê-los.

O MST defendia as referidas idéias quando as reproduziu nos cursos de formação política e nos seus cadernos de formação. Desenvolvendo uma rotulação das formas de saberes do sem-terra, a idéia predominante era de que a concepção do grupo dirigente deveria ser a ideal, e a trajetória social do trabalhador que participava do Movimento deveria ser ignorada.

Para o MST, o objetivo central do laboratório era constituir-se num aprendizado para a formação das cooperativas nos assentamentos, acreditando que a “profissão de agricultor” desapareceria através da setorização da produção. Entretanto, avalia a autora, tal proposta esquecia o maior interessado, o trabalhador assentado, cujo ideal era o de reconstruir um modo de vida diferente e autônomo. Desta forma, o assentado demonstrava medo de trabalhar



“cativo”, enquanto que o laboratório de campo parecia induzir ao controle rígido: horários, setores de trabalho, o controle pelo laboratorista. Na avaliação de Souza,

o laboratório de campo é um experimento artificial e deslocado do cotidiano e da trajetória do assentado; é algo a-histórico que pressupõe o trabalho com sujeitos ‘passivos’ que precisam ser conscientizados, através de um processo rígido de educação (SOUZA, 1999, p. 116).

A experiência do laboratório de campo não considerava a questão da heterogeneidade cultural, havendo uma homogeneização das pessoas em função dos objetivos do experimento. A resistência dos assentados a este modelo de cooperação demonstrou que esta “pedagogia” não funcionava. Um exemplo concreto era o assentamento Santo Rei, primeiro no Paraná onde foi desenvolvido um laboratório organizacional. Neste assentamento, a organização do grupo de assentados, passado algum tempo, mostrava-se precária e predominavam associações de compra e venda de produtos.

Durante o II Seminário Nacional sobre as Perspectivas de Cooperação no MST (1996), continua a autora, foram arrolados os desvios (economicismo, social-democracia, comodismo, peleguismo e corporativismo) nos assentamentos, bem como os desafios gerais existentes, de como organizar a produção, massificar a cooperação, realizar um trabalho ideológico permanente e garantir a direção política nas regiões. A partir deste entendimento, a autora avaliou que a concepção de desvio e os desafios apontados indicavam que o Movimento estava preso a uma orientação revolucionária, não compatível com os anseios dos assentados. Sua crítica centra-se na exclusão do assentado enquanto participante no sentido de opinar, propor e expor seus anseios. A busca da consolidação da cidadania, apontada como uma característica do MST, não era compatível com a “cidadania ativa”, com atores sociais que possuem saberes, sejam eles técnicos, empíricos ou intuitivos. O grande problema estava em ignorar estes saberes, na tentativa de manipulá-los.

O curso técnico em Administração de Cooperativas (TAC) era outra prática educativa que objetivava a disseminação de formas de cooperação nos assentamentos, tendo como fim específico o de capacitar quadros organizadores e técnicos para o Sistema Cooperativista dos Assentados em nível nacional. A organização do curso contemplava o tempo escola e o tempo

comunidade<sup>40</sup>, em que o objetivo era capacitar o aluno para desenvolver um processo de pesquisa em áreas de assentamento. Os alunos eram oriundos de assentamentos ligados ao SCA, ou pertencentes a cooperativas ou associações de pequenos produtores. Na proposta metodológica, um dos itens se referia à mudança de mentalidade, em que cada indivíduo (ou grupo) precisava descentrar-se de si mesmo e passar a enxergar o mundo com os “olhos do coletivo”. Segundo a autora, o TAC constituiu-se em uma experiência inovadora, tanto na escolarização dos jovens assentados, quanto na formação político-ideológica para a cooperação agrícola. Porém, com relação ao objetivo de transformar a mentalidade individual para a coletiva, os próprios alunos formados no curso, segundo depoimentos coletados pela autora, destacavam que, quando retornavam para o assentamento, o trabalho era muito difícil, porque existia o peso cultural dos “costumes das pessoas”.

O curso de Formação Integrado à Produção (FIP) foi caracterizado por Souza como um curso desenvolvido em nível local, desta vez no assentamento Novo Paraíso no ano de 1992. Os objetivos foram os de viabilizar economicamente o assentamento e de obter uma “consciência organizativa e empresarial” na COOPROSERP, a organização formada no assentamento. Ou seja, o objetivo central era a instrumentalização técnica e a formação ideológica para a continuidade da luta no MST.

O curso foi desenvolvido a partir das necessidades dos assentados. A autora constatou pelos depoimentos que todos os sócios da cooperativa participaram do curso, enfatizando sua importância, principalmente em termos de conhecimentos técnicos obtidos e a partir do aperfeiçoamento de cada assentado, em um setor de produção. Com relação aos aspectos de conscientização e de mentalidade empresarial, os assentados não fizeram comentários, o que demonstrou, segundo a autora, não ser o objetivo prioritário naquele momento. Os procedimentos metodológicos desenvolvidos envolveram uma reflexão sobre a política e os problemas enfrentados pelos assentados na parte teórica, aprofundando os temas através de aulas expositivas e de leitura de textos. Na parte prática, era sempre destacada a dimensão da realidade da cooperativa.

Segundo a avaliação de Souza, as estratégias educativas do MST para desenvolver a cooperação nos assentamentos, que englobavam o 2º grau (técnico) em Administração, os

---

<sup>40</sup> Este curso era desenvolvido durante 2 anos, em 6 etapas, sendo intercalado o tempo escola – aulas teóricas e gestão da cooperativa criada na escola – e o tempo comunidade – referente ao retorno dos alunos a suas áreas de origem ou estágios em outros assentamentos (SOUZA, 1999, p. 120).

curso localizados e os grupos de pessoas que se reuniam para a discussão da cooperação em áreas de assentamento, poderiam ser questionadas do ponto de vista do processo educativo, mas supriam uma defasagem oriunda da incapacidade ou o desinteresse do Estado em gerir a reforma agrária, enquanto processo de desapropriação de terra, assistência técnica, formação educacional e viabilização socioeconômica dos projetos. Constituíram-se mais em estratégias políticas de organização da cooperação do que uma estratégia educativa propriamente dita.

A cooperação agrícola no Paraná foi desenvolvida a partir das discussões e propostas nacionais do MST para a gestão da produção em assentamentos. A coexistência de propostas coletivas, mistas e semicoletivas pode ser explicada, por um lado, pelos ideais coletivos predominantes entre os dirigentes do Movimento (o que gerava grupos coletivos) e, por outro lado, pelo predomínio de formas familiares entre os assentados, confirmando o predomínio de práticas individuais de trabalho, construídas historicamente entre os mesmos, cuja maioria era oriunda da pequena produção. Por outro lado, as formas de organização do trabalho no assentamento refletem a visão do mundo dos sujeitos envolvidos no processo. As características culturais dos assentados (experiências, relações de trabalho anteriores, costumes com relação ao cultivo de determinados produtos, hábitos alimentares) foram fundamentais para que fosse possível compreender a escolha por uma determinada forma de trabalho. Os cursos de formação política contribuíram para a reelaboração da visão sobre algumas formas de produção, pois, à medida que apresentavam diferentes experiências de trabalho, os assentados discutiam os fundamentos ideológicos e políticos de cada forma de trabalho, relacionando-os com as demandas do mercado interno e externo. Porém, não bastavam as informações trazidas pelos cursos de formação, era necessário que os trabalhadores se sentissem sujeitos do processo de repensar o assentamento, tendo possibilidades de discutir desde sua história de vida passada, até o cotidiano que vivenciavam.

A diversidade de formas de cooperação era organizada em função das experiências de cada assentado e da práxis do MST, o que possibilitou a construção de associações, onde existia o predomínio do trabalho individual, resguardando a parcela de poder reservada ao chefe da família, bem como a construção de grupos coletivos, onde o objetivo era criar um modo diferente de organizar a produção no assentamento.

Segundo a autora, a grande dificuldade encontrava-se nas questões culturais, que contribuíam para a não permanência dos assentados nos coletivos e nos ideais construídos pelos próprios líderes do Movimento, ou seja, no momento da formação dos coletivos havia

um enfoque econômico na estratégia de sobrevivência e na melhoria material de vida. No entanto, o assentado decepcionava-se com a demora do retorno e vivia inquietações com relação à administração, motivos que o levavam a desistir deste novo “modo de pensar” e de desenvolver a cooperação. As questões culturais referiam-se, principalmente, ao costume do trabalho individual e da gestão privada da produção, em que a família era o centro do processo. As questões administrativas referiam-se ao descontentamento com o controle de horas, divisão de tarefas, normas, enfim, um conjunto de novas práticas que não eram incorporadas facilmente.

As estratégias educativas utilizadas, tanto o LOC, o TAC e os núcleos de produção, enfocavam a cooperação como uma das mais eficazes formas de melhoria nas condições de vida. Assim, formava-se uma expectativa entre os assentados que acabava sendo inviabilizada, tanto nas questões econômicas quanto naquelas de relacionamento social. Estas estratégias partiam do “ideal do outro”, ou seja, da direção do Movimento, e não necessariamente, do ideal do assentado, o que gerava conflitos de objetivos.

### **2.2.5 Os Assentamentos Analisados**

Os três assentamentos analisados na pesquisa de Maria Antônia de Souza foram organizados, dois deles, pelo MST, e o terceiro, pelo antigo MASTRO (Movimento dos Trabalhadores Rurais do Oeste do Paraná).

No assentamento ABAPAN a posse da terra deu-se de maneira individual, e os assentados tentaram várias formas de produção, desde a comunitária até a associação de produtores e de comercialização, o que resultou nas três associações existentes no assentamento.

Inicialmente, o projeto comunitário objetivava a produção de alimentos para a subsistência, entretanto, aos poucos, as famílias foram identificando diferenças e semelhanças entre si (como a questão da origem geográfica e o tipo de trabalho anteriormente desenvolvido) e foram organizando associações para a compra de maquinário e a comercialização dos produtos em conjunto.

O assentamento constituiu-se em um espaço onde as relações sociais foram sendo reconstruídas e, conseqüentemente, a cooperação foi sendo transformada, influenciada pelas

questões familiares e pela conjuntura político-econômica, que anunciava (indiretamente) a necessidade da organização dos trabalhadores assentados, tanto para a obtenção de crédito quanto para a decisão sobre o que produzir e comercializar.

As famílias chegaram à região do ABAPAN em 1984, numa área já desapropriada pelo Estado, vindas da região Norte e Oeste do estado do Paraná. Para facilitar a gestão da produção, os dirigentes do MST sugeriram a organização em grupos de procedência regional comum, porém as dificuldades em desenvolver trabalhos coletivos persistiram.

A primeira das três associações foi formada com 22 famílias. A segunda associação surgiu a partir de divergências no interior da primeira, pois os agricultores tinham objetivos diferentes. Um outro grupo de pessoas, que não estava organizado, tendo observado o trabalho das duas primeiras associações, criou uma terceira. As três associações existentes no assentamento foram reunidas na cooperativa de comercialização regional – COTRAMIC<sup>41</sup>.

No discurso do representante da Central Cooperativista dos Assentados do Paraná (CCA-PR), segundo a autora, a fundação da COTRAMIC foi enfocada como um momento histórico, sendo a cooperação abordada como a solução para os problemas. Entretanto, nos assentamentos a cooperação era uma das estratégias para impulsionar as necessidades econômicas, principalmente a obtenção de financiamentos e a comercialização dos produtos. Alguns exemplos indicaram a necessidade de repensar o próprio modelo de cooperação, como o exemplo do assentamento ABAPAN, no qual os assentados não obtiveram os resultados econômicos esperados, fator que contribuiu para a busca de alternativas. O que pareceu evidente para a autora foi que não existia apenas a questão da organização da produção, mas um conjunto de relações e modelos culturais, que não estavam propiciando a concretização do modo de vida almejado, justamente pela dificuldade do MST de “trabalhar” as diferenças.

O assentamento Novo Paraíso, o segundo analisado pela autora, foi organizado em uma área grilada chamada “Tigre”, pertencente originalmente ao estado do Paraná. A origem do assentamento estava vinculada à luta dos trabalhadores da região de Cantagalo. Os trabalhadores do município de Pitinga, organizados pelas lideranças do MST e representantes de sindicatos rurais, acamparam no município de Cantagalo, onde hoje é o assentamento Ouro Verde. A área não comportava todos os trabalhadores, e o MST, sabendo da irregularidade do

---

<sup>41</sup> A COTRAMIC, fundada no mês de março de 1997, com o objetivo de comercializar a produção dos assentamentos existentes da região.

imóvel Tigre, existente em Pitinga, chamou-os para a ocupação, no então assentamento Novo Paraíso.

Quando as famílias chegaram ao local, a cooperativa já havia sido fundada, com 19 famílias oriundas do município de Inácio Martins e da experiência do laboratório organizacional de campo, desenvolvido no assentamento Santo Rei (totalizando 42 famílias). Os assentados que vieram de outras regiões para a COOPROSERP (Cooperativa de Produção e Serviços de Pitinga), organizada em 1989, tinham o conhecimento do trabalho coletivo da cooperativa.

A partir do levantamento físico e socioeconômico, o estado constatou que a permanência das 42 famílias só seria possível através do trabalho coletivo. Organizaram o coletivo, entretanto, após a safra de 1994, cerca de 27 famílias desistiram da cooperativa e passaram a trabalhar de forma individual. Os motivos da desistência, segundo Souza, são explicados pelos assentados, de um lado, pela frustração com a primeira safra e, de outro lado, pelas divergências de idéias entre os assentados.

Iniciou-se um processo de discussão e de reagrupamento de famílias no assentamento, sendo formada a ASTROAGRI – Associação dos Trabalhadores Organizados na Agricultura. Para a autora, a ASTROAGRI era um exemplo de resistência para a permanência na terra, uma tentativa de organizar a produção conforme os objetivos e interesses particulares, combinados no grupo. Durante a pesquisa foi constatado que a COOPROSERP era composta por 15 famílias, enquanto que a ASTROAGRI era composta por 11 famílias, sendo que aproximadamente 40% das famílias desistiram do trabalho coletivo, voltando para as áreas individuais. Os lugares deixados pelas famílias desistentes eram ocupados por outras famílias, que se interessavam pelo coletivo e que passavam por um ano de experiência na cooperativa.

Segundo a autora, o coletivo, enquanto socialização dos meios e do modo de produção, iniciou-se a partir da discussão dos grupos de trabalhadores em suas comunidades, mediados por representante de sindicatos e por lideranças do MST. O coletivo consolidou-se como alternativa para viabilizar a sobrevivência das 42 famílias, em uma área de 976 hectares, em que 20% destinava-se à preservação ambiental. No entanto, ao longo do desenvolvimento da experiência, realizados os investimentos e obtidas as primeiras safras, alguns assentados questionavam a viabilidade e sua identificação com o coletivo, concluindo que seria melhor reconstruir a experiência do trabalho individual. Ao final de dois anos de

trabalho individual, constataram que não conseguiriam o resultado esperado, e novamente reelaboraram uma alternativa: um coletivo na forma de associação.

Souza avaliou que houve avanços na qualidade de vida das famílias, em relação à situação anterior ao assentamento. Isto podia ser observado pela construção das casas, pela infra-estrutura construída no assentamento e pelos investimentos feitos nos setores de produção.

Segundo a autora, as formas de participação dos assentados, nestes coletivos de produção, realizavam-se através de reuniões organizadas em cada setor, assim como assembléias gerais mensais e, conforme os depoimentos colhidos, o nível de participação variava. Geralmente as pessoas que mais falavam e propunham eram os representantes do MST ou o presidente da cooperativa. Na cooperativa e na associação eram definidas as linhas de produção a partir da orientação técnica e dos projetos para a obtenção de crédito. A remuneração era por horas trabalhadas, conforme orientação do MST. Orientação que acabava gerando polêmicas entre os assentados.

O terceiro assentamento analisado foi o Santa Maria, sua organização teve início em 1992. A COPAVI foi fundada neste assentamento com 25 famílias, que eram arrendatárias nas suas regiões de origem. Durante a pesquisa, a autora constatou a existência de 19 famílias, sendo que quatro delas estavam em processo de experiência. Após seis meses de projeto, cerca de 40% das famílias desistiram do coletivo.

As famílias organizaram os setores de produção a partir da idéia de produzir e industrializar (nova perspectiva que surgia nas áreas de cooperação). Para o presidente da cooperativa a solução para a agricultura estava no coletivo e um dos problemas enfrentados no assentamento referia-se à formação sociocultural dos assentados que dificultava a adaptação à proposta coletiva. Um assentado afirmou, contudo, que o problema da desistência estava relacionado à mentalidade das pessoas, a dificuldade de convivência em grupo e, principalmente, ao baixo retorno econômico. Com relação à participação dos sócios nos espaços para discussão no assentamento, não eram plenamente ocupados, pois os assentados, segundo o presidente da cooperativa (COPAVI), tinham dificuldades para discutir e opinar.

No regimento interno e no estatuto constava como objetivo da cooperativa liberar mão-de-obra para contribuir para o MST e dar exemplo, através de resultados econômicos e sociais, de que a reforma agrária era viável, através da organização do trabalho nos moldes

coletivos. O regimento interno e o próprio estatuto eram os instrumentos de controle das ações e da administração da cooperativa.

### **2.2.6 A Avaliação da Cooperação Agrícola**

Apesar do relativo acúmulo de discussões sobre a cooperação, a grande maioria dos assentados mantinha a organização da produção na forma individual<sup>42</sup>. Nas entrevistas realizadas pela pesquisadora, os assentados que trabalhavam de forma coletiva destacavam os aspectos da sociabilidade, viabilidade econômica, estratégia política e a facilidade de atendimento técnico, porém estavam descontentes com o andamento dos projetos de cooperativas coletivas, cujo investimento era muito alto e o retorno econômico pouco significativo. Os defensores do coletivo afirmavam que o retorno viria a longo prazo e que única saída para o assentado seria associar-se ou formar cooperativas de produção e comercialização.

As famílias que trabalhavam de forma individual afirmavam que o coletivo era a saída para o assentamento, mas na conjuntura do momento, entretanto, estavam satisfeitas com sua situação no lote individual. Acreditavam que, para ser possível a organização coletiva, seria necessária uma organização entre vizinhos que já se conheciam ou entre parentes. Segundo a autora, a partir dos depoimentos coletados em sua pesquisa, foi possível reforçar a tese de que a cooperação carecia de contextualização histórica, resgatando a dimensão da sociabilidade entre moradores de uma vila ou bairro. A cooperação, quanto entendida de forma artificial e como algo apenas teoricamente inovador, tendia a ser recebida com estranhamento por parte dos assentados, os quais, conseqüentemente, se recusavam ao trabalho com horas marcadas e controle rígido.

Souza avalia que os coletivos de produção que têm sido organizados pelo MST são diferentes dos mutirões e dos trabalhos comunitários, nos quais a solidariedade ocupava o lugar central. No MST, o elemento central passou a ser o foco econômico, a viabilização do assentamento. Portanto, o coletivo surgia como uma empresa e como estratégia política.

---

<sup>42</sup> Segundo dados obtidos por Souza (1999, p. 150), no I Censo de Reforma Agrária, realizado em 1997, a organização da produção de forma individual correspondia a 93,96%, 1,21% de forma coletiva e 4,82% de forma mista.



A idéia de mundo da vida, desenvolvida por Habermas (1989), segundo a autora, auxiliou no entendimento das reelaborações que ocorreram no cotidiano do assentamento, no que se refere às formas de cooperação. No contexto dos coletivos, a ação estratégica orientada para o êxito, prevista em um determinado modelo, passou a ser questionada a partir dos conflitos que emergiram no cotidiano, ou dos resultados concretos da produção. Assim, novos elementos destacavam-se na construção do coletivo de produção e na consolidação dos conhecimentos dos assentados. As relações cotidianas demonstravam que eram temas microsociais que influenciavam o andamento do coletivo e que, em princípio, não eram previstos. A partir da convivência com os diferentes e das discussões e diálogos é que o cotidiano foi sendo reelaborado.

O assentado adotava a forma coletiva de produção imaginando especialmente o êxito econômico. Entretanto, quando percebia que o retorno obtido não era o idealizado, ou que a organização da cooperativa estava tomando um rumo não previsto, procurava novas formas de sobrevivência na terra. A cultura política do assentado era repleta de elementos de uma cultura política distinta, a saber: idéia de propriedade, herança, decisões individuais, participação presencial, atitudes do tipo “ver para crer”, entre outros. Ao mesmo tempo, não era possível negar o aprendizado político advindo das práticas políticas, das relações sociais e dos cursos de formação. Neste sentido, existia a necessidade de compreender o assentado a partir de suas experiências e necessidades contextualizadas historicamente.

A compreensão que os assentados apresentavam de sua realidade (assentamento), do próprio movimento social e da sociedade brasileira, bem como as formas de participação em tais espaços, foi construída na práxis cotidiana. A práxis manifestava-se nas ocupações, nas caminhadas, nas reuniões, no fazer e avaliar as atividades do coletivo. No contexto do coletivo, a práxis concretizava-se no planejamento de atividades socioeconômicas, na interação constante entre os envolvidos e no replanejamento do projeto coletivo. A superação da situação, portanto, ocorria no âmbito da ação e da reflexão, mediada por atores sociais que auxiliavam na interpretação da realidade.

As formas coletivas, segundo a avaliação da autora, não garantiam o desenvolvimento de um processo democrático pleno, no interior do assentamento, embora propiciassem o aprendizado da luta e da conquista. Além disso, os coletivos de produção reproduziam um sistema hierárquico de funções existentes na sociedade, fragmentando o nível de participação do assentado, uma vez que o espaço de discussão era a assembléia, onde predominava uma

forma de participação apenas presencial, por parte da maioria, e uma participação do tipo ativa, por parte dos membros da coordenação da cooperativa. Repetia-se a idéia da necessidade de um administrador para resolver os problemas, assim perdendo a dimensão real do coletivo.

As raízes do modelo de produção coletiva, implantado nos assentamento do MST, estavam nas experiências russas, sandinistas, nicaraguenses e cubanas. No interior do MST, a proposta desses coletivos surgiu tendo como objetivo central a mudança da sociedade e do sistema capitalista, enfim, a busca de uma sociedade diferente. No entanto, as formas de cooperação que têm predominado no estado do Paraná, nos assentamento organizados pelo MST, têm sido as associações de produtores e as cooperativas de comercialização, onde as famílias trabalham e moram nos seus lotes.

Houve um processo de ruptura nos coletivos, influenciado por vários fatores, a saber: retorno econômico, privacidade da família, atritos e costumes, liberdade de horários e preocupação com o tempo presente. Os elementos que contribuíram para as desistências dos sócios do coletivo relacionavam-se à cultura do pequeno proprietário que, no caso do estado do Paraná, era muito forte. O projeto ideológico do MST (modelo de produção coletiva) tinha maior aceitação entre lideranças e menor entre os assentados ex-pequenos proprietários.

Uma questão levantada por todos os assentados entrevistados pela autora refere-se à expectativa que era formada quanto à cooperação agrícola, ou seja, todos aderiam ao coletivo pensando que o retorno econômico seria rápido e expressivo, apenas as lideranças possuíam alguma clareza sobre o longo prazo necessário para serem obtido os resultados. A partir da pesquisa ficou evidenciado que os fatores conjunturais são destacados pelos representantes do MST, deixando claro que o caminho para a sobrevivência do assentado é a cooperação. Os assentados, de tanto ouvirem que a cooperação era o ideal, acabavam reproduzindo esta idéia, porém a maioria não aceitava ter seu espaço privado em segundo plano.

A autora conclui seu estudo observando que as formas de cooperação estavam sendo organizadas em função tanto das necessidades objetivas quanto dos ideais de vida no assentamento. Isto significava que a conjuntura do momento não teria deixado alternativas, uma vez que os créditos eram escassos e os preços dos produtos não compensavam os gastos. Por outro lado, nem todos os assentados sujeitavam-se a um modo de vida totalmente coletivo, pois possuíam práticas e conhecimentos que não se rompiam através da implantação

de tais modelos, considerados ideais pelos dirigentes do MST. A autora afirma que as diferentes formas de cooperação foram organizadas em função dos dois fatores citados, e do nível de formação político-ideológica do assentado.

## 2. 3 RESUMO DA TESE DE DOUTORAMENTO DE JOSÉ ROBERTO PEREIRA

José Roberto Pereira (2000) descreveu e analisou o processo de organização social de grupos de assentados da reforma agrária brasileira, em sua tese de doutoramento, *De Camponeses a Membros do MST: os novos produtores rurais e sua organização social*. O autor centrou sua análise no que ele chamou de “ethos valorativo”<sup>43</sup>, que estaria orientando as ações dos assentados em dois assentamentos um no estado de Goiás (assentamentos “Retiro e Retiro Velho”)<sup>44</sup>, onde a exploração da área era individual, e um terceiro, localizado no estado do Paraná (assentamento Santa Maria), onde a exploração da área era coletiva e organizada sob a orientação do MST.

### 2.3.1 A Problemática e Justificativa da Elaboração da Tese de doutorado

Segundo Pereira (2000), duas inquietações em âmbito acadêmico e político surgiam ao se falar do tema Reforma Agrária no Brasil. A primeira inquietação era quanto à situação em que se encontravam as famílias assentadas; a segunda inquietação se referia ao significado que tinha a obtenção da terra para a sociedade e para o próprio grupo familiar assentado. Partindo dessas questões, o autor analisou os caminhos percorridos pelas famílias assentadas e sua luta para permanecer na terra.

O autor partiu da idéia de que os caminhos percorridos pelas famílias assentadas estavam relacionados aos seus valores culturais e às orientações ideológicas dos chamados “grupos de mediadores”. A relação que se estabelecia entre os assentados e o grupo de mediadores nos assentamentos era complexa, problemática e envolvia um número considerável desses grupos, tais como: MST; CPT; agentes do estado, representados pela

---

<sup>43</sup> Pereira definiu, nesta pesquisa, como “ethos valorativo” as orientações de valor que governam a conduta humana.

<sup>44</sup> A pesquisa de campo foi realizada em dois assentamentos que, no entanto, formaram para o autor uma única unidade de análise para a pesquisa, porque as famílias dos dois assentamentos constituíram um grupo comunitário, orientado pela CPT, desde a ocupação em 1988, e foi dividido apenas em termos de demarcação territorial, conforme o INCRA.

Empresa de Assistência Técnica (Emater) e INCRA; sindicatos de trabalhadores rurais; organizações não-governamentais (ONG's); partidos políticos; universidades; entre outros. Sob a influência desses grupos de mediadores, foram oferecidos vários modelos de organização, mas que não levavam em conta, na sua maioria, os valores culturais dos assentados. Tais modelos eram estabelecidos como forma de dar uma resposta positiva e imediata à questão da “necessidade” de sucesso da reforma agrária. Ao serem colocados em prática, apareciam os desentendimentos e os conflitos entre os próprios assentados, e entre eles e o grupo de mediadores, porque nem sempre coincidia a forma idealizada de organização dos primeiros com os valores socioculturais dos assentados.

Para analisar esta problemática, o pesquisador iniciou seu trabalho apresentando alguns aspectos teórico-conceituais sobre reforma agrária e assentamentos rurais, abordando historicamente a luta pela terra e situando o caso brasileiro no cenário mundial. Desta forma, a reforma agrária, em diversos países, teria sido considerada como um fator condicionante para se estabelecer o regime democrático e consolidar a economia de mercado, assim como, por outro lado, para os que idealizavam uma sociedade socialista. Nos países de capitalismo avançado, como Alemanha, Inglaterra, França e Japão, por exemplo, a intervenção do Estado na questão agrária, especialmente no que se referia à adoção de políticas que visavam à distribuição da propriedade fundiária e à implantação de um modelo de propriedade familiar, foi decisiva para a consolidação do capitalismo naqueles países. Com base nos estudos de Veiga (1991)<sup>45</sup>, Pereira analisou os efeitos econômicos da reforma agrária que poderiam ser produtivos e distributivos.

No caso brasileiro, poder-se-ia falar em questão agrária quando se iniciou, importo pelas transformações internacionais, o processo de desenvolvimento do capitalismo no campo, entre 1930 e 1945; a fase seguinte, entre 1945 e 1964/65, foi marcada pela “substituição de importações”, utilizando-se de ilhas de desenvolvimento; e a terceira fase, denominada “modernização autoritária”, entre 1966 e 1990, foi marcada pela despolitização do campo e pela introdução de padrões técnicos de produção e produtividade.

A reforma agrária foi apresentada por diversos autores como importante meio de mudança da estrutura agrária, de forma a permitir que os trabalhadores sem terra, antigos assalariados, pequenos proprietários, posseiros e meeiros, tivessem acesso à terra, insumos,

---

<sup>45</sup> Obra de referência utilizada por PEREIRA, 2000: VEIGA, José Eli da. **O Desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1991.

mercados, crédito, assistência técnica, o que causaria impactos no âmbito político, econômico e técnico-produtivo.

No debate em torno da reforma agrária nos anos últimos vinte anos, foram destacados por Pereira alguns autores, tais como Graziano da Silva (1998)<sup>46</sup>, que acreditava que a reforma agrária dos anos 1990 deveria incorporar apenas a dimensão social, tendo como público-alvo o “lumpensinato”, que não encontraria mais ocupação no setor urbano, e José de Souza Martins (1997)<sup>47</sup> que apresentou a questão agrária como uma questão essencialmente política, em qualquer país, mas advertia que a modernização brasileira havia ocorrido de forma intensa na área econômica, inclusive no campo, sem significativas repercussões no âmbito social e, sobretudo, político. Por esta razão, Martins considerava que a reforma agrária seria irrelevante para o funcionamento do sistema econômico, porque não estaria obstruindo o desenvolvimento econômico, como obstruíra em 1964. Neste sentido, a reforma agrária acabou se tornando um problema social e mesmo que ela não aumentasse a produtividade, deveria ser feita, porque resolvia uma questão social e não uma questão econômica. A tese de Pereira também analisou os trabalhos de Castro (1988) e Abramovay (1992)<sup>48</sup>, os quais ressaltavam a importância econômica da reforma agrária para o País, e outros autores que buscaram no padrão tecnológico, e mesmo ecológico, a justificativa para a reforma agrária, como é o caso do estudo de Romeiro (1994)<sup>49</sup>.

Na década de 1980, surgiu o MST como um movimento aglutinador de forças a favor da reforma agrária no Brasil. Quanto ao conceito de reforma agrária, o MST<sup>50</sup> defendia um amplo programa de desapropriações de terra, de forma regionalizada, com o objetivo de resolver o grave problema agrário que era a concentração da propriedade da terra.

---

<sup>46</sup> Obra de referência utilizada por PEREIRA, 2000: GRAZIANO DA SILVA, José. Reforma agrária não essencialmente agrícola. In: SANTOS, Raimundo e COSTA, Luís Flávio Carvalho (Org.) **Política e reforma agrária**. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

<sup>47</sup> Obra de referência utilizada por PEREIRA, 2000: MARTINS, José de Souza. A questão agrária brasileira e o papel do MST. In: STÉDILE, João Pedro *et alii*. **A reforma agrária e a luta do MST**. Petrópolis: Vozes, 1997.

<sup>48</sup> Obras utilizadas por PEREIRA, 2000: CASTRO, M. *et alii*. Reforma agrária: um estudo preliminar. **Reforma agrária**. Campinas, v. 18, n. 1, 1998; ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo/Rio de Janeiro/Campinas: HUCITEC/ANPOCS/UNICAMP, 1992.

<sup>49</sup> Obra de referência utilizada por PEREIRA, 2000: ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Renda Emprego: a viabilidade e o sentido da reforma agrária. In: ROMEIRO, Ademar Ribeiro *et alii* (orgs.). **Reforma agrária: produção e renda**. Rio de Janeiro: Vozes/IBASE/FAO, 1994.

<sup>50</sup> Segundo Pereira (2000), Stédile (1999) informou o que foi definido no fórum nacional que reuniu os movimentos sociais e entidades sindicais, sobre a concepção de reforma agrária no Brasil. Consulta-se STÉDILE, João Pedro e FERNANDES, Bernardo M. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999 (PEREIRA, 2000, p. 18-19).

Ainda segundo o autor, a falta de informações por parte do Estado, com relação ao tema da reforma agrária, levou o Ministério Extraordinário de Política Fundiária, por meio do INCRA, a realizar o “I Censo e Pesquisa Amostral sobre Reforma Agrária no Brasil”. Os dados obtidos permitiram configurar uma visão geral dos assentamentos e sua importância, refletindo as diferenças sociais e econômicas entre estados e regiões. Porém, ainda faltava, advertia, o conhecimento sobre o processo social da reforma agrária e a diversidade de valores socioculturais dos assentados. Neste sentido, a eficácia e eficiência das políticas públicas em superar os problemas da reforma agrária no Brasil dependeriam de um conhecimento qualitativamente mais profundo sobre a realidade dos assentamentos, especialmente sobre o “ethos valorativo” que estava orientando as ações dos assentados. Foi a partir desta perspectiva que o autor buscou analisar os dois assentamentos rurais, evidenciando os valores e as ideologias que estavam orientando os assentados e justificando a elaboração de sua pesquisa.

### 2.3.2 Construção do Referencial Teórico - “Matriz De Valores”

Como instrumento para se aproximar da realidade dos dois assentamentos, Pereira elaborou uma “matriz de valores” alicerçada nas análises teóricas relacionadas aos tipos ideais de organização social, genericamente denominados de sociedade tradicional, sociedade moderna e sociedade socialista; e também estruturada em “categorias analíticas nucleantes”, que significavam categorias culturais, extraídas das análises teóricas e utilizadas no seu estudo, como referência para caracterizar e analisar a organização social de cada tipo ideal de sociedade. Assim, o corpo teórico de seu trabalho tinha como estrutura básica o eixo temático Holismo/Individualismo.

Para iniciar a construção de sua “matriz de valores”, o autor partiu de teorias que tratavam dos valores e das ideologias em nível macrossocial, representados pelo “sistema holista de sociedade” e pelos valores modernos e sua variante socialista. Tendo como referência a teoria desenvolvida por Dumont (1992)<sup>51</sup>, sobre a sociedade indiana, e outros estudos<sup>52</sup> que contribuíam para a compreensão das sociedades tradicionais, o pesquisador

---

<sup>51</sup> Obra utilizada como referência: DUMONT, Louis. **Homo Hierarchicus**: o sistema de castas e suas implicações. São Paulo: EDUSP, 1992.

<sup>52</sup> No estudo de Pereira (2000) encontramos como referência, por exemplo, POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980; PITT-RIVERS, J. **The fate of shechem or the politics of sex**. Cambridge Univ. Press, 1977; MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974.

apresentou a definição de suas categorias analíticas. Definiu holismo como um sistema de sociedade caracteristicamente hierárquico, obedecendo a uma gradação de valores, em que a honra e a reciprocidade se destacavam. Estes valores, honra e reciprocidade, estavam definidos em duas categorias: um valor englobante que dizia respeito àquele valor que constituía o valor fundante de cada tipo de sociedade, o qual, no caso da sociedade tradicional, estava centrado na honra; e a sociabilidade, que dizia respeito às regras sociais e aos valores que orientavam as relações entre pessoas, grupos ou pequenas comunidades, que se expressavam nas diferentes formas de ajuda mútua, solidariedade, contratos, dentre outras formas, e que no caso da sociedade tradicional manifestava-se nas regras de reciprocidade. O autor chamou essas categorias de categorias analíticas nucleantes, que formaram a base para a análise comparativa de seu estudo.

O autor adverte que seu olhar estaria centrado nas orientações de valores dos assentados, e não tanto na sua economia ou na sua produção. Neste sentido, sua perspectiva de análise se aproxima do conceito de “campeginidade” apresentado por Woortmann (1990)<sup>53</sup>, em que os camponeses são interpretados com relação à sua subjetividade, a terra sendo vista como expressão de uma moralidade, como algo pensado e representado no contexto de valorações e como um patrimônio da família. Alguns estudos sociológicos, etnográficos e históricos<sup>54</sup> foram buscados para refletir sobre o camponato, o qual formava a base da reforma agrária brasileira, sendo o parentesco uma das categorias que mais expressava o caráter holista das sociedades camponesas, um princípio organizador, um classificador social, em que a pessoa se definia pela descendência, não como um indivíduo isolado. O parentesco, portanto, expressava o universo relacional das populações camponesas, destacando-se como valor holista à pessoa. As outras categorias extraídas destes estudos são a herança e a terra. A herança dizia respeito à continuidade da família e a terra, dentro de diferentes contextos

<sup>53</sup> Cf. PEREIRA, 2000, ver WOORTMANN, Klass. “Com parente não se negocea”. O camponato como ordem moral. **Anuário Antropológico/87**, 1990.

<sup>54</sup> Os estudos utilizados como referência são: CÂNDIDO, Antônio. **Os Parceiros do Rio Bonito**. São Paulo: Duas cidades, 1987; QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Cultura, sociedade rural, sociedade urbana**. Rio de Janeiro-São Paulo: Livros Técnicos e Científicos/EDUSP, 1978; GARCIA JUNIOR, Afrânio Raul. **O Sul: caminho do roçado – estratégias de reprodução camponesa e transformação social**. São Paulo/Brasília: Marco Zero/Editora da Universidade de Brasília, 1989; WOORTMANN (1990), *op. cit.*; WOORTMANN, Ellen F. **Herdeiros, parentes e compadres: colonos do Sul e sitiantes do Nordeste**. São Paulo-Brasília: HUCITEC/Edunb, 1995; WOORTMANN, Ellen F. e WOORTMANN, Klass. **O Trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997; WOLF, Eric R. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976; VIANNA, Aurélio. **Dos pressupostos da ação política do camponato: o caso da “invasão” da Fazenda Anoni**. Rio de Janeiro: PPGAS/Museu Nacional, 1988; MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo EPU/EDUSP, 1974; CARNEIRO, Maria José. **Camponeses, agricultores e Pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998.

históricos, sociais e políticos do campesinato, era uma referência ao sentido de “pertencer” a um determinado local da reprodução da família pela realização do trabalho, o que, segundo o autor, configurava um patrimônio para o camponês.

O autor completou a “matriz de valores” com todas as categorias e os respectivos valores que caracterizavam, idealmente, a sociedade tradicional. Em seguida, apresentou os valores correspondentes ao tipo ideal de sociedade moderna e sua variante socialista, extraídos das análises teóricas que as caracterizavam. Os valores modernos configuravam-se como condicionantes sociais para a organização e desenvolvimento das sociedades, sendo o valor supremo o indivíduo. A dignidade era um valor englobante na sociedade moderna, que se fundamentava na “ética do trabalho” e nos direitos sociais adquiridos ao longo da história, em que os indivíduos passavam a se relacionar com base nos direitos e deveres de cada um com relação ao outro, da mesma forma como ocorre a divisão técnica do trabalho, ou seja, a sociabilidade era pautada na contratualidade. Nestes contextos, a lei era utilizada para dirimir assuntos referentes ao parentesco, à herança e à propriedade. Portanto, as relações de parentesco e de herança eram reduzidas ao nível do indivíduo, e a concepção de terra era a de mercadoria<sup>55</sup>.

Na vertente marxista, a sociedade socialista seria um modo de produção integralmente comunista. A sociedade passaria por várias etapas, e a sociedade socialista seria uma fase transitória, até chegar à sociedade comunista. O sentido das transformações seria a “emancipação do homem”<sup>56</sup>. A partir da leitura de Marx (1991)<sup>57</sup> sobre o processo que levaria à “emancipação do homem” e, também, de uma interpretação da obra de Marx elaborada por Berman (1986)<sup>58</sup>, Pereira propõe que o individualismo representa a chave de todas as transformações sociais propostas por Marx. Porém, não era um individualismo qualquer, mas aquele que o individualismo moderno estava gerando, fruto de uma evolução histórica. Neste

---

<sup>55</sup> Alguns autores que serviram como referência para a análise de Pereira (2000): DUMONT, Louis. **O Individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna**. Rio de Janeiro: Rocco, 1985; BERGER, Peter. **On the obsolescence of the concept of honor**. Indiana (EUA): University of Notre Dame Press, 1983; BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986; TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América**. São Paulo: EDUSP, 1987; BELLAH, Robert N. e MADSEN, Richard; SULLIVAN, William M. e SWIDLER, ANN. and TIPTON, Steven M. **Habits of the Heart: Individualism and Commitment in American Life**. San Francisco: Perennial Library, 1986.

<sup>56</sup> “O homem individual real recupera em si o cidadão abstrato e se converte, como homem individual e em suas relações individuais; somente quando o homem tenha reconhecido e organizado suas próprias forças como forças sociais e quando, portanto, já não se separa de si a força social sob a forma de força política, somente então se processa a emancipação humana” ( MARX apud PEREIRA, 2000, p. 66 - 67).

<sup>57</sup> MARX, Karl. **A Questão judaica**. São Paulo: Editora Moraes, 1991.

<sup>58</sup> BERMAN ( 1986), *op. cit.*



sentido, o autor afirmou que o socialismo, na vertente marxista, seria uma variante do individualismo moderno. A igualdade no socialismo deixava de ser um atributo individualista para ser de justiça social<sup>59</sup>.

Ainda segundo o autor, o valor englobante da sociedade socialista, na vertente marxista, era a igualdade de direitos e de condições materiais, o que poderia ser atingindo por meio de um projeto revolucionário. A questão da sociabilidade na sociedade socialista, advertiu, ficava muito vaga nas considerações teóricas de Marx, devido à omissão das transformações dos valores culturais. Assim, tendo em vista o contexto social do “homem emancipado” de Marx, pressupôs que a sociabilidade entre eles somente se daria através da solidariedade, no sentido em que o indivíduo, despido de tudo, iria “reconhecer-se e aos demais em seu pleno esplendor”, como apresentou Berman (1986)<sup>60</sup>.

A categoria terra, analisada enquanto propriedade privada abolida pela sociedade, configurar-se-ia como patrimônio social, pois só poderia ser usada pela sociedade como valor de uso, abolindo-se os direitos de herança, que se transformariam em direitos de uso. Por último, a categoria parentesco daria lugar, na sociedade imaginária, aos indivíduos sociais.

Como resultado das análises de suas análises bibliográficas, Pereira introduz então a “matriz de valores”, conforme o quadro 1.

	<b>HOLISMO</b>	<b>INDIVIDUALISMO</b>	<b>SOCIALISMO</b>
	Sociedade/Valores		
Categorias Analíticas			
Nucleantes	Tradicional	Moderna	Socialista
Valor Englobante	Honra	Dignidade	Igualdade em todas as dimensões
Sociabilidade	Reciprocidade	Contratualidade	Patrimônio Social
Terra	Patrimônio da Família	Mercadoria	Indivíduos Sociais
Parentesco	Família	Indivíduo	Indivíduos Sociais
Herança	Pessoa	Indivíduo	Direito de Uso

Quadro 1: Matriz de Valores de cada tipo ideal de sociedade e suas categorias analíticas nucleantes

Fonte: PEREIRA, 2000, p. 80.

<sup>59</sup> Pereira (2000) confirmou sua afirmativa, referindo-se a Dumont (1982), onde este último autor interpreta as reflexões de Marx, em torno da “emancipação do homem”, como ponto de encontro entre o individualismo e o holismo na sociedade comunista, o que permitiria ao homem realizar-se como ser social. Além disso, segundo este autor, o socialismo seria uma forma híbrida de sociedade, porque cobre um elemento do individualismo como um do holismo.

<sup>60</sup> Obra de referência analisada por PEREIRA, 2000: BERMAN (1986), *op. cit.*

### 2.3.3 Os Mediadores da Reforma Agrária e os Valores Culturais Brasileiros

Na segunda parte de seu estudo, Pereira apresentou as orientações ideológicas de dois grupos de mediadores da reforma agrária: a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Soma-se a esta apresentação os valores culturais que, segundo o autor, caracterizariam o comportamento geral dos brasileiros, dentro das discussões teóricas sobre o holismo e o individualismo.

A CPT<sup>61</sup> orientava as famílias tendo como base a “simplicidade dos camponeses”, os quais, enquanto fiéis, poderiam viver unidos, repartindo os frutos de seu trabalho, conforme a necessidade de cada um, em contraposição à influência da sociedade moderna cada vez mais envolvente. O serviço pastoral da CPT inspirava-se na fé cristã e, além disso, era ecumênica, contando entre seus membros, pastores e leigos de várias denominações, principalmente católicos e luteranos. Suas orientações ideológicas estavam fundamentadas nas interpretações do Antigo e do Novo Testamento, principalmente no que se referia ao significado da terra.

Segundo a investigação, a mística da CPT requeria espírito comunitário, fraternidade e partilha, tendo em vista o indivíduo como sujeito, em que o coletivo e a organização não se sobrepujam à pessoa. A mística significava “motivação de fé do agente e a inspiração evangélica de seu trabalho”<sup>62</sup>, como, por exemplo, a mística da terra como valorização, sendo esta uma criação divina e de todos os homens que trabalhavam, gerando o seu alimento. A terra apareceria como vida, porque fornecia alimento ao homem, e também como elemento de ligação do homem com o mundo de Deus. Com relação à atuação dos agentes da CPT, esta poderia oscilar entre o serviço pastoral e a intervenção tutelar. Existia uma preocupação, nas diversas regiões da CPT, segundo esclarece o autor, com relação à atuação de seus agentes, porém a preocupação não estava acompanhada dos meios para orientar seus agentes no sentido de levar em conta a diversidade dos grupos sociais e de suas culturas e tradições. Na pesquisa foi observado o tipo de trabalho realizado pela CPT da Diocese de Goiás, onde os trabalhadores rurais sem-terra da região eram mobilizados mais por questões afetivas, de amizade, de reconhecimento, do que pelas “estratégias” de organização e de ação política. A partir de depoimentos coletados, o autor relatou que as ações da CPT local, em relação aos

---

<sup>61</sup> A CPT foi criada em 1975, alguns anos depois da extinta Juventude Agrária Católica (JAC), pela experiência da igreja local com as comunidades atingidas pela violência em torno da luta pela terra (PEREIRA, 2000, p. 81).

<sup>62</sup> Cf. PEREIRA, 2000: LEROY, Jean-Pierre. Modelos de desenvolvimento em questão. In: **CPT, a luta pela terra**: A Comissão Pastoral da Terra 20 anos depois. São Paulo: Paulus, 1997.

trabalhadores sem-terra, que procuravam sua assessoria, eram voltadas para a formação de grupos, definindo metas e a elaboração de estatutos das associações dos assentados. Além disso, acompanhavam o processo de ocupação e o acampamento, geralmente realizando visitas às famílias e levando remédios, alimentos e orientação de caráter religioso. Entretanto, os próprios agentes da CPT local acabavam se envolvendo nos projetos agrícolas, conseguindo recursos para os assentados, por meio de doações. Para os assentados dos assentamentos Retiro e Retiro Velho, a Igreja Católica, representada pela CPT, foi a instituição mais importante de suas vidas, por sua atuação na época do acampamento e do assentamento.

Para Pereira, dentro de seus limites e possibilidades, a CPT constituiu-se em uma grande força ideológica e de atuação a favor da reforma agrária, enquanto grupos mediadores, abrindo espaço para a organização do MST.

O MST, por sua vez, tentava introduzir “valores coletivistas”, apresentando como forma de organização ideal a cooperativa de produção agropecuária. Com este tipo de organização, procurava-se, através da coletivização da terra e dos meios de produção, alcançar uma escala produtiva que permitisse concorrer no mercado capitalista. O MST considerava as CPAs como “sementes” da estruturação de uma nova sociedade, a sociedade socialista.

Os ideais de uma sociedade socialista no campo, segundo Pereira, foram expressos em diversos contextos econômicos, políticos e sociais em várias partes do mundo, tendo como marco de referência histórica o Século XIX. Tais ideais foram configurados em algumas tendências seguidas por partidos políticos ou por movimentos sociais, podendo ser divididos em dois grandes blocos: os socialistas utópicos, representados por Robert Owen e Proudhon; e os socialistas científicos ou comunistas, fundamentados no “Manifesto do Partido Comunista”, escrito por Marx e Engels. No Brasil, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) foi o introdutor desses ideais de caráter marxista, a partir de 1946. Este também foi o responsável pela organização do “I Encontro Nacional de Trabalhadores Agrícolas”, realizado em 1953, em São Paulo, tendo como um dos pontos da pauta a reforma agrária e a criação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas no Brasil (ULTAB), em 1955, sob sua direção. A década de 1950 foi marcada pela ampliação das lutas no campo, dando origem às “ligas camponesas”, especialmente no Nordeste. Com o golpe militar de 1964, lideranças e trabalhadores foram perseguidos, dissolvendo-se as organizações que se fundamentavam nos ideais socialistas. Apenas no início da década de 1980 foi que novamente afloraram

manifestações a favor da reforma agrária, ocupações de terras foram realizadas e se articulou a criação de organizações como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983, e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em 1984.

A criação do MST foi o resultado de mobilizações e ocupações de terras em várias regiões do País no final da década de 1970 e início dos anos 1980. No decorrer da trajetória, o Movimento foi desenvolvendo uma estrutura organizacional que compreendia, hierarquicamente, os níveis de direção e execução. Tanto a agenda de atuação do MST na sociedade quanto a sua organização interna estavam pautadas, assegura o autor, ideologicamente e teoricamente no “Manifesto do Partido Comunista”, onde Marx e Engels prescrevem as ações que transformariam a sociedade capitalista em comunista. Desta forma, o MST tentava orientar seus membros nos assentamentos a se organizarem na produção e na gestão do trabalho, segundo as prescrições do “Manifesto Comunista”, ainda segundo Pereira. Neste sentido, a terra era definida como patrimônio coletivo, podendo ser utilizada apenas como valor de uso, estabelecendo-se a sua coletivização. A herança seria banida neste sistema, porque todos teriam direitos iguais para usar o patrimônio coletivo. A igualdade no trabalho e na distribuição proporcional de seu resultado, como “valor englobante”, era um princípio socialista que também orientava as ações do MST. Os ideais construídos na sociedade socialista a partir do meio rural, conduzidos pelo MST, continua o autor, eram colocados em prática por meio das ocupações de terras e na forma de acampamentos, e, além disso, a orientação do MST nos assentamentos rurais era no sentido da criação de Cooperativas de Produção Agropecuárias (CPA). A justificativa para a fundação de uma CPA em um assentamento, além de constituir a “base do ideal socialista” no campo, era a forma de buscar a agroindustrialização da produção primária. Em alguns casos, o MST utilizava a técnica denominada laboratório organizacional de campo (discutida na seção anterior), com o objetivo de facilitar a organização coletiva nos assentamentos. O autor cita o estudo desenvolvido por D’Aquino (1994)<sup>63</sup> em um assentamento no estado de São Paulo, onde, segundo esta autora, o laboratório foi utilizado para que o grupo atingisse uma forma de organização mais produtiva, mudando o comportamento ideológico de tipo “individualista” para uma “consciência organizativa empresarial”. Entretanto, o estudo evidenciou que o consenso aparentemente obtido pelo laboratório de campo, funcionou por pouco tempo. Após

---

<sup>63</sup> D’AQUINO, Terezinha. O laboratório de campo e os bairros rurais no assentamento Terras de Promissão – SP: os sujeitos, o movimento dos sem terra e a construção de um novo modo de vida. In: **Anais do XXVII Encontro Nacional do PIPSA**. Porto Alegre, 1994.

dois anos de sucesso da experiência da cooperativa, houve cisão do grupo, tendo se dissolvido.

Segundo a análise de Pereira, fundada em documentos do MST/CONCRAB, a orientação para os dirigentes das cooperativas era trabalhar com valores éticos, que também eram normas de comportamento social, para garantir a disciplina. Os “desvios”, como a “malandragem” e a “aventura”, tinham sua origem, segundo estes documentos, nos ideais do campesinato, em que o trabalho individual criava obrigações para a sustentação da família, enquanto o trabalho coletivo não. Para superar estes “desvios”, outros valores deveriam ser recuperados, tais como honestidade, solidariedade, amizade, justiça e outros. Para isso, o MST/CONCRAB elaborou um manual de disciplina para construir um “novo homem” e uma “nova sociedade”.

Os textos do MST, continua o autor, reproduziam valores contidos nos pensamentos dos ideólogos socialistas. Contudo, os valores culturais da sociedade brasileira apresentavam limites a determinadas formas de organização. Ou seja, ao estabelecer formas coletivas de produção e organização do trabalho, o MST reivindicava a abolição da propriedade privada pelos assentados, o que contrariava seus interesses individuais imediatos. Neste sentido, o Movimento estimulava os assentados a abrirem mão de sua história familiar e a tentarem se adaptar a uma nova concepção de organização social.

O autor baseou-se em estudos sócio-históricos que evidenciam os valores holistas da sociedade brasileira, no caso o estudo clássico de Sérgio Buarque de Holanda (1995), *Raízes do Brasil*<sup>64</sup>, e em estudos sociológicos que explicitam as conexões entre valores holistas e individualistas, no caso a análise de Da Matta<sup>65</sup>. Em sua avaliação sobre o holismo da sociedade brasileira, conclui que o individualismo, apontado por Dumont, da sociedade indiana, é diferente do nosso e também não se iguala ao individualismo da sociedade nos Estados Unidos da América, o que coloca a sociedade brasileira em uma situação particular, com caráter de sociedade híbrida. Isto porque, no caso da “matriz de valores” da sociedade brasileira, a honra ainda é um valor englobante, mas a sociabilidade brasileira é caracterizada pela articulação entre os valores de reciprocidade e contratualidade, formando espaços onde a amizade e o “jeitinho” brasileiro sobrepõem-se às leis e as normas.

---

<sup>64</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

<sup>65</sup> DAMATTA, Robert. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1990.

### 2.3.4 Interpretação do Comportamento dos Assentados

Os dois assentamentos em estudo – “Retiro e Retiro Velho” e o “Santa Maria” – foram descritos e analisados, dando origem a uma “matriz de valores” representativa da realidade dos assentados. José Roberto Pereira partiu de uma apresentação histórica da formação do ideal de autonomia dos camponeses goianos, com o objetivo de explicar a luta destes pela terra, como meio de evitar sua entrada no processo de empobrecimento e assalariamento e a consequente subordinação à grande propriedade. A luta pela autonomia, acentua, tinha sido a marca da ação do campesinato em diferentes regiões do país e do mundo. A luta pela autonomia no estado de Goiás teve suas raízes na história da colonização da região, marcada pelas idéias e ações dos bandeirantes, ou seja, pelos traços culturais do aventureiro<sup>66</sup>.

A situação de posse e uso da terra no estado de Goiás e, especificamente, na região das cidades de Goiânia e Itapirapuã (onde se encontrava o assentamento “Retiro e Retiro Velho”), era caracterizada pela grande concentração da terra e pelas relações tradicionais de dominação. Estes municípios estavam dentro de uma região constituída por uma maioria de pequenas propriedades ao redor de grandes latifúndios. A luta pela autonomia tornou-se mais evidente na região a partir da década de 1980, quando ocorreram várias ocupações de terras com o apoio de algumas entidades, principalmente a Igreja Católica, por intermédio da CPT e da diocese local, além dos sindicatos de trabalhadores rurais de vários municípios.

Ao longo das décadas de 1980 e 1990 foram criados vários assentamentos na região, a partir das primeiras ocupações e do contexto político nacional crescentemente favorável, em parte, à reforma agrária. A ocupação da fazenda Retiro ocorreu no ano de 1988 por trabalhadores que, antes de formarem o acampamento, exerciam profissões e atividades ligadas à área agropecuária. Os depoimentos colhidos pelo autor revelaram que os trabalhadores preferiam a posição do momento, como assentados, porque esta lhe conferia maior autonomia, do que a posição anterior, como empregado ou parceiro. O autor observa

---

<sup>66</sup> O autor utilizou como referência, para conceituar o “aventureiro”, as análises de Cândido (1987) como sendo os homens brancos, mamelucos, os chefes ou os apaniguados, que tinham uma vida precária imposta pela mobilidade. Estes traços deixaram, no caso do caipira que habita a região Oeste do estado de São Paulo, o Sul e Oeste do estado de Minas Gerais e o estado de Goiás, uma mentalidade de acampamento e o sentimento de igualdade. Com referência a Holanda (1995) os traços culturais do “aventureiro”, que ainda permaneceriam na conduta dos agricultores goianos, demonstraram, por um lado, a recusa destes trabalhadores em tornarem-se subordinados, mas, por outro lado, estes mesmos agricultores estavam envolvidos por uma ordem hierárquica de valores, que estava impondo um caráter pessoal às relações sociais (PEREIRA, 2000, p. 115). Ver CÂNDIDO, 1987, *op cit.* e HOLANDA, 1995, *op. cit.*

que a posição de autonomia foi conquistada, por estes trabalhadores, por meio da reforma agrária, em que a aquisição do lote, geralmente em nome do pai da família, significava para os assentados o controle sobre seus próprios meios de produção e, principalmente, sobre a disponibilidade de seu tempo.

Os preparativos para a ocupação da fazenda Retiro constituíram-se em um conjunto de rituais, orientados pela Igreja Católica, por meio da CPT. Eram realizadas reuniões para esclarecer sobre a função social da terra e para formação de um grupo de ocupação. Apesar de vários deles sempre sonharem em possuir um “pedaço de terra”, ocupar terra significava o mesmo que transgredir ou roubar. A formação do grupo era o início de um processo ritualístico, no qual ocorreu a seleção daqueles que estavam determinados a conquistarem a terra.

Após a primeira ocupação da fazenda Retiro, de propriedade de uma empresa de exploração florestal, as famílias foram expulsas uma semana depois pela Polícia Militar, pois o proprietário obteve a reintegração de posse da Fazenda. Instalaram-se então na estrada, onde foram cadastradas pelo INCRA e quando solicitaram a esta instituição alimentos e lonas, além de realizarem viagens na busca de doações. Os assentados sofreram intimidações de fazendeiros, do prefeito e da população de Itapirapuã, e como a situação não se resolvia, o grupo voltou a ocupar a fazenda Retiro, permanecendo na fazenda durante 30 dias, quando foram novamente desalojados pelo Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás (IDAGO) e pelo Secretário de Justiça Estadual. De volta à estrada, permaneceram por volta de três meses alojados em barracas de lona. No início de 1989, resolveram ocupar o Fórum de Itapirapuã, no intuito de tornar visível a situação das famílias e pressionar as negociações a favor da desapropriação da fazenda Retiro. Ficaram no Fórum durante alguns dias e depois ocuparam o prédio do IDAGO, órgão encarregado no estado de Goiás da reforma agrária, na época, onde permaneceram três dias e saíram com uma resposta positiva. O grupo foi diretamente para a fazenda Retiro, aguardar a ordem de emissão de posse pelo INCRA. A ocupação definitiva dos lotes, em toda a área que abrange os dois assentamentos, ocorreu em outubro de 1992.

As condições de vida no acampamento eram muito precárias e as famílias que se dispunham a passar por esta fase se desprendiam, temporariamente, dos vínculos familiares existentes e, às vezes, de condições melhores de vida, para conquistar seu lote de terra.

No período de 1989 e 1992, os sem-terra se encontravam em uma situação intermediária em que deixavam de ser acampados, mas ainda não estavam assentados. Nesta fase, organizaram uma roça coletiva e sobre essa experiência alguns guardavam na memória a “época da união”, enquanto outros consideravam que o coletivo não havia dado “resultado”, porque a divisão do trabalho e o retorno eram injustos.

O sistema de produção nos assentamentos Retiro e Retiro Velho foi caracterizado pelo autor do estudo como de “exploração agrícola e pecuária voltadas para a sobrevivência”. O sistema de exploração agrícola era semimecanizado, tendo como atividades principais os cultivos de arroz e milho. Pelas características físicas do solo, havia a necessidade do uso intensivo de correção da acidez e adubação química, o que não era praticado por eles, seja por falta de assistência técnica, seja por falta de recursos financeiros. Com isso, a produção e a produtividade do arroz e do milho eram muito baixas. O sistema de exploração pecuária era tradicional, comum em toda a região, utilizando apenas pastagens naturais para a alimentação do gado, além de aplicação das vacinas obrigatórias, característica da atividade extensiva. A comercialização do gado era feita geralmente com “atravessadores”, sendo o homem (pai da família), geralmente, o responsável pela comercialização. A força de trabalho utilizada nas atividades agrícolas e pecuárias era exclusivamente familiar, ocorrendo a utilização de “troca de dias”, ou mesmo o pagamento em serviços a outros assentados, principalmente na época de maior intensidade do trabalho.

Existiam duas associações organizadas no assentamento. No início havia apenas uma, que foi organizada com o objetivo de captar e facilitar a entrada de recursos financeiros. Os motivos da divisão do grupo foram justificados, pelos assentados, por razões políticas. Segundo o autor, a criação de duas associações ocorreu para não intensificar os desentendimentos entre eles. A participação das mulheres nas associações ainda era restrita. Nas primeiras gestões, as mulheres eram proibidas de participar das reuniões, mas com esforço e insistência de algumas delas, esta situação foi modificada.

Segundo Pereira, para os assentados as famílias formavam uma comunidade. O espaço para a manifestação da igualdade era muito reduzido, no sentido de garantir a cidadania, na concepção moderna do termo. Entretanto, tal cidadania poderia ser compreendida dentro da comunidade, porque as relações entre eles estavam pautadas no reconhecimento de cada um enquanto pessoa, dentro de uma hierarquia de valores. A presença dos ideais do MST não foi suficiente para modificar os valores dos assentados. Neste contexto, os direitos sociais eram



quase sempre traduzidos pelas relações pessoais, reportando-se ao valor “honra” para se posicionarem diante dos problemas que envolviam a família, o grupo ou questões tais como as de gênero.

Nos assentamentos houve tentativas de se estabelecer as bases de um sistema coletivo de exploração da terra, da formação de uma “agrovila” e de uma cooperativa, mas nenhuma delas deu resultado. Pereira destacou o valor honra como o valor englobante que orientou as escolhas da forma individual de exploração da terra. Para os assentados, a forma individual de exploração da terra era, na verdade, a forma familiar. A exploração familiar da terra, no campo das relações entre as famílias, adquiriu o valor de honra, pois se realizava nesta forma de produzir as condições materiais para que houvesse respeito e consideração pela realização do trabalho. A honra, neste caso, estava relacionada com as condições materiais para que ocorresse a reciprocidade, e esta se referia às várias formas de ajuda mútua, especialmente o mutirão.

Os assentados apresentavam orgulho com relação à “fatura” da produção familiar, no sentido de não passarem vergonha ao receberem alguém em suas casas, porque teriam alimento suficiente para oferecer. O “valor autonomia” dessas famílias tornou-se uma questão de honra, principalmente porque aí se realizava o pai de família. Portanto, a honra era o valor englobante, dentro de uma hierarquia de valores que orientava as ações dos assentados do Retiro e Retiro Velho. Com relação à sociabilidade, os assentados manifestavam-se sob diferentes formas de reciprocidade, tais como a retribuição em trabalho ou em espécie, a troca de serviços e o mutirão. A forma de exploração coletiva da terra para os assentados não entrava no espaço de sociabilidade, porque não constituía, para eles, nenhuma forma de reciprocidade, e, por isso, muitos assentados manifestam-se contra a organização do trabalho coletivo, argumentando sobre a dificuldade em conciliar esse tipo de trabalho com as atividades em sua parcela e a má distribuição dos resultados. Os assentados não queriam ser empregados dos “coletivos”, o que significava o risco de perder o valor autonomia de cada família.

A concepção que a maioria dos assentados tinha da terra estava voltada para o trabalho familiar autônomo e para a reprodução da família. Não se consideravam “donos” e nem “proprietários”, mas posseiros, porque ainda não haviam obtido o título definitivo do lote. Apesar disto, a terra significava o patrimônio da família, porque era o local onde se realizava a condição camponesa e o meio de garantir a reprodução social da família.

Os assentados ainda não haviam constituído uma comunidade de parentesco, conforme avaliação de Pereira, seguindo a identificação proposta por Woortmann (1995)<sup>67</sup>. Entretanto, apresentavam elementos que indicavam o desenrolar de um processo de relações familiares, que poderia concretizar a formação daquela comunidade. Havia se formado o sentimento de “inclusão” e o de “não inclusão”, manifestados no controle que “os de dentro” detinham sobre a entrada de novos parceiros, (ou seja, o controle do grupo de assentados sobre a compra e venda dos lotes). Além disto, eles procuravam negociar monetariamente como os “de fora”, porque nesta relação se manifestava a concepção de lucro, que, para eles, significava “passar a perna”, ganhar às custas do trabalho alheio. O negócio, no contexto da sociabilidade dos assentados, configurava uma negação de reciprocidade entre eles.

Neste contexto cultural, afirma o autor, em que as relações eram pautadas na noção de pessoa e não de indivíduo, a sociabilidade dos assentados era formada a partir das práticas de diferentes formas de reciprocidade. Assim, a forma de organização social desse grupo de assentados correspondia à forma de organização tradicional do campesinato brasileiro, com algumas variações.

O tamanho dos lotes e a má qualidade do solo eram motivos para a saída dos filhos, que procuravam trabalho em Goiânia, ou eram subcontratados como trabalhadores rurais, ou se incorporavam aos acampamentos da região, na expectativa de conseguirem o seu próprio lote. A herança que projetavam para seus filhos era aquela que criava as condições para mantê-los na condição camponesa.

Pereira avalia que, para estes assentados, a reforma agrária abriu caminho para saírem da situação de dominação tradicional, centrada no latifúndio e na grande empresa rural, e assim realizarem seu ideal de autonomia. O comportamento dos camponeses foi analisado como resultante de um processo histórico formado a partir dos elementos culturais que caracterizam o “caipira”, descrito por Cândido (1987), e dos traços culturais do “aventureiro” descrito por Sérgio Buarque de Hollanda (1995). Neste contexto, os assentados procuravam realizar práticas de exploração da terra que viabilizassem a reprodução de suas famílias, de acordo com o saber que possuíam, reproduzindo os valores holistas do campesinato.

A “matriz de valores”, extraída a partir da análise do assentamento Retiro e Retiro Velho é sintetizada é sintetizada no quadro 2 a seguir:

---

<sup>67</sup> Cf. PEREIRA, 2000, ver WOORTMANN, 1995, *op. cit.*

	SOCIEDADE/VALORES
CATEGORIAS ANALÍTICAS NUCLEANTES	TRADICIONAL
Valor englobante	Honra
Sociabilidade	Reciprocidade
Terra	Patrimônio Familiar
Parentesco	Pessoa
Herança	Família

Quadro 2: Matriz de valores dos assentados do Retiro e Retiro Velho  
 Fonte: PEREIRA, 2000, p. 159.

O assentamento Santa Maria localizava-se no município de Paranacity, estado do Paraná, em uma região marcada pela presença significativa de latifúndios. Esta região fazia parte da estratégia de ocupação, pelo Estado brasileiro, de toda a parte norte do estado do Paraná, estando intimamente ligada à expansão do capitalismo no campo, desde a década de 1930. A reocupação da terra no estado, no início do Século XX, começou com uma política de concessão para as empresas colonizadoras. A violência desencadeada no processo de ocupação da terra no norte do estado ocorreu contra índios e posseiros que já habitavam as terras “devolutas” ou “abandonadas”. Daí a eclosão dos movimentos de revolta, sendo os mais conhecidos os de Jaguapitã (1946-47) e o de Porecatu, (1947-51).

A área do futuro assentamento Santa Maria foi vistoriada pelo INCRA, que a classificou como latifúndio improdutivo, tendo sido desapropriada em 1988. Contrariando a decisão do INCRA, o proprietário arrendou a área para uma usina. No mesmo ano houve duas tentativas frustradas de ocupar a área, uma por trabalhadores do próprio município de Paranacity, e outra por trabalhadores de Londrina incentivados pelo MST. Em 1992, a justiça deu ganho de causa ao INCRA, porém a área ainda estava arrendada à usina. As lideranças do MST decidiram ocupá-la e nela desenvolveram uma experiência de assentamento coletivo. Foram identificadas as famílias que haviam participado de alguma experiência coletiva nos acampamentos e assentamentos, ou que estivessem motivadas a participar de tal proposta.

Em janeiro de 1993, a área foi ocupada por 16 pessoas e, ao longo dos meses, outras 50 pessoas juntaram-se a este grupo. Em abril do mesmo ano foi realizado um ato público de apoio à desapropriação da fazenda Santa Maria, na cidade de Paranacity, e uma caminhada até

o acampamento. Neste mesmo dia, os trabalhadores acampados decidiram realizar um grande mutirão para cortar a cana e entregá-la à usina. Nesse processo, os acampados fundaram a Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória, formada por 23 famílias.

Durante o período de acampamento na fazenda Santa Maria, os pais de família trabalharam na construção civil, nas fazendas vizinhas como bóias-frias e participaram de jogos na cidade, integrando-se à comunidade. Porém, a ocupação gerou conflitos com as famílias de trabalhadores rurais do município, que pleiteavam a mesma área. Estas últimas montaram vários barracos no local, como forma de pressão para expulsar o grupo de famílias organizadas pelo MST. Os barracos foram construídos, mas as famílias não permaneceram no local, o que levou o grupo do MST a desmanchá-las, colocando as sobras em frente ao sindicato rural de Paranacity. A disputa foi resolvida amigavelmente, segundo relatos dos assentados, e os trabalhadores rurais do município foram deslocados para outra cidade. Em meados de 1994, o INCRA reconheceu a área como um projeto de assentamento para o grupo de famílias organizadas pelo MST.

O grupo que compunha a COPAVI podia ser dividido, segundo Pereira, em termos de formação e história, em três categorias: os pioneiros, dos quais restaram apenas 10 famílias; os intermediários, referindo-se àqueles que chegaram após a fundação da cooperativa; e os novatos, aqueles que estavam em “fase de experiência”<sup>68</sup> no assentamento. Tanto os novatos como os intermediários vieram para o assentamento para substituir as famílias que tinham desistido e manter o número total de 23 famílias na cooperativa. A maioria dos assentados era casada e a idade média dos homens era de 34 anos e das mulheres 29 anos. O grau de alfabetização era variado, mas era possível considerar que todos eram alfabetizados.

A maioria das famílias que compunha o quadro da COPAVI, em julho de 1998, era originária do Sudoeste do Paraná. Tiveram como experiência de trabalho anterior alguma atividade especializada na área rural. Além disso, os assentados pioneiros participaram de movimentos sociais, e também em diversas outras atividades, como vereador pelo Partido dos Trabalhadores (PT), liderança regional e estadual do MST, diretor de sindicato, diretor de cooperativa e/ ou membros da CPT.

---

<sup>68</sup> Esta experiência compreendia a um período de seis meses, quando no final o candidato era submetido a uma avaliação, sendo aprovado ou não como sócios da cooperativa.

Segundo ainda o autor, muitos assentados relataram que saíram de seu local de origem pela escassez de terras e porque não havia mais a possibilidade de fracionamento das terras dos pais. Os assentados haviam vislumbrado várias facilidades na produção e comercialização dos produtos, além de um modo de vida diferente, em contraposição à propriedade individual, e por este motivo aceitaram participar da experiência coletiva. Segundo a avaliação do autor, para os assentados que tinham experiência como lideranças, ou militantes do MST, ou como integrantes da CPT, ou ainda no movimento sindical, a ocupação da Fazenda Santa Maria constituía-se em uma tentativa de pôr em prática as idéias de uma “sociedade socialista” no campo, por meio da coletivização dos meios de produção, organizados em uma cooperativa. Para outro grupo de assentados, a ocupação significava o meio mais rápido e mais fácil de conquistar o bem-estar de sua família, movidos pelo ideal de solidariedade e “trabalho duro”, que sempre praticavam enquanto camponeses, no seu local de origem. Os dois grupos tinham em comum a não-exploração do outro como um valor moral.

O assentamento Santa Maria fazia divisa com o perímetro urbano da cidade de Paranacity, uma chácara, pequenas propriedades, o córrego Inhaúma e uma fazenda. A área do assentamento não estava dividida em lotes, apenas em áreas tais como a agrovila, a produção e o centro social. Todas as casas tinham energia elétrica e água encanada, com banheiro e fossa. Na estrutura organizativa da COPAVI existia o órgão máximo de deliberação, que era a Assembléia Geral, constituída pelos assentados aprovados como sócios. O Conselho Deliberativo que elaborava o planejamento geral da cooperativa, delegando-se responsabilidades aos coordenadores dos setores de produção, comercialização e administração e que repassavam as informações aos quatro núcleos, onde eram discutidas, para posterior tomada de decisão nas assembléias. Os núcleos eram formados pelas famílias, de acordo como a localização da moradia. O setor de produção era o único que estava subdividido em quatro departamentos: pecuária, horta, lavoura e indústria. Em cada departamento havia um coordenador responsável pela organização e controle do processo produtivo.

Observou ainda Pereira que os assentados percebiam sua participação nas assembléias da cooperativa de forma muito limitada, pois apenas as lideranças manifestavam sua opinião, enquanto que a maioria concordava ou não com as idéias e decisões tomadas. Consideravam que todos deveriam estar informados, mas a pauta das reuniões era feita pelo conselho, de forma que não se sentiam à vontade para sugerir outros pontos de discussão. Alguns assentados manifestavam insatisfação e até se sentiam marginalizados em relação àqueles que

ocupavam cargos administrativos, enquanto outros justificavam a não-participação pelo fato de haver pessoas mais quietas, ficando intimidadas quando criticadas. Os assentados sentiam necessidade de uma metodologia de discussão em grupo<sup>69</sup>, em que a opinião de cada um fosse respeitada, mesmo que a consideração de alguns não fosse útil.

Toda a produção, segundo Pereira, obedecia a um planejamento anual, elaborado pelo conselho deliberativo junto com uma equipe de assessoria externa oferecida pela Confederação Nacional das Cooperativas da Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB). O planejado era controlado pelo setor de administração, responsável também pelo controle de horas de trabalho de cada sócio e pelo cálculo e distribuição das “sobras” da Cooperativa. Portanto, o sistema de produção do assentamento Santa Maria era caracterizado pela exploração racional de todas as atividades. Neste sentido, a cooperativa possuía um quadro administrativo burocrático, onde se estabeleceu uma hierarquia de cargos e competências funcionais sob um sistema de disciplina, controle e execução do serviço.

A maioria das famílias reclamava do baixo poder aquisitivo em relação à carga de trabalho que tinham diariamente. Segundo o autor, esses assentados atribuíam o baixo poder aquisitivo à falta de administração na COPAVI. As lideranças afirmavam que os investimentos tinham sido feitos apenas em infra-estrutura e que os resultados somente seriam colhidos nos cinco anos seguintes. Havia muita reclamação em relação ao excesso de trabalho, somando às tarefas domésticas, e à falta de espaço para o lazer. Alguns assentados consideravam como prioridade a consolidação das linhas de produção e, secundariamente, a questão social, envolvendo a educação, saúde, melhoria das casas e o lazer. Estes assentados acreditavam que a consolidação da produção iria trazer mais renda, e que essa viabilizaria a solução dos problemas sociais.

O sistema de produção do assentamento Santa Maria era caracterizado pela exploração agrícola e pecuária voltadas exclusivamente para o mercado. A exploração do solo era feita com tecnologia intensiva, utilizando-se de adubação química e mecanização, com exceção da área destinada à produção de hortaliças, onde era utilizada adubação orgânica. A exploração pecuária estava voltada à produção de leite, que era a principal atividade produtiva do assentamento, garantindo fluxo constante de recursos financeiros. Contavam com um agrônomo ligado ao MST e um veterinário. A comercialização era considerada pelos

---

<sup>69</sup> Os relatos que serviram de base para as observações do autor foram coletados em reuniões coletivas (PEREIRA, 2000, p. 175).

assentados como um problema, devido à falta de pessoal disponível para esta atividade. O desafio para os assentados era produzir mais, em menor tempo e com qualidade, portanto, sentiam necessidade de ter pessoal especializado para a realização das atividades que envolviam a produção e a comercialização.

Segundo Pereira, a idéia de igualdade para os assentados estava relacionada à dignidade e à garantia de alimento na mesa. Neste sentido, o autor argumenta que eles estavam transcodificando, para o novo contexto, a noção de honra, de seu contexto anterior, o da campesinidade. O sentimento de autonomia ou de liberdade que permaneceu no ideal do campesinato era reprimido pelas exigências do novo comportamento no contexto de igualdade da organização coletiva. A maioria dos assentados interpretava o projeto socialista proposto pela COPAVI como um meio de atingir melhores condições de vida, em menor tempo e sem explorar o semelhante. O princípio colocado em prática por eles tinha causado controvérsias e descontentamento entre vários assentados: a divisão igual dos resultados econômicos e sua relação com a produtividade. Os assentados percebiam que a divisão igual não era justa, porque existia diferença no tipo de trabalho (administrativo x produção) e na produtividade de cada assentado. Além disso, o principal descontentamento, motivo de muitas desistências das famílias assentadas, era que as horas de trabalho eram muito numerosas para um retorno tão pequeno. Alguns consideravam que o excesso de trabalho era uma forma de exploração e que o recebimento de salários pelas horas trabalhadas fazia com que eles se percebessem como trabalhadores assalariados de um patrão abstrato.

O autor entrevistou algumas famílias desistentes da cooperativa sobre as razões pelas quais haviam saído do assentamento, obtendo respostas variadas, mas sempre com o mesmo sentido: questões administrativas com relação à COPAVI, que levaram ao pouco retorno econômico; as normas organizativas existentes; falta de espaço para expressar suas idéias e, por conseqüência, se sentirem diminuídos diante do setor administrativo da cooperativa. Os problemas avaliados pelos assentados estavam relacionados ao processo de organização do trabalho, que fazia com que os assentados estivessem submetidos a um excesso de trabalho, não correspondido com o retorno financeiro desejado.

Apesar de a proposta coletiva da cooperativa anunciar a igualdade entre seus membros, afloraram outras diferenças quando alguns valores tradicionais, presentes na maioria das famílias, surgiam no contexto da cooperativa. O autor apresentou um exemplo, em que os valores tradicionais surgiram e foram artificialmente resolvidos a partir das

normas: a filha de um assentado, mãe solteira, candidatou-se à posição de sócia da cooperativa, e cumpriu um período probatório em que houve muita desconfiança por parte das mulheres casadas, que temiam que seus maridos se sentissem atraídos por ela. Após o período probatório, a assembléia votou pela não-aceitação dela como sócia, justificando a reprovação a partir das normas da cooperativa, considerando que ela não estava acostumada a trabalhar. Segundo alguns sócios, se essa regra fosse realmente levada a sério, outros sócios da cooperativa não teriam sido aprovados.

O autor avalia que os assentados procuravam a cooperativa como um meio de conseguir “melhores condições de vida”, mesmo sabendo, que neste novo contexto, os valores teriam que ser mudados ou reinterpretados. Os valores relacionados à honra, no contexto da campesinidade, davam lugar à dignidade de vida, como um valor englobante neste sistema.

Para Pereira, a sociabilidade no assentamento Santa Maria estava relacionada com a forma de solidariedade entre os assentados, pautada nas normas internas de comportamento e nas relações de trabalho. Para os sócios da cooperativa, a solidariedade tinha um significado amplo, denotava participar de ocupações de outras áreas e trabalhar na COPAVI, para que outros pudessem ser liberados para o MST. Na tentativa de colocar em prática as idéias socialistas, a direção da cooperativa seguia as orientações do MST, e uma delas era liberar mão-de-obra para contribuir para o MST e para o setor cooperativista do Movimento, o que constava no regimento interno da COPAVI. Neste caso, a solidariedade se traduzia em uma divisão do trabalho e funções entre os militantes e lideranças e assentados de origem camponesa, onde cabia à liderança organizar ocupações, protestos, organizar a produção e representar o assentamento diante das instituições governamentais e não-governamentais. Os assentados, por outro lado, deviam trabalhar no processo produtivo, garantindo a produção. A solidariedade na COPAVI era garantida pelas normas que constavam no regimento interno, mas vários assentados argumentaram que muitas das ações de “ajuda mútua” eram realizadas por obrigação, porque estava no regulamento interno. Ao considerarem a solidariedade como obrigação, um dos membros da direção da cooperativa avaliou que os assentados não tinham consciência para viverem sem as normas. Porém, as normas da COPAVI, incluindo o controle de horas de trabalho, eram interpretadas pela maioria dos assentados como um verdadeiro “cativeiro”. Nestas condições, afluía o confronto entre o ideal dos assentados de origem camponesa com os ideais socialistas da militância do Movimento, provocando tensões em nível individual e coletivo. Assim, a sociabilidade entre os assentados estava pautada pela contratualidade.



A terra e os meios de produção da COPAVI eram coletivos, segundo o regimento interno, e, neste sentido, a terra era considerada um patrimônio da empresa (patrimônio coletivo), utilizada por todos os sócios como valor de uso.

As famílias que constituíam o quadro social da COPAVI eram caracteristicamente nucleares, concentrando todas as atividades no casal, mas individualizadas como força de trabalho na produção. Apesar de as mulheres adquirirem responsabilidades iguais na produção, sua condição ainda era de subordinação ao homem. Esta condição era identificada na divisão das tarefas domésticas, em que a mulher continuava responsável, ocupando dupla jornada de trabalho.

A configuração do parentesco no assentamento foi analisada a partir da formação de pequenos grupos por afinidades. A formação destes grupos ocorria nos setores de produção. Como as terras do assentamento eram coletivas, a permanência dos filhos na área não estava garantida, criando a possibilidade de eles terem de sair do assentamento para um acampamento, com o objetivo de se estabelecerem futuramente. O sistema de herança, neste caso, poderia ocorrer pela transformação dos filhos em sócios da cooperativa. Entretanto, esta situação era paradoxal, porque ao mesmo tempo em que a COPAVI precisava de força de trabalho para aumentar a produção, ela não podia garantir a permanência dos sócios, pelos elevados custos de produção e diminuição do valor recebido pelos trabalhadores.

Pereira avaliou que as dificuldades de implementação da proposta coletiva no assentamento Santa Maria estavam relacionadas ao confronto entre valores holistas dos assentados de origem camponesa e o “valor-igualdade” das lideranças da cooperativa. O desafio de transformar os camponeses em trabalhadores coletivos tinha provocado tensões e desistências por parte de várias famílias. Aqueles assentados que permaneceram no empreendimento coletivo, ao longo de seus cinco anos de existência, eram os militantes do MST, que não se identificavam com os valores do campesinato e assumiram sua militância como modo de vida. A formação de quadros de militantes dentro do MST poderia estar relacionada ao intuito de transformar os camponeses em trabalhadores coletivos, como tentativa de criar espaços para a condição de sujeito emancipado no meio rural brasileiro.

Ainda, segundo a avaliação do autor, o MST tentava introduzir, no meio rural brasileiro, a ideologia de uma sociedade socialista, na vertente marxista - em que o pressuposto básico das transformações sociais é o indivíduo - induzindo os assentados a um

individualismo típico do mundo moderno. Os assentados estavam sendo transformados como indivíduos no assentamento Santa Maria /COPAVI, porque o pressuposto teórico marxista era o indivíduo que se transformava em sujeito no processo de emancipação do homem, rumo à sociedade comunista. O autor completou o preenchimento da “matriz de valores” do assentamento Santa Maria, onde a configuração dos valores mostrava a posição híbrida dos assentados pela articulação de valores da sociedade moderna com os valores da sociedade socialista. Desta forma, a configuração de uma “matriz de valores” de uma organização social híbrida, fundamentada na variante socialista do individualismo moderno seria a indicada, como mostra o quadro 3, abaixo:

	SOCIEDADE/VALORES	
Categorias Analíticas Nucleantes		Socialista
Valor Englobante	Dignidade	
Sociabilidade	Contratualidade	
Terra		Patrimônio Coletivo
Parentesco	Indivíduo	
Herança		Direito de Uso

Quadro 3: Matriz de valores dos assentados do Santa Maria  
Fonte: PEREIRA, 2000, p.206.

### 2.3.5 O “Ethos Valorativo” dos Assentados

A partir de sua pesquisa, Pereira verificou que o ethos valorativo que estava orientando as ações dos assentados do Retiro e Retiro Velho, antes analisados, era o ideal de campesinidade, marcado pelo valor-hierarquia. Esses assentados estavam reproduzindo todos os valores idealizados pela sociedade tradicional, o que os colocava em um sistema holista de sociedade. Neste sentido, concluiu que o grupo estava a caminho de constituir uma “comunidade de parentesco”.

Já o ethos valorativo que estava orientando as ações dos assentados do Santa Maria/COPAVI era o valor-igualdade, fundamentado nos ideais socialistas, na vertente marxista, do MST. Segundo o autor, o socialismo, neste caso, constituiu uma variante do individualismo moderno, sendo o valor supremo o indivíduo, em que a dignidade se configura como valor englobante. No âmbito da organização social deste grupo de assentados, houve

uma articulação entre os valores individualistas modernos e os valores socialistas, o que os colocava numa posição híbrida. O autor adverte, em seu estudo, que a base social dos assentados era camponesa, com a presença de um grupo de militantes do MST ocupando a direção da COPAVI. Assim, a posição híbrida de sua organização social era mantida de forma artificial, fundamentada no modelo de organização coletiva, representado pela cooperativa.

Nesse contexto, os assentados de origem camponesa tentavam relativizar os ideais socialistas, mas nem sempre conseguiam. Esses assentados eram atraídos pela cooperativa coletiva porque interpretavam o modelo coletivo de organização dentro de seus moldes comunitários de solidariedade, de amizade e companheirismo. Quando conheciam na prática o sistema de divisão do trabalho e as normas de comportamento, tendiam a desistir de continuar no assentamento - retornando à condição de acampados - preferindo não se converter em indivíduos. O processo de individualização era colocado em prática de forma acelerada, fazendo com que os assentados em pouco tempo de trabalho se sentissem estressados. Para aqueles que se individualizavam, convertendo-se aos ideais socialistas, o espaço de atuação não seria mais o produtivo, mas o da militância política.

## 2.4 RESUMO DA TESE DE DOUTORAMENTO DE ELIANE BRENNEISEN

A pesquisa de Eliane Cardoso Brenneisen (2000), *Relações de Poder, Dominação e Resistência: a organização social e da produção em assentamento rurais na região Oeste do Paraná*, também uma tese de doutoramento, centrou sua investigação nos projetos cooperativistas e associativistas fundamentados na organização coletiva da produção, analisando mais detidamente as relações de dominação e a resistência camponesa a tais propostas.

### 2.4.1 Problemática, Metodologia e Referencial Teórico

Brenneisen (2000) constatou, em um estudo anterior<sup>70</sup>, que o MST havia priorizado, nos anos 1990, nos novos projetos de assentamentos, a organização coletiva no formato das cooperativas de produção agropecuária. Apesar das crescentes evidências do fracasso dessas

---

<sup>70</sup> BRENNEISEN, Eliane Cardoso. **Luta pela terra no oeste paranaense. Do movimento ao assentamento: limites e contradições de um projeto coletivo de produção.** São Paulo: 1994. (Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP.

experiências, contudo, a direção do Movimento continuava a insistir com os assentados na adoção deste modelo<sup>71</sup>. A autora resolveu, em sua tese de doutoramento, aprofundar esta problemática, investigando os posicionamentos políticos e ideológicos que fundamentavam as políticas do MST, cuja face mais evidente encontrava-se no modelo organizacional que estava sendo priorizado nos assentamentos rurais de reforma agrária.

Para tanto foram realizadas entrevistas com os assentados e com lideranças do MST, entre outros procedimentos metodológicos. A fundamentação teórica da pesquisa baseou-se nas contribuições de Foucault (1979, 1987, 1993)<sup>72</sup> sobre a genealogia do poder, e de Certeau (1993)<sup>73</sup>, sobre a Sociologia da vida cotidiana. Além destes autores, Brenneisen destacou alguns estudos sobre assentamentos rurais que contribuíram para fundamentar sua pesquisa: Navarro (1994, 1996a, 1996b, 1997), D’Incao e Roy (1995), Paulilo (1996), Scherer-Warren (1993, 1997, 1999), Ferrante (1992), Bergamasco e Ferrante (1994)<sup>74</sup>.

As análises realizadas por Foucault, deslocavam a questão do poder do âmbito do Estado para as formas de exercício do poder que se expandem por toda a sociedade, “penetrando na vida cotidiana”. Para Foucault, as relações de poder não se reduzem somente à opressão ou à dominação existente, mas também obedeciam a outros mecanismos sutis e eficazes de controle e sujeição. Segundo a autora, ao buscar em Foucault elementos para o estudo em questão,

---

<sup>71</sup> A direção do Movimento atribuía o fracasso dos projetos coletivos à “falta de preparo” dos assentados e do próprio MST no trato destas questões. O modelo não era questionado (BRENNNEISEN, 2000, p. 14 -15).

<sup>72</sup> Obras utilizadas como referência pela autora: FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 1987; FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal 1979; FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. 11ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

<sup>73</sup> Obra utilizada como referência: CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: antes de fazer. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

<sup>74</sup> Segundo Brenneisen (2000, p. 27 - 28), os estudos que contribuíram para sua investigação foram: NAVARRO, Zander. Assentamentos rurais, formatos organizacionais e desempenho produtivo: o caso do assentamento Nova Ramada. **ANPOCS**, out. 1994; NAVARRO, Zander. Políticas públicas, agricultura familiar e os processos de democratização em áreas rurais brasileiras (com ênfase para o caso do sul do Brasil), **ANPOCS**, out. 1996a; NAVARRO, Zander (org.) **Política, protesto e cidadania no campo**. Porto Alegre: Ed. Da Universidade UFRGS, 1996b. NAVARRO, Zander. Sete teses equivocadas sobre as lutas sociais no campo: o MST e a reforma agrária. **São Paulo em Perspectiva**, Revista da Fundação Seade, Brasil Agrário, v. 11, n. 2, 1997; D’INCAO, Maria Conceição e ROY, Gerard. **Nós cidadãos, aprendendo e ensinando democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 1995; PAULILO, Maria Ines. **Terra a vista e ao longe**. Florianópolis: UFSC, 1996; SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Loyola. Centro João XXIII, 1993; SCHERER-WARREN, Ilse. **Cidadania sem fronteiras**: ações coletivas na era da globalização. São Paulo: Hucitec, 1999; SCHERER-WARREN, Ilse. Abrindo os marcos teóricos para o entendimento das ações coletivas rurais. **ANPOCS**, 1997; FERRANTE, Vera Botta. a aventura de pesquisar assentamentos de trabalhadores rurais. **Universidade e Sociedade**, ano II, n4, p. 105-111, 1992; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. Os Assentamentos Rurais: caminhos e desafios de pesquisa. In: Romeiro, Ademar *et alli*. (Orgs.) **Reforma agrária. A pesquisa da FAO em debate**. Rio de Janeiro: Vozes/IBASE/ FAO, 1994.

[...] procura-se tão-somente buscar no eixo central de suas idéias, elementos que contribuam para o desvelamento de como as relações de poder se reproduzem, não só no nível daquilo que se poderia considerar dos macropoderes [...] principalmente, no nível dos micropoderes, ou seja, como as relação de poder se reproduzem, justamente entre os que lutam para superação da dominação a que historicamente estiveram sujeitos na sociedade capitalista (BRENNEISEN, 2000, p. 18-19).

Da mesma forma, a pesquisadora encontrou nos estudos da “Sociologia da vida cotidiana” algumas contribuições para complementar sua análise. Nesses estudos, o cotidiano é entendido como o espaço tanto das atividades rotineiras como também da ocorrência do inesperado, isto é, lado a lado convivem rotina e rupturas. Assim, era nos espaços dos assentamentos que se construía e se manifestavam as diversas formas de resistência.

#### **2.4.2 O MST e a Luta pela Terra**

Brenneisen partiu do pressuposto de que a organização do MST se inseria em um contexto da diversidade de lutas desenvolvidas pelos agricultores brasileiros, que estiveram historicamente sujeitos às mais diversas formas de exclusão e exploração. A história das classes subalternas do campo tinha sido feita através das mais aviltadas formas de violência, mando e obediência, mas também de episódios de resistência camponesa. No período que vai da abolição da escravatura até em torno dos anos 1950, a resistência camponesa realizou-se de maneira localizada, cuja expressão maior foram movimentos messiânicos, como Canudos (1896-1897) e o Contestado (1912-1916). A organização dos trabalhadores em sindicatos e a reivindicação da reforma agrária somente apareceram na agenda política a partir da década de 1950. Entre as mobilizações ocorridas, ganhou repercussão nacional a luta dos posseiros de Formoso e Trombas e a “revolta dos posseiros”, em 1957, no Sudoeste do Paraná. Outras organizações, de repercussão nacional, foram as ligas camponesas, especialmente em Pernambuco, também nos anos cinquenta. A influência do Partido Comunista Brasileiro (PCB), nesta e em outras lutas que surgiram na década, provocaram entre as elites governantes do país, em sua maioria representada por oligarquias rurais, o temor de uma revolução social no campo.

Durante os anos da ditadura militar, foram utilizadas diversas técnicas para impedir qualquer intento da organização popular no campo. No final dos anos 1960 e início da década seguinte, com o processo de abertura política, organizaram-se diversos movimentos

populares, e, entre eles, estavam os movimentos que reivindicavam o acesso à terra. Inicialmente no Rio Grande do Sul, no ano de 1979, agricultores expulsos da reserva indígena de Nonoai ocuparam as fazendas Macali e Brilhante, no norte daquele estado, passando a pressionar o Governo Estadual, visando à desapropriação de terras ociosas para o reassentamento das famílias. Paralelamente a este fato, em função da desapropriação de áreas para a construção de grandes complexos hidrelétricos, e o decorrente desacordo entre o preço a ser pago pelo Estado por estas terras, e aquele reivindicado por milhares de pequenos agricultores afetados, surgiram vários movimentos de atingidos por barragens<sup>75</sup>.

Segundo Brenneisen, pelo menos três fatores concorreram para a reorganização da luta pela terra neste período. Um deles foi o apoio dado à organização por setores progressistas das igrejas Católica e Luterana. A atuação desses setores emprestou ao futuro MST características político-religiosas, elementos marcantes nos primeiros anos de sua organização, e com o movimento sindical rural, através de um eficiente trabalho de articulação política, transformou a luta pela terra em um movimento de caráter nacional. Outro fator que contribuiu para a emergência do MST foi a própria política de modernização da agricultura adotada pelos governos militares (nos anos 1970), que concentrou ainda mais a terra expropriando milhares de proprietários agrícolas, arrendatários e assalariados do campo. Adiciona-se ainda o contexto político da época, de redemocratização, que ofereceu as condições objetivas para a organização popular e a emergência dos movimentos sociais urbanos e rurais.

Ainda segundo a autora, estas condições não seriam suficientes se não houvesse entre os agricultores um desejo de liberdade e de justiça “adormecidos” durante os anos da ditadura militar. As condições objetivas para a organização popular, associadas a uma memória de

---

<sup>75</sup> A autora destacou o Movimento “Justiça e Terra”, no Oeste do Paraná, organizado em 1978, reivindicando a justa indenização pelas terras que seriam alagadas com a construção da usina hidrelétrica de Itaipú. Como desdobramento deste, surgiram, em 1981, o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná (MASTRO). Lideranças e mediadores do Movimento “Justiça e Terra” constataram que muitos trabalhadores rurais, entre eles arrendatários e posseiros, sem direito à indenização, ficariam sem seus meios de trabalho. A partir do cadastro desses agricultores, teve início a organização regional do movimento dos sem-terra, e pouco depois outros movimentos organizaram-se regionalmente.

lutas empreendidas no passado e à busca de liberdade e justiça<sup>76</sup>, possibilitaram o nascimento de uma organização social sem precedentes na história do país<sup>77</sup>.

Neste cenário, o MST constituiu-se como uma continuidade da diversidade de lutas camponesas empreendidas no passado, mas em uma nova fase, com novas características, em função das mudanças históricas ocorridas. A luta contra a expropriação e a exploração eram dois processos que estavam entre si articulados e, por esta razão, encontravam-se na base do MST as mais diversas categorias de trabalhadores rurais<sup>78</sup>.

A partir da fase inicial de formação e consolidação da luta pela terra, o Movimento entrou em uma segunda fase, que vai até meados de 1993, quando foram implementadas estratégias produtivas nos novos assentamentos, paralelamente às atuações voltadas à conquista da terra. As desapropriações de terra e os novos assentamentos das famílias de agricultores sem-terra ocorreram em função das pressões exercidas pelo Movimento, em um espaço onde não existia uma clara definição da política de reforma agrária por parte do Governo Federal. Essa fase da história do Movimento foi marcada pela definição dos campos de atuação dos mediadores, processo que já vinha sendo gestado nos anos anteriores, principalmente a partir de 1984 com a formação oficial do MST, e com a criação de uma estrutura organizativa definida no I Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, ocorrido no ano de 1985, na cidade de Curitiba. Durante os anos iniciais, o que existia era uma rede de relações entre diversos agentes envolvidos na luta pela terra (CPT, sindicatos e os demais organismos de assessoria). Esses mediadores eram, até então, juntamente com as lideranças do Movimento, os responsáveis pelas decisões e definições acerca do Movimento.

Organizado formalmente, consolidado política e organicamente, e tendo conquistado uma certa autonomia de decisão (maior liberdade de ações na adoção de estratégias), o MST passou a prescindir da atuação da Igreja e de outros mediadores nos moldes em que vinha até

---

<sup>76</sup> A partir de sua investigação, Brenneisen (2000) observa que, através das gerações, permanecia uma memória das lutas empreendidas no passado (pelo menos às do início do Século XX), no Oeste e Sudoeste do Paraná, possivelmente um dos fatores que impulsionaram os agricultores a se organizarem. Através dos depoimentos coletados, observa que esses agricultores estavam dispostos a dar continuidade à luta pela preservação dos direitos conquistados (BRENNEISEN, 2000, p. 35-46).

<sup>77</sup> A autora complementa que, no caso do Sudoeste do Paraná, à formação do MASTES (Movimento do Agricultor Sem Terra do Sudoeste do Paraná), acrescentar-se o papel desempenhado pela Associação de Orientação e Assistência Rural (ASSESOAR), como uma entidade que se empenhou na formação de lideranças comunitárias, ofereceu seu apoio à luta dos trabalhadores, e as condições necessárias à conquista dos sindicatos da região.

<sup>78</sup> A base do MST é constituída de diversas categorias rurais, entre elas, pequenos produtores expropriados pela política agrícola, agricultores desapropriados para a construção dos grandes complexos hidrelétricos, ex-arrendatários, ex-assalariados e bóias-frias (BRENNEISEN, 2000, p. 46).

então ocorrendo. Coube à Igreja Católica, através da CPT, um novo papel na mediação da luta pela terra, atuando contra a violência no campo e na defesa dos direitos humanos. Os sindicatos dos trabalhadores rurais, por sua vez, voltaram suas ações para as políticas de créditos, de preços e a comercialização agrícola. Mesmo com a delimitação ocorrida, permanecia ainda uma certa articulação entre os agentes envolvidos com as lutas no campo (isso ocorria quando se tornava necessária uma articulação de demandas conjuntas). Com o processo de delimitação do campo de atuação dos mediadores, o MST constituiu-se como o principal mediador da luta pela terra no País e passou a adotar uma postura mais agressiva e de confronto, tanto em relação ao Estado como em relação aos grandes proprietários rurais. A partir do entendimento de que somente através da luta de massas a reforma agrária poderia se concretizar, o MST optou pela centralização das decisões e a realização de ações conjuntas e coordenadas em todo o território nacional. A direção passou a priorizar a formação de quadros, tentando criar uma vanguarda dirigente, segundo o ideário leninista. As opções político-ideológicas feitas alteraram as características iniciais do Movimento, aproximando-o muito mais de uma organização propriamente dita, do que de um movimento social. A opção pelo “centralismo democrático” modificou toda a estrutura do Movimento, que deixou de possuir características basistas, em prol de estratégias unificadas. As ocupações de áreas improdutivas provocaram uma forte reação dos fazendeiros, resultando na criação da União Democrática Ruralista (UDR). Esta organização tinha como finalidade impedir que o projeto de reforma agrária (I Plano Nacional de Reforma Agrária) do Governo Sarney fosse contemplado no texto constitucional que estava sendo elaborado e votado na Assembleia Nacional Constituinte de 1988. Na defesa do direito à propriedade da terra, a estratégia desta entidade ultrapassava a pressão exercida sobre a Assembleia Nacional Constituinte, apelando para a coerção e a contratação de jagunços para resolver violentamente as questões do campo. A atuação dos latifundiários redundou na total descaracterização do projeto de reforma agrária do Governo Sarney, e a resposta do Movimento foi a realização de mais acampamentos e ocupações. Naqueles anos, que correspondem à fase intermediária do desenvolvimento do MST, o número de assentamentos em todo o País cresceu vertiginosamente, levando a direção do Movimento a buscar alternativas que viabilizassem economicamente os assentamentos já instalados.

A partir de 1994, a luta pela terra entra na “terceira fase”, e o Pontal do Paranapanema, no estado de São Paulo, região de terras devolutas e alvo de grilagem e



diversas irregularidades, tornou-se o ponto estratégico para a luta pela terra<sup>79</sup>. Acirraram-se também os conflitos no campo, segundo dados da CPT, em 1997 mais de 500 mil pessoas estiveram envolvidas em conflitos no campo, e 30 pessoas foram assassinadas. Entre 1985 e 1998, segundo a mesma fonte, ocorreram 4.866 conflitos de terra e 1.003 assassinatos de trabalhadores rurais, advogados, religiosos e profissionais ligados à luta pela terra<sup>80</sup>.

Na avaliação de Brenneisen, o MST contribuiu para a transformação das relações sociais no campo e para a emergência de uma nova cultura política, através da organização dos trabalhadores, rompendo em grande parte com a “cultura do silêncio”, historicamente presente nas relações sociais rurais. Desta forma, o aprendizado político da organização possibilitou, potencialmente, o estabelecimento de novas relações e a formação de uma cultura política mais democrática.

Nos assentamentos, a partir dos anos 1990, a implementação do cooperativismo foi marcante, porém esse processo apresentava contradições que estavam diretamente relacionadas às definições político-ideológicas norteadoras do Movimento.

### **2.4.3 O Cooperativismo no MST**

O cooperativismo no MST desenvolveu-se com base em uma preocupação da direção do Movimento com a viabilidade econômica dos assentamentos instalados a partir da segunda metade da década de 1980. Além dos objetivos econômicos, outras motivações políticas e ideológicas orientaram as escolhas organizacionais. Brenneisen analisou documentos do MST, em que o cooperativismo era abordado como uma forma de alcançar objetivos econômicos, sociais e orgânicos. Os objetivos econômicos referiam-se à organização da produção e comercialização através da constituição de cooperativas e da produção nos moldes de uma empresa econômica moderna, com divisão do trabalho, produção de excedentes e o

---

<sup>79</sup> As ocupações nessa área paulista deram ao Movimento maior visibilidade e despertaram maior atenção da mídia para a questão agrária.

<sup>80</sup> Segundo a autora dois conflitos no campo marcaram estes últimos anos, em termos de violência e mortes. O primeiro foi o massacre ocorrido em 1995 em Corumbiara, Rondônia e o outro, em Eldorado dos Carajás, Sul do Pará, em abril de 1996, quando trabalhadores rurais sem-terra foram assassinados por policiais militares encarregados de desobstruir a rodovia fechada pelos manifestantes. Em 1999, teve início, na cidade de Belém, estado do Pará, o julgamento de 150 policiais envolvidos no massacre de Eldorado dos Carajás. Embora as evidências demonstrassem ter havido, naquela ocasião, uma verdadeira chacina, os quatro primeiros oficiais julgados foram inocentados pelo júri e a acusação pediu anulação da sentença. Segundo a avaliação da autora, essa sentença demonstrou o quanto a impunidade continuava imperando no País e quanto ainda falta para a consolidação da democracia, em um contexto em que se protege os crimes praticados por policiais militares.

desenvolvimento da agroindustrialização. Os objetivos sociais correspondiam a um complemento à organização da produção nos assentamentos. O cooperativismo ainda ofereceria as condições necessárias para liberar pessoas para participar das atividades do Movimento e organizações populares; constituiria uma retaguarda econômica do MST; transformaria a “ideologia camponesa”, substituindo o “meu” pelo “nosso”, e assim poderia mudar “jeito artesão” do trabalhador em sua compreensão sobre o mundo, acumulando forças para a “transformação da sociedade”. Os objetivos orgânicos corresponderiam a estes últimos, ou seja, aos propriamente políticos, com vistas à transformação social em termos mais abrangentes. A autora conclui que este sistema de organização possuía, portanto, uma dupla função: viabilizar economicamente os assentamentos e, também, funcionar como âncora econômica para a continuidade da luta através da preparação, liberação e manutenção de quadros que pudessem atuar na linha de frente do Movimento.

As modalidades de cooperação agrícola do MST eram os grupos coletivos, as associações e as cooperativas. No MST desenvolveram-se dois tipos de cooperativismo: as cooperativas de comercialização e prestação de serviços (CCPS), em que a posse da terra permanecia parcelizada, sob controle familiar de cada assentado, tendo como objetivo promover o armazenamento, a comercialização e a agroindustrialização da produção dos assentados e pequenos agricultores localizados na região; e as cooperativas de produção agropecuária (CPAs), organizadas em um único assentamento com a posse coletiva da terra. O seu objetivo era atingir a plena agroindustrialização, através da implantação de projetos dessa natureza no interior dos assentamentos. A direção do MST priorizou a instalação de CPAs, considerando-as como a forma mais viável de organização para os assentados.

De acordo com o estudo de Brenneisen, o pressuposto político-ideológico do cooperativismo implementado pelo Movimento foi gestado ao longo dos anos oitenta, e definido em 1986 com a publicação de um artigo intitulado: *Elementos sobre a teoria da organização no campo*, de autoria de Clodomir Santos Morais (1986)<sup>81</sup>. A orientação político-ideológica do sistema cooperativista do MST apoiava-se nesta elaboração, sendo reafirmada em outras publicações. A partir de sua investigação, a autora verificou que os laboratórios experimentais (ou laboratórios organizacionais de campo) utilizados nas cooperativas em formação confirmavam a adesão da direção do Movimento ao modelo que fora proposto por Morais.

---

<sup>81</sup> MORAIS, Clodomir Santos de. Elementos sobre a teoria da organização no campo. **MST, Caderno de Formação**, n. 11, 1986.

Morais, no citado artigo, na tentativa de fundamentar suas elaborações, partiu das “origens da organização do trabalho”, discorrendo sobre a evolução do modo de produção comunal primitivo, passando pela economia mercantil simples até a economia mercantil capitalista, com o advento da divisão técnica do trabalho. Na prática, durante os laboratórios desenvolvidos na região Oeste do Paraná essa primeira parte do artigo correspondia ao conteúdo das quatro primeiras aulas teóricas ministradas pelos laboratoristas designados.

Na seqüência do artigo, o autor, segundo Brenneisein, buscando fundamentar o seu modelo, identificou as categorias profissionais agrícolas: o artesão, que se encarregaria individualmente de todo o processo produtivo; os assalariados que vendiam sua força de trabalho; os semi-assalariados, aqueles que eventualmente se assalariavam visando complementação da renda familiar; e o lumpesinato, definido como aqueles que em geral não trabalhavam, e quando o faziam, era quando “lhes dava vontade”. Cada estrato desenvolvia um comportamento ideológico correspondente: o camponês, por não incorporar a divisão técnica do trabalho, apoiava-se no processo produtivo artesanal e, portanto, tinha um comportamento compatível com seu modo de vida. As atitudes isolacionistas, aparentemente reacionárias à associação, não eram conseqüência apenas do nível de educação, mas procediam de uma incompatibilidade do “tipo estrutural”. O componente ideológico camponês, caracterizado por Moraes (1986)<sup>82</sup> por seu isolacionismo, individualismo e personalismo, constituía-se em um entrave à organização social coletivizada. O tipo semi-assalariado, por possuir traços ideológicos semelhantes aos do camponês e do lumpesinato, não se adequava a qualquer tipo de organização e, assim, também era desqualificado para o empreendimento coletivo. Os mais aptos à organização coletiva eram os assalariados agrícolas, porque estavam habituados à divisão social do processo produtivo. A análise de Moraes, ainda segundo Brenneisen, parecia incompatível com a base do MST, pois esta era formada, majoritariamente, por ex-agricultores expulsos da terra, pauperizados, ou seja, a base do Movimento era constituída por aqueles que formavam a categoria que era denominada preconceituosamente de “lumpesinato”.

A desqualificação e até mesmo o desprezo demonstrado em relação ao camponês, segundo a análise da autora, tinham uma dupla função: justificar o projeto desenvolvido, pois sua fundamentação partia da divisão técnica do trabalho e, também, justificar a necessidade de “condução das massas”, impondo uma direção centralizadora da organização camponesa.

---

<sup>82</sup> Obra de referência utilizada pela autora: MORAIS, 1986, *op. cit.*

A dedução a que Moraes chegou, de que os camponeses não eram dados à organização, uma vez que ficavam esperando pelas iniciativas dos líderes, tinha a função de legitimar a concentração do poder nas mãos do líder ou de uma vanguarda dirigente. Desta forma, não eram os líderes que concentravam o poder, mas eram os camponeses que delegavam poder a eles. Invertendo a ordem das coisas, justificava-se a concentração do poder nas mãos de um líder ou de uma vanguarda tão-somente em função das circunstâncias.

A argumentação a favor do modelo apresentado apoiava-se na total desqualificação do campesinato e da agricultura familiar, os quais, segundo o artigo publicado, não conseguiam ver globalmente, e nem planejar, devido aos seus “vícios”<sup>83</sup> herdados do processo produtivo simples. Vícios que precisavam ser superados, daí a fórmula proposta pelo “laboratório experimental”, aplicado nas cooperativas em formação, visando principalmente mudar a cultura camponesa e “formar quadros de organizações de estrutura camponesa”. Com isso, pretendia-se alterar a cultura camponesa, desqualificando-a<sup>84</sup>, enquanto “atrasada e individualista”, para impor mudanças, com vista ao sucesso da empresa cooperativista nos moldes idealizados.

Segundo Brenneisen, o artigo de Moraes hierarquiza três graus de consciência: a ingênua, a crítica e a organizativa. Esta última corresponderia a um grau superior a ser atingindo, uma vez que está relacionado à divisão técnica do trabalho, fator que proporcionaria aos envolvidos a “racionalização metodológica”, e conseqüentemente, “a eficiência das ações”. Ainda destacava a necessidade da unidade e da disciplina para o sucesso de um empreendimento empresarial, oferecendo elementos para identificar os “inimigos internos”. Para este propósito, trazia uma exposição de alguns vícios determinados pelas formas artesanais de trabalho, tais como os comportamentos “oportunistas” e “subjetivistas”, oferecendo espaço para modelá-los e eliminar divergências (e excluir aqueles que divergiam), ou seja, todos aqueles que se insurgissem contra a unidade e a disciplina da empresa eram desqualificados.

A defesa do empreendimento coletivo, continua Brenneisen, passava pelo discurso do interesse coletivo presente freqüentemente em sua argumentação. O comportamento

---

<sup>83</sup> Segundo a investigação da autora os vícios seriam: individualismo, o personalismo, o espontaneísmo, o anarquismo, o imobilismo, o comodismo, o sectarismo ou radicalismo e o liquidacionismo, determinando comportamentos prejudiciais à organização da empresa coletiva.

<sup>84</sup> O nível de desqualificação chegava ao extremo, à medida que começava a estabelecer analogias entre o comportamento do camponês com o dos animais (BRENNEISEN, 2000, p. 76).

individualista ou personalista, para Moraes, seria determinado pelo interesse individual em detrimento do interesse coletivo. Assim, tornava-se necessário o combate a esses vícios que subjugavam o interesse coletivo e minavam a unidade e a disciplina necessária ao bom desempenho da empresa. Tratava-se de usar determinados mecanismos para fazer com que aqueles que se insurgissem contra a unidade e a disciplina percebessem o mal que estavam causando à empresa, devendo ser afastados os reincidentes no erro. O que a autora constatava era que não restava alternativas àqueles que se opusessem ao estabelecido.

O comportamento camponês em uma empresa, em uma reunião, ou em um assentamento, apresentado por Moraes, constituiu-se na mais avassaladora e simplista análise de “caráter e de comportamento”, com o objetivo de classificar pessoas, impedindo-as de se manifestar livremente contra o estabelecido pela direção. Desta forma, reduzia-se a história cultural dos camponeses a “vícios” que se manifestavam em comportamentos e atitudes que prejudicavam o bom desempenho da empresa.

Na finalização do artigo, era prescrito um ensaio da organização da futura empresa (ou cooperativa) através do método denominado “laboratório experimental”, o qual, conforme a definição de Moraes, era um ensaio prático que deveria introduzir em um grupo social a “consciência organizativa” que necessitavam para atuar de forma organizada na empresa.

O laboratório experimental<sup>85</sup> consistia em uma parte teórica, com o objetivo de “acelerar” o processo de organização, e outra parte prática, através da formação de grupos com o objetivo de planejar e executar tarefas referentes à implantação da empresa coletiva. O MST designava um laboratorista, entre os seus quadros dirigentes, cuja função era organizar uma estrutura primária de três a quatro pessoas envolvidas no projeto<sup>86</sup>. A estrutura primária, por sua vez, de posse de determinados conhecimentos, tais como a composição social do grupo, buscava prever anomalias e controlar facções e tendências. Portanto, sua atribuição principal era exercer a vigilância no laboratório, declarando “vícios”, controlando “anomalias” e realizando “profilaxias”.

---

<sup>85</sup> O primeiro laboratório organizacional de campo, na região Oeste paranaense, desenvolveu-se no ano de 1992, na cooperativa de produção agropecuária em formação, denominada COPRAC (Cooperativa de Produção Agropecuária Camponesa Ltda.). Em 1996, a COARA (Cooperativa de Comercialização e Reforma Agrária do Oeste do Paraná) desenvolveu o seu primeiro laboratório organizacional de empresa (BRENNEISEN, 2000, p. 70).

<sup>86</sup> O laboratorista era igualmente responsável pela parte teórica e pela organização geral do laboratório.

Ainda segundo a autora, o modelo organizacional proposto pelo MST para os assentamentos, cuja principal referência encontrava-se no citado panfleto intitulado “Teoria da Organização do Campo”, apoiava-se em uma determinada concepção de socialismo, que tinha no marxismo-leninista sua maior expressão. Lenin<sup>87</sup>, o principal articulador da Revolução Bolchevique na Rússia, sempre tentou adequar o marxismo, enquanto teoria, à prática revolucionária organizada. Além disto, polemizava com seus críticos quando usava termos como “economismo”, “oportunismo” ou “esquerdistas” com o qual caracterizava seus opositores<sup>88</sup>.

Lenin considerava que o movimento revolucionário não avançava por falta de dirigentes, propondo a ida dos revolucionários a todas as classes da população, como teóricos, propagandistas, agitadores e organizadores, com o objetivo de transformarem-se em profissionais da ação revolucionária e, além disso, acreditava ser indispensável uma organização centralizada para toda a Rússia. Propunha, portanto, a criação de uma vanguarda revolucionária e via na organização de “profissionais da ação” o fator fundamental para se fazer a revolução política. O sucesso da revolução, segundo ele, seria pautado na organização de revolucionários profissionais e na centralidade da luta. Lenin qualificava de “democratismo” as críticas dirigidas ao caráter antidemocrático desse modelo, bem como argumentava que era impossível de ser mantida num modelo democrático uma organização clandestina. Além disto, era fundamental a unidade do partido, a organização, a disciplina, a adoção de táticas e estratégias. Lenin considerava que as massas eram despreparadas para governar, necessitando de um período de transição, quando se daria o processo de reeducação, tarefa a ser realizada pela vanguarda dirigente. Neste sentido, a organização cooperativista do MST, principalmente no modelo coletivista desenvolvido através das CPAs, cumpria duas funções: primeiro desenvolver nos camponeses aquilo que a “escola da fábrica” já havia feito aos operários, a disciplina; em segundo lugar, eliminaria os vícios pequeno-burgueses enraizados, como o apego à propriedade privada dos meios de produção.

---

<sup>87</sup> A autora analisou algumas obras de Lenin, como: “O que fazer ?” (1902); “Um passo adiante, dois passos atrás” (1904) e “A doença infantil do esquerdismo no comunismo” (1920).

<sup>88</sup> Para Brenneisen (2000), o discurso de desqualificação dos opositores estava presente tanto nos textos de Lenin como no de Moraes (1986). Tratava-se de reduzir seus opositores e suas idéias, fazendo jus à concepção autoritária, própria de uma concepção ditatorial de política, que estava na base dos modelos desenvolvidos, seja no modelo revolucionário da ditadura do proletariado, seja no modelo que era adotado pelo MST, tanto para o Movimento propriamente dito, como para o desenvolvimento do cooperativismo nos assentamentos rurais, especialmente no formato das CPA.

Segundo Brenneisen, quando Lenin elaborou seu modelo rígido e centralizado, foi com o objetivo de formar um partido político. O MST não era um partido político e a adoção de estratégias leninistas, a partir da adoção do centralismo democrático, torna-o uma organização, aproximando-se em termos de estrutura muito mais da formação de um partido político, do que de um movimento social. A História mostrou que após a conquista revolucionária do poder na Rússia, a centralização não cedeu espaço à construção de uma sociedade socialista democrática. Procurou-se “educar” o campesinato, introduzindo-lhe a disciplina da fábrica, a divisão técnica do trabalho, ou seja, a disciplina necessária ao trabalho coletivo.

O campesinato, no final do Século XIX, segundo o discurso dos socialistas europeus, era composto por sujeitos apegados à propriedade privada, sendo esta a principal razão de não aderirem à causa socialista. Décadas depois, determinados atores sociais que realizavam a mediação da luta pela terra no Brasil e na América Latina tinham esta mesma compreensão, inspirados em manuais leninistas e em uma determinada leitura da própria concepção marxista. Parte da esquerda, principalmente no período anterior às ditaduras militares, concebia o operariado como o principal agente da revolução socialista, e como esse era incipiente em países pré-industriais, viam no campesinato um elemento a ser incorporado no processo revolucionário. Daí a necessidade de transformá-lo, introduzindo a disciplina necessária, através da divisão técnica do trabalho, rigidez do horário de trabalho e organização hierárquica. Segundo a autora, tratava-se de uma visão instrumental da política, à medida que se pretendia transformar camponeses em operários, criando assim as condições necessárias à revolução. Na base deste pensamento estava o preconceito contra a população camponesa, considerada atrasada e apegada à propriedade privada, conseqüentemente, um entrave à causa socialista.

No que diz respeito ao modelo cooperativista desenvolvido pelo MST, principalmente na sua modalidade CPA, segundo a autora, era possível compreender, a partir dos fundamentos político-ideológicos que lhe davam sustentação, o caráter aparentemente contraditório dessas cooperativas. Por um lado, tais cooperativas eram essencialmente capitalistas, organizadas nos moldes de uma empresa capitalista, como divisão técnica do trabalho, ajustada ao mercado, adotando padrão tecnológico dominante e organizava-se com vistas ao lucro através de processos agroindustriais. Por outro lado, a fundamentação de sua organização era socialista (coletivista), através de processos que buscavam “educar” o campesinato. Este duplo caráter, segundo a análise da autora, não era tão contraditório, pois

estava em consonância direta com uma determinada concepção de socialismo, que tinha na divisão do trabalho, na disciplina e na unidade, a forma por excelência de organização da sociedade. A autora observa que tal concepção pouco diferia do sistema de opressão e alienação impostos pelo sistema capitalista.

#### **2.4.4 Os Assentamentos e Projetos de Assentamentos Pesquisados**

O primeiro assentamento analisado pela pesquisadora estava localizado no município de Lindoeste, estado do Paraná, o assentamento Vitória. Este era o mais antigo assentamento selecionado para a pesquisa, instalado na região em 1987. Em 1985, havia sido constatado pelo INCRA que sua área era improdutiva, sendo desapropriada para fins de reforma agrária e sendo transferidas para o local trinta famílias de agricultores sem-terra. Neste mesmo tempo, o proprietário recorreu à Justiça, que concedeu reintegração de posse da área. Paralelamente, o Movimento promoveu um acampamento em frente ao Palácio Iguazu, pressionando o Governo do Estado para a realização de assentamentos. O Estado envolveu-se no processo de desapropriação da fazenda e, em 1986, os sem-terra entraram na área, porém o proprietário manteve na sede da fazenda alguns jagunços e novamente obteve a reintegração de posse, o que levou os sem-terra a reunirem-se, em único acampamento, dentro de uma área na fazenda no meio da mata, enquanto tramitava na Justiça o processo de desapropriação definitiva da fazenda. Somente em 1987 ocorreu definitivamente o assentamento.

Através das entrevistas realizadas, Brenneisen constatou que, na fase anterior ao assentamento, todos realizavam atividades ligadas à agricultura e seu local de última residência era em municípios paranaenses, com predominância de municípios situados na região Sudoeste do Estado.

Este assentamento é um dos mais antigos na região, segundo a pesquisadora a maioria dos agricultores assentados conseguiu uma certa estabilidade econômica e melhorias na suas condições de vida.

Na época em que foi instalado o assentamento Vitória (1987) não existia um projeto definido quanto à organização da produção nos assentamentos rurais, porém já se procuravam alternativas, pelo menos por parte da direção do Movimento. Quando os assentados estavam acampados, o tema referente à forma de organização da produção, após a conquista da terra,



estava presente nas assembléias e discussões que se faziam, porém, de uma maneira bastante vaga. As primeiras discussões a respeito de uma organização coletiva ou associativista nos assentamentos rurais, por parte dos agricultores acampados, baseava-se sobretudo nos ideais de solidariedade de setores progressistas da Igreja Católica e de confissão Luterana, através de padres, freiras, pastores e leigos, que nos anos iniciais do Movimento haviam exercido uma atuação bastante significativa.

Após a formação do assentamento, nove famílias de agricultores buscaram pôr em prática o que haviam discutido no acampamento e iniciaram a organização de uma associação, parcialmente coletiva. A escassez de recursos financeiros, associada a outros fatores, como o fato de existir uma certa diferenciação com relação ao volume de trabalho dispensado pelos participantes nas atividades agrícolas, dificultou a continuidade do projeto. Aos poucos os agricultores foram abandonando a associação, conduzindo-lhes à extinção ao final de dois anos de funcionamento. De acordo com um participante desta experiência, o projeto não teve continuidade por falta de experiência deles e do próprio Movimento na organização dos assentamentos, e quando surgiram os problemas não puderam solucioná-los. Segundo a análise da autora, esses agricultores não acreditavam em uma possível solução e por isso não procuravam alternativas para os problemas, preferindo deixar o grupo antes que os desentendimentos aflorassem.

Uma nova organização nesses moldes somente foi colocada em prática no ano de 1993, e um dos agricultores que participou da primeira experiência, participou também desse novo projeto, acreditando que tanto os assentados como o Movimento já possuíam experiência suficiente para o sucesso de um novo empreendimento fundamentado na organização coletiva. O período em que esta experiência foi colocada em prática corresponde ao final da “segunda fase” da história do Movimento, antes citado, período durante o qual se definiu a organização da produção nos assentamentos, através da criação do SCA e da CONCRAB.

Com incentivo à organização coletiva da produção e à formação de um cooperativismo nos assentamentos rurais, principalmente na modalidade CPA, e também estimulados pelas lideranças estaduais e regionais, seis famílias de agricultores iniciaram esse novo projeto. Os membros do grupo possuíam uma certa afinidade entre si, obtida nos anos de convivência conjunta no assentamento, e também havia três lideranças do assentamento. Seus lotes não eram próximos, porém entenderam que este não seria um impedimento para a organização do

grupo. Definiu-se que homens, mulheres e jovens acima de 13 anos deveriam participar do grupo, e o trabalho se realizar-se-ia coletivamente. A remuneração seria igualitária e de acordo com as horas trabalhadas por cada membro do grupo. Foi celebrado um contrato para a produção de sementes de milho com a Cooperativa Central Agropecuária de Desenvolvimento Tecnológico e Econômico (COODETEC), e o grupo coletivo esperava receber ampla assistência técnica e o transporte da safra. No primeiro ano, a experiência se desenvolveu bem, pelo menos aparentemente, período em que obtiveram sucesso na safra. Porém, no segundo ano, os problemas afloraram e, ao final de dois anos, a experiência teve fim com a saída de uma das famílias participantes do grupo. Os participantes sentiam-se frustrados com a falência do projeto, uma vez que, através dos rendimentos financeiros que poderiam ter auferido, esperavam ter melhorado de vida. Outro fator, principalmente entre as lideranças envolvidas no projeto, era o de essa experiência ter-se tornado em exemplo negativo, tanto para o assentamento como para os outros assentamentos da região.

Segundo a avaliação de Brenneisen, o principal fator para o desmantelamento desta experiência foi o volume de trabalho empreendido no lote por cada um dos participantes do projeto. O trabalho dispensado pelos jovens foi apontado pelos assentados como aquém do esperado para as atividades agrícolas. Procurou-se equacionar os problemas nas reuniões, mas sem sucesso, e aqueles que se sentiram lesados, para evitar desentendimentos, optaram por deixar o grupo. O que a autora observou foi a existência de valores e perspectivas diferenciadas a respeito do trabalho e da própria vida. Comportamentos próprios da juventude foram desqualificados pelos adultos, requerendo dos jovens comportamentos que não poderiam ser correspondidos. No entanto, a recusa, em última instância, segundo a autora, encontrava-se na fundamentação do próprio projeto alicerçado numa determinada concepção de igualitarismo em culturas hierarquizadas. Não foi pensado equacionar os problemas alterando determinadas definições da distribuição dos rendimentos, destinando um valor compatível com o volume de trabalho dispensado por cada um no lote coletivo, ou alterar as definições anteriores, com relação à remuneração por hora trabalhada. Isto em função do fato de que, alterando o modelo, se estaria introduzindo elementos de diferenciação, negadores da visão igualitarista que dava sustentação ao projeto.

Quanto à possibilidade de formação de um novo grupo coletivo, neste mesmo assentamento, foi descartada pelos assentados. Consideravam a organização coletiva ideal, mas de difícil efetivação, e apontavam para a Associação dos Suinocultores do Baicuru, como um exemplo de sucesso. Esta associação foi formada em 1995, por seis famílias de

agricultores. Três deles possuíam lotes um ao lado do outro, e três possuíam lotes distantes. O fato de se conhecerem bem era, provavelmente, a razão principal do sucesso e manutenção da associação, mas outro fator decisivo, além dos laços de amizade, eram os laços de parentesco (dois eram irmãos). No processo de organização da associação foi definido que cada um continuaria no seu lote individual e somente dois agricultores seriam responsáveis pela compra de rações, criação e comercialização dos suínos. Este trabalho ficou a cargo de dois irmãos, que recebiam pelo seu trabalho a quantia fixa de um salário mínimo e meio cada um. A parte destinada à suinocultura correspondia a dez hectares e encontrava-se nos lotes dos dois irmãos que arrendavam parte de suas terra para a associação. O valor do arrendamento era calculado tendo como parâmetro a quantidade de sacas de milho que a área produziria, se estivesse destinada a essa cultura. Depois da comercialização da produção retiravam o correspondente aos salários citados, ao arrendamento e às demais despesas, dividindo o restante em partes iguais entre as seis famílias dos agricultores participantes da associação. As atividades agropecuárias, no restante dos lotes dos agricultores responsáveis pelo projeto, cabiam à família, o mesmo ocorrendo no lote de outro agricultor, membro da associação, que havia sido eleito para presidente da Cooperativa de Comercialização e Reforma Agrária do Oeste do Paraná (COARA)<sup>89</sup>, dedicando-se à administração da cooperativa.

Existiam mais quatro associações de suinocultores no assentamento Vitória, e os demais assentados desenvolviam suas atividades agropecuárias individualmente. Cinco deles uniram-se aos vizinhos para a construção de aviários (cinco aviários construídos em sistema de integração agroindustrial). Após um ano de funcionamento dos aviários, o Frigorífico Chapecó desativou a unidade do município de Cascavel, deixando os agricultores integrados em uma situação extremamente difícil. Os demais assentados, assim como os agricultores parceiros acima relatados, desenvolviam suas atividades individualmente<sup>90</sup>, ou em parceria para determinadas atividades, utilizando o sistema de trocas de serviços e ajuda-mútua. Quanto à organização coletiva (grupos coletivos e CPA), esses agricultores posicionavam-se

---

<sup>89</sup> Segundo Brenneisen (2000), à COARA, uma Cooperativa de Prestação de Serviços, que visava ao desenvolvimento econômico dos assentamentos da região, adquiriu uma fábrica de ração e um frigorífico, construídos com recursos específicos do INCRA e da Associação de Cooperação Técnica (ACT), um organização não governamental belga. Porém, não estava em funcionamento em razão da insuficiência de capital para iniciar as atividades e também por falta de um determinado volume de produção (grãos para processamento e suínos para abate), ainda não produzido nos assentamentos (BRENNEISEN, 2000, p. 110).

<sup>90</sup> Entre os assentados que desenvolviam suas atividades produtivas em seus lotes, nem todos haviam se organizado para associarem-se a COARA. Nos depoimentos coletados pela pesquisadora foram destacados alguns motivos, tais como: desconfiavam da capacidade administrativa dos agricultores que estavam na direção da cooperativa, preferiam esperar a concretização das unidades agroindustriais para então se associarem e, mesmo entre alguns, não havia interesse em associarem-se, pois não pretendiam dedicar-se à suinocultura devido ao baixo rendimento desta atividade.

contrariamente, alegando que essas experiências coletivas não funcionavam devido às diferenças entre eles, além do fato que no coletivo perdia-se a liberdade de escolha e de decisão.

A autora constatou que os agricultores, em sua maioria, eram filhos de pequenos proprietários, que na idade adulta tiveram de deixar a família em busca de novas terras, já que a propriedade dos pais era insuficiente para abrigar toda a família. A história se repetia com os filhos dos assentados, e muitos ingressavam no Movimento na busca de conquistarem seu lote.

O nível de escolaridade entre os 13 agricultores entrevistados era muito baixo, uma vez que não foram oferecidas essas oportunidades, já o dos filhos era superior. Nesse assentamento todas as crianças e/ ou adolescentes em idade escolar (ensino básico ou fundamental) estavam freqüentando a escola.

Segundo Brenneisen, os agricultores assentados demonstravam estar satisfeitos com o assentamento, apesar das dificuldades enfrentadas. Conscientes da “crise” a qual passava o país, demonstravam pouca esperança com relação a uma melhoria significativa nas suas condições de vida. A terra constituía-se em fator determinante nas suas decisões e escolhas organizacionais, como fonte do sustento e garantia para eles e seus filhos nos dias vindouros. Assim, os filhos podiam aventurar-se na busca de trabalho na cidade e diante do imprevisto encontrariam sempre guarida na casa dos pais. Esses agricultores tinham histórias marcadas por privações e incertezas quanto ao futuro, por isso recusavam-se a aderir a um projeto alheio às suas raízes culturais, o qual, sobretudo, não lhes oferecia a segurança necessária e a garantia para o futuro da família. A autora concluiu que todos esses fatores, trajetória de vida, história cultural, vinculação com a terra, características pessoais singulares, valores, sonhos, expectativas e também as especificidades de cada processo organizativo, entre outros, eram fatores relevantes na compreensão das complexas relações que se estabeleciam na organização da produção e da vida cotidiana nos assentamentos rurais de reforma agrária.

O segundo assentamento pesquisado pela autora foi o assentamento Verdum, que corresponde à segunda CPA organizada no estado do Paraná: a COPRAC (Cooperativa de Produção Agropecuária Camponesa Ltda.). O assentamento teve sua origem a partir de duas estratégias utilizadas pelo Movimento: a organização de acampamentos à beira da estrada e a ocupação de fazendas improdutivas. Inicialmente, no final dos anos 1980, os agricultores

sem-terra da região acamparam à beira da estrada, nas proximidades da Vila Góes, uma comunidade pertencente ao município de Lindoeste, e permaneceram dois anos neste local. Nesse mesma época organizou-se também, na região, um outro acampamento de sem-terra, também à beira da estrada, nas proximidades da cidade de Santa Teresa. Os agricultores desse último acampamento foram posteriormente transferidos para uma área provisória, pertencente ao Estado.

Uma parte de agricultores sem-terra que estavam acampados nas proximidades da Vila Góes, como forma de pressão para que o Estado realizasse desapropriações de terras na região e assentamentos das famílias, ocupou uma fazenda improdutiva, que culminou no assentamento Vitória II. O excedente deste grupo e os demais agricultores que permaneceram acampados nas proximidades da Vila Góes ocuparam, em 1989, a fazenda Verdum. Ao ocuparem a fazenda Verdum, deram início ao preparo da terra para o cultivo, procedimento que sempre ocorria na ocupação, visando a sobrevivência do grupo e também como ato simbólico para demonstrar para a sociedade o principal objetivo do Movimento: a conquista da terra para nela trabalhar<sup>91</sup>. Colheram a safra e, com a reintegração de posse, expedida pela Justiça, os agricultores sofreram a ação de despejo e voltaram para a beira da estrada, mas após 72 horas voltaram a ocupar a área. Novamente sofreram uma ação de despejo, mas desta vez violenta, realizada pela Polícia Militar. A ação conseguiu seu intento, pois desmobilizou o grupo acampado. Parte deles foi para outros acampamentos existentes no estado e outros se dirigiram para as cidades vizinhas, restando apenas uma família, que se encontrava assentada no local. Após o despejo desses agricultores, a coordenação do Movimento no Paraná continuou a insistir no processo de desapropriação dessa fazenda, uma vez que já havia sido constatada sua improdutividade, decidindo transferir de um acampamento na região Centro-sul do estado, em 1990, um grupo de vinte famílias para ocupar novamente a fazenda com a proposta de nela instalar uma cooperativa de produção agropecuária. Este grupo pertencia a um grupo maior, que ocupara a fazenda Papagaio, em 1988, no município de Inácio Martins, onde igualmente a história de violência ocorrera<sup>92</sup>. Depois de intensa luta, enfrentando toda sorte de pressão por parte do fazendeiro e do poder público municipal, cerca de 150 famílias foram assentadas naquela fazenda e vinte delas dirigiram-se para a Fazenda Verdum.

---

<sup>91</sup> Este procedimento correspondia às novas estratégias do Movimento, que pode ser sintetizado no tema definido naqueles anos: “Ocupar, resistir e produzir”.

<sup>92</sup> Jagunços interceptavam os caminhões que faziam o transporte da erva-mate colhida pelos acampados, como forma de garantir a sobrevivência das famílias, e saqueavam a produção. Pistoleiros estavam sempre prontos, com o objetivo de intimidar os sem-terra.

Os agricultores que ocuparam a Verdum escolheram um local distante da sede da fazenda para a construção de seus barracos de lona. Na sede da fazenda, o proprietário ainda mantinha cinco jagunços e um administrador que procuravam intimidar os agricultores acampados, através de tiros que eram dados por cima dos barracos. Segundo observa a autora, essas pessoas sofriam toda sorte de violência, morando em barracos de lona, enfrentando frio e fome, na busca de melhores condições de vida, somente suportando esta situação por falta de alternativas. Depois de inúmeros fatos intimidatórios, resolveram expulsar os jagunços que se encontravam na fazenda com a ajuda de agricultores de outros assentamentos. Reuniram aproximadamente 450 pessoas, incluindo homens mulheres e crianças e cercaram a sede da fazenda e, diante da pressão exercida, os jagunços foram forçados a abandonar o local.

No início, havia 21 famílias (vinte oriundas da Fazenda Papagaio e uma que havia participado das ocupações anteriores da Fazenda Verdum). As vinte famílias que vieram para o assentamento foram esclarecidas, pela direção do Movimento, sobre o objetivo de organizar uma CPA e aquelas que aceitaram a proposta foram selecionadas pelo Movimento e transferidas para o local.

Brenneisen partiu do pressuposto de que os agricultores dirigiram-se a esta área em função da destinação que seria dada a ela, por parte do MST (ou seja, a formação de uma CPA). Porém, no andamento da pesquisa de campo, a autora percebeu que a “escolha” tinha sido marcada por outras motivações, entre elas estavam: a fertilidade das terras da fazenda Verdum; os assentados acreditavam que existiam maiores possibilidades de desapropriação dessa área; mesmo que houvesse a desapropriação da fazenda Papagaio, a área não comportaria todos os acampados; também havia um forte estímulo à organização de CPAs sendo desenvolvido pelo setor de formação do MST no Paraná.

Mesmo que fosse dada a oportunidade de escolha de uma modalidade de organização (o que não ocorreu, pois a direção do Movimento já havia definido o formato organizacional destinado à área), ainda assim a escolha não seria livre e espontânea. Essas “escolhas” estavam condicionadas a uma série de outros fatores, como a sujeição historicamente imposta à população rural. Na maioria das vezes, também feitas, em momentos extraordinários, de grande entusiasmo diante da conquista da área pela qual se empenharam. Ressalta-se que mesmo entre as lideranças eram considerados outros motivos, além dos ideológicos, para aceitarem participar do empreendimento coletivo, questões referentes à sua segurança foram levantados.

As motivações em relação à organização coletiva da produção por parte da base, via de regra, não eram as mesmas da direção do Movimento. Para a direção do Movimento, as escolhas organizacionais se davam muito mais por uma motivação político-econômica. Estas motivações se fundamentavam na nova forma de “organização da sociedade”, baseada nos princípios socialistas, ao passo que, para a grande parte da base do Movimento, eram quase que exclusivamente econômicas. Os assentados provenientes da fazenda Papagaio, que correspondiam à base do Movimento, entrevistados pela autora, justificavam sua escolha pelas possibilidades econômico-financeiras que uma organização desta natureza poderia lhes proporcionar.

A COPRAC foi fundada em 1990 e organizada inicialmente em três setores: o de máquinas, o de lavoura e o de animais (pecuária e suinocultura). Segundo a avaliação da direção da cooperativa e dos dirigentes do MST, nos anos iniciais de formação da CPA haviam se desenvolvido muitos obstáculos a serem superados, tanto econômicos como ideológicos, e por isso havia a necessidade de desenvolver um laboratório organizacional de campo. Requereram junto à CONCRAB, após dois anos de funcionamento da Cooperativa, a realização do laboratório (o segundo realizado no Paraná). A organização do laboratório objetivava o disciplinamento dos agricultores para o empreendimento empresarial cooperativista e a superação da “consciência artesanal” e dos “desvios ideológicos” dos camponeses.

De acordo com a orientação do modelo, formou-se a “estrutura primária” e ao “laboratorista”, coube ministrar o curso de formação política intitulado: Teoria da Organização, destinado a todos os participantes do evento e, como antes sugerido, esse curso baseava-se, fundamentalmente, no citado artigo de Moraes. Dos participantes se exigiu assiduidade às aulas e leituras sistemáticas do artigo. Na abertura do evento, os assentados foram avisados da obrigatoriedade da participação integral, especialmente daquele curso, sob pena de serem excluídos do processo. Foi estipulado que um agricultor ficaria na porta diariamente conferindo a presença dos demais. Um dos agricultores desistiu de participar das aulas, justificando que era analfabeto e, a partir daí, constatou-se que existiam seis analfabetos entre os associados da COPRAC. Outro curso, também destinado a todos os participantes, foi o de cooperativismo, ministrado por um integrante da CCA-PR, com o objetivo de aprofundar a proposta alternativa da SCA. Para o curso foram preparados textos, cuja fundamentação política da organização cooperativista a ser formada seguia a conceitos e teorias extraídas de Lenin e Mao Tsé Tung. Segundo Brenneisen, era impossível imaginar o significado de tais

ensinamentos para agricultores com trajetórias de vida tão marcadas e distantes do mundo dos livros. Além disso, alguns não tiveram oportunidades de sequer ir à escola e o restante possuía, em média, apenas até o quarto ano primário.

Foram também preparados cursos específicos, que visavam à qualificação profissional dos agricultores para as atividades que seriam desenvolvidas pela COPRAC, e um curso de gestão destinado apenas à diretoria eleita da cooperativa e aos coordenadores dos setores. Paralelamente aos cursos, foram realizadas atividades práticas em setores de trabalho. Durante todo o evento, todas as atividades desenvolvidas foram rigorosamente cronometradas e insistia-se na obediência aos horários. Através da “estrutura primária”, constatou-se uma permanente preocupação com a disciplina do grupo e com os “desvios” que pudessem ocorrer na própria “estrutura primária”, ou no âmbito da empresa em formação, tornando central a dimensão do controle do grupo, assim como das atitudes e comportamento que deveriam ser modificadas.

Após trinta e três dias de laboratório, o grupo deveria dar seqüência ao trabalho iniciado e executar o que havia planejado. Procurando operacionalizar o funcionamento da cooperativa e a distribuição da mão-de-obra disponível, optou-se pela definição de dez setores de trabalho. A divisão do produto do trabalho, como já vinha ocorrendo desde o início da cooperativa, dar-se-ia pelas horas trabalhadas.

A experiência dessa CPA, segundo a investigação da autora, chamou a atenção de diversos segmentos sociais ligados às causas populares, que viam nela uma alternativa às difíceis condições de miséria e exploração a que se encontravam submetidas a população trabalhadora no sistema capitalista de produção, e em especial, a população camponesa. Por isso, o assentamento passou a receber inúmeras visitas de outras organizações populares e de outros assentados.

Mesmo com poucos recursos, todos os esforços foram empreendidos para o sucesso da organização. Não obstante, as dificuldades começaram a aflorar, evidenciando as contradições inerentes ao próprio formato organizacional adotado. Uma das contradições se referia à própria divisão do trabalho e à quase ausência de revezamentos nas atividades da cooperativa. O coordenador do setor de lavoura, que era o trabalho fisicamente mais pesado e que se dedicava a esta atividade desde o início da cooperativa, canalizou a insatisfação dos demais agricultores deste setor e começou a representá-los junto à diretoria da COPRAC, opondo-se



freqüentemente às determinações da diretoria. A primeira dificuldade apontada pelos agricultores deste setor foi com relação ao volume de trabalho individual desenvolvido no coletivo, apontando para o dispêndio de energia exigido na realização das diferentes atividades de cada setor de trabalho. O sentimento de injustiça estava relacionado às representações de trabalho, e os trabalhadores do setor de lavoura entendiam que havia setores que não produziam nada, segundo sua concepção, e portanto, não eram geradores de renda, e como resultado deveriam receber menos<sup>93</sup>. Além disso, o trabalho realizado pelo setor administrativo da cooperativa, ou seja, por aqueles que se dirigiam à cidade; negociavam com o comércio local e com o poder público constituído nos municípios; participavam de reuniões na região; negociavam com instituições financeiras e com os demais órgãos públicos; despertou desconfiança. Os trabalhadores do setor administrativo tiveram oportunidades de adquirir novos conhecimentos e experiência no trato destas questões, estabelecendo-se, segundo a autora, uma distância entre eles e os demais assentados. Estes se ressentiam por não terem as mesmas oportunidades e por não serem comunicados das transações efetuadas pela direção da cooperativa. Entre todos os fatores apontados, que estão relacionados uns com os outros, a autora acrescentou o fato de que os assentados do setor de lavoura se sentiam desvalorizados perante aos demais. Nos fóruns de discussão, assembleias e reuniões, mesmo que esses agricultores da base tivessem voz e conseguissem expressar seus descontentamentos, se sentiam discriminados pelas lideranças. Para estes agricultores, enxergar e acompanhar o que ocorria à sua volta, participar de tudo que dizia respeito à sua própria vida, manifestar-se livremente e possuir poder de decisão eram fatores determinantes. A autora observa que o engajamento desses trabalhadores na luta pela terra, ocasião que passaram pelo aprendizado de que eram portadores de direitos e de que era preciso resistir e lutar para que estes direitos fossem assegurados, não havia encerrado com a conquista da terra. Com os anos de assentamento esses agricultores foram aprendendo a se opor ao que consideravam uma usurpação de seus direitos de cidadania e essa atitude questionadora havia contribuído para os enfrentamentos entre os membros da cooperativa.

Além de todas as razões apontadas para os enfrentamentos ocorridos, segundo Brenneisen, a quase total ausência de rendimentos financeiros foi também geradora de conflito. Quando estes agricultores se dirigiram para a Fazenda Verdum, fizeram por motivos diferenciados das motivações das lideranças do Movimento. A transferência ocorreu, entre

---

<sup>93</sup> Acreditavam que somente após a realização do laboratório experimental de campo e da divisão dos setores dele decorrente, foi que os problemas começaram a surgir, pois anteriormente todos trabalhavam fundamentalmente nas atividades agropecuárias.

outros fatores, porque houve uma demonstração, por parte das lideranças do Movimento, de que a organização coletiva lhe proporcionaria melhores rendimentos financeiros.

A autora conclui que os conflitos gerados estavam diretamente relacionados às escolhas organizacionais, ou seja, estavam diretamente relacionados à incompatibilidade entre as expectativas dos agricultores de base e o que o modelo lhes poderia proporcionar. Mesmo não estando satisfeitos, a manifestação de suas insatisfações demoraram a ser apresentadas. Os assentados justificavam essa postura por se sentirem intimidados diante de lideranças portadoras de uma razão e uma lógica oposta à deles, e temiam ser desqualificados e rotulados de “individualistas”, “oportunistas”, etc., como de fato ocorreu quando ousaram se manifestar. A partir da emergência dos conflitos, através de sucessivos embates que ocorriam em reuniões e assembléias, o sentimento de discriminação já sentido por eles foi sendo acentuado.

A presidente da cooperativa transferiu-se para outro assentamento localizado na região Central do estado, para dedicar-se à formação de uma nova CPA, e o vice-presidente assumiu a COPRAC. Os problemas avolumaram-se ao longo dos meses e surgiram outros, como os baixos rendimentos da atividade agrícola. Outra questão que nem sempre foi percebida e identificada pela base, e nem pela direção estadual do MST, foi o fato de a cooperativa receber quase que diariamente visitas individuais ou em grupos, tanto de instituições externas ao Movimento como de outros assentados e/ ou sem-terra. Além de opor-se ao número excessivo de visitas, em função da situação financeira da cooperativa, parte da direção local, capitaneada pelo então presidente, na tentativa de obter maiores rendimentos da atividade agrícola e também equacionar os conflitos, iniciou uma discussão interna visando alterar o estatuto e o regimento da cooperativa, principalmente no que se referia à remuneração por horas trabalhadas. Essa possibilidade foi pensada na ocasião da colheita do algodão, através da substituição da remuneração por hora trabalhada por arroba de algodão colhido. A proposta não foi aceita pela direção do MST, que insistia nos princípios norteadores do modelo.

Quanto às sucessivas visitas de grupos ao assentamento, o presidente já havia alertado a direção do Movimento e a SCA sobre a real situação econômica-financeira da cooperativa, insistindo para que deixassem temporariamente de encaminhar esses grupos, mas uma das lideranças estaduais se mostrou surpresa com a situação financeira relatada pelo presidente. O espanto, segundo a autora, parecia estar associado à idéia de que o modelo era considerado ideal pela direção do MST, especialmente do ponto de vista econômico, uma vez que teoricamente deveria proporcionar maiores rendimentos das atividades agrícolas, como

também do ponto de vista político-ideológico, e não poderia estar dando errado. Se assim ocorria, então era necessário buscar os culpados. A culpa recaiu sobre os agricultores de base, porque não se enquadravam no modelo devido aos seus “vícios” e “desvios ideológicos”, e também sobre aqueles que administravam a cooperativa. Ou seja, o presidente da cooperativa foi escolhido como o culpado da má administração, justamente aquele que demonstrou para a direção estadual a real situação da cooperativa e aconselhava para uma flexibilização do projeto; por parte dos agricultores da base, o escolhido como culpado foi o coordenador do setor da lavoura, justamente aquele que representava o grupo de agricultores descontentes e se manifestara contra o modelo.

No ano de 1996, um primeiro grupo de agricultores, cuja maioria pertencia ao setor da lavoura, rebelou-se contra essa imposição e delimitou um local distante da sede, em área individual, para o cultivo e moradia da família. A direção do MST e os técnicos do INCRA procuraram fazer com que estes deixassem o assentamento e se dirigissem para outros assentamentos que estavam sendo implantados na região, justificando que aquela área destinava-se exclusivamente ao empreendimento coletivo. Os agricultores resistiram a qualquer acordo. Na tentativa de manter o empreendimento coletivo, a direção estadual do Movimento, apoiada pelo INCRA, optou em substituir a antiga diretoria, já no final do mandato, e a transferiu para um grupo de sete famílias de agricultores provenientes de outros assentamentos (em sua maioria lideranças do Movimento). As ações desencadeadas por esse grupo, entre elas a destituição de todos os setores de trabalho e a constituição de somente o setor da lavoura, contribuíram para acirrar as divergências. O novo grupo encarregado da direção da cooperativa afirmava que todas as decisões teriam ocorrido em assembleias, porém sempre é possível questionar se realmente teriam ocorrido de forma democrática. A própria transferência deste grupo e os postos que assumiram de dirigentes da cooperativa ocorreram à revelia dos demais assentados e, em vista disto, foram rejeitadas as decisões e de antemão desqualificadas pelos demais. Com o acirramento dos conflitos, um outro grupo de agricultores abandonou a cooperativa - este fato tornou a situação insustentável - e a CPA foi dissolvida. Tanto o MST como o INCRA foram obrigados a aceitar a divisão em lotes, porém o número de famílias de agricultores era superior a capacidade produtiva da área. Tanto os “de fora” como os “de dentro” se sentiam no direito sobre a terra<sup>94</sup> e, diante do impasse, uma

---

<sup>94</sup> Segundo Brenneisen (2000) a classificação “os de fora” e “os de dentro” foi feita pelos próprios assentados que se encontravam na área desde o início da cooperativa. Todas às vezes que se referiam ao que entraram posteriormente, designavam “os de fora”, quando se referiam a eles próprios, como “os de dentro” (BRENNSEIN, 2000, p. 156).

das assembléias contou com a presença de dirigentes estaduais do Movimento e membros do SCA. Mesmo com estas presenças, não se chegou a um consenso. Realizou-se uma seleção dos agricultores para continuar na área, e os demais seriam transferidos para outros projetos de assentamentos. O coordenador do setor de lavoura não foi contemplado em nenhuma das duas seleções realizadas. Inconformado, recusou-se a aceitar a decisão e procurou junto à administração pública municipal (prefeito e vereadores) apoio. Apesar de toda a discussão gerada “os de fora” permaneceram no local e parte dos “de dentro” tiveram que deixar a área, sendo encaminhados para outros assentamentos. Os “de dentro” sentiam-se inconformados com a resolução do impasse, que se constituiu em uma injustiça difícil de ser esquecida. Os acontecimentos levaram não somente ao fim da cooperativa, mas também foram de tal ordem que dificultaram a reorganização do assentamento. Os agricultores, buscavam reconstruir suas vidas porém, esbarravam nos conflitos que haviam ocorrido durante os anos de imposição de um modelo alheio às suas raízes culturais. Um modelo de organização social e produtiva que por si só já se constituiria em um equívoco, e que se fez acompanhar de novos equívocos, como a transferência de novos agricultores para a área, fazendo com que a tão esfacelada coesão do grupo se extinguisse. Para Brenneisen, os conflitos seriam inerentes a qualquer organização ou agrupamento humano, porém poderiam ser administrados e minimizados se fossem conduzidos de forma democrática.

No assentamento Verdum, os assentados estavam procurando reorganizar-se através da formação de núcleos e associações. Formaram-se quatro núcleos e observou-se uma separação nítida, pois tanto os “de dentro” como os “de fora” buscavam formar núcleos com seus pares a fim de filiarem-se à COARA, como também para desenvolverem outros projetos.

Segundo Brenneisen, normalmente, são as lideranças do Movimento assentadas na região, que têm interesse em dedicarem-se a suinocultura, apesar da pouca rentabilidade dessa atividade. Os motivos estão relacionados às unidades agroindustriais construídas pela COARA. As lideranças, dirigentes e técnicos da COARA insistem também para que os agricultores dediquem-se a suinocultura. Porém, os demais assentados resistem, justamente pela baixa lucratividade que esta atividade oferece.

Mesmo tendo colhido vários fracassos nas experiências desenvolvidas, a direção do Movimento continuou a insistir na adoção da organização coletiva no formato das CPAs. Os projetos de assentamento das fazendas Boi Preto e Mitacaré constituíram-se em exemplos da insistência da implantação do modelo.

A fazenda Boi Preto pertencia a uma empresa que se dedicava à plantação e beneficiamento de madeira, e, depois de alguns anos de atividade, em meados de 1992, essa empresa encerrou suas atividades na área. Era mantida na fazenda um administrador e dois funcionários que permaneceram no local, porém seus salários não foram mais pagos, tornando-se posseiros na área abandonada. O filho de um desses agricultores reconheceu, em uma viagem, um integrante do MST e o comunicou a existência da fazenda abandonada e da pressão por parte da empresa para que deixassem o local.

A coordenação do MST na região dirigiu-se então ao INCRA requerendo a vistoria. Paralelamente a este processo, as lideranças reuniram um grupo de sem-terras e ocuparam a área no ano de 1998. A área foi desapropriada para fins de reforma agrária, mas a empresa reagiu, impetrando, junto à Justiça, a ação de reintegração de posse. Enquanto tramitava esse processo, o INCRA definiu apenas o número de famílias que a área comportava: 20 famílias, incluindo as famílias dos posseiros.

Como se tratava de um projeto de assentamento em fase inicial, os agricultores, na sua maioria, encontravam-se em abrigos feitos de lonas e com dificuldades até mesmo para alimentar-se. Procuravam fazer suas roças contando com o apoio de seus familiares.

Tanto os agricultores do assentamento Boi Preto como seus pais, na sua maioria, já pertenciam a uma outra geração de agricultores nascidos no Oeste do Paraná, e eram filhos de imigrantes vindos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina para a região a partir dos anos 1940. Todos os entrevistados tiveram como última residência municípios do Oeste paranaense, com exceção de um deles que, juntamente com seus pais, havia migrado para o Paraguai e passado 20 anos no país vizinho. Os agricultores haviam desempenhado, ao longo de suas vidas, uma multiplicidade de tarefas, todas vinculadas à lavoura. No grupo encontrava-se um analfabeto e verificou-se que doze deles cursaram em média até a quarta série. Quanto aos filhos, todos em idade escolar acima de sete anos freqüentavam escola.

Neste projeto de assentamento, desde o início, a direção regional e estadual do Movimento empenhou-se em desenvolver uma CPA e a construção da agrovila. No entanto, os desentendimentos se deram logo após as primeiras discussões a respeito da organização do assentamento, e, neste caso, a maioria dos agricultores desconhecia o que havia sido planejado para a área. Os que já tinham conhecimento da organização definida afirmavam que, no que se referia à posse da terra, corresponderia a uma divisão em que metade se

destinaria aos lotes individuais, distribuídos entre todos os assentados, e a outra metade seria destinada à organização coletiva. Depois de alguns meses, a direção do Movimento e suas lideranças locais comunicaram aos agricultores os novos ajustes em relação ao que haviam proposto anteriormente: dali em diante toda a área se destinaria à organização coletiva, ou seja, à formação de uma CPA e de uma agrovila. As famílias de agricultores opuseram-se tanto à adesão da organização coletiva da produção como também à definição da construção da agrovila. Outro fator que deixou os agricultores insatisfeitos foi a escolha produtiva definida, ou seja, a suinocultura. A autora constatou a recusa desses agricultores a submeterem-se a essa atividade em função dos poucos rendimentos que ela poderia oferecer. Estas definições não partiam apenas das lideranças do assentamento ou da direção regional do Movimento, mas eram definidas nas instâncias estadual e nacional. Depois de muitas reuniões e assembléias em que se discutiu a questão, duas famílias que se opunham à organização coletiva abandonaram o grupo e delimitaram seu espaço individual e de trabalho dentro da área, o mais distante possível dos demais agricultores. Formou-se um grupo de oposição às determinações das lideranças e um integrante da direção estadual esteve no local na tentativa de equacionar o problema, mas, percebendo o nível de conflito gerado e a oposição dos agricultores ao que havia sido proposto, para evitar novas cisões, juntamente com um técnico do INCRA, propôs outro encaminhamento e assim chegaram a uma solução consensual. Ou seja, uma parte da área, o equivalente a seis hectares, seria destinado a cada família individualmente, e o equivalente a quatro hectares seria destinada à organização coletiva. A solução mista fez com que se resguardasse, em parte, o que havia sido projetado para a área, porém não sem seqüelas e divisões entre os envolvidos, devido às discussões travadas durante o processo. Foram formados grupos por afinidades e ficou definido que apenas dois agricultores de cada grupo se responsabilizariam pela linha produtiva definida no lote coletivo, por cada grupo de participantes, e receberiam salários pelo seu trabalho. Estas definições estavam sendo inspiradas pela Associação de Suinocultura de Baicuru.

O outro projeto de assentamento analisado por Brenneisen foi o Mitacoré. A área pertencia ao grupo Bamerindus, e a fazenda destinava-se à pesquisa agropecuária, mas com o processo de endividamento do Banco, a fazenda foi transferida para o Banco Central como parte do pagamento da dívida. O MST ocupou a área, em 1997, pressionando o Governo Federal para que a fazenda fosse destinada ao INCRA para assentamento de agricultores sem-terra. Assim, 1.000 hectares foram destinados ao INCRA, mas a sede da fazenda, com casas, galpões, máquinas e 98 hectares, estavam sendo pleiteados pela EMBRAPA e também pelo

Instituto Agrônômico do Paraná (IAPAR). Em princípio, o MST não tinha interesse na sede da fazenda, mas, após nova avaliação, perceberam a importância da infra-estrutura que ela representava e ocuparam também a sede da fazenda.

O projeto de assentamento, correspondente a 1.000 hectares, segundo avaliação do INCRA, foi destinado a 100 famílias de agricultores. As famílias excedentes foram transferidas para outros projetos de assentamentos e/ ou outras ocupações, e o restante abandonou a área, não se sabendo o seu destino. O projeto de assentamento Mitacoré possuía tanto uma localização com um solo privilegiado. Como se tratava de um projeto de assentamento em fase de instalação, na época que foi realizada a pesquisa, várias famílias ainda encontravam-se vivendo em condições precárias.

Logo após os sem-terra ocuparem a área, em 1997, passaram a cultivá-la com produtos de subsistência e uma safra de soja. Durante um ano receberam uma cesta básica por família de uma empresa que controlava o pedágio (em uma rodovia próxima ao assentamento), e como retribuição deveriam impedir que veículos atravessassem a fazenda e, assim, não pagassem o pedágio.

Os treze agricultores entrevistados por Breinnesten, tiveram como último local de residência os municípios do Oeste do estado do Paraná e executaram atividades ligadas à agricultura. O resgate de suas trajetórias de vida veio a confirmar, segundo a autora, assim como o dos demais assentados pesquisados, uma vida marcada pela expropriação e por sucessivas migrações em busca de trabalho. Constatou-se ainda que a média de escolaridade era a terceira série primária e todos os seus filhos freqüentavam a escola.

A direção do Movimento definiu então que na área seria organizada uma CPA. Tanto os agricultores que ocuparam a fazenda Mitacoré em 1997, como os que procuraram a coordenação do acampamento e foram incorporados à ocupação no decorrer dos primeiros meses, afirmaram em seus depoimentos que não haviam sido consultados pela direção do Movimento quanto à destinação que seria dada à área no momento de sua adesão. Somente após seis meses de acampamento no local é que foram informados das definições acerca da formação de uma CPA. Inicialmente, parte dos agricultores começou a questionar a imposição de um modelo de organização alheio às suas expectativas, mas não se manifestaram publicamente. Após a comercialização da soja que havia sido plantada, a quantidade de dinheiro recebida pelos agricultores foi considerada inferior ao que esperavam, contribuindo

para gerar novos descontentamentos e desconfianças com relação às lideranças. A partir das divergências que surgiram, os agricultores de base, através de suas próprias lideranças que se formaram durante esse processo, começaram a se manifestar nas reuniões e assembléias. Diante da pressão da direção estadual do Movimento, através de suas lideranças locais, para que se mantivesse o projeto, um grupo composto por sessenta famílias, das cem que foram destinadas à área, rompeu com as lideranças locais do Movimento e impôs a divisão dos lotes. Diante da resistência dos agricultores ao proposto, a direção estadual do Movimento, o INCRA e as lideranças locais foram obrigados a aceitar a divisão do grupo. Assim, 60 famílias reconstruíram suas vidas em lotes individuais e 40 famílias num lote coletivo destinado à formação de uma CPA. Dessas quarenta famílias, destinadas a associar-se à cooperativa, por ocasião da divisão, poucas aderiram ao projeto, e as restantes passaram a ser arregimentadas pela direção regional em conjunto com a coordenação local. Após seis meses da divisão entre coletivos e individuais, o grupo contava com apenas 20 famílias para o empreendimento coletivo. Considerando a demanda por terra e o número de agricultores acampados no estado do Paraná<sup>95</sup>, a falta de agricultores para completar o quadro de associados provavelmente era o resultado da resistência dos agricultores à organização coletiva.

Brenneisen também observou em sua pesquisa um alto grau de controle em relação aos agricultores que permaneceram no projeto da CPA e também em relação aos que aderiram posteriormente através de processos de seleção. Em sua primeira visita feita ao local, ocasião em que apenas dez famílias se encontravam no projeto, o coordenador do assentamento se fez presente no decorrer das entrevistas realizadas com os demais assentados, ocasião em que freqüentemente interrompia a fala dos demais entrevistados, complementando-as ou dando a sua versão dos fatos. A autora também pôde constatar que, muitas vezes, os agricultores que estavam sendo entrevistados, dirigiam seu olhar ao coordenador à espera de consentimento.

Ao entrevistar um agricultor que foi selecionado posteriormente ao projeto coletivo, a autora observou que este se considerava um privilegiado, por ter sido “aceito”. Não precisou ficar anos em acampamentos, o acesso ao assentamento era privilegiado e as terras eram férteis, porém estava em uma condição subalterna em relação à direção e às demais lideranças

---

<sup>95</sup> Segundo Brenneisen (2000, p. 198) uma das reivindicações do Movimento, quando se encontravam acampados na mesma época em que realizou sua pesquisa, em frente ao Palácio Iguazu - sede do Governo Estadual, em Curitiba - era o assentamento de 9 mil famílias de agricultores sem-terra que se encontravam distribuídos pelos acampamentos do Paraná.



locais do Movimento, que haviam aceitado sua incorporação no empreendimento coletivo. Com relação à escolha de uma organização coletiva, esse agricultor referiu-se ao seu interesse em trabalhar no campo, ao ar livre, diferentemente dos trabalhos da cidade. Além disso, segundo a autora, demonstrou estar disposto a se sujeitar ao modelo pela mais absoluta necessidade, pois era um ex-assalariado rural que se encontrava desempregado, tendo que sobreviver de pequenos trabalhos.

Uma liderança do assentamento relatou para a pesquisadora, o seu processo de adesão à luta pela terra. Neste depoimento, Brenneisen constatou, que este havia participado de um curso de formação em Brasília e passado por um estágio em uma cooperativa regional do MST. O jovem militante afirmou, que apesar do pouco estudo que tinha, com a oportunidade de realizar os cursos oferecidos pelo MST, passou a ter melhores condições de compreender e de discutir a realidade. Considerava que os agricultores individuais, no assentamento, estavam errados em não aceitar o projeto coletivo. Isso havia ocorrido porque eles não tinham os mesmos conhecimentos do grupo de militantes, possuindo uma “cultura individualista”. Além disso, responsabilizava os agricultores que haviam se oposto à organização coletiva, pela morosidade do processo de instalação do assentamento.

Se existiam ressentimentos por parte das lideranças, que julgavam a postura dos agricultores individuais como “falta de consciência”, o mesmo não foi observado em relação aos agricultores individuais. Segundo eles, as divergências haviam terminado, uma vez que a direção e as lideranças locais haviam aceitado sua decisão de distribuição dos lotes. Demonstraram-se satisfeitos com a conquista da terra e com a possibilidade de reconstruírem suas vidas no assentamento.

#### **2.4.5 Análise sobre as Relações de Poder, Dominação e Resistência**

A viabilidade econômica dos assentamentos era uma das grandes preocupações da direção do MST, não somente no sentido de garantir a sobrevivência digna dos trabalhadores rurais assentados, como também no intuito de demonstrar para a sociedade como um todo o sucesso econômico dos assentamentos rurais através da cooperação agrícola. Porém, outras motivações fundamentavam essa escolha, ou seja, para a direção do Movimento e muito de seus mediadores, a luta pela terra significava antes de tudo uma luta pelo socialismo.

As lideranças do MST acreditavam que a reforma agrária tinha que ir além da descentralização da propriedade da terra, organizando nas áreas reformadas a propriedade coletiva dos meios de produção e a “busca do socialismo”. A luta pela terra, como instrumento de uma estratégia política mais ampla (socialista), nunca foi ocultada ou negada pela direção do Movimento. A autora adverte que não estava questionando o fato de o Movimento buscar transformações sociais mais amplas, e este anseio seria legítimo, porém o seu questionamento estava na orientação político-ideológica que dava sustentação a esse projeto de transformação social e, conseqüentemente, o próprio modelo socialista almejado, fatores estes que vinham determinando as ações políticas deste segmento social rural. Deixando-se guiar por um “socialismo romântico”, a direção do Movimento tinha cometido os mais diversos equívocos, principalmente no que se referia à organização da produção e da vida cotidiana nos assentamentos rurais de reforma agrária. Portanto, a organização coletiva da produção e a socialização de todos os meios de produção no interior dos assentamentos não obedeciam somente à lógica econômica, mas era uma escolha política que estava diretamente relacionada à utopia socialista e aos referenciais teóricos que norteavam as ações dos dirigentes do MST, ou seja, a organização coletiva estava diretamente relacionada ao referencial teórico leninista, em que a organização de uma vanguarda de “operadores revolucionários” era um dos principais alicerces desta concepção e, justamente por sobrevalorizar o papel da vanguarda, havia desembocado nas mais aviltantes formas de autoritarismo burocrático.

Para a direção do MST, a organização coletiva tinha como principal objetivo o de oferecer aos assentados o aprendizado educativo, visando à construção de uma sociedade socialista. Tal concepção estava ligada à tradição da esquerda latino-americana, que historicamente havia desqualificado o campesinato como agente revolucionário, em função justamente daquilo que consideravam um entrave à causa socialista, que era o apego à propriedade privada e o individualismo. Com esta referência, buscavam transformá-los através de um processo educativo. Portanto, a prática política do MST estava fundamentada nos instrumentos teóricos ancorados nos processos de transformação social (uma “teoria da revolução”), que via na mobilização das massas o agente fundamental no processo de transformação social revolucionária.

A pesquisa também revelou, segundo Brenneisen, a existência de discordância entre as lideranças locais e estaduais no que se referia à condução do Movimento e à organização dos assentamentos rurais. As lideranças que tiveram a ousadia de discordar, muitas vezes foram

desqualificadas pelos dirigentes das “instâncias superiores”, como também pelos próprios pares afinados com as concepções políticas da direção do Movimento. No que se refere à formação das CPAs nos novos projetos de assentamentos, ocorria o aparecimento de vozes dissonantes, que certamente não foram ouvidas, pois se tentou a implementação do projeto à revelia deles e dos agricultores de base. As lideranças estaduais ou nacionais, distantes da realidade dos assentamentos e da realidade enfrentada pelas lideranças regionais, idealizavam projetos e usavam sua força e persuasão induzindo-os à realização da tarefa já predeterminada. Tanto no projeto Boi Preto como no Mitacoré, segundo o relato dos agricultores, diante dos conflitos, a direção regional do Movimento chamou a direção estadual para resolver os impasses, e estes, tomando ciência da gravidade da situação e sem alternativas, cederam à pressão da base.

A adesão à concepção anteriormente relatada não se restringia apenas à direção do Movimento e aos seus assessores, mas se estendia ao quadro técnico que prestava assessoria nos assentamentos rurais e também aos técnicos do INCRA, encarregados por este órgão, dos processos de instalação dos assentamentos. No que se refere à adesão dos técnicos (agrônomos e veterinários) à causa militante, a pesquisa realizada por Brenneisen demonstrou que este fato relacionava-se ao próprio processo de seleção e critérios com os quais as escolhas haviam sido feitas. Muitas vezes estas escolhas eram pautadas não pela competência técnica ou pela suposta afinidade com a luta pela terra, mas por afinidades ideológicas e condicionadas à aceitação da orientação político-ideológica do Movimento e do projeto definido para os assentamentos. A direção tinha priorizado a atuação destes técnicos mais na organização dos trabalhadores, na realização de planejamento e na elaboração de projetos, deixando em segundo plano a assistência técnica propriamente dita. Os agricultores da base ressentiam-se da falta de uma assistência técnica e do acompanhamento dos projetos desenvolvidos por eles nos seus lotes.

Quanto aos profissionais do INCRA, encarregados de acompanhar o processo de instalação dos assentamentos, Brenneisen não sabia ao certo se por convicção ideológica ou se movidos pela crença da supremacia econômica da organização coletiva, ou até mesmo por acomodação de interesses, evitando o confronto com lideranças do MST, alguns técnicos teriam se somado às lideranças no processo de convencimento e exerciam pressão para que os agricultores se ajustassem à organização definida previamente para os assentamentos.

No processo de tentar formar uma concepção hegemônica, os cursos de formação política ministrados pelas escolas de formação do MST tinham um papel relevante. Normalmente a militância do MST era composta por jovens, com nível de escolaridade ligeiramente superior aos dos demais agricultores. Esses jovens, uma vez identificadas as suas potencialidades, eram encaminhados para a realização de cursos, onde era transmitida uma concepção de mundo, de funcionamento da sociedade e dos processos de transformação social, inspirados em um marxismo extremamente vulgar. Após este processo de preparação, e investidos de autoridade militante, retornavam às suas bases e exerciam sobre os demais agricultores o seu poder de persuasão, procurando ajustá-los às escolhas previamente definidas pela direção do Movimento.

Os agricultores tinham como objetivo maior, ao entrarem no MST, a obtenção da posse individual da terra para nela trabalhar nos moldes da pequena produção familiar, à qual estavam historicamente habituados. A terra para o trabalhador rural tinha o significado de fonte de vida e de liberdade, sendo o bem mais precioso deter a autonomia de decisão sobre todos os aspectos de sua vida. Daí a rejeição, por parte dos assentados, à proposta das lideranças que tratavam de desqualificá-los, considerando-os alienados e individualistas. Diante do panorama das primeiras experiências, baseadas na pressuposição de uma coesão que não existia, a direção do Movimento, no sentido de resolver as dificuldades encontradas, optou por desenvolver novas modalidades organizacionais, ainda priorizando o modelo CPA.

A autora destaca que, a pretexto de combater o sistema capitalista e desenvolver as condições políticas para a construção de uma sociedade socialista, a direção do Movimento passou a utilizar mecanismos de dominação do sistema, que afirmava combater. Os laboratórios organizacionais de campo utilizados desde os anos 1990 nas CPAs em formação, em todo o Brasil, são o exemplo de um procedimento equivocados de transformação das relações sociais no campo. A partir de sua utilização, a direção do Movimento pretendia transformar camponeses em operários, introduzindo-os na divisão do trabalho e na especialização de funções, ou seja, pretendia-se através deste procedimento enquadrar os assentados, por meio de mecanismos disciplinares, naquilo que deles se requeria. Além da não obtenção do intento desejado, estes procedimentos constituíram-se em uma violência contra as populações rurais, já tão marcadas em suas trajetórias de vida pela exploração, pela dominação e pelo autoritarismo. Além disto, esses agricultores foram historicamente socializados em relações perversas de mando e obediência e, justamente por isso, encontravam dificuldades na superação destas relações. O reflexo destas relações autoritárias

podiam ser observadas, através da participação dos assentados em assembléias, onde geralmente são decididas as questões relativas ao assentamento, segundo avalia autora,

[...] normalmente os assentados não conseguem expressar sua opinião e, quando o fazem, não possuem o poder de argumentação das lideranças, que são mais experimentadas. Nesta situação, as lideranças exercem seu poder conduzindo-os à aceitação de ‘propostas’ já decididas pela própria direção do MST (BRENNEISEN, 2000, p. 222).

Oferecendo-lhes a promessa de uma garantia de permanência na terra e maior rentabilidade da atividade agrícola, através da organização coletiva, a direção do Movimento lançou mão de diversos mecanismos de dominação.

Brenneisen em sua avaliação geral, tendo como referência Foucault<sup>96</sup>, considerou o poder como estando disseminado por toda a sociedade e se colocava até mesmo entre aqueles que, através de suas organizações, lutavam contra o poder que os oprimia. Neste sentido, o poder não se encontraria no outro, mas entre as pessoas, nas relações recíprocas. Partindo do pressuposto de que o “outro” não estava pronto para o que deles se desejava, tinha se dado a mais absoluta instrumentalização dos agricultores para uma causa que não fazia parte dos seus anseios e projetos de vida.

A autora ao se referir às relações de resistência camponesa, avalia que estas tinham se constituído de diversas maneiras. A história estava repleta de acontecimentos que demonstravam que os camponeses, longe da passividade que lhes era atribuída, tinham resistido à toda a sorte de dominação imposta. Esta resistência tinha se dado de maneira local, espontânea, em pequena escala, na vida cotidiana, ou através de resistência de larga escala, coletivamente organizada, e a própria organização do MST era este exemplo. No que se refere aos assentamentos estudados, continuou a autora, a pesquisa revelou elementos que indicavam a resistência ao modelo de diversas formas, desde as mais veladas até aquelas notadamente manifestas. No início a manifestação da resistência da base aos projetos propostos se dava entre eles, e quando a situação se tornava insuportável, segundo a percepção dos assentados, começavam a se manifestar nas reuniões e assembléias. Para as lideranças, o fracasso do projeto de fundamentação coletiva devia-se ao individualismo e à falta de consciência dos participantes, devido à “preguiça”, “fazer corpo mole”, ou à “esperteza” de alguns que

---

<sup>96</sup> Obra de referência abordada por BRENNEISEN, 2000: FOUCAULT, 1979, *op. cit.*

queriam ficar nas “costas dos outros”. Estes foram os mesmos motivos arrolados pelos agricultores da base, que consideravam que quem “não trabalhava”, segundo suas concepções de trabalho, eram as lideranças. Uma das formas de burlar o sistema era se ausentar do trabalho, alegando doença, e no caso do assentamento Verdum, ocorreram casos de pessoas que simularam enfermidades para serem transferidas para setores onde o trabalho era mais leve. Estas pequenas resistências iam aos poucos minando as possibilidades de concretização do que se havia idealizado. Quando as divergências e atritos deixaram o espaço doméstico e penetraram no espaço público, o resultado foram cisões e seqüelas de toda a ordem.

Brenneisen observa que a direção do MST, dado o desmantelamento total ou parcial de maior parte das experiências do modelo CPA, apontava para mudanças. Estas mudanças, segundo Stédile, eram mudanças táticas, pois o modelo continuaria sendo considerado ainda o ideal, e os fracassos eram atribuídos às condições objetivas e subjetivas que não estavam dadas<sup>97</sup>. A partir da investigação e também se fundamentando em outros estudos que vinham sendo desenvolvidos, a autora aponta o equívoco que representava a adoção do modelo em questão. Além dos conflitos e cisões que o modelo coletivo provocava, na tentativa ou adoção nos novos projetos de assentamento, produzia-se seqüelas que dificultavam ou até mesmo impediam uma reorganização minimamente satisfatória nestes locais.

Brenneisen considera ainda que a compreensão das relações estabelecidas nos assentamentos rurais não se limitava às escolhas ou decisões que operavam somente no âmbito do Movimento. Muitas delas precederam a organização do MST e têm relação direta com a formação histórica brasileira. Como, por exemplo, o desejo das populações rurais possuírem sua própria terra e amargarem historicamente uma existência no limiar entre o desejo de liberdade e a dominação imposta. Um outro fator considerado pela autora, para a compreensão das relações estabelecidas no meio rural, em especial nos assentamentos rurais, referia-se à coexistência de determinadas práticas clientelistas e à busca de novas relações sociais, mais democráticas e igualitárias que tinham sido empreendidas pelos movimentos sociais. Na história política brasileira, a inversão entre esfera pública e privada e a institucionalização do mando pessoal e da política do favor também estavam associados a estes fatores. Elementos do passado, clientelísticos e autoritários, insistiam em subsistir,

---

<sup>97</sup> Segundo Brenneisen (2000, p. 207) Stédile afirmou que o estudo de caso realizado por Navarro, sobre a cooperativa no assentamento Nova Ramada, não era passível de generalizações, pois havia se criado uma forma de cooperação que não estava adequada as condições daquele lugar, não significava que a forma estaria errada. Cf. STÉDILE, João Pedro e FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999. p. 306-322.

limitando a cidadania e a democratização em áreas rurais brasileiras. Essas relações não se restringiam às relações dos políticos entre si e deles com a população, mas perpassavam desde as classes médias até à população mais paupérrima, atingindo até mesmo a luta dos oprimidos por uma vida digna. Ou seja, essas relações, em algum grau, reproduziam-se no interior dos movimentos que lutavam pela ruptura desse estado de coisas, impondo-lhes restrições à conquista plena da cidadania. O que a autora observou foi que a população rural, mesmo na sua nova rede de relações nos assentamentos, continuava a relacionar-se com a política e com as suas próprias lideranças, tendo por referência as relações estabelecidas anteriormente. Por parte do MST, tinha-se evitado a reprodução das relações personalizadas e de mando pessoal, através de uma direção colegiada, porém estes procedimentos, por si só, não estavam sendo suficientes para suplantarem comportamentos autoritários. Pelo contrário, a utilização do argumento de que a direção era sempre realizada coletivamente tinha contribuído para mascarar essas relações.

A partir de 1994, quando os conflitos internos que já vinham ocorrendo em muitas CPAs formadas nos anos anteriores, resultando em cisões internas e até mesmo desfazendo muitas experiências, foi que as discussões internas receberam novo impulso na tentativa de compreender quais eram as causas da “crise das CPAs”. Nas discussões não estavam em jogo os pressupostos político-ideológicos norteadores das ações do Movimento, nem sua estratégia, mas a ação tática no que se referia à organização dos assentamentos<sup>98</sup>. Não foi observado pela autora, ao analisar os documentos que se referem à discussão sobre a organização nos assentamentos, uma mudança substancial no que se refere à concepção da cultura camponesa, ainda vista de forma preconceituosa e como entrave à “causa socialista”. No que se refere aos procedimentos da organização da produção nos novos assentamentos rurais, surgiram estímulos às mais variadas formas de cooperação, visando chegar-se, via processo educativo, a formas mais complexas de organização da produção no longo prazo. Com relação à formação política da base e também das lideranças e militantes, ainda se propunha a adoção dos laboratórios organizacionais de campo, como método no processo de “qualificação da consciência”, o que demonstrava que, se colocado em prática, segundo Brenneisen, os equívocos continuariam a ocorrer.

---

<sup>98</sup> A autora confirma sua avaliação, com base nos documentos do Movimento publicados pela CONCRAB, sendo o mais recente: CONCRAB. A evolução da concepção de cooperação agrícola do MST (1989-1999). **Caderno de Cooperação Agrícola**, São Paulo, n. 08, ago. 1999 (BRENNEISEN, 2000, p. 251).

O estudo evidenciou a difícil tarefa de se construir relações sociais realmente democráticas, porém não impossíveis, apontando para o grande desafio que estava colocado para os movimentos sociais e para a esquerda em geral, isto é, [...] “o de libertar-se dos velhos dogmas e reinventar-se a si mesma” (BRENNEISEN, 2000, p. 265).



### **3 ANÁLISE DOS PROCESSOS ORGANIZACIONAIS**

Nesta seção, retomado o referencial teórico, destacando alguns elementos que consideramos relevantes para a análise sobre as organizações desenvolvidas nos assentamentos rurais. A partir das evidências apresentadas nos trabalhos estudados, buscamos apresentar a evolução das formas organizativas oferecidas pelo MST e desenvolvidas nos assentamentos rurais, bem como determinadas práticas, observadas a partir de algumas indicações oferecidas por Michels.

Observamos, no “campo empírico” desta dissertação, os processos organizativos nos assentamentos rurais, dirigindo nosso olhar para suas características estruturais, disputas internas por cargos de maior reconhecimento e possibilidades sociais e pela dinâmica interna utilizadas pelos grupos dirigentes para se manterem à frente destas organizações. Partimos do pressuposto de que a estrutura organizativa é um dos aspectos que mais influencia no relacionamento social no interior das organizações e no seu desenvolvimento, sem contudo desconsiderar aspectos gerais, tais como a cultura política dos grupos analisados.

#### **3.1 A PROPOSTA TEÓRICA: UMA SÍNTESE**

No capítulo correspondente ao referencial teórico, apresentado na primeira parte deste estudo, abordamos a análise realizada por Robert Michels sobre a dinâmica das relações de poder em organizações. O autor, ao empreender seu estudo sobre a prática política no interior de sindicatos e partidos políticos socialistas europeus, principalmente no Partido Socialista Alemão, buscou testar sua hipótese principal, a chamada “lei de ferro das oligarquias”. Para que sua abordagem possa auxiliar na análise de outras organizações, parece necessário considerar alguns aspectos que contribuíram e influenciaram suas considerações sobre o comportamento político e o resultado analítico apresentado em seu estudo. Entre estes aspectos está o contexto histórico em que seu estudo se desenvolveu, os referenciais teóricos e os pressupostos básicos utilizados e, também, os limites de sua abordagem estrutural sobre as organizações.

Michels publicou seu estudo no início do Século XX, em um ambiente de crescentes e acirradas lutas sociais. O século anterior tinha sido um período de grande desenvolvimento do sistema capitalista, principalmente a partir de 1870, e de rápidas mudanças no mundo. Segundo Hobsbawm (2001, p. 168), no final daquele século não havia país industrializado ou em fase de industrialização e urbanização que pudesse desconsiderar a massa de trabalhadores que havia se formado e suas nascentes organizações. As condições de vida eram bastante precárias para a maior parte destes trabalhadores e suas possibilidades de mobilidade social eram muito restritas. Para seus contemporâneos, era visível o crescimento da classe trabalhadora, o que se constituiria em uma potencial “ameaça à ordem” estabelecida nas sociedades.

Como observou Hobsbawm (2001), as massas não apenas votavam, mas também se organizavam em partidos ou em organizações operárias menos diretamente políticas, ligadas a tais partidos e em muitos casos fundadas por eles (sindicatos e sociedades cooperativas). O Partido Socialista Alemão, por exemplo, contava com mais de um milhão de membros em 1911 (HOBSBAWM, 2001, p. 169-170). Era uma organização política de tamanha proporção que necessitava, segundo Michels, para sua manutenção e funcionamento, de um quadro funcional igualmente grandioso. Encontrava-se neste partido uma elite que, tendo trocado o trabalho manual pelo trabalho intelectual, exercia uma série de funções dentro da estrutura organizacional. As tarefas que esses trabalhadores desempenhavam possibilitaram uma mudança em suas condições de vida, pois passaram a ocupar um nível social mais elevado, ou seja, o movimento operário oferecia oportunidades de mobilidade social para alguns integrantes de sua base (MICHELS, 1982, p. 157).

Ainda segundo Hobsbawm, “onde a política democrática eleitoral permitisse, apareciam em cena, crescendo com rapidez, os partidos políticos de massa, baseados na classe operária, em sua maior parte inspirados na ideologia do socialismo” (HOBSBAWM, 2001, p. 169). Neste quadro de crescente mobilização por direitos políticos e sociais, surgiram no campo intelectual os chamados autores elitistas, que buscavam entender as mudanças que ocorriam naquele período histórico e acima de tudo refrear uma potencial mudança radical da sociedade. Assim, a chamada teoria das elites, apresentava uma crítica ao socialismo, refletindo o receio das classes dirigentes com a possibilidade da criação de uma nova ordem social.

Os autores elitistas argumentavam que sempre havia existido, em todas as sociedades, uma minoria dominante e uma maioria que era dominada. Mosca, por exemplo, baseou-se na suposição de tendências psicológicas constantes que determinam a conduta dos seres humanos. Além disto, forneceu uma explicação para o fenômeno, o poder da minoria dominante residia, segundo este autor, na superioridade dita natural de seus membros e no seu número restrito, que permitiria a sua organização com o objetivo de coordenar o exercício do poder. Neste sentido, os elitistas refutavam a doutrina marxista que afirmava a possibilidade da construção de uma sociedade comunista sem explorados e exploradores, uma proposição sem base realista no entender destes autores.

Os estudos de Mosca serviram como elementos teóricos fundamentais na elaboração de Michels a respeito do funcionamento das organizações políticas. A “lei de ferro das oligarquias” significava que toda organização evolui, inevitavelmente, para a oligarquização, ou seja, para a dominação de uma minoria organizada sobre uma maioria apática.

A análise de Michels propõe a inevitabilidade do processo oligárquico, em qualquer organização e em qualquer época. Podemos questionar este resultado tendo em vista o seu campo empírico. Michels investigou os grandes partidos operários, restritos a uma determinada área geográfica, uma prova muito limitada para a abrangência de sua conclusão: “quem diz organização, diz oligarquia” (MICHELS, 1982, p. 238). As características observadas poderiam ser o resultado da cultura política destas regiões, não necessariamente consequência natural do funcionamento de todas as organizações políticas e em todos os tempos.

Consideramos porém que a problemática organizativa abordada por Michels não foi superada. As questões referentes à coordenação das organizações; às disputas internas por espaços de maior reconhecimento e possibilidades sociais; ao relacionamento que se estabelece entre lideranças e base; ao questionamento da representação dos interesses coletivos, participação e tomada de decisão; à apatia política; à divisão de funções, autoridade e poderes internos; continuam sendo temas em aberto. Estas questões são relevantes para uma reflexão sobre a influência de uma determinada estrutura no relacionamento interno e nas práticas sociais desenvolvidas em organizações políticas. Portanto, Michels ao analisar o processo organizativo nos sindicatos e partidos operários europeus, apresentou um modelo explicativo, e, desta forma, ofereceu alguns elementos para analisar outras organizações.

Michels iniciou seu estudo a partir da idéia da necessidade da organização e do surgimento no seu interior da representação. Os delegados que surgem para exercer a representação de suas coletividades acabam por desenvolver novos conhecimentos e habilidades como uma exigência do próprio processo organizativo. Este processo leva à especialização técnica das lideranças e através dela a um processo de transferência do poder de decisão, da base para a direção da organização.

Toda organização, segundo Michels, apresentava um terreno fértil para a diferenciação de funções e de poderes internos. Quando mais o aparelho da organização desenvolvia-se, mais o poder exercido pelas massas se retraía, criando uma classe técnica e política com efetivo poder. O instrumento de oligarquização, na lógica de Michels, era a própria organização, composta por lideranças especializadas, que acabariam centralizando as decisões, desenvolvendo novos interesses e se distanciando dos interesses de suas bases.

Ao mesmo tempo, a oligarquização é reforçada, segundo o autor, por razões psicológicas. O argumento utilizado refere-se à apatia política das massas, ou seja, a maioria das pessoas parecia indiferente em relação ao seu envolvimento nos assuntos públicos. Esta mesma indiferença, segundo Michels, podia ser observada com relação ao envolvimento das massas nas organizações existentes e nas atividades dos partidos políticos. A recusa da maioria das pessoas em se ocupar ativamente das questões administrativas e táticas, somada à submissão às decisões tomadas por seus representantes, era considerada por Michels como uma característica das massas, imprimindo a estas uma necessidade de serem dirigidas. Esta necessidade podia variar de intensidade em decorrência de contingências históricas ou culturais, porém era uma característica de sua natureza, constituindo-se em um terreno psicológico favorável para a supremacia das lideranças.

Finalmente, o reduzido envolvimento das pessoas nos assuntos de interesse coletivo era acompanhado, continua o autor, por um culto às lideranças consideradas mais capazes de resolver os problemas e cuidar dos interesses das coletividades. A autoridade dispensada às lideranças era explicada como o resultado da dificuldade que as massas teriam em apreender os mecanismos complexos da organização política, como também do Estado. Ou seja, a divisão social do trabalho também gerava a profissionalização da política e, por conseqüência, pessoas consideradas mais capazes para resolver os assuntos mais complexos. Podemos observar certo desprezo em relação à capacidade política das massas, pois, para o autor, ou elas são indiferentes aos assuntos públicos, ou são facilmente manobradas por lideranças

hábeis. Nos parece também relevante observar no estudo de Michels, além da análise da formação de uma estrutura de poder, as práticas políticas pelo controle das posições de direção. O que pode ser analiticamente relevante, quando aplicado às organizações (associações, cooperativas) formadas nos assentamentos rurais.

Em seu estudo, Michels observava as disputas internas para ocupar os cargos de direção criados pela organização, bem como os mecanismos utilizados pelos dirigentes para se manterem no poder. Segundo ressalta, o surgimento de outras lideranças no movimento operário representava um perigo para as minorias que já estavam instaladas no comando, o de perderem suas posições. A dominação dos dirigentes sobre os demais membros da organização era realizada através da desqualificação de seus opositores, utilizavam-se de sua capacidade de oratória (teórica ou carismática) para assegurar o seu prestígio. Outro mecanismo de dominação utilizado pelos dirigentes era o monopólio da imprensa, pois falavam em nome da organização e restringiam a liberdade da palavra dos que não concordavam com suas posições. O interesse coletivo era salientado pela direção da organização como meio de justificar inúmeros abusos do poder, sufocando uma possível oposição. As formas de cooptação utilizadas pelos dirigentes, através da criação de cargos para aqueles que concordavam com suas posições, também se constituíam em uma estratégia política que buscava impedir o confronto direto com aqueles que discordavam da maneira com que a minoria no comando agia na direção. O autor considerava que estas habilidades políticas acabavam refletindo na atuação das lideranças, impedido-os de exercerem suas atividades de forma apropriada. As razões para este comportamento seriam o amor egoísta ao poder (por parte de alguns dirigentes) ou uma crença na superioridade de sua capacidade política e administrativa (de outra parcela de dirigentes).

O autor salienta que não eram todos os dirigentes das massas que pretendiam desde o início ocupar esta posição, porém todos que “experimentavam o poder” e os privilégios decorrentes tinham dificuldades em abandoná-lo. O abandono voluntário de uma posição de direção somente ocorria, segundo Michels, de forma excepcional. Aqueles que alcançavam uma posição diretiva, procuravam consolidá-la. O autor observou em relação aos antigos operários que se transformavam em líderes, que a perda do posto seria para eles um desastre, tanto do ponto de vista social como financeiro. Em sua qualidade de dirigentes, usufruíam vantagens e privilégios inerentes à condição de pequenos dominadores, e não mais se sentiriam à vontade em seu antigo ambiente. A posição conquistada oferecia as condições para uma modificação comportamental e a conseqüente defesa de interesses pessoais em

detrimento do interesse coletivo. Ou seja, a autoridade alcançada através da organização, o prestígio e os privilégios decorrentes desta posição levavam os dirigentes a buscar a consolidação de seu poder. Como consequência, o objetivo dos dirigentes de manterem-se em suas posições acabava por imprimir-lhes uma tendência de sobrepujarem-se em relação aos objetivos gerais da própria organização. O autor aborda um aspecto bastante polêmico, que é central na nossa análise sobre as organizações em assentamentos rurais: as possibilidades oferecidas aos indivíduos que estão nos postos de direção e os privilégios decorrentes que não são amplamente partilhados.

A oligarquia se refere, portanto, a dinâmica utilizada pelos grupos que estão no poder para permanecerem em seus postos.

A atração de camadas sociais para o conjunto do movimento operário era chamada de aburguesamento do partido operário. Este aburguesamento, argumentava Michels, teria causas diversas, porém a principal refere-se à transformação provocada em seus líderes de origem operária, no próprio ambiente em que se desenvolvia a atividade política. A própria organização possibilitava as mudanças de seus membros, o que levava a uma mudança no próprio partido.

Ao abandonar o trabalho manual pelo trabalho intelectual e/ ou administrativo da organização, o operário experimentava uma transformação que afetava toda a sua existência, afastando-se pouco a pouco do proletariado para elevar-se à condição de pequeno-burguês. No princípio não passava de uma transformação em sua situação profissional e econômica, mas aos poucos (apesar de seu permanente contato com a massa), operava-se uma transformação psicológica. A transformação social do indivíduo geralmente ocorria independentemente de sua vontade. Sua educação política e social nem sempre era suficiente para protegê-lo das influências de sua nova condição e esta mudança conduzia a uma transformação ideológica. Assim, o movimento operário acabava oferecendo um meio relativamente fácil de ascensão social aos operários. A organização burocrática, fundamentada na divisão de funções e no reconhecimento de autoridades diferenciadas é uma forma organizativa que tem como consequência oferecer oportunidades para alguns de seus integrantes.

Segundo Michels, o partido socialista elevava certas camadas da classe operária e, quanto mais se ampliava a organização burocrática, maior era o número daqueles que se

elevavam acima de sua situação originária. A pequena burguesia de origem proletária vivia em condições de vida não muito superiores às dos operários, mas representava, em razão dos interesses particulares que defendia, um obstáculo ao avanço do movimento operário.

Poderiam ser observados processos sociais similares àqueles descritos acima em uma organização de famílias rurais pobres, como o MST? Quais os efeitos de uma estrutura organizacional que, no Brasil dos anos noventa, tornou-se crescentemente ampliada e influente? Como uma organização política integrante do sistema político brasileiro, o MST pode ser analisado sob os parâmetros analíticos propostos por Michels? Estas e outras perguntas é que constituem a problemática deste estudo. Desta forma, a seção seguinte, sintetizando inicialmente os quatro estudos que servem de campo empírico, discutirá a adequação e consistência do quadro interpretativo oferecido pelo pensador alemão, testando sua aplicabilidade ao caso do MST em áreas rurais brasileiras.

### 3.2 EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS SOBRE O MST E SUAS ORGANIZAÇÕES

Os quatro estudos utilizados como fonte de dados nesta dissertação abordaram a organização social e produtiva em assentamentos rurais de reforma agrária, apresentando as experiências organizacionais empreendidas pelos assentados e, desta forma, oferecendo evidências empíricas sobre o desenvolvimento de processos organizacionais ao longo da trajetória do MST, bem como as possíveis conseqüências dos modelos organizacionais para os grupos sociais envolvidos. Apesar das perspectivas de análise utilizadas por cada autor serem diferenciadas, o eixo comum destes estudos refere-se à problemática organizativa desencadeada a partir da implementação de modelos orientados pela direção do MST. Além disso, estes estudos foram realizados em diferentes assentamentos localizados no sul do País, região em que a influência exercida pelos mediadores do MST nos assentamentos rurais sempre foi muito marcante.

#### 3.2.1 A Evolução das Formas de Organização

Zimmermann (1989) abordou as experiências iniciais do trabalho em grupo em um assentamento no Rio Grande do Sul, implementado oficialmente em 1987. A autora estava interessada em analisar os principais mecanismos sociais que estavam inibindo ou estimulando a adoção de “formas grupais”. Neste sentido, é possível verificar, a partir de seu

estudo de caso, bem como através das demais experiências observadas pelos outros três pesquisadores, o desenvolvimento das formas organizacionais desenvolvidas nos assentamentos.

Nos primeiros anos de formação do MST, o chamado trabalho coletivo era apenas uma proposta concretizada em algumas associações, formadas por um pequeno grupo de famílias e influenciadas pelo espírito de solidariedade ressaltado por mediadores religiosos. Estes viam no trabalho coletivo a alternativa mais viável para os assentados. A preocupação com a viabilidade da reforma agrária e com a construção de sistemas produtivos que possibilitassem a inserção social da população assentada levou a direção do MST a promover debates e a formular propostas relacionadas à organização da produção nos assentamentos.

Na segunda metade dos anos 80, os grupos coletivos já eram uma modalidade organizacional perseguida pelo MST. As relações coletivas na organização da produção nos assentamentos eram interpretadas pelas lideranças como forma de dar continuidade ao processo de socialização e cooperação iniciado nos acampamentos. Segundo Zimmermann (1989, p. 116), o MST orientava as famílias à adoção de formas “modelares” de organização da produção, na expectativa de que estas viessem a se constituir em “ferramentas pedagógicas” para o crescimento da “consciência” dos assentados. A autora relata que a motivação para trabalhar em grupo estava presente entre os assentados desde o acampamento, quando debatiam sobre a organização da produção e quando buscavam atender aos critérios de seleção instituídos pelo INCRA. No assentamento, além disso, o crédito especial recebido também induzia à formação de grupos (ZIMMERMANN, 1989, p.132).

Porém, ainda segundo a autora, apesar das formas organizacionais implementadas no assentamento refletirem essas motivações e sofrerem mudanças ao longo do processo, a expectativa de autonomia e auto-suficiência dos assentados (elementos centrais da decisão de lutar pela terra) acabava se confrontando com as normas do grupo, a divisão do trabalho e a hierarquização das atividades produtivas. Desta forma, o sistema de representação, como decorrência da forma organizativa coletiva, gerava desentendimentos.

Como foi apresentado por Zimmermann (1989, p. 94-95 e 131), as lideranças do MST esperavam a adoção da proposta organizativa ampla denominada de “cooperação agrícola”. A busca por parte dos assentados de uma forma funcional para a reprodução das famílias, fora do esquema modelar proposto, traduziu-se numa ruptura do comportamento desejado.



Caracterizaram-se para o Movimento duas categorias de assentados, os “coletivos”, aqueles que seguiam as orientações da direção do MST e desenvolviam o trabalho em grupos coletivizados, e os “individuais”, aqueles que buscavam a efetivação de uma relação mais homogênea e doméstica em termos de trabalho e ganhos. Sobre estes últimos recaía, de certa forma, o desprezo político da organização que os abrigava, na medida em que foram excluídos de projetos econômicos e tidos como de difícil “crescimento político”. O relacionamento que se estabelecia, após o rompimento com as expectativas da direção do Movimento para os assentados (entre “individuais” e “coletivos”), foi o resultado da insistência da direção do MST na implementação de modelos coletivos de organização social e da produção nos assentamentos rurais, que desconsideravam os valores culturais, as trajetórias de vida e trabalho e as necessidades específicas das famílias. As experiências organizacionais denominadas de “grupo coletivo”, “semicoletivo” e “associação de máquinas”, que se desenvolveram no assentamento, atendiam às características propostas pelo MST. Assim, os assentados envolvidos nessas formas organizacionais acabavam tendo oportunidades de desenvolvimento de projetos e de reconhecimento social que não eram oferecidas aos demais assentados chamados de “individuais”. Porém, estes modelos que poderíamos chamar de “proto-organizações”, não ofereciam naquele momento maior complexidade administrativa e formal, quando comparados ao modelo que posteriormente se desenvolveu: as cooperativas de produção agropecuárias (CPAs). Neste momento inicial, podemos observar que as oportunidades de mobilidade social oferecidas, através deste tipo de organização, eram muito limitadas. Além disso, as diferenças entre as famílias tornaram a sua organização e, conseqüentemente, a representação dos assentados, uma tarefa bastante difícil de ser construída.

Destas experiências iniciais podemos verificar, através das situações abordadas nos outros três trabalhos, que os modelos iniciais evoluíram para um formato mais complexo do ponto de vista social, legal e administrativo. O trabalho de Souza analisou processos organizacionais em assentamentos que se estabeleceram em épocas diferentes, abordando a implementação da Cooperativa de Produção e Serviços de Pitinga (COOPROSERP), no assentamento Novo Paraíso, que foi instalado em 1989, e a implementação da Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória (COPAVI), instalada em 1992, no assentamento Santa Maria. Esta última cooperativa também foi analisada por Pereira (2000). Os processos organizacionais analisados por Brenneisen (2000) foram o assentamento Vitória, instalado em 1987; a organização da Cooperativa de Produção Agropecuária Camponesa (COPRAC),

fundada em 1990 no assentamento Verdum; e os dois projetos de assentamento, análise de um período mais recente (1997 e 1998). Essas abordagens possibilitaram observar que as formas organizativas sofreram modificações ao longo do tempo, chegando ao modelo das cooperativas de produção agropecuárias (CPAs). Com este modelo de organização, o MST poderia oferecer novas possibilidades, do ponto de vista social, econômico e político, para os assentados de reforma agrária.

A preocupação quanto à viabilidade econômica e social dos assentamentos rurais era comum tanto para os representantes do MST quanto para os assentados da base. Ambos tinham conhecimento da conjuntura político-econômica que dificultava o desenvolvimento produtivo nos assentamentos. Os problemas na liberação de créditos, a assistência técnica insuficiente e o baixo valor na comercialização dos produtos eram condições desfavoráveis semelhantes àquelas enfrentadas pelos os pequenos produtores. Os representantes do MST, cientes dessas dificuldades, propuseram o que consideravam ser a solução para os problemas enfrentados pelos assentados, orientando as famílias a se organizar em grupos coletivos, para acumular forças para a “transformação da sociedade”, segundo os preceitos políticos da organização. Esta seria a solução para os problemas não somente dos assentados, mas de toda a classe trabalhadora.

A ideologia socialista, que movia as ações e estratégias políticas do MST, parece não ter encontrado o respaldo esperado entre as bases do Movimento. O incentivo e valorização dos grupos coletivos de trabalho não foram suficientes para que os assentados aderissem massivamente aos modelos considerados ideais por suas direções, demonstrando que objetivos diferenciados permeavam os membros do MST. Segundo Brenneisen (2000, p. 221-222), na avaliação da direção, esta situação era o resultado da falta de experiência dos agricultores e do próprio Movimento no trato destas questões, o que poderia ser resolvido a partir da criação de uma estrutura específica para atender às demandas dos assentados, oportunizando o debate mais qualificado e o desenvolvimento de estratégias políticas como forma de disseminar esta modalidade de trabalho nos assentamentos. Assim, o MST optou por intensificar a organização coletiva nos assentamentos através da maior racionalização dos recursos, utilizando em seus projetos, técnicas empresariais que viessem a permitir maior eficiência econômica, tendo sempre como horizonte a motivação política e ideológica que sustentava suas ações.

As novas tentativas de estabelecer o trabalho coletivo como uma alternativa viável nos assentamentos, oferecendo uma resposta à chamada “questão da produção”, ocorreram a partir do Plano Nacional do MST para o período 1989-1993. Segundo Souza (1999, p.95-101), a formulação de linhas políticas para a organização dos assentados e da produção ocorreu a partir de discussões entre 1989 e 1990. O I Seminário sobre as experiências de cooperação agrícola, que deu início ao chamado Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), um dos setores do MST, ocorreu no ano de 1990. Dentre os pontos destacados, que constituíram a linha política do MST para o desenvolvimento da cooperação agrícola, estava a preocupação com relação aos interesses econômicos dos integrantes de cooperativas. Se estes não fossem satisfeitos, impossibilitaria a continuidade dos empreendimentos coletivos. Porém, era necessário garantir que o desenvolvimento da cooperação agrícola não representasse apenas avanços econômicos, mas que fosse acompanhado por um processo de discussão política e de integração dos assentados nas lutas e movimentos sociais. A organização de cooperativas deveria ser estimulada como uma “etapa superior” da socialização dos assentados, definindo a atividade de convencimento desempenhada pelas lideranças junto à base de Movimento. Assim, as cooperativas de produção agropecuárias, modalidade organizacional fundamentada na posse coletiva da terra, passaram a ser a forma prioritária para a organização dos assentamentos. As cooperativas apresentavam uma maior complexidade administrativa, contavam com maior reconhecimento público e capacidade de exercer atração sobre os integrantes do Movimento.

O cooperativismo desenvolvido no MST reflete a trajetória da própria organização dos sem-terra, que ofereceu nos anos iniciais uma proposta menos ambiciosa com relação às possibilidades econômicas e sociais, sob a qual o discurso religioso estava muito presente, em razão da própria atuação de mediadores religiosos, que haviam exercido grande influência nos anos iniciais de formação do Movimento. Nas experiências iniciais, analisadas por Zimmermann (1989), podemos verificar as dificuldades encontradas na formação de uma organização no assentamento. As origens, trajetórias de vida e composição social das famílias criavam vários impedimentos para a construção de uma unidade. Os processos organizacionais, naquele momento, também esbarraram na inexperiência e na menor capacidade política do MST de oferecer oportunidades inovadoras para os sem-terra. A proposta organizacional que foi sendo construída, contou com um MST cada vez mais forte e com maior reconhecimento nacional.

No período de 1987 à 1990, o MST caracterizou-se por uma crescente institucionalização, passando a ganhar os contornos de uma organização burocrática de tipo weberiana, particularmente através da criação dos chamados setores (COUME, 2002, p. 124). A crescente capacidade de mobilização de recursos e investimentos em sua estrutura organizacional acabou se refletindo em uma proposta administrativamente mais complexa, baseada em uma legislação, o que lhe conferia maior legitimidade e, desta forma, criava um novo reconhecimento público. O MST passou a oferecer aos sem-terra a idéia das cooperativas como instrumento de mobilidade social. Os trabalhos de pesquisa realizados e aqui apresentados analisaram, na prática, a oferta de oportunidades diferenciadas para os integrantes das cooperativas.

As cooperativas do MST caracterizavam-se pela adoção de uma estrutura empresarial. Desenvolveu-se inicialmente dois tipos de cooperativismo: as cooperativas de comercialização e prestação de serviços, com o objetivo de promover o armazenamento, comercialização e a agroindustrialização da produção dos assentados e pequenos produtores em uma determinada região, e as cooperativas de produção agropecuárias, organizadas em um único assentamento (BRENNEISEN, 2000, p. 63-64). Conforme demonstram os trabalhos, essas modalidades organizativas eram apresentadas pelas lideranças que atuavam politicamente nos acampamentos e assentamentos, sob orientação da direção do MST, como sendo a forma mais viável de organização, segundo a linha política definida pelo Plano Nacional do MST. Isto acabava por influenciar as decisões de alguns assentados que buscavam alternativas que viabilizassem sua produção e, conseqüentemente, melhorias em suas condições de vida. Souza (1999, p. 154) avalia que as cooperativas de produção eram diferentes dos mutirões e dos trabalhos comunitários, nos quais a solidariedade ocupava lugar central. Nos coletivos de produção, o foco econômico era o elemento central, o coletivo surgia como uma empresa e também como uma estratégia política.

### **3.2.2 As Cooperativas nos Assentamentos sob Influência do MST**

A organização de uma CPA buscava implementar a agroindustrialização da produção, adotando uma estrutura empresarial com base na exploração racional das atividades, estabelecimento de cargos e competências funcionais, sob um sistema administrativo de disciplina, controle e execução do trabalho. Com a divisão técnica do trabalho, através da setorização da produção, criava-se a necessidade de um quadro funcional especializado para

o desenvolvimento das atividades. A posse da terra era definida como coletiva, bem como o trabalho realizado coletivamente nos setores de produção. Com este tipo de organização pretendia-se através da “coletivização da terra e dos meios de produção” alcançar uma escala produtiva que permitisse concorrer no mercado capitalista. Ao mesmo tempo, esta estratégia procurou constituir-se na base idealizada do socialismo no campo. Para a direção do MST, a cooperação agrícola produziria as condições objetivas e materiais de organização do trabalho e da exploração dos recursos. Por consequência, traria uma melhoria das condições de vida dos assentados<sup>99</sup>.

Além das motivações propriamente econômicas e sociais, a introdução das formas cooperativistas nos assentamentos visava transformar a luta econômica em luta política e ideológica. A forma cooperativa escolhida ofereceria condições de “liberar” pessoas para participar de ações políticas e de garantir uma retaguarda econômica para o MST. Criar-se-iam condições, assim se pensava, para o desenvolvimento de uma visão socialista, alterando-se a “ideologia camponesa”. Ou seja, as CPAs eram estratégicas, no sentido de fornecer recursos humanos e financeiros para as ações do MST, contribuindo para o projeto político idealizado pela direção e demais lideranças (BRENNEISEN, 2000, p. 68).

Os pressupostos político-ideológicos do modelo cooperativista do MST foram gestados ao longo dos anos 80 e definidos, segundo os autores, em 1986, com a publicação de um artigo intitulado *Elementos Sobre a Teoria da Organização no Campo*, de autoria de Clodomir Santos Moraes. A orientação político-ideológica do sistema cooperativista defendido pela direção do Movimento apoiava-se nessa elaboração<sup>100</sup>. Segundo os pesquisadores, naquele artigo o autor aborda as categorias profissionais agrícolas e seus respectivos comportamentos ideológicos. O camponês, por não incorporar a divisão do trabalho, possuiria um comportamento isolacionista e reacionário, em decorrência de seu modo de vida artesão, devendo ser submetido a um novo modo de vida que o levasse a superá-lo. O trabalho organizado em bases empresariais, com divisão de tarefas e especialização das atividades sob o controle de uma direção centralizada, supostamente ofereceria essas condições. Segundo Brenneisen (2000, p. 79), o autor do artigo baseia-se em uma compreensão do campesinato inspirada em uma determinada leitura marxista, na qual era

---

<sup>99</sup> As características das CPAs são apresentadas nos trabalhos de SOUZA, 1999, p. 87-101 e 108; BRENNEISEN, 2000, p.63 – 91; PEREIRA 2000, p. 170-184.

<sup>100</sup> Cf. BRENNEISEN, 2000, p. 69 e Cf. SOUZA, 1999, p.114-119.

possível transformar camponeses em operários, criando as condições revolucionárias para a transformação da sociedade.

O artigo também oferecia instrumentos para classificar as pessoas com base em um diagnóstico simplificador do comportamento e da realidade social. Qualquer manifestação que contrariasse as determinações da direção e do próprio modelo era desqualificada e considerada de interesse pessoal, possibilitando a ação em nome de um suposto interesse coletivo, que no caso seria o empreendimento coletivo idealizado. Este mesmo mecanismo autoritário foi abordado por Michels em seu estudo, tendo sido considerado como uma estratégia utilizada pelas direções oligárquicas para se manter no poder e neutralizar seus opositores.

Podemos exemplificar a utilização deste mecanismo na experiência organizacional observada por Brenneisen (2000, p. 150), na cooperativa (COPRAC) instalada no assentamento Verdum. Segundo a autora um grupo de sócios da cooperativa apesar de descontentes com o projeto coletivo, de longa data, demorou a manifestar sua insatisfação nas reuniões e assembléias. A demora em manifestar suas opiniões, em relação ao andamento do projeto, estava relacionada a um sentimento de intimidação perante:

[...] lideranças portadoras de uma razão e de uma lógica oposta a deles, e em função desta mesma lógica, temiam serem mais desqualificados ainda e rotulados de ‘individualistas’, ‘oportunistas’, ‘subjetivistas’ e ‘inconscientes’, como de fato ocorreu, quando ousaram manifestar concepções antagônicas às das lideranças. Além disso, manifestar suas opiniões e argumentar suas razões perante lideranças, via de regra, mais experimentadas em reuniões ou assembléias, era entrar numa discussão já em situação de desvantagem, por isso, a cautela e a relutância para que isso ocorresse (BRENNEISEN, 2000, p. 150-151).

A utilização de mecanismos de desqualificação, por parte das lideranças do MST, também foi observada no assentamento Vitória, como também nos dois projetos de assentamento analisados pela autora. Segundo a pesquisadora parte-se da compreensão de que o [...] “outro não está pronto para o que dele se deseja, é que se tem dado a mais absoluta instrumentalização dos agricultores para uma causa que não faz parte dos seus anseios e projetos de vida” (BRENNEISEN, 2000, p. 225).

Para facilitar o desenvolvimento da cooperação agrícola, foi proposta no artigo que oferece os fundamentos do cooperativismo no MST, uma experiência denominada de laboratórios organizacionais de campo, como forma dos assentados “superarem os vícios

herdados do processo produtivo simples”. Segundo Brenneisen (2000, p. 86) o experimento tinha como objetivo alterar a cultura camponesa, através de sua desqualificação. Ela era rotulada como atrasada e individualista e, assim, justificava-se a tentativa de adequar os assentados ao modelo idealizado.

Souza (1999, p. 116), por sua vez, observou que o pressuposto básico dos laboratórios organizacionais de campo era especificamente a disciplina, através do controle do tempo e a busca de uma padronização de comportamentos e das atividades, desenvolvendo-se uma “pedagogia” onde predominava a idéia de que as concepções transmitidas pelo grupo dirigente eram as ideais, desconsiderando-se a trajetória dos agricultores envolvidos nos projetos coletivos. Na experiência analisada por Brenneisen (2000, p. 135-146), a cooperativa organizada no assentamento Verdum, onde se desenvolveu um laboratório organizacional de campo, foi observada a preocupação por parte das lideranças do MST com os pressupostos do modelo, ou seja, com os procedimentos e práticas que supostamente levariam ao disciplinamento dos agricultores para a atividade empresarial e com a própria estrutura da empresa cooperativista. Além disso, podemos evidenciar o processo de formação de uma estrutura organizativa verticalizada, derivada da implementação do modelo cooperativista.

Pereira (2000, p. 173-175) destacou que na estrutura organizativa da COPAVI existia a assembléia geral, o órgão máximo de deliberação, e um conselho deliberativo, com o objetivo de elaborar o planejamento geral. Ambos delegavam responsabilidades aos coordenadores dos setores de produção, comercialização e administração. Estes coordenadores repassavam as informações aos quatro núcleos, onde eram discutidas para posterior tomada de decisão. Toda a produção obedecia a um planejamento anual, controlado pelo setor administrativo e elaborado pelo conselho deliberativo, junto com uma equipe de assessoria externa oferecida pela CONCRAB.

Na avaliação do autor, como podemos observar, a cooperativa deste assentamento contava com um quadro burocrático, em que se estabelecia uma hierarquia de cargos e competências funcionais sob um sistema de disciplina, controle e execução das atividades. O sistema de produção foi caracterizado por Pereira (2000, p.179-180) como de exploração agrícola e pecuária voltadas para o mercado. Além disso, o desafio para os assentados era produzir mais, em menor tempo e com qualidade, sendo necessário pessoal especializado para a realização das atividades que envolviam a produção e a comercialização.

As cooperativas implementadas nos assentamentos, portanto, possuíam uma organização mais sofisticada, adotando uma estrutura empresarial. A implementação de organizações mais complexas do ponto de vista administrativo e formal poderia oferecer resultados econômicos mais satisfatórios, melhores condições de captação de recursos (em nível municipal, estadual e federal) e facilidades de atendimento técnico. O modelo CPA, organizado nestes moldes, gozava de maior reconhecimento social e exercia maior poder de atração em relação aos modelos de organização anteriores, motivando os assentados a arranjar-se nestes moldes.

Os assentados construía uma expectativa em relação às facilidades na produção e comercialização, que acarretariam melhoria na sua renda individual e por este motivo aceitavam participar da experiência coletiva. Para Pereira (2000, p. 191), os assentados procuraram a cooperativa como um meio de conseguir melhores condições de vida. Por sua vez, Brenneisen (2000, p. 134) argumenta, com relação à escolha da organização coletiva, que esta não se dava por uma suposta maior “politização” dos agricultores coletivos em relação aos individuais. Os sócios da COPRAC, por exemplo, justificaram sua escolha pelas possibilidades econômico-financeiras que uma organização desta natureza poderia lhes proporcionar.

As cooperativas, como pode ser observado nos estudos, já nasciam predestinadas a desenvolver conflitos e divisões, devido à forma pouco democrática como eram organizadas. Antes mesmo de serem oficialmente formalizadas, já estavam determinadas previamente sua organização interna e, muitas vezes, os titulares dos cargos de direção<sup>101</sup>.

Na COPAVI, analisada por Pereira (2000), a formação do grupo de trabalhadores sem-terra, que ocupou a fazenda Santa Maria, tinha sido articulado pela direção estadual e coordenações regionais do MST, com objetivo de desenvolver o modelo coletivo. Segundo este autor “foram identificadas famílias que já haviam participado de alguma experiência coletiva nos acampamentos e assentamentos, ou que estivessem motivadas a participar da proposta coletiva” (PEREIRA, 2000, p. 164-165).

---

<sup>101</sup> Os trabalhos demonstram que todo o processo de implementação de uma CPA era articulado e controlado pelas lideranças do MST, fosse ele desenvolvido a partir dos laboratórios organizacionais de campo ou através da seleção de sem-terra para o desenvolvimento destes coletivos. Segundo Navarro (1996, p.20) a Cooponor, cooperativa formada no assentamento Nova Ramada, no Rio Grande do Sul, organizada a partir de um laboratório de campo em que “definía-se com antecedência a estrutura organizacional que nasceria do processo, a direção da cooperativa e até mesmo algumas características regimentais. [...] sem qualquer surpresa, nasceu já em meio a animosidade em relação ao ‘Grupo Ibirubá’, sobretudo porque este emergiu do processo controlando amplamente a nova cooperativa, praticamente em todos os postos”.



A cooperativa organizada no assentamento 16 de Março (COOPTAR), analisada por Caume (2002), localizada no estado do Rio Grande do Sul e criada em 1989. Seus sócios fundadores foram selecionados para o assentamento, na sua maioria, a partir de critérios de “grupos organizados”<sup>102</sup>. Entre estes grupos estavam as principais lideranças do acampamento da fazenda Anoni e do MST gaúcho. As divergências que se estabelecerem entre os grupos internos se referiam a conflitos de concepções, racionalidades e projetos de vida. A cooperativa que havia sido formada em 1989 com 45 famílias, em 1995 contava com apenas 15 sócios (CAUME 2002, p.241-263).

Além desses conflitos, em relação à CPA implementada no assentamento, outros foram apresentados pelo pesquisador com relação à cooperativa regional fundada em 1990: a COANOL<sup>103</sup>. As diferenças de concepções acerca da política de desenvolvimento dos assentamentos ficaram polarizadas entre lideranças da COOPTAR<sup>104</sup> e lideranças da COANOL. Estas diferenças acentuaram-se à medida que gradativamente a COANOL, foi criando uma estrutura administrativa e patrimonial significativa (CAUME 2002, p.264-266).

Os sem-terra, ao colocarem em prática um modelo cooperativista baseado na diferenciação de funções, mas que pressupunha a igualdade na distribuição do produto do trabalho (com base em horas trabalhadas por cada sócio), acabavam gerando diversos impasses. O modelo desconsiderava as diferentes atividades desenvolvidas e a produtividade de cada assentado, estabelecendo contradições que levariam a conflitos entre os envolvidos no empreendimento coletivo, bem como cisões. Os sócios da COPAVI percebiam “que a divisão igual dos resultados econômicos da Cooperativa não era justa, porque há diferenças no tipo de trabalho, administrativo *versus* produção, e na produtividade de cada assentado”. (PEREIRA, p. 187).

Já no assentamento Verdum, Brenneisen (2000) observou que,

o coordenador do setor de lavoura, portanto, do trabalho mais pesado, de sol a sol e que, justamente pela ausência de revezamentos, dedicava-se a essa atividade produtiva desde o início da cooperativa, sentindo-se injustiçado, já de longa data, com o que ocorria, canalizou a insatisfação dos demais trabalhadores deste setor e começou a representá-los junto à diretoria da COPRAC, opondo-se frequentemente às determinações dessa diretoria. [...] A primeira dificuldade apontada pelos agricultores desse setor foi o volume dispensado por cada um no empreendimento

<sup>102</sup> Os chamados grupos organizados referem-se a famílias de sem-terra que estivessem predispostas à adoção de padrões de coletivização da produção.

<sup>103</sup> COANOL – Cooperativa Agrícola Nova Sarandi Ltda.

<sup>104</sup> COOPTAR – Cooperativa de Produção Agropecuária Cascata Ltda.

coletivo. Isso não só em relação ao volume de trabalho empregado numa mesma atividade, mas em relação ao dispêndio de energia exigido na realização das diferentes atividades desenvolvidas pelos setores de trabalho [...] (BRENNEISEN, 2000, p. 146).

Além dessas diferenças observadas, os agricultores do setor de lavoura ressentiam-se do fato de não terem as mesmas oportunidades das lideranças que ocupavam os postos de direção da cooperativa, pois estas

[...] não restringiam sua atuação às atividades internas da cooperativa. Dirigiam-se à cidade, negociavam com o comércio local, com o poder público constituído nos municípios, participavam de reuniões na região e na capital do Estado e tiveram oportunidades de adquirir novos conhecimentos e experiências no trato dessas questões (BRENNEISEN, 2000, p. 148).

Desta forma, o modelo cooperativista partia de uma pressuposição, qual seja, de que os assentados eram uma categoria homogênea. Brenneisen (2003, p. 54)<sup>105</sup> observa no projeto de assentamento Boi Preto que [...] “se as trajetórias de vida dos agricultores guardavam semelhanças em determinados aspectos, as diferenças entre eles são maiores ainda, e são essas diferenças que tornam cada história uma história singular”. A pesquisadora destaca, além disso, a diversidade de situações encontradas nesse assentamento:

[...] desde agricultores posseiros que já se encontravam na fazenda muito antes da ocupação da área pelos agricultores sem-terra, os agricultores lideranças regionais do MST que já se encontravam na luta desde o início do movimento, agricultores que passaram por sucessivas perdas e se encontravam extremamente pauperizados, agricultores que haviam passado por outros assentamentos e experiências organizacionais, até filhos adultos de agricultores que foram assentados nos primeiros projetos de reforma agrária criados a partir da ação do MST (BRENNEISEN, 2000, p. 54–55).

Em face à diversidade das situações encontradas nos coletivos de produção, fundamentados em uma visão coletivista defendida pela direção do MST, as possibilidades de mobilidade social eram distribuídas de forma desigual. Os trabalhos analisam os motivos de descontentamento por parte dos assentados em relação ao processo de trabalho desenvolvido nas CPAs.

---

<sup>105</sup> Em um trabalho publicado recentemente, Brenneisen (2003) apresenta os resultados de uma pesquisa qualitativa realizada entre 2001 e 2002, em que a autora retoma a experiência do Projeto de Assentamento da fazenda Boi Preto (uma das experiências apresentadas em sua tese).

A maioria dos sócios da COPAVI, segundo a pesquisa realizada por Pereira (2000, p. 179 e 187-199), sentia-se desgastado devido à quantidade excessiva de trabalho, restando pouco tempo para o trato de questões domésticas e para o lazer. A este problema se agregava o descontentamento diante do valor recebido referente ao número de horas trabalhadas, insuficiente para realizar as despesas com a família. Na prática, esta forma de organizar o trabalho cotidiano era vista por alguns assentados como uma exploração, levando-os a se perceberem como assalariados, porém de um padrão abstrato. Para o grupo de lideranças do assentamento, que ocupava cargos de direção da cooperativa, não existia excesso de trabalho e a baixa remuneração era justificada pelos investimentos que haviam sido feitos, sendo necessário mais tempo para que seu retorno fosse mais positivo. Pode-se verificar, portanto, que os assentados dos setores produtivos e os do setor administrativo da cooperativa falavam do mesmo empreendimento coletivo, porém suas interpretações estavam baseadas em motivações para o trabalho e em atividades desenvolvidas que se diferenciavam. Sobre esta mesma experiência, Souza (1999, p. 197) observa que os assentados vivem o desafio de viabilizar a empresa que idealizaram, embora alguns estejam questionando o funcionamento da mesma, “como aqueles que afirmam trabalhar demais e receber pouco”.

Para Pereira (2000, p. 191-192), a sociabilidade no assentamento Santa Maria (COPAVI) estava pautada nas normas internas de comportamento e de relações de trabalho, constando no regimento interno a necessidade de liberação de mão-de-obra para contribuir com o MST. O modelo organizativo estruturado sob a divisão do trabalho desenvolvia entre seus integrantes uma visível diferenciação social, cabendo às lideranças, que também estavam na direção da cooperativa, organizar a produção, representar os assentados diante das instituições governamentais e não-governamentais e, além disto, participar ativamente da própria organização do MST, através de ocupações, protestos etc. Os demais integrantes da cooperativa deveriam trabalhar no processo produtivo, garantindo a produção. Para os envolvidos com os assuntos administrativos, que concentravam suas energias no desenvolvimento destas atividades e em atividades relacionadas ao próprio MST, a especialização estabelecida pela divisão do trabalho na cooperativa trouxe novos conhecimentos e novos espaços de atuação. A comparação entre os tipos de trabalhos acabava por ser motivo de desentendimento e ressentimentos, estabelecendo uma distância entre estes e os demais agricultores, que realizavam suas atividades restritas aos setores produtivos.

Segundo Souza (1999, p. 196):

Os coordenadores do setor de produção e os representantes da cooperativa coletiva participam ativamente das atividades do MST, a nível local e estadual, principalmente dos cursos de formação, os quais tornam-se, portanto, o espaço privilegiado para a difusão da dimensão político-ideológica do MST.

Considerando que os assentados foram socializados em relações hierarquizadas, a especialização exigida pelo modelo coletivo, fundamentada na divisão do trabalho, levava a uma desvalorização de determinadas atividades e, por conseqüência, a uma valorização daquelas relacionadas ao setor administrativo.

Os membros da cooperativa avaliavam que sua participação nas assembléias, segundo o estudo de Pereira (2000, p. 189), era muito limitada, pois somente as lideranças manifestavam sua opinião, enquanto a maioria silenciosa concordava ou não com as idéias e decisões tomadas. As razões da pouca participação dos integrantes deste coletivo estavam relacionadas a uma certa intimidação do pessoal mais antigo e daqueles que participavam da administração da cooperativa. Toda a produção da cooperativa obedecia a um planejamento anual, elaborado pelo Conselho Deliberativo, com apoio de uma equipe de assessoria externa. O controle da produção era realizado pelo setor de administração, e, assim, este sistema de produção coletivo (CPA) desenvolveu-se tendo como característica central a exploração racional de todas as atividades. Sua complexidade oportunizava aos coordenadores da cooperativa o desenvolvimento de conhecimentos e experiências que os qualificava para a execução das tarefas administrativas, bem como dificultava a participação de todos nos processos decisórios. Ainda segundo o autor, em uma entrevista um assentado destacou que as dificuldades de participar ativamente das assembléias, por parte de integrantes da cooperativa que não faziam parte do setor administrativo, eram o resultado da dificuldade destes exporem suas idéias, diferentemente da capacidade argumentativa dos dirigentes. Então, mesmo que não tivessem a compreensão do que se estava discutido, ou não concordassem com as propostas, acabavam sucumbindo ao poder de argumentação dos dirigentes. Alguns assentados sentiam-se saudosos da época em que havia maior simplicidade em suas relações, entendendo que a alteração da situação tinha se dado porque havia “um grupo que tentava manter o poder da cooperativa, o grupo da administração”(PEREIRA, 2000, p. 189).

Segundo Brenneisen (2000, p. 222), normalmente os assentados não possuíam o poder de argumentação das lideranças, que por serem mais preparadas, conduziam-lhes à aceitação de propostas já decididas anteriormente pela própria direção do MST. Nos depoimentos de assentados, apresentados no estudo, foi possível verificar que o fato de não questionarem as decisões tomadas em assembléias era motivado pela crença de que não tinham “condições de argumentar”, por não possuírem a mesma experiência desenvolvida pelas lideranças em tais espaços. Ou seja, sentiam-se intimidados perante os dirigentes que consideravam mais capazes e experientes.

O projeto coletivo priorizado pela direção do MST, quando implementado, transformava-se em uma organização burocratizada, revelando uma diferenciação das atividades e de hierarquia de autoridades, principalmente no que se referia aos setores administrativos, reforçando a idéia de que somente algumas pessoas têm a competência necessária para determinados assuntos, e justificando o poder das lideranças, que normalmente ocupavam estes espaços. A autoridade decorrente da especialização exigida pelo projeto coletivo dificultava o relacionamento e os questionamentos dos agricultores que não ocupavam cargos que levassem a estas experiências. Esta situação refletia-se nas assembléias e demais reuniões das organizações coletivas.

Os estudos demonstraram as dificuldades de participação dos assentados no sentido de propor e questionar os encaminhamentos debatidos em assembléias e reuniões. Segundo Souza (1999, p. 146), os coletivos de produção fragmentam o nível de participação dos assentados, uma vez que o espaço de discussão é a assembléia, onde predomina uma forma de participação passiva por parte da maioria, mas uma participação ativa por parte dos membros de coordenação da cooperativa. Repete-se a idéia de que é o administrador que deverá resolver os problemas.

Para os militantes do MST que atuavam nos assentamentos, as regras e normas decorrentes do modelo de organização social, eram perfeitamente aceitáveis. Para alguns, a ideologia que partilhavam com seus pares e com a direção do MST justificava eventuais sacrifícios. A luta pela “causa” era o seu objetivo de vida. Para outros, a atuação militante proporcionava-lhes benefícios, como adquirir novos conhecimentos e conseqüentemente autoridade para se manifestarem sobre determinados assuntos, atuando em espaços valorizados, tanto pela direção quanto pelas bases do Movimento, enfim, destacando-se dos demais. Além disso, ao ocuparem cargos de direção nas cooperativas, os conhecimentos que

eram desenvolvidos no exercício desta atividade e a influência no espaço microssocial (municípios ou na região que atuavam) abriam possibilidades inclusive de uma carreira política. A concretização desta possibilidade foi apresentada por Caume (2002, p. 324), no assentamento 16 de Março, pois, seu coordenador geral, e também ex-membro da COOPTAR (CPA), era vereador do município.

Nas experiências organizacionais apresentadas, pode-se verificar que existiam os espaços de influência, controle e poder possibilitados pelo desenvolvimento das cooperativas. Neste sentido, práticas oligárquicas podem encontrar espaço, como podemos observar, através das experiências apresentadas por Brenneisen (2000; 2003), nos projetos de assentamentos. Nessas experiências organizacionais, as cooperativas, antes mesmo de serem formalizadas, eram articuladas de tal modo, que oportunizavam práticas de favorecimento e também de submissão, criando-se assim, através de estruturas de dominação, as condições para o estabelecimento de processos de oligarquização social no interior destes espaços. O que pode sinalizar conflitos de interesse e possibilidades de não as caracterizam como organizações autônomas e de representação dos assentados.

No projeto do assentamento Mitacoré, apresentado por Brenneisen (2000, p 188-204), as tentativas de implementação do modelo cooperativista defendido pela direção do MST desencadearam uma série de conflitos que resultaram na divisão da área em uma parte destinada ao empreendimento coletivo e uma outra parte, que foi dividida em lotes individuais. Na parte reservada ao empreendimento coletivo, que comportaria 40 famílias na ocasião da divisão, apenas poucas famílias aderiram ao projeto, e as restantes passaram a ser arregimentadas pela direção regional do MST em conjunto com a coordenação local do assentamento. Um dos agricultores que aderiu posteriormente ao projeto mostrou-se bastante agradecido em relação a uma liderança regional que lhe havia indicado para o coordenador do assentamento, e demonstrava sua condição subalterna também em relação às lideranças locais que o haviam incorporado ao projeto. A opção pelo projeto coletivo, segundo a pesquisadora, havia se dado pela mais absoluta necessidade, pois era um ex-assalariado do campo que estava desempregado e em péssimas condições de sobrevivência. Este agricultor não havia participado de nenhuma ocupação de terras antes e a oportunidade de vir para a área já conquistada (em processo de imissão de posse), e extremamente privilegiada em termos de fertilidade da terra e de acesso, fazia-lhe sentir-se agradecido em relação aos que o haviam acolhido (lideranças locais do MST). Pode-se observar que mesmo antes da formalização do assentamento, as relações de dominação pouco a pouco iam se estabelecendo.

Outro agricultor que estava no projeto desde o início, ao ser questionado por Brenneisen (2000, p. 201) sobre qual atividade gostaria de dedicar-se, respondeu que onde o colocassem “estaria bom”. Porém, em seguida buscou algumas fotografias da atividade que havia exercido anteriormente, procurando demonstrar sutilmente suas habilidades para o coordenador do assentamento, não tendo coragem de sugerir diretamente. Além disso, segundo a pesquisadora, era possível perceber [...] “um controle maior dos que aderiram posteriormente ao projeto através de processo de seleção” (BRENNEISEN, 2000, p. 198).

Ainda neste mesmo projeto de assentamento, uma das lideranças (solteiro e com o primeiro grau completo, coordenador do grupo coletivo) relatou para a pesquisadora seu processo de adesão à luta pela terra. Afirmou que estava equivocado, pois antes de entrar para o Movimento, era contrário às ocupações de terras organizadas pelo MST. Demonstrou, segundo Brenneisen, que estava muito satisfeito pela oportunidade que o MST havia lhe proporcionado, através dos cursos de formação (um estágio na COARA e um curso de formação política em Brasília), de adquirir novos conhecimentos, transformando-se em militante. (BRENNEISEN, 2000, p. 201-202). Conhecimentos estes que contribuíram para alcançar, como é possível observar, a posição de coordenação do grupo coletivo.

Além disso, segundo a pesquisadora, nutria

[...] um profundo ressentimento em relação aos agricultores individuais, atribuindo-lhes a culpa pela morosidade do processo de instalação do assentamento devido aos conflitos, enfrentamentos e cisões que ocorreram a partir da resistência delas ao que se havia proposto (Brenneisen, 2000, p. 203).

Conforme ainda Brenneisen, na fazenda Boi Preto os sem-terra foram escolhidos para a ocupação, e durante o processo outros foram convidados a se incorporar, completando o número de famílias que a área comportava. Entre os integrantes da ocupação, estavam três agricultores filhos de um assentado<sup>106</sup> e também presidente da COARA, uma cooperativa regional vinculada à Cooperativa Central dos Assentados (CCA). Com esta prática de escolha dos agricultores para os futuros assentamentos, independentemente das intenções, abria-se espaço para possíveis privilegiamentos, pois os critérios desta “seleção” não eram muito claros, e no mínimo era um desrespeito em relação à grande quantidade de famílias acampadas que aguardavam uma chance de reconstruírem suas vidas.

---

<sup>106</sup> Este agricultor participava da Associação de Suinocultores de Baicuru, no assentamento Vitória, experiência organizacional apresentada no trabalho de BRENNEISEN, 2000.

A proposta para o assentamento seria uma organização mista, metade da área seria dividida em lotes individuais e na outra metade desenvolver-se-ia uma organização coletiva. Ao longo do processo surgiu uma nova proposta, a organização de uma CPA. Esta modificação nas definições anteriores foi levada para os sem-terra por três lideranças: por um integrante da coordenação regional do Movimento, pelo presidente da COARA (pai de três ocupantes desta área) e pela a agrônoma da COARA (função exercida desde 1991, através do governo estadual, que após o termino de seu contrato passou também a ocupar a fazenda, juntamente com seu companheiro). Além da redefinição do projeto e da construção da agrovila, essas lideranças se empenharam para que os agricultores se ajustassem a uma escolha produtiva também de antemão definida, a suinocultura. Parte dos agricultores se opuseram às novas determinações e as lideranças insistiam na modalidade coletiva, o que acarretou inúmeras discussões e desentendimentos e por fim o recuo da proposta apresentada. Assim, o projeto misto, inicialmente definido pela direção do MST, foi mantido.

O projeto coletivo não buscava o consenso entre seus membros e, desta forma, havia dificuldades em contemplar os interesses de suas coletividades. Os estudos apresentam as diferentes motivações e racionalidades existentes no Movimento. Segundo Souza (1999, p. 51) o MST é formado: por dirigentes defensores de idéias socialistas; por lideranças que receberam formação para reproduzir tais ideais socialistas; e por sua base social, que possui um conjunto de saberes que não condizem com o ideário revolucionário devendo, segundo a lógica da direção do MST, ser submetida a um conjunto de cursos e experiências, com o objetivo de entender sua situação e as práticas a serem adotadas para a transformação do país. O projeto cooperativista oferecido pela direção e lideranças do MST é elaborado a partir desta perspectiva.

A priorização do projeto cooperativista, baseava-se no pressuposto de que a direção do MST compreendia melhor as necessidades de suas bases sociais do que elas próprias, resultando em abuso de poder, por parte de algumas lideranças nos assentamentos. As lideranças conduziam o processo acatando as determinações da direção do MST, comprometendo seu papel, enquanto representantes de suas coletividades.

No estudo de Brenneisen (2000, p. 153), é possível verificar o tratamento recebido por aqueles que discordavam das determinações dos dirigentes do MST. Na COPRAC, diante dos conflitos internos e dos problemas financeiros da cooperativa, a responsabilidade por tal situação recaiu sobre os agricultores de base, devido aos seus “vícios” e “desvios ideológicos”



e também sobre a administração da cooperativa, pois de acordo com a direção do MST o modelo cooperativista implementado era o ideal, tanto do ponto de vista econômico, como do ponto de vista político-ideológico. Além disso, foram nomeados os culpados:

Da parte da administração da cooperativa, o escolhido foi seu presidente, justamente aquele que demonstrou para a direção estadual do Movimento a real situação da cooperativa e que apontava uma maior flexibilização do projeto e, da parte dos agricultores da base, o escolhido foi o agricultor coordenador do setor de lavouras, justamente por ter representado um grupo de agricultores e se manifestado contra o modelo (BRENNEISEN, 2000, p. 153 – 154).

Neste assentamento, diante dos conflitos que se estabeleceram os agricultores foram abandonando o projeto. Na tentativa de manter o empreendimento coletivo, a direção estadual do MST, [...] “optou por substituir a antiga diretoria, já no final do mandato, e transferiu a direção da cooperativa para um grupo de sete famílias de agricultores provenientes de outros assentamentos” (BRENNEISEN, 2000, P. 154). Observa-se ainda, nesta prática autoritária adotada pela direção do MST, que os agricultores que vieram para substituir a direção da cooperativa, eram lideranças do MST. Quanto ao ex-presidente, este continuou sua atribuição de coordenar o MST na região, porém foi acusado por outras lideranças de ter se apropriado de recursos arrecadados para construção da sede da COARA (cooperativa regional). O acusado prestou contas, mas as coisas não ficaram bem esclarecidas e sentindo-se injustiçado abandonou a coordenação do Movimento. Segundo a pesquisadora:

Considerando que, em sucessivos episódios, esse mesmo agricultor (ex-presidente da cooperativa) havia demonstrado postura divergente das demais lideranças regionais e estaduais do MST, fica uma interrogação – O fato ocorrido não se teria dado deliberadamente, visando afastá-lo da direção do movimento? (BRENNEISEN, 2000, p. 170).

Portanto, os dirigentes do MST estabelecem uma relação verticalizada com os assentados envolvidos em projetos cooperativas, seu poder se faz presente de forma direta em determinadas situações, como esta apresentada acima. Os integrantes do Movimento que discordam das posições políticas e estratégias determinadas pelo poder centralizador, reduzem suas possibilidades de ocuparem espaço na estrutura organizativa do Movimento.

Seguindo esta lógica, as possibilidades dos assentados produzirem poder no espaço microsocial, através das oportunidades oferecidas pelo cooperativismo, estão atreladas a um componente essencial: aceitação das regras políticas estipuladas pela organização MST.

No processo da construção de uma concepção hegemônica, Brenneisen (2000) apresenta o processo de arregimentação da militância do MST. Segundo a pesquisadora a militância do MST é composta, normalmente, por jovens com nível de escolaridade ligeiramente superior ao do restante dos demais agricultores. Esses jovens, uma vez identificadas suas potencialidades pela atuação em acampamentos, são encaminhados para cursos de formação política do MST, onde lhes é transmitida uma concepção de mundo e de funcionamento da sociedade inspirado em um marxismo vulgar, ajustável a seus níveis de compreensão. Após este processo,

[...] imbuídos de uma espécie de ‘revelação’ e investidos da autoridade militante, retornam às bases e exercem sobre os demais agricultores seu poder de persuasão procurando ajustá-los às escolhas previamente definidas pela direção do Movimento para os assentamentos rurais (BRENNEISEN, 2000, P. 217).

Souza (1999) destaca a rapidez na geração de novos quadros dando continuidade às propostas político-ideológicas do Movimento. Entretanto,

[...] os novos quadros, em sua maioria jovens, que poucas oportunidades de acesso ao conhecimento científico tiveram, assim como ao entendimento de sistemas políticos, sentem-se valorizados no interior da organização do MST e desenvolvem atitudes reprodutoras e repassadoras de informações (SOUZA, 1999, p. 102 – 103).

A representação política dos assentados em nível nacional é realizada através das lideranças afinadas com os preceitos políticos da direção do MST. Os processos de formação política levam as lideranças a sucumbirem aos interesses do grupo no poder, o que é reforçado pelas oportunidades de tornarem-se dirigentes nos assentamentos. O que nos leva a concluir que não tem havido oportunidade de surgimento de lideranças que busquem outras práticas mais democráticas e que questionem os reais interesses de suas coletividades, tanto no que se refere ao espaço microsocial, quanto em relação à defesa das demandas dos assentados na esfera política nacional. Desta forma, opera-se uma espécie de imobilidade na estrutura do poder do próprio Movimento.

As práticas políticas desenvolvidas e as oportunidades oferecidas para os assentados podem também ser evidenciadas através da organização das cooperativas regionais. Segundo Brenneisen (2003, p. 78), as lideranças do Movimento, desde a fundação da COARA, empenhavam-se no desenvolvimento da suinocultura nos assentamentos do Oeste do Paraná.

Segundo a investigação da autora a COARA, uma cooperativa de prestação de serviço regional, fundada no ano de 1993, tinha como objetivo atender às demandas dos assentamentos instalados na região. Com a organização desta cooperativa foi possível a construção de um frigorífico para abate de suínos e uma fábrica de ração, com recursos do INCRA e também da Associação de Cooperação Técnica (ACT), uma organização não governamental belga. Após a construção dessas instalações, não foi possível colocá-las em funcionamento por falta de recursos financeiros iniciais dos quais o empreendimento industrial necessitava, mas também por falta de um determinado volume de produção (grãos para o processamento da ração e suínos para o abate), que ainda não eram produzidos pelos assentamentos da região (BRENNEISEN, 2000, p. 109-110).

Como se pode observar, a partir da organização desta cooperativa regional foi possível a construção de unidades industriais que necessitam de um grande volume de investimentos. Estas unidades industriais parecem corresponder muito mais às ambições de lideranças do MST, do que propriamente às necessidades dos assentados da região onde a cooperativa foi organizada, quando seriam justamente estes que deveriam ser beneficiados por tais investimentos.

Segundo Brenneisen (2003 p. 82-83), a direção do MST e da COARA, em conjunto com os técnicos do INCRA, empenharam-se na realização de planejamento voltados à organização coletiva e à implementação de linhas de produção de suínos para abate nos assentamentos e projetos de assentamentos da região, para que tanto o frigorífico como a fábrica de rações pudessem ser colocados em funcionamento. Os motivos para o empenho do MST no desenvolvimento de modelos organizacionais fundamentados na posse coletiva (apresentados anteriormente) vão desde razões econômicas até razões político-ideológicas. Com relação ao INCRA, Brenneisen (2003, p. 83 ) observa que este foi co-responsável pela situação em que se encontrava esta cooperativa regional, pois era responsabilidade do Estado oferecer quadros técnicos preparados para o planejamento e acompanhamento dessas atividades. Além disso, foram empenhados recursos públicos nestas unidades agroindustriais, e elas encontravam-se paralisadas.

Quanto aos assentados da região, estes pareciam resistentes, tanto em relação à organização fundamentada no modelo coletivo, como em relação à opção produtiva defendida pelas direções do MST “em virtude da complexidade dessa atividade produtiva, das

desvantagens econômicas apresentadas na comercialização dos suínos e da falta de garantia de que o frigorífico absorveria a produção de imediato” (BRENNEISEN, 20003, p. 78).

Cabe ainda ressaltar que todos os assentamentos da região Oeste do Paraná poderiam requerer assistência técnica agrônômica e veterinária, através da COARA. Os técnicos tinham sido contratados através de convênios estabelecidos com órgãos públicos estaduais e federais (Brenneisen, 2000, p. 116). Esta era outra função atribuída às cooperativas regionais e necessárias para o desenvolvimento dos assentamentos na região.

A COTRAMIC, outra cooperativa regional, localizada no Sul do Paraná - segundo Souza (1999) havia sido fundada em 1997 - e apesar das dificuldades encontradas para o desenvolvimento de suas atividades, tinha sido o resultado da organização dos assentados em núcleos de produção. A partir da organização desses núcleos foi possível o investimento dos assentados em seus rebanhos (SOUZA, 1999, p. 141-142). Nesta cooperativa regional, os assentados já haviam experimentado uma forma organizacional, através de núcleos produtivos, que lhes havia possibilitado algumas melhorias, que sem sua organização teria sido mais difícil de ocorrer. Neste sentido, a organização dos assentados parece fundamental para sua resistência no assentamento, porém no sentido de defender os interesses coletivos.

As experiências organizacionais apresentadas nos trabalhos revelaram conflitos de concepções e interesses, desencadeados a partir das tentativas ou implementação do modelo cooperativista defendido pelos MST para os assentamentos rurais. Segundo Brenneisen (2000, p.221) a terra para o trabalhador rural significa a fonte de vida e de liberdade. Para ele é um bem precioso deter a autonomia de decisão sobre todos os aspectos de sua vida, daí a rejeição de grande parte dos assentados às propostas de organização coletiva levadas pelas lideranças. A autora ainda observa, que a pretexto de oferecer aos sem-terra [...] “garantias de permanência na terra e maior rentabilidade da atividade agrícola através da organização coletiva, a direção do Movimento tem exercido seu papel e lançado mão dos mais diversos mecanismos de dominação” (BRENNEISEN, 2000, p. 223).

A análise da autora sobre o desenvolvimento da CPA no assentamento Verdum e sobre as tentativas de desenvolver-se a mesma tipologia organizacional em outros dois assentamentos, confirmaram que,

a pretexto de se combater o sistema capitalista e desenvolver as condições políticas para a construção de uma sociedade socialista, a direção do Movimento,

paradoxalmente, passa a utilizar-se de determinados mecanismos de dominação do sistema que ora afirmava combater (BRENNEISEN, 2000, p. 222).

Esta mesma constatação também pode ser observada na obra de Michels (1982, p. 129):

[...] em suas lutas contra os inimigos internos, os chefes do movimento operário seguem uma tática e mantêm uma atitude que não difere muito da tática e da atitude do governo 'burguês' na sua luta contra os elementos 'subversivos'.

Os conflitos decorrentes da implementação de modelos cooperativistas nos assentamentos rurais revelam as dificuldades na construção de uma representação social dos assentados. Podemos também observar, que práticas oligárquicas encontravam espaços para desenvolverem-se em decorrência da criação de uma estrutura de poder.

A organização dos assentados nos parece necessária para que estes agricultores possam enfrentar sua condição como novos produtores. Segundo Souza (1999, p. 197) em sua pesquisa não foi feita uma avaliação sobre o que era mais viável, se a produção na forma coletiva, ou individual. Porém, argumenta que o coletivo propicia maiores investimentos, conforme observado pela infra-estrutura de produção existente nos assentamentos. Além disso, é possível observar no assentamento Novo Paraíso (onde estava instalada a COOPROSERP e ASTROAGRI) uma melhoria da qualidade de vida das famílias, através da construção de suas casas (SOUZA, 1999, p. 145). No assentamento Verdum, Brenneisen (2000, p. 165 - 166) observa que os agricultores de base, quando faziam comparações entre a forma coletiva anterior e a situação após dissolução da cooperativa, apontavam quase sempre aspectos negativos. Porém, as mulheres entrevistadas ressaltavam algumas perdas com as mudanças que haviam ocorrido. Entre as mudanças estava a perda do setor de saúde da cooperativa, responsável pelo preparo de remédios caseiros e pelos encaminhamentos para tratamento médico na cidade. As mulheres também haviam participado de cursos sobre aproveitamento dos produtos da roça (extensionista rural da Emater) e na área de saúde, além da existência de uma creche e do refeitório comunitário.

As cooperativas organizadas nos assentamentos, como podemos observar, deparam-se com as tendências oligárquicas apresentadas por Michels. Este modelo defendido pela direção do MST, como a melhor forma de organização para os assentamentos, estava baseado, como

demonstram os estudos, em uma visão ideológica que não era partilhada pela maior parte dos assentados, relegando-se a um segundo plano as necessidades destes. A consequência imediata desta estrutura organizativa é uma nítida diferenciação social, a criação de espaços de poder para aqueles que estão à frente de tais empreendimentos, que passam a defender suas posições, e o que nos parece central, a impossibilidade da construção de uma representação significativa de suas coletividades. Neste sentido, na busca de construir uma representação dos assentados, como sugere Michels (1982, p. 15), [...] “a organização se revela como o único meio de criar uma vontade coletiva”. Este parece ser o grande desafio apresentado tanto para os assentados como para a própria organização do MST.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como resultado dos esforços reivindicativos da organização dos sem-terra, a partir dos anos oitenta o número de assentamentos rurais de reforma agrária começa gradualmente a aumentar. Impõe-se então o desafio de viabilizar a produção nestas áreas reformadas. A organização dos sem-terra optou pela ênfase na incorporação das famílias rurais pobres em formas associativas, o que poderia, assim se esperava, oferecer as condições para estas enfrentarem os desafios enquanto novos produtores. Tais formas organizativas também eram estratégicas para fortalecer as posições político-ideológicas defendidas pela direção do MST. Era necessário “educar” as massas para o socialismo.

A partir das experiências analisadas, que representam momentos distintos da trajetória do MST, podemos verificar que as formas organizativas evoluíram. No início, o Movimento oferecia modelos mais simples para organização dos assentados, até chegar a organizações mais complexas e de maior reconhecimento social: as cooperativas.

Os estudos demonstram que a implementação das cooperativas gerava uma série de conflitos. Através destes foi possível observar, tendo como referência o quadro interpretativo de Michels, a distribuição desigual do poder de influência interna. Oportunidades diferenciadas eram oferecidas pela estrutura cooperativista adotada. Para aqueles que ocupavam cargos de direção, a organização cooperativista proporcionava experiência no trato das questões referentes à representação política e administrativa, ficando os demais integrantes restritos aos setores produtivos. Os conhecimentos adquiridos no desenvolvimento das atividades de representação, normalmente ocupadas pelas lideranças do MST, faziam com que os rumos do empreendimento coletivo fossem determinados por um grupo especializado, que detinha praticamente todo o poder.

A participação dos envolvidos nos projetos coletivos era influenciada por tais características. Reforçava-se a idéia de que somente algumas pessoas tinham a competência necessária para os assuntos políticos e administrativos, justificando-se assim o poder dos grupos no comando, ou mais precisamente das lideranças do MST. Nos fóruns de discussão, a

autoridade alcançada pela cúpula no comando, através da organização, levava muitas vezes os agricultores de base a sucumbirem aos argumentos das lideranças, consideradas mais capazes e preparadas. Assim, os assentados de base acabam não se envolvendo ativamente no processo político e administrativo e submetendo-se às decisões que eram tomadas.

A ideologia da direção do MST, que era o socialismo, não era partilhada pela base, mas imposta através de vários artifícios. A escolha dos dirigentes destas cooperativas, por exemplo, estava atrelada à aceitação das determinações da direção do MST. Também as lideranças que surgem, ou são cooptadas (alinhando-se totalmente à direção) ou não encontram espaço para atuarem na esfera de poder da organização MST. Portanto o sistema representativo não reflete o pensamento da base, pois há total atrelamento das decisões à direção do MST.

Os processos organizativos, abordados no nosso “campo empírico”, possibilitaram-nos também verificar que a autoridade e os privilégios de que gozavam aqueles que estavam à frente das organizações permitia que estes abusassem do poder que lhes era conferido. Este abuso de poder pode ser observado, a partir das experiências abordadas nos estudos, no processo de seleção de agricultores para os novos projetos de assentamento e no processo de substituição dos sócios de cooperativas já instaladas. A seleção realizada pelas lideranças pautava-se, muitas vezes, pela escolha de pessoas que poderiam ser-lhes mais fiéis ou pelo aproveitamento da precariedade das condições de vida dos sem-terra, oferecendo a oportunidade de acesso à terra atrelada à “aceitação” de um modelo previamente determinado. Apesar da “aceitação” dos novos sócios ser referendada em assembleias, as decisões nelas tomadas eram fortemente influenciadas pelas lideranças locais. Criava-se no interior destas organizações, relações de submissão à ordem dos dirigentes. Estas estratégias de cooptação e de controle social, reforçadas pelo mecanismo de desqualificação dos opositores, ofereciam as condições para que os grupos mantivessem-se em suas posições de dirigentes. Portanto, podemos caracterizar estas práticas como oligárquicas.

Os assentamentos eram dominados por uma minoria, que não era representativa em relação aos interesses dos assentados. Isto gerava uma série de conflitos, cisões e, em alguns casos, a dissolução de projetos cooperativistas. Como consequência disto, as organizações cooperativistas desenvolvidas nos assentamentos transformavam-se em oligarquias locais, abrindo caminho para que as disputas internas por seus postos de comando ocorressem, já que estes representavam a possibilidade de produzir poder e conseqüentemente mobilidade social.



Por sua vez, a condução política da própria organização MST, nos assentamentos rurais, tem se caracterizado também como oligárquica, o que se verifica através da centralização das decisões e da escolha de dirigentes para atuarem nestes espaços.

No que se refere à inevitabilidade do fenômeno oligárquico, abordado por Michels, consideramos que nosso estudo, por estar limitado ao MST e suas organizações, não nos permite universalizar este fenômeno para as demais organizações. Tendemos a entender também que tal generalização estaria desconsiderando a capacidade criativa dos grupos humanos em estabelecer conjuntamente estruturas organizacionais alternativas às verificadas nos assentamentos rurais, que se traduzissem numa representação que realmente atendesse aos interesses coletivos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERY, Maria Amália *et alii*. **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica**. São Paulo: Educ, 1996. 436 p.

AVRITZER, Leonardo. Teoria democrática, esfera pública e participação. **Revista Sociologias**. Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 18-43, 1999.

BAQUERO, Marcello. **A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000. 188 p.

BOBBIO, Norberto *et alii*. **Dicionário de política**. Brasília: UNB, 1992.

BRENNEISEN, Eliane Cardoso. **Relações de poder, dominação e resistência: a organização social e da produção em assentamento rurais na Região Oeste do Paraná**. São Paulo: 2000. 280 f. Tese (Doutorado em Sociologia). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUCSP.

BRENNEISEN, Eliane Cardoso. Assentamento Sepé Tiaraju: persistência do passado, fragmentos do presente. In: MARTINS, José de Souza (org.). **Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

CAUME, David José. **A tessitura do “assentamento de reforma agrária”**: discursos e práticas instituintes de um espaço agenciado pelo poder. Campinas: 2002. 615 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP.

GEHLEN, Ivaldo. **Uma estratégia camponesa de conquista da terra e o estado: o caso da Fazenda Sarandi**. Porto Alegre: 1983. 221 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS.

GOHN, Maria da Graça. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 1997. 383 p.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. 444 p.

HOBBSBAWM, Eric J. **A era do capital: 1848-1875**. São Paulo: Paz e Terra, 2000. 459 p.

\_\_\_\_\_. **A era dos impérios: 1875-1914**. São Paulo: Paz e Terra, 2001. 546 p.

LAURIN-FRENETTE, Nicole. **Las teorías funcionalistas de las clases sociales: sociología e ideología burguesas**. Madrid: Siglo Veintiuno, 1976.

MAY, John D. Democracy, organization, Michels. **The American Political Science**, v. LIX, n.2, p. 417- 429, June 1965.

MICHELS, Robert. **Sociologia dos partidos políticos**. Brasília: UNB, 1982. 243 p.

MOORE JR, Barrington. **Injustiça: as bases sociais da obediência e da revolta**. São Paulo: Brasiliense, 1987. 713 p.

MOSCA, Gaetano. A classe dirigente. In: SOUZA, Amaury de (org.). **Sociologia política**. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.

NAVARRO, Zander. Ideologia e economia: formatos organizacionais e desempenho produtivo em assentamentos rurais: o caso do assentamento Nova Ramada, Rio Grande do Sul, Brasil. Porto Alegre, set. 1995.(Relatório de pesquisa não-publicado)

\_\_\_\_\_. Mobilização sem emancipação: as lutas sociais dos sem-terra no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Souza (org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Col., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. (Coleção Reinventar a emancipação social: para novos manifestos).

PEREIRA, José Roberto. **De camponeses a membros do MST: os novos produtores rurais e sua organização social**. 2000. 221 f. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de Brasília, UnB.

SANTOS FILHO, José Camilo. Democracia institucional na escola: discussão teórica.. **Revista de Administração Educacional**, v.1, n. 2 Disponível em: [www.ufpe.br/daepe/n2\\_3htm](http://www.ufpe.br/daepe/n2_3htm). Último acesso em: 1º agosto 2002.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática**. São Paulo: Cortez, 2000. 415 p.

SARTORI, Giovanni. **A teoria da democracia revisada: o debate contemporâneo**. São Paulo: Ática, 1994. 336 p.

SOUZA, Amaury. Introdução. In: SOUZA, Amaury de (org.). **Sociologia política**.. Rio de Janeiro: Zahar, 1966. 128 p.

SOUZA, Maria Antônia de. **As formas organizacionais de produção em assentamentos do MST**. 1999. 259 f. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP.

WALKER, Jack L. A critique of the elitist theory of democracy. **The American Political science**, v. LX, n.2, p. 285- 295, June 1966.

ZEITLIN, Irving M. **Ideología y teoría sociológica**. Buenos Aires: Amorrortu, 1986.

ZIMMERMANN, Neusa de Castro. **Depois da terra a conquista da cooperação**: um estudo do processo organizativo de um assentamento rural de reforma agrária do Rio Grande do Sul. Brasília: 1989. 212 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade de Brasília, UnB.

## ***SÉRIE DE DISSERTAÇÕES PUBLICADAS***

- 001 - MARIN, Solange Regina.** Política Cambial nas Décadas de 1980 e 1990: impactos sobre o setor de grãos no Rio Grande do Sul. 2001. 193f.
- 002 - PEDROSO, Glaucilene Dias.** Setor Leiteiro: as percepções de produtores do RS sobre as transformações delineadas na década de 90. 2001. 122f.
- 003 - SIQUEIRA, Oscar Graeff.** A Crise das Grandes Cooperativas: um estudo comparado entre a cooperativa de Carazinho (RS) e a de Não-Me-Toque (RS). 2001. 217f.
- 004 - PASE, Hemerson Luiz.** Democracia Participativa e Desenvolvimento: a influência do orçamento participativo no desenvolvimento rural de Florianópolis. 2001. 171f.
- 005 - LOPES, Saulo Barbosa.** Arranjos Institucionais e a Sustentabilidade de Sistemas Agroflorestais: uma proposição metodológica. 2001. 187f.
- 006 - MACHADO, Roberto Tormes.** Análise sócio-econômica e perspectivas de desenvolvimento para os produtores de leite do município de Crissiumal - RS. 2001. 155f.
- 007 - SARTOR, Juliane.** Cadeia de flores e plantas ornamentais de jardim em Pareci Novo - Rio Grande do Sul. 2001. 117f.
- 008 - COELHO, Vanessa Pfeifer.** Mediadores técnicos, tecnociência na agricultura e a definição legítima da problemática ambiental no campo tecnocientífico. 2002. 129f.
- 009 - TRENTIN, Iran Carlos Lovis.** O Pró-Rural 2000 como política pública de combate à pobreza rural no Rio Grande do Sul. 2002. 145f.
- 010 - VILLABERDE, Maria Sérgio.** Agricultura Familiar e Meio Ambiente: posições sociais e estratégias de agricultores assentados em área de proteção ambiental. 2002. 119.
- 011 - SILVA, Paulo Roberto Nunes da -** Uma releitura do processo de transformações na agricultura gaúcha no período 1970-80. 2002. 200f.
- 012 - JANSEN, Suzel Lisiane.** Identificação e Caracterização das Atividades Agropecuárias nos Municípios Gaúchos: uma comparação com indicadores sócio-econômicos. 2002. 138f.
- 013 - CASTILHOS, Dino Sandro Borges de.** Capital Social e Políticas Públicas: um estudo da linha infraestrutura e serviços aos municípios do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. 2002. 174f.
- 014 - BIOLCHI, Marilza Aparecida.** Agricultura Familiar e Previdência Social Rural: efeitos da implementação do sistema de aposentadorias e pensões para os trabalhadores rurais. 2002. 168f.
- 015 - RICOTTO, Alcides Juvenal.** Uma rede de produção e comercialização alternativa para a agricultura familiar: o caso das Feiras Livres de Misiones, Argentina. 2002. 152f.
- 016 - SABABÉS, Leandro.** Manejo Sócio Ambiental de Recursos Naturais e Políticas Públicas: um estudo comparativo dos projetos "Paraná Rural" e "Microbacias". 2002. 186f.
- 017 - PETTER, Rudimar Luis.** As Múltiplas Expressões da Sustentabilidade: a realidade regional do COREDE da produção no estado do Rio Grande do Sul. 2002. 161f.
- 018 - MOURA, Lino Geraldo Vargas.** Indicadores para a avaliação da sustentabilidade em sistemas de produção da agricultura familiar: o caso dos fumicultores de Agudo/RS. 2002. 251f.
- 019 - FERRAZ, Osni Giani.** A Sustentabilidade dos Agricultores Familiares de Leite Associados à CLAF nas Dimensões Ambiental, Sociocultural e Institucional. 2002. 155f.

- 020 – GERHARDT, Cleyton Henrique.** Agricultores Familiares, Mediadores Sociais e Meio Ambiente: a construção da ‘problemática ambiental’ em agro-eco-sistemas. 2002. 539f.
- 021 – COLE, Dorlei Marcos.** Colonos, Agricultores Familiares e Pluriatividade: um estudo de caso no município de David Canabarro e na microrregião do Alto Taquari/RS. 2003. 226f.
- 022 – ROHENKOHL, Júlio Eduardo.** Os Sistemas de Terminação de Suínos: uma análise econômica e ambiental a partir da teoria dos conjuntos *fuzzy*. 2003. 184f.
- 023 – PLEIN, Clério.** As Metamorfoses da Agricultura Familiar: o caso do município de Iporã d’Oeste, Santa Catarina. 2003. 158f.
- 024 – ALVES, Juliete Miranda.** A Obra de José de Souza Martins e a Reforma Agrária no Brasil: uma leitura sociológica. 2003. 112f.
- 025 – ANDREATA, Tanice.** Febre Aftosa no Rio Grande do Sul no ano de 2000: uma análise das transformações ocorridas nos sistemas de produção dos agricultores produtores de leite de Jóia. 2003. 266f.
- 026 – BASSO, Dirceu.** A Produção e a Gestão das Políticas de Desenvolvimento Rural pelos agricultores familiares de Dois Vizinhos-PR. 2003. 197f.
- 027 – ROS, Carlos Javier Cowan.** Capital Social e Luta Simbólica – O Caso da RED PUNA: uma experiência territorial de articulação social na Província de Jujuy, Argentina. 2003. 279f.
- 028 – BRUSTOLIN, Cíndia.** Lutas pela Definição de Concepções de Justiça na Construção do Parque Nacional dos Aparados da Serra – RS/SC. 2003. 198f.
- 029 – RYAN, Silvia Laura.** Lógicas de Engajamento de Produtores Familiares em Propostas de Desenvolvimento: a implementação do Programa Social Agropecuário em Pampa de Achala, Córdoba - AR. 2003. 136f.
- 030 – COTRIM, Marcelo Souza.** ‘Pecuária Familiar’ na região da ‘Serra do Sudeste’ do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a origem e a situação socioagroeconômica do ‘pecuarista familiar’ no município de Canguçu/RS. 2003. 142f.